



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Maceió – AL

2019



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social, da Faculdade de Serviço Social, do *Campus A. C. Simões*, Maceió-AL, elaborado a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais, para fins de atualização teórico-metodológica e adequação às novas Resoluções do MEC e da Universidade Federal de Alagoas.

Maceió – AL

2019

Reitora

Maria Valéria Costa Correia

Vice-Reitor

José Vieira da Cruz

Pró-Reitora de Graduação

Sandra Regina Paz da Silva

Coordenadoria de Cursos de Graduação – CCG

Profa. Dra. Giana Raquel Rosa

Responsável pela Revisão do Projeto Pedagógico

Clarissa Tenório Ribeiro Bernardes - Técnica em Assuntos Educacionais - CCG/PROGRAD

Diretora da Unidade Acadêmica

Profa. Dra. Reivan Marinho de Souza

Vice-Diretora da Unidade Acadêmica

Prof.^a Dr.^a Clarissa Tenório Maranhão Rapôso

Comissão de Elaboração do Projeto Pedagógico

Prof.^a M.^a Islânia Lima da Rocha

Prof.^a Dr.^a Margarida Maria Silva dos Santos

Prof.^a Dr.^a Maria Adriana da Silva Torres

Prof.^a Dr.^a Maria Norma Alcântara B. de Holanda

Prof.^a Dr.^a Maria Virgínia Borges Amaral

Prof.^a Dr.^a. Reivan Marinho de Souza

Prof.^a Dr.^a Wanda Griep Hirai

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO.....	8
1.1 Contexto institucional.....	9
1.2 Realidade regional.....	14
1.3 Justificativa.....	14
1.4 Histórico do curso.....	18
2 CONCEPÇÃO DO CURSO.....	23
2.1 Dados de identificação do curso.....	23
2.2 Objetivo do curso.....	24
2.3 Competências e habilidades profissionais.....	24
2.4 Perfil do egresso.....	25
2.5 Campos de atuação.....	25
3 ADMINISTRAÇÃO ACADÉMICA DO CURSO.....	25
3.1 Colegiado de curso.....	26
3.2 Núcleo Docente Estruturante.....	29
3.3 Corpo Docente.....	32
3.4 Corpo técnico-administrativo.....	34
4 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA DO CURRÍCULO.....	35
4.1 Estrutura curricular.....	35
4.1.1 Núcleos da fundamentação da formação profissional.....	36
4.1.2 Matriz e proposta curricular.....	37
4.1.3 Princípios da formação profissional.....	39
4.2 Política de educação ambiental.....	41
4.3 Relações étnico-raciais e história e cultura afro-brasileira, africana e indígena.....	44
4.4 Educação em direitos humanos.....	45
4.5 Libras.....	47
5 MATRIZ CURRICULAR.....	48
5.1 Componentes curriculares do núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social	49
5.2 Componentes curriculares do núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira.....	49
5.3 Componentes curriculares do núcleo de fundamentos do trabalho profissional.....	49
5.4 Componentes curriculares eletivos.....	50
5.5 Atividades Curriculares Obrigatórias.....	50
5.5.1. Atividade Curricular de Extensão (ACE).....	50
5.5.2 Estágio em Serviço Social.....	53
5.5.3 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).....	54
5.6 Atividade Complementar Obrigatória (ACO).....	56
5.7 Requisitos e equivalências da nova matriz curricular.....	58
6. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO.....	62
6.1 Integração ensino/pesquisa/extensão – desafio da indissociabilidade.....	63
6.2. Iniciação científica e pesquisa.....	68
6.3 Monitoria.....	69
6.4 A Responsabilidade Social.....	71
6.5 Acessibilidade.....	71

6.6 Inclusão e política de cotas.....	74
6.7 Políticas de apoio aos discentes.....	75
7 METODOLOGIAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM.....	78
7.1 Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).....	80
8 ORDENAMENTO CURRICULAR.....	81
8.1 Ordenamento curricular do curso diurno.....	82
8.2 Ordenamento curricular do curso noturno.....	83
9 EMENTAS E BIBLIOGRAFIAS DOS COMPONENTES CURRICULARES.....	85
9.1 Ementas e bibliografias dos componentes curriculares do curso diurno.....	85
9.2 Ementas e bibliografias dos componentes curriculares do curso noturno.....	115
9.3 Ementas e bibliografias dos componentes curriculares eletivos.....	144
10 AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM.....	155
10.1 Avaliação do Curso.....	157
10.2 Avaliação do Projeto Pedagógico.....	158
11 INFRAESTRUTURA FÍSICA E RECURSOS MATERIAIS.....	160
11.1 Biblioteca.....	162
11.2 Acervo da Biblioteca Central da UFAL.....	163
11.3 Acervo Documental da Faculdade de Serviço Social – Profa. Dr. ^a Cláudia Viana de Melo Malta.....	163
12 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	165
APÊNDICES.....	168
PROGRAMA DE EXTENSÃO DA FSSO.....	169
RESOLUÇÃO Nº 02/2019 – CGSS/FSSO, de 27 de março de 2019.....	194
RESOLUÇÃO CTCC 01/2018-FSSO/UFAL, de 13 de novembro de 2018.....	214
REQUERIMENTO DE CÔMPUTO DA CARGA HORÁRIA FLEXÍVEL.....	224
RESOLUÇÃO Nº 01/ 2019 CG/FSSO, de 21 de janeiro de 2019.....	227

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Contextualização da Instituição de Ensino Superior

Mantenedora: Ministério da Educação (MEC)

Município-Sede: Brasília - Distrito Federal (DF)

CNPJ: 00.394.445/0188-17

Dependência: Administrativa Federal

Mantida: Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Código: 577

Município-Sede: Maceió

Estado: Alagoas

Região: Nordeste

Endereço do Campus sede:

Campus A. C. Simões – Av. Lourival Melo Mota, s/n, Cidade Universitária Maceió/AL

Rodovia BR 104, CEP: 57.072 - 970

Fone: (82) 3214 - 1100 (Central)

Portal eletrônico: www.ufal.edu.br

Contextualização do curso

Curso: Serviço Social

Reconhecimento: 1^a Portaria de Reconhecimento 47.533 de 29 de dezembro de 1959.

Renovação de reconhecimento: Portaria nº 775, de 7 de novembro de 2008.

Modalidade: Bacharelado Presencial

Título oferecido: Bacharel em Serviço Social

Nome da Mantida: Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Campus: A.C. Simões

Município-Sede: Maceió

Estado: Alagoas

Região: Nordeste

Endereço de funcionamento do curso:

Campus A. C. Simões – Av. Lourival Melo Mota, s/n - Cidade Universitária, Maceió /AL

Rodovia BR 104, Km 14, CEP: 57.072 - 970

Unidade Acadêmica: Faculdade de Serviço Social - FSSO

Fone: (82) 3214-1231

Portal eletrônico do curso: <http://www.ufal.edu.br/unidadeacademica/fsso/>

Coordenador(a) do Curso

Nome: Sueli Maria do Nascimento

Formação acadêmica: Bacharelado em Serviço Social

Titulação: Doutora

Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva

1 APRESENTAÇÃO

A Universidade Federal de Alagoas é pessoa jurídica de direito público federal, portadora do CNPJ 24464109/000-48, foi criada pela Lei Federal n. 3.867 de 25 de janeiro de 1961. Possui estrutura *multicampi* (*Campus A. C. Simões*, *Campus Arapiraca* e *Campus Sertão*). Instituição Federal de Educação Superior, pluridisciplinar de ensino, pesquisa e extensão, vinculada ao Ministério de Educação (MEC), mantida pela União, com autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial assegurada pela Constituição Federal, pelas Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 9394/96 e por seu estatuto (aprovado pela Portaria do MEC n. 4067, de 29 de dezembro de 2003) e Regimento Geral (homologado pela Resolução nº 01/2006-CONSUNI/CEP), complementados pelas resoluções de seus órgãos de deliberação superior.

O *Campus* da Universidade onde funciona a Faculdade de Serviço Social está localizado em Maceió, Av. Lourival Melo Mota, s/n Tabuleiro do Martins, CEP: 57072-970 Maceió – AL, às margens da BR-104; possui uma área total de cerca de 2.100.00 m², com mais 138.248 m² de área construída, visto que muitos prédios para atendimento à pesquisa, administração e salas de aulas foram construídos nos últimos cinco anos. O Estatuto da UFAL em vigência, aprovado pela Portaria do MEC nº 4067, de 29 de dezembro de 2003, estabeleceu critérios para que um Centro ou Departamento pudesse se tornar uma Unidade Acadêmica. Em janeiro de 2006, foi homologado o Regimento Geral, por meio da Resolução Nº 01/2006 – CONSUNI/CEPE, que deu origem a uma nova estrutura organizacional, na qual se inseriu a Faculdade de Serviço Social, com Regimento Interno aprovado por este Conselho Superior da UFAL, Resolução n. 49/2013, de 8 de julho de 2013. Hoje, a UFAL conta com aproximadamente 23.569 alunos matriculados nos 84 cursos de graduação, distribuídos em 23 Unidades Acadêmicas, nos *campi* da capital e do interior do Estado.

Conforme atesta o relatório de gestão da UFAL/2017, o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (2013-2017) “tem por missão produzir, multiplicar e recriar o saber coletivo em todas as áreas do conhecimento de forma comprometida com a ética, a justiça social, o desenvolvimento humano e o bem comum. Seu objetivo é tornar-se referência nacional nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, firmando-se como suporte de excelência para as demandas da sociedade. O objetivo maior da atual gestão é o fortalecimento da universidade enquanto instituição pública, gratuita e inovadora, diante do quadro de mudanças das novas dinâmicas globais e dos avanços científicos, mas

considerando, no entanto, o seu compromisso com a sociedade” (Relatório de gestão, 2017, p. 17).

Com mais de 50 anos de existência, a UFAL forma profissionais (bacharéis/ou licenciados) em diferentes áreas e campos do conhecimento, em níveis e modalidades diferenciados, aptos para contribuir com o desenvolvimento científico, tecnológico, cultural e socioeconômico de Alagoas, do Nordeste e do Brasil. Para tanto, tem os seguintes princípios e finalidades: gestão democrática e descentralizada; legalidade, moralidade, imparcialidade, eficiência e eficácia, publicidade de seus atos; a ética, como norteadora de toda prática institucional em todas as suas relações internas e com a sociedade; indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; liberdade de expressão do pensamento, de criação, de difusão e socialização do saber; universalidade do conhecimento e do fomento à interdisciplinaridade; desenvolvimento científico, político, cultural, artístico e socioeconômico do estado de Alagoas; articulação sistemática com as diversas instituições e organizações da sociedade; regular prestação de contas.

O Curso de graduação da Faculdade de Serviço Social é parte constitutiva dessa estrutura da UFAL desde 1972. O Projeto Pedagógico, aqui apresentado, responde às exigências de revisão da formação profissional do assistente social no Brasil e compõe-se das seguintes partes: apresentação do curso através do seu histórico, perfil do egresso, competências e habilidades profissionais pretendidas, além do material humano que a faculdade dispõe e suas formas de gestão pedagógica; apresenta a organização curricular a partir dos Núcleos de Fundamentos com a descrição das disciplinas, carga horária, ementa e localização na matriz curricular; traz os regulamentos que formalizam as atividades curriculares de Estágio e TCC, bem como as atividades complementares e as políticas institucionais; apresenta o Programa de Extensão da faculdade e suas formas de implementação, assim como as estratégias de avaliação continuada do curso e do seu projeto pedagógico, dentre outras informações.

1.1 Contexto institucional

A Universidade Federal de Alagoas (UFAL) é pessoa jurídica de direito público federal, CNPJ: 24.464.109/0001-48, com sede na Avenida Lourival de Melo Mota, s/n, *Campus A. C. Simões*, no município de Maceió, no estado de Alagoas, CEP 57.072-970, além de uma Unidade Educacional (UE) em Rio Largo, município da região metropolitana da

Capital. Foi criada pela Lei Federal nº 3.867, de 25 de janeiro de 1961, a partir do agrupamento das então Faculdades de Direito (1933), Medicina (1951), Filosofia (1952), Economia (1954), Engenharia (1955) e Odontologia (1957), como instituição federal de educação superior, de caráter pluridisciplinar de ensino, pesquisa e extensão, vinculada ao Ministério da Educação, mantida pela União, com autonomia assegurada pela Constituição Brasileira pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9.394/96 e por seus Estatuto e Regimento Geral.

Possui estrutura multicampi, com sede localizada no *Campus A. C. Simões*, em Maceió, onde são ofertados 64 cursos de graduação distribuídos nas 23 unidades acadêmicas. O processo de interiorização, iniciado em 2006, expandiu sua atuação para o Agreste, com o *Campus de Arapiraca* e com Unidades Educacionais em Palmeira dos Índios, Penedo e Viçosa e a oferta de 22 cursos, atualmente. Em 2010, chegou ao Sertão, instalando seu terceiro *Campus* em Delmiro Gouveia e uma Unidade Educacional em Santana do Ipanema e a oferta de 08 cursos, todos presenciais. No total, são 88 cursos presenciais e 12 ofertados na modalidade de Educação à Distância, através do sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB, ofertados nos 3 *campi*, atendendo à aproximadamente 26 mil alunos.

A pós-graduação contribui com 41 programas de Mestrado, sendo 31 mestrados acadêmicos e 10 profissionais, 14 cursos de Doutorado, além dos cursos de especialização nas mais diferentes áreas do conhecimento, ofertados anualmente por processo seletivo nas modalidades presencial, semipresencial e EAD.

A pesquisa na UFAL vem crescendo a cada ano com a ampliação de linhas e grupos de pesquisa, nas mais diferentes áreas do conhecimento. Entre professores, técnicos e discentes envolvidos com pesquisa é possível quantificar aproximadamente 4 mil pesquisadores, o que é ainda um número pequeno se comparado ao quantitativo geral da UFAL. Para tanto, contam com a parceria de instituições de fomento à pesquisa, seja estadual ou nacional, que atuam através da concessão de bolsas de estudos e financiamento de projetos de pesquisa, a realização e a participação em eventos que estimulam o estudo, o debate e a socialização das pesquisas em âmbito local, estadual, regional, nacional e internacional. A universidade oferece sete programas de incentivo à pesquisa que dispõe de bolsas estudantis.

Na UFAL, desenvolve-se pesquisa nas seguintes áreas: Ciências Exatas e da Terra (Química, Ciências da Computação, Matemática, Geociências, Meteorologia, Física, Química Orgânica, Física da Matéria Condensada, Química Analítica, Físico-química, Química dos

Produtos Naturais, Eletroquímica, Química Inorgânica, Química Ambiental, Física Geral, Geometria e Topologia, Matemática Aplicada, Química Industrial), Ciências Humanas (Educação, Psicologia, Sociologia, Geografia, Antropologia, Tópicos Específicos de Educação, Psicologia no Ensino e da Aprendizagem, História do Brasil), Ciências Sociais Aplicadas (Arquitetura e Urbanismo, Direito, Serviço Social, Economia, Direito público, Administração, Administração Pública, Ciência da Informação), Linguística, Letras e Artes (Linguística, Letras, Literatura Brasileira, Literatura Comparada, Artes, Línguas estrangeiras Modernas, Teoria Literária), Ciências da Saúde (Nutrição, Medicina, Enfermagem, Farmácia, Clínica Médica, Fonoaudiologia, Doenças Infecciosas e Parasitárias, Saúde Coletiva, Educação Física, Ginecologia e Obstetrícia, Saúde pública), Engenharia (Engenharia Química, Engenharia Civil, Engenharia Sanitária, Recursos Hídricos, Estruturas, Engenharia de Materiais e Metalurgia), Ciências Agrárias (Agronomia, Zootecnia), Ciências Biológicas (Bioquímica, Biologia Geral, Biologia Molecular, Botânica, Ecologia, Genética), dentre outras¹.

A extensão contribui com diversos programas e, também, é uma atividade em constante expansão. Hoje, é concebida como componente curricular obrigatório no processo de formação profissional, pois passa a compor obrigatoriamente a estrutura curricular de todos os cursos de graduação, concretizando esforços pela indissociabilidade com as atividades de ensino e pesquisa para todos os alunos. O respaldo legal para o processo de curricularização da extensão na UFAL seguiu a orientação da Lei do Plano Nacional de Educação (PNE) e a Política Nacional de Extensão Universitária do Fórum dos Pró-reitores de Extensão das Instituições Públicas de Ensino Superior (FORPROEX). Além destes, se orientou pelos princípios gerais da Extensão na UFAL, através da Resolução nº 65/2014 – CONSUNI/UFAL e da recém-aprovada Resolução nº 04/2018 - CONSUNI/UFAL.

A principal função da extensão universitária é promover a aproximação concreta e cotidiana da universidade com a comunidade, viabilizando a troca de saberes, espaços de diálogo, prestação de serviços e assistência à comunidade através de ações educativas, culturais, político-filosóficas e científicas. As atividades extensionistas curricularizadas vão possibilitar o contato com a realidade da comunidade, ultrapassando a perspectiva da formação profissional nos padrões acadêmico-científicos postos, visto que viabiliza uma formação humanista, pautada no respeito à dignidade humana.

¹ Dados disponíveis em: http://www.repositorio.ufal.br/?cnpq_page=18#facet_cnpq

Em 2018, a UFAL passou por um processo de avaliação de recredenciamento junto ao MEC, elevando sua nota de 3 para 4, numa escala de 0 a 5. Isso significou uma grande vitória para a universidade, tendo em vista o progressivo corte de recursos para o ensino superior e para a realização de pesquisas. Ainda assim, a UFAL se consagra como a melhor instituição de ensino superior do estado, oferecendo uma formação de excelência, seja na graduação ou na pós-graduação. Essa conquista é resultado do trabalho coletivo de professores, técnicos, alunos e colaboradores que diariamente se esforçam, para além das suas responsabilidades, para fazer com que a universidade seja cada dia mais socialmente referenciada.

A UFAL conta com um quadro de docentes de aproximadamente 1400 profissionais e de um corpo técnico administrativo com cerca de 1700 servidores, em sua maioria, lotados no Hospital Universitário que se caracteriza como um órgão de apoio acadêmico, oferecendo atividades de ensino, pesquisa e assistência médica à comunidade.

Com isso, a UFAL reafirma a sua missão de “[...] produzir, multiplicar e recriar o saber coletivo em todas as áreas do conhecimento de forma comprometida com a ética, a justiça social, o desenvolvimento humano e o bem comum”, bem como o seu objetivo que é “[...] tornar-se referência nacional nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, firmando-se como suporte de excelência para as demandas da sociedade²”.

O ingresso dos estudantes na UFAL se efetiva por meio de processo seletivo anual através do ENEM e da plataforma SISu/MEC (Sistema de Seleção Unificada). Além disso, é possível ingressar na instituição através da submissão ao Edital de Transferência Externa que possibilita a estudantes de IES públicas e privadas concorrerem a uma vaga na UFAL por meio de seleção interna. Dispõe também do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), o qual “oferece oportunidades de formação superior a cidadãos de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordos educacionais e culturais”. Este programa é “desenvolvido pelos ministérios das Relações Exteriores e da Educação, em parceria com universidades públicas - federais e estaduais - e particulares”, e tem como foco selecionar “estrangeiros, entre 18 e preferencialmente até 23 anos, com ensino médio completo, para realizar estudos de graduação no país³”. A UFAL conta também, como forma de ingresso, com o Programa de Mobilidade Acadêmica Interinstitucional, que possibilita mobilidade de estudantes entre instituições federais, seguindo critérios específicos, visto que tem caráter temporário.

² Informações disponíveis no sitio: <https://ufal.br/ufal/institucional/apresentacao>

³ Informações disponíveis no sítio: <http://portal.mec.gov.br/pec-g>

A UFAL possui uma estrutura organizacional e administrativa estruturada a partir dos conselhos superiores: o Conselho Universitário (Consuni) e o Conselho de Curadores (Cura); das sete Pró-reitorias: Pró-reitoria Estudantil (PROEST), Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD), Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (PROPEP), Pró-reitoria de Extensão (PROEX), Pró-reitoria de Gestão Institucional (PROGINST) e Pró-reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho (PROGEP); além dos órgãos de apoio administrativo: Auditoria Geral (AG), Departamento de Administração de Pessoal (DAP), Departamento de Contabilidade e Finanças (DCF), Departamento de Registro e Controle Acadêmico (DRCA), Núcleo Executivo de Processos Seletivos (Neps), Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI) e a Superintendência de Infraestrutura (Sinfra); órgãos de assessoramento: Assessoria de Comunicação (Ascom), Assessoria de Educação em Direitos Humanos e Segurança Pública (AEDHSP), Assessoria de Intercâmbio Internacional (ASI), Procuradoria Educacional Institucional (PEI), Procuradoria Geral Federal da UFAL (PGF), Ouvidoria Geral (OG) e a Secretaria Executiva dos Conselhos Superiores (SECS); e órgãos de apoio acadêmico: Biotério Central, Biblioteca Central, Coordenadoria Institucional de Educação a Distância (CIED), Editora Universitária (Edufal), Hospital Universitário (HU), Núcleo de Desenvolvimento Infantil (NDI), Núcleo de Acessibilidade e o Restaurante Universitário (RU); dispõe ainda da Comissão Própria de Avaliação (CPA), Comissão de Ética da UFAL, Comitê de Ética em Pesquisa e a Comissão de Ética no Uso de Animais.

Por fim, a Universidade dispõe da Residência Universitária – RUA como um centro de apoio aos estudantes que necessitam de moradia. A RUA compõe, dentre outras ações e programas, a exemplo das bolsas estudantis (permanência), a política de assistência estudantil da UFAL e tem capacidade para abrigar 135 estudantes distribuídos em 5 prédios, oferecendo ainda espaços coletivos como sala de estudo, copa e laboratório de informática. Somado a isso, a UFAL possui centros culturais que expressam um importante papel artístico-cultural, científico e social através da interação entre as diversas manifestações culturais, as quais aproximam estudantes e a sociedade, como um todo, da arte, da música, do teatro, da dança, do folclore, da história, da biodiversidade e da tecnologia. São eles: Espaço Cultural Salomão de Barros, Museu de História Natural, Museu de Antropologia e Folclore Theo Brandão, Usina Ciência, Centro de Cultura e Extensão, entre outros.

Isso posto, a perspectiva da formação superior na UFAL vai muito além dos seus muros, das suas salas de aula, laboratórios e bibliotecas. Extrapolando essas delimitações,

colocando os/as discentes em contato cotidiano com a realidade com a qual vão lidar. Forma, acima de tudo, profissionais capazes de exercer com qualidade e competência suas profissões, porém com um olhar mais humano.

1.2 Realidade regional

Com uma extensão territorial de 27.848,140 km², o estado de Alagoas é composto por 102 municípios distribuídos em 03 mesorregiões (Leste, Agreste e Sertão alagoano) e 13 microrregiões. De acordo com dados do IBGE, apresentava população residente estimada em 3.375.823 habitantes⁴, sendo grande parte em meio urbano.

A inserção espacial da UFAL leva em consideração as demandas apresentadas pela formação de profissionais em nível superior e a divisão do Estado em suas meso e microrregiões. Essa configuração espacial é contemplada com uma oferta acadêmica que respeita as características econômicas e sociais de cada localidade, estando as suas unidades instaladas em cidades polo consideradas fomentadoras do desenvolvimento local.

Com a interiorização, a UFAL realiza cobertura universitária significativa em relação à demanda representada pelos egressos do Ensino Médio em Alagoas, com exceção do seu litoral norte, cujo projeto de instalação do *campus* no município de Porto Calvo se encontra em tramitação na SESu/MEC.

O PIB per capita estadual era de R\$ 6.728,00, em 2009, sendo o setor de serviços o mais importante na composição do valor agregado da economia, com participação de 72%. Os restantes 28% estão distribuídos em atividades agrárias – tradicionalmente policultura no agreste, pecuária no sertão e cana-de-açúcar na zona da Mata, além do turismo, aproveitando o grande potencial da natureza do litoral.

1.3 Justificativa

O Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social (2019) da Universidade Federal de Alagoas, *campus A. C. Simões*, foi fruto dos debates e discussões acerca da formação profissional do assistente social no Núcleo Docente Estruturante - NDE⁵, desde 2015. Um dos motivos para a elaboração desse novo projeto remete a uma exigência institucional em face do

⁴ Dados disponíveis em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/por-cidade-estado-estatisticas.html?t=destaques&c=27>

⁵ O Núcleo Docente Estruturante (NDE), durante o período de elaboração deste Projeto Pedagógico, esteve composto das seguintes professoras da Faculdade de Serviço Social: Islânia Lima da Rocha (presidente), Reivan Marinho de Souza, Maria Virgínia Borges Amaral, Maria Norma Alcântara B. de Holanda, Margarida Maria Silva dos Santos, Wanda Griep Hirai, Maria Adriana da Silva Torres.

tempo de vigência do projeto pedagógico anterior (10 anos) e considerando-se as exigências postas pela dinâmica da realidade atual em termos brasileiros e do estado de Alagoas na área da formação superior.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE), responsável maior pela revisão do projeto pedagógico, organizou este novo projeto atualizando os seus componentes curriculares, não apenas para responder às novas exigências da política educacional brasileira do MEC, em termos da “acessibilidade (pedagógica, metodológica, de informação e de comunicação), política de cotas, educação ambiental, relações étnico-raciais e história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, educação em direitos humanos, libras, entre outras” (ROCHA; TORRES, 2017, p. 143); mas também para qualificar a formação profissional, atender às demandas da realidade brasileira e alagoana em que se inserem os assistentes sociais e os usuários das políticas sociais.

A construção desse projeto mantém como referência as Diretrizes Curriculares Nacionais formuladas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS desde 1996 para os cursos de Serviço Social no Brasil, que contemplam princípios, pressupostos, conteúdos, habilidades, competências e perfil profissional crítico, para responder às demandas expressas na questão social.

Este projeto pedagógico (2019) situa-se no contexto do capitalismo contemporâneo marcado pela crise estrutural do capital que atinge a totalidade das relações sociais e exige um processo de reestruturação que altera as formas de produzir a riqueza social, agravando severamente as condições de trabalho e de reprodução dos trabalhadores. Nesse contexto, a intervenção do Estado, através das políticas sociais/públicas, torna-se uma condição necessária para responder às expressões alarmantes de fenômenos sociais como o desemprego, a precarização e a superexploração do trabalho, a violência, o pauperismo, as diversas formas de alienação, o não acesso a bens e serviços de uso coletivo, dentre outros. Ante essa realidade, a universidade deve cumprir sua função social no sentido de pensar e produzir conhecimentos sobre esses fenômenos de modo a contribuir com a mudança dessa realidade, necessitando, para tal, qualificar profissionais para intervir com competência teórica, técnica, política e ética sobre a conjuntura presente.

Nesta conjuntura, o estado de Alagoas, segunda menor unidade da federação, com uma área de 27.767,66 km, das quais 82 km de águas, formado por lagoas e lagunas, dispõe de 102 municípios, com uma população de 3.015.912 habitantes (IBGE, 2005). No plano econômico-

social e histórico é um Estado marcado pelo domínio de relações oligárquicas com uma economia baseada predominantemente na cultura da cana-de-açúcar. Embora a produção da cana-de-açúcar seja uma fonte de produção de riqueza, os indicadores sociais mostram uma realidade com alta concentração de riqueza e índices degradantes de pobreza. Observa-se uma queda na produção da cana-de açúcar no Estado, que vem se evidenciando em consequência da retração na economia nos últimos anos, acompanhada do aumento da pobreza e dos índices de analfabetismo.

Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) apontam que houve um aumento da pobreza em Alagoas, em relação a 1995, pois os Estados com maior taxa de pobreza absoluta eram: Maranhão (77,8%), Piauí (75,7%) e Ceará (70,3%). Alagoas também liderou o ranking da pobreza extrema no ano de 2008, apresentando (32,3%), seguido do Maranhão (27,2%) e do Piauí (26,1%). Em linhas gerais, 62% dos alagoanos são considerados pobres.

Os índices no campo educacional obtiveram alguma melhora em um dado momento, pois houve uma redução do índice de analfabetismo em 9,1%, segundo dados do IBGE (2010). Entre 2000 e 2010, o número de pessoas que não sabem ler e escrever caiu de 33,4% para 24,3%. A média de redução foi de 7,1%, enquanto a nacional foi de 4%. Entretanto, apesar dessa redução, o estado ainda detém o mais alto índice de analfabetismo do país, mostrando a persistência do fenômeno. A taxa de analfabetismo da população acima de 15 anos, tanto rural quanto urbana é também a maior do país.

Em 2016, o estado apresenta o menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil, com média de 0,677. A taxa de mortalidade infantil é a mais alta do país: a cada mil crianças nascidas vivas, 46,4 morrem antes de completar um ano – mais que o dobro da média nacional, que é de 22. A taxa de analfabetismo também é a maior do país: analfabetismo, 24,6%; analfabetismo funcional, 36,5%.

Trata-se de uma realidade histórica que não tem se modificado substancialmente ao longo de séculos, pois, em Alagoas, os recentes índices de desenvolvimento humano apresentaram valores negativos. Uma realidade que requisita a produção de conhecimentos e o incentivo à educação e às políticas sociais⁶.

Este é o contexto de criação do Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas (2019) – *Campus A. C. Simões*, o qual se insere no processo

⁶ Dados extraídos do Projeto submetido à FAPEAL em 2016, para realização do I Seminário Internacional sobre trabalho e reprodução social: crise contemporânea, desafios do conhecimento e lutas sociais.

de formação do assistente social brasileiro. Tal processo responde a uma necessidade histórica, requerendo sua estruturação através de um Projeto Pedagógico que envolva a formação profissional em seus múltiplos aspectos, seja em relação à formação acadêmica na sua totalidade, seja acerca de conteúdos teórico-metodológicos, econômicos, ético-políticos e culturais que envolvem a sociedade e, particularmente, a profissão. É, desse modo, um processo marcado pelo complexo movimento das classes na sociedade que reflete o debate travado pela profissão ao longo de sua trajetória histórica, tendo em vista responder às manifestações da questão social nos marcos do capitalismo monopolista em expansão. A relação entre a profissão e a realidade manifesta-se concretamente quando do enfrentamento da questão social, constituindo-se o eixo fundante das novas diretrizes curriculares.

O projeto pedagógico ora proposto tem a questão social como pressuposto da formação profissional, assumindo como argumentação central a tese de que o significado sócio-histórico e ideopolítico do Serviço Social estão inscritos no conjunto das práticas sociais que são acionadas pelas classes e mediadas pelo Estado, em face das sequelas da questão social. Tal argumentação confirma a particularidade do Serviço Social como profissão que está intrinsecamente articulada às configurações estruturais e conjunturais da questão social, bem como de seu enfrentamento histórico. Sugere-se, neste projeto, um tratamento teórico, histórico e metodológico rigoroso da questão social.

O tratamento crítico e rigoroso da questão social, considerando a particularidade nacional, regional e local, pressupõe o conhecimento e domínio de teorias no campo das Ciências Sociais e da teoria social de Marx. Isso implica destacar a dimensão pluralista na formação profissional que permita o acesso ao conhecimento produzido pela sociedade que possibilite a análise crítica da sociedade contemporânea a partir do desvelamento das relações sociais capitalistas (produção e acumulação), da organização das forças produtivas materiais, da conjuntura política, das formas de regulação social (Estado) a da dinâmica das classes na sociedade.

A revisão curricular do Curso de Serviço Social da UFAL também vem atender às novas exigências para a formação dos Assistentes Sociais, proposta pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Essas exigências têm, por determinação, traços da conjuntura brasileira nos últimos anos, pondo novos desafios às atividades profissionais e ao próprio desenvolvimento histórico-profissional, requerendo revisão no processo de formação existente frente às mudanças na realidade social.

A formação em Serviço Social, contemplada neste projeto, se expressa no currículo pleno, dotado de flexibilidade e de uma dinâmica na organização dos componentes da estrutura curricular, compondo princípios da formação profissional associados ao rigoroso trato teórico e metodológico da realidade e do Serviço Social, de forma que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção e reprodução da vida social.

As dimensões investigativa e interpretativa constituem princípios formativos e condição central da formação profissional e da relação teoria e realidade. A direção social estratégica da profissão se faz presente neste projeto pedagógico a partir da adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões: universalidade, particularidade e singularidade. Ao mesmo tempo, enfatiza o exercício do pluralismo como elemento próprio da vida acadêmica e profissional, impondo-se o necessário debate sobre as várias tendências teóricas que compõem a produção das ciências humanas e sociais.

A lógica da nova proposta curricular está sustentada em núcleos de fundamentação da formação profissional compreendidos como: *núcleo de fundamentos teórico-metodológico da vida social, núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e núcleo de fundamentos do trabalho profissional*. Os três núcleos compreendem o conjunto de conhecimentos e habilidades que se especificam em matérias que, por sua vez, podem desdobrar-se em disciplinas ou outros componentes curriculares. Devem comportar subsídios indissociáveis para apreensão da gênese, manifestações e enfrentamento da questão social compreendida como eixo fundante da profissão e articulador dos conteúdos da formação profissional, conforme expressos nesse projeto.

1.4 Histórico do curso

O Curso de Serviço Social instituído em Alagoas na Escola Padre Anchieta em 1957 e reconhecido pela Portaria nº 47.533 de 29 de dezembro de 1959, teve sua formação profissional originalmente guiada por princípios doutrinários de base confessional e por fundamentos teórico-metodológicos das Ciências Sociais. A partir de 1972, o Curso de Serviço Social passa a integrar a UFAL, inicialmente, funcionando no *Campus Tamandaré* e, posteriormente, no *Campus A.C. Simões* onde permanece até hoje. Conforme o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de 2006, a Universidade Federal de Alagoas reorganiza-se

institucionalmente a partir das Diretrizes do Ministério da Educação (MEC), aprovando um novo Estatuto e Regimento Interno, conforme acima mencionado, cujos cursos de graduação, nessa lógica, compõem as novas Unidades Acadêmicas (Faculdades, Escolas e Institutos). Nessa reorganização institucional, o Departamento de Serviço Social altera-se e transforma-se em Faculdade de Serviço Social, aglutinando os Cursos de Graduação e de Pós-graduação (*Lato Sensu e Stricto Sensu*) em Serviço Social (PPC, abril de 2007, p. 6).

O Serviço Social é hoje, indiscutivelmente, uma área de composição interdisciplinar, abarcando e interagindo com outras áreas – ou eixos - de conhecimentos que compõem os cursos da UFAL. É, pois, uma área capaz de articular vários campos de saber, contemplando as discussões acerca das bases fundamentais da sociedade, do Serviço Social como profissão, dos direitos, da execução, da gestão e da avaliação de políticas públicas, campos necessários ao desenvolvimento local e regional. Em 2008, após avaliação institucional do INEP/MEC, o curso teve renovado seu reconhecimento, conforme Portaria 823/MEC, de 30 de dezembro de 2014.

O currículo mínimo proposto pela ABEPSS resulta de um amplo processo de debate entre as Unidades de Ensino de Serviço Social brasileiras, com o apoio do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e da Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO), realizado desde 1994, com vistas à revisão do currículo implantado em 1984. Esse processo culminou com a elaboração do documento base do currículo mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, de 08 de novembro de 1996, contido na proposta de Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social.

Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), em 20 de dezembro de 1996, e a consequente reforma do ensino, as Diretrizes Curriculares foram encaminhadas para aprovação pela Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação e do Desporto (SESu/MEC), passando a tramitar nessa instituição. Uma comissão de especialistas na área de Serviço Social, por convocação da referida Secretaria aprecia a matéria, e em consonância com as diretrizes propostas pela ABEPSS, e com a Lei 8.662 de 07 de junho de 1993 que regula a profissão de Assistente Social, define o Perfil do Bacharel em Serviço Social como: profissional que atua nas expressões da questão social, formulando, implementando e avaliando propostas para seu enfrentamento, por meio de políticas sociais, políticas públicas, dos movimentos sociais e das organizações do terceiro setor; profissional dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica; profissional comprometido com os valores e

princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social.

O Curso de Serviço Social passou por quatro reformulações em seu projeto pedagógico: 1984, 1993⁷, 2006 e a atual (2019). Até 2006, esses processos de revisão foram assessorados pela Comissão de Avaliação Curricular do Curso de Serviço Social (CACSS/UFAL), sempre referenciadas nas recomendações da ABESS/ABEPSS⁸. Em 1997, ocorreu uma alteração no PPC em face da implantação do turno noturno no curso. Entre 1988 e 1999, esta comissão viabilizou o processo de revisão do currículo de Serviço Social que culminou com o Projeto do Currículo Pleno.

No ano 2000, a CACSS/UFAL solicita aos diversos setores de estudo do Departamento de Serviço Social, responsáveis pelas diversas disciplinas do curso, que discutam as matérias contidas nas Diretrizes Curriculares e elaborem a proposta de cada setor para a grade curricular em processo de realização. Material que passa a fazer parte do novo Projeto Pedagógico, juntamente com as definições do conjunto do Departamento de Serviço Social para o projeto de formação profissional em Alagoas. Desse modo, a dinâmica para a elaboração do novo projeto pedagógico para o Curso de Serviço Social da UFAL realiza-se determinada pelas necessidades locais, pelas exigências da realidade atual e pela reflexão sobre os conteúdos presentes nas Diretrizes Curriculares. Os conteúdos das novas Diretrizes Curriculares instigam às reflexões de natureza teórico-metodológica, que se caracterizam por uma nova qualidade no interior do debate profissional. A partir delas, surgem também

⁷ A Resolução Nº 83/92 do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão, de 14/12/1992, estabeleceu a implantação do Regime Seriado nos Cursos de Graduação e determinou o prazo máximo até 1994. A Resolução 01/93 do CEPE definiu as normas referentes à implantação e implementação do regime seriado anual, quanto à organização e ao funcionamento dos Cursos de Graduação da UFAL. Ocasião, a partir da qual, o Curso de Serviço Social intensifica a avaliação e revisão do seu currículo e elabora o Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social de 1993, buscando compatibilizar as mudanças requeridas pela UFAL com a perspectiva de formação profissional definida pela categoria dos Assistentes Sociais no plano nacional. Isto representou, no plano local, um momento de reflexão e reformulações em todo o projeto de formação em Serviço Social, viabilizando mudanças no interior e na forma de organização dos conteúdos e das disciplinas, produto de um amplo debate e avaliação interna, com sua consequente atualização frente às exigências da realidade, tornando-se por referência o próprio debate profissional em termos da formação e a necessidade de repensar as disciplinas específicas do Serviço Social na perspectiva de uma unidade histórica e teórico-metodológica. Com isso o processo de revisão do currículo para o Regime Seriado antecipou, em certa medida, o debate da revisão curricular implementado no âmbito nacional, tomando por referência a própria avaliação do currículo implantado em 1984, que se efetuou seguido de um processo de avaliação contínuo pelo Departamento de Serviço Social da UFAL. A partir daí, tem início em 1994, a implantação do currículo do Curso de Serviço Social sob o Regime Seriado na Universidade Federal de Alagoas. Destaque-se que, com a implantação do curso de Serviço Social no turno noturno, em 1997, algumas alterações são realizadas no PPC, mantendo o Regime Seriado.

⁸ A Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) foi fundada em 10 de outubro de 1946, com a denominação de Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABES), recebendo sua atual denominação por deliberação da Assembleia Geral no dia 10 de dezembro de 1998 (Art. 1º, parágrafo único do Estatuto da ABEPSS, 1998, p. 1).

produções teóricas e debates públicos em termos de refletir sobre as suas consequências práticas no plano da formação profissional. A nova qualidade contida na lógica curricular impulsiona para a reflexão sobre os fundamentos da vida social e do próprio Serviço Social como profissão, incorporando novos conceitos e exigindo novos aprofundamentos.

Entre 2000 e 2006, a CACSS juntamente com a Coordenação de Curso e o Departamento de Serviço Social organizam a elaboração do novo PPC do Curso de Serviço Social, culminando em 2006/2007⁹ com sua aprovação pelo CONSUNI. Uma alteração significativa ocorreu naquele Projeto, em face da adequação ao sistema semestral e das mudanças institucionais que transformaram o antigo Departamento de Serviço Social em uma das Unidades Acadêmicas da UFAL. O PPC de 2007 alterou o regime escolar anual para semestral, com duas entradas por ano, resultando na revisão da grade curricular e sua divisão entre os oito semestres de curso. “Este projeto de formação traz em seu seio todas as conquistas das últimas revisões e evidencia uma maturidade teórica na construção de um currículo flexível e diversificado, com conteúdo crítico respaldado na direção [teórico-metodológica] política da ABEPSS, refletindo a maturidade dos estudos e produções científicas no âmbito da tradição marxista” (ROCHA; TORRES, 2017, p. 132, grifos nossos).

Entre 2008 e 2009, realizou-se uma pesquisa de avaliação do curso de Serviço Social da UFAL, motivada pela avaliação institucional do INEP, em maio de 2008, para atualização do reconhecimento do curso. O colegiado de curso, à época, avaliou na pesquisa a dinâmica nos processos de ensino-aprendizagem (conteúdos, metodologia e forma de avaliação das disciplinas e pesquisa) a relação docente-discente, a estrutura física, pedagógica do curso e da universidade. Definidos os parâmetros da pesquisa, foram aplicados instrumentos de avaliação com os/as discentes do primeiro ao sexto períodos e com docentes entre 2008 a 2010. O resultado dessa pesquisa resultou em um relatório de autoavaliação apresentado em evento, realizado pela coordenação do curso, com a presença da coordenadora nacional de graduação da ABEPSS e docentes do curso de Educação/UFAL.

Desde 2010¹⁰ até o momento atual, o colegiado da graduação, com base nos resultados

⁹ Em 2006 foi implantado o ordenamento curricular do PPC e somente em 2007 o CONSUNI aprovou o PPC em sua totalidade.

¹⁰ Entre 2010 e 2013 vários debates foram realizados no curso sobre o processo de formação profissional. Em 2011, foi formada uma nova Comissão de Autoavaliação/CAA na FSSO, a qual iniciou um processo de avaliação que culminou na elaboração de dois relatórios sucintos (2011, 2012) contendo informações sobre a unidade acadêmica/FSSO. Convém salientar que, em 2017, com uma nova gestão da CAA/FSSO, formada para responder às demandas da avaliação institucional da UFAL, avança-se em termos da construção da avaliação da unidade acadêmica/FSSO em termos da infraestrutura, corpo docente e técnico-administrativo, cursos de graduação e de pós-graduação. Esta nova comissão apreendeu que a sua competência se distingue

da pesquisa, organizou debates sobre a formação profissional que deram início, em 2015, a revisão do PPC (2019), coordenada pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE)¹¹. Essa revisão intensificou suas atividades entre 2016 e 2018¹², que culminou com a atualização e criação de novos componentes curriculares (obrigatórios e eletivos) como disciplinas, oficinas e seminários em consonância com as atuais exigências do MEC que envolvem “acessibilidade (pedagógica, metodológica, de informação e de comunicação), política de cotas, educação ambiental, relações étnico-raciais e história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, educação em direitos humanos, Libras, entre outras” (ROCHA; TORRES, 2017, p. 143); a curricularização das atividades de extensão, a revisão das regulamentações de Estágio Curricular e de TCC e elaboração da resolução de Monitoria.

Essa revisão representa o esforço do conjunto do corpo docente da Faculdade de Serviço Social, sob a coordenação do NDE, na perspectiva de atender às exigências atuais da realidade social e institucional, com centralidade na qualificação da formação profissional dos assistentes sociais. Por fim, mantém-se nesse processo as orientações/referências das diretrizes curriculares nacionais para a formação do/a assistente social no Brasil, da perspectiva teórico-crítica, do projeto ético-político profissional na continuidade da construção da ruptura com a influência conservadora nas diferentes dimensões da formação profissional.

das atribuições do NDE, o qual é responsável pela elaboração do projeto pedagógico e avaliação do curso de graduação.

¹¹ O NDE foi institucionalmente criado em 2013, vindo a funcionar com regularidade a partir de 2015, com vistas à revisão do Projeto Pedagógico do Curso.

¹² Sob a Coordenação do NDE foram realizados dois seminários com o corpo docente da FSSO, em agosto 2016 e dezembro 2017, com vistas a avaliar o PPC anterior (2007) e debater as propostas apresentadas pelo NDE e corpo docente sobre os novos objetivos; perfil do egresso; estrutura do PPC; proposta da curricularização da extensão (documentos MEC e da UFAL); regulamentações de Estágio, TCC e monitoria e, por fim, construir seu novo ordenamento curricular (componentes curriculares obrigatórios e eletivos). Debates e momentos de construção coletiva que culminaram, em 2018, na elaboração final deste novo PPC pelo NDE, respeitando toda regulamentação atual e as orientações institucionais da Pró-reitoria de Graduação/UFAL.

2 CONCEPÇÃO DO CURSO

2.1 Dados de identificação do curso

Curso: Serviço Social

Modalidade: Bacharelado Presencial

Nome da Mantida: Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Campus: A.C. Simões

Município-Sede: Maceió

Estado: Alagoas

Região: Nordeste

Endereço de funcionamento do curso:

Campus A. C. Simões – Cidade Universitária Maceió /AL

Av. Lourival Melo Mota, Rodovia BR 104, CEP: 57.072 - 970

Unidade Acadêmica: Faculdade de Serviço Social - FSSO

Telefone da secretaria geral: (82) 3214-1231

Telefone da coordenação de graduação: (82) 3214-1232

Portal eletrônico do curso: <http://www.ufal.edu.br/unidadeacademica/fsso/>

Atos Legais: 1^a Portaria de Reconhecimento 47.533 de 29 de dezembro de 1959

Resolução CNE: Resolução CNE/CES 492/2001

Portaria de Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 775, de 7 de novembro de 2008

Conceito preliminar do curso (CPC): 2.9308 (2016)

Turnos de Funcionamento: Matutino e Noturno

Título oferecido: Bacharel em Serviço Social

Seleção: anual, com entrada semestral

Formas de ingresso: ENEM e plataforma SISu/MEC (Sistema de Seleção Unificada); Processo semestral de Transferência externa e Reopção de curso através de editais; Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G); Programa de Mobilidade Acadêmica Interinstitucional.

Tempo de integralização do curso

Diurno: Mínima: 8 (oito) períodos/Máxima: 12 (doze) períodos

Carga horária máxima por semestre: 488 horas

Carga horária mínima por semestre: 288 horas

Noturno: Mínima: 9 (nove) períodos/Máxima: 13 (treze) períodos

Carga horária máxima por semestre: 506 horas

Carga horária mínima por semestre: 174 horas

Regime Escolar: semestral

Número de Vagas autorizadas: 100 vagas anuais, sendo uma entrada para o turno diurno e outra, no semestre seguinte, para o turno noturno, cada uma com 50 vagas, totalizando 100 novos discentes. Alterações instituídas pela Resolução No 85/2025-CONSUNI/UFAL, de 02 de setembro de 2025, a qual aprovou o redimensionamento de vagas do curso de graduação em Serviço Social da UFAL – Campus A. C. Simões.

Carga horária total do curso em hora/relógio: 3154 horas, sendo 2.052 horas dos Componentes Curriculares Obrigatórios, 162 horas dos Componentes Curriculares Eletivos, 400 horas da Atividade Curricular Obrigatória – Estágio em Serviço Social, 150 horas da Atividade Complementar Obrigatória, 300 horas das Atividades Curriculares Extensionistas e 90 horas da Atividade Curricular Obrigatória – Trabalho de Conclusão de Curso.

2.2 Objetivo do curso

Formar Assistentes Sociais capazes de apreender o significado social e histórico da profissão e intervir de forma crítica e qualificada, nos espaços de atuação profissional, com fundamentação teórico-metodológica e posicionamento ético-político de acordo com a Regulamentação da Profissão (Lei Nº 8.662/93) e com o Código de Ética do Assistente Social (Resolução CFESS Nº 273/93).

2.3 Competências e habilidades profissionais

No que diz respeito às competências e habilidades do assistente social, as Diretrizes Curriculares traduzem a necessidade de uma formação profissional que: capacite nas dimensões teórica, metodológica, ética e política como requisito ao exercício das atividades, tendo em vista a apreensão crítica dos processos sociais numa perspectiva de totalidade; propicie a análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país; permita a compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade; e

qualifique para a identificação das demandas presentes na sociedade, visando formular respostas profissionais para o enfrentamento das expressões da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado.

As competências e habilidades que são requeridas ao profissional de Serviço Social em face das transformações sociais no mundo contemporâneo, presentes nas diretrizes curriculares, têm como base a Lei n. 8.662 de 07 de junho de 1993 que regulamenta a profissão, a qual discorre sobre o profissional como sendo capaz de: executar políticas sociais em órgãos de administração pública, empresas e organizações da sociedade civil; elaborar, executar e avaliar planos, programas e projetos na área social; contribuir para a participação dos usuários nas decisões institucionais; planejar, organizar, administrar benefícios e serviços sociais; e realizar pesquisas que subsidiem formulação de políticas sociais.

2.4 Perfil do egresso

Propõe-se formar:

- ♦ profissional que analise, decifre e atue sobre as múltiplas expressões da questão social, planeje, implemente e avalie políticas, planos, programas e projetos sociais;
- ♦ profissional generalista, com competências teórica, metodológica e política, referenciado no conhecimento das Ciências Sociais e da teoria social de Marx, com capacidade de análise crítica e propositiva nos diversos espaços socioinstitucionais;
- ♦ profissional que procure responder às demandas sócio-históricas dos usuários dos serviços sociais, respeitando e se comprometendo com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social.

2.5 Campos de atuação

I. Instituições governamentais;

II. Organizações da sociedade civil (ONGs, movimentos sociais, sindicatos, associações profissionais, cooperativas, conselhos de políticas públicas, entre outros);

III. Instituições Privadas.

3 ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA DO CURSO

A administração do Curso de Serviço Social é estruturada sob a forma de colegiado, o

qual é eleito pela comunidade acadêmica do curso para assumir a gestão pedagógica por um período de 02 (dois) anos. Esse colegiado desenvolve suas atividades de acompanhamento do curso em parceria com o Núcleo Docente Estruturante, cujo papel é acompanhar o desenvolvimento do curso, a implementação do PPC e a autoavaliação.

3.1 Colegiado de curso

O Colegiado do Curso de Graduação é um órgão de deliberação coletiva formado por 10 (dez) docentes, sendo 5 titulares e 5 suplentes, 2 (dois) técnicos, um titular e um suplente, e 2 (dois) discentes, um titular e um suplente, sendo presidido pelo Coordenador de Curso que será, obrigatoriamente, um profissional licenciado em Serviço Social. Esse órgão é escolhido mediante eleição direta organizada pela unidade acadêmica sob supervisão de uma comissão eleitoral. Seus membros, docentes, técnicos e discentes, devem estar em pleno gozo do exercício de suas atividades para o cumprimento de uma gestão de 2 anos, aos quais devem ser submetidos todos os assuntos relativos às questões pedagógicas do curso.

De acordo com o Regimento Geral da UFAL (2006),

Art. 25. O Colegiado de Curso de Graduação é órgão vinculado à Unidade Acadêmica, com o objetivo de coordenar o funcionamento acadêmico de Curso de Graduação, seu desenvolvimento e avaliação permanente, sendo composto de:

- I. 05 (cinco) professores efetivos, vinculados ao Curso e seus respectivos suplentes, que estejam no exercício da docência, eleitos em Consulta efetivada com a comunidade acadêmica, para cumprirem mandato de 02 (dois) anos, admitida uma única recondução;
- II. 01 (um) representante do Corpo Discente, e seu respectivo suplente, escolhido em processo organizado pelo respectivo Centro ou Diretório Acadêmico, para cumprir mandato de 01 (um) ano, admitida uma única recondução;
- III. 01 (um) representante do Corpo Técnico-Administrativo, e seu respectivo suplente, escolhidos dentre os Técnicos da unidade acadêmica, eleito pelos seus pares, para cumprir mandato de 02 (dois) anos, admitida uma única recondução.

Conforme está disposto no *Caput* do §2, do Art. 41, do Regimento Interno da FSSO (2006), o Coordenador do curso terá um Vice-coordenador, igualmente eleito, cujas funções são compatíveis com as do coordenador, de modo que ambos compartilharão as atribuições pertinentes à função.

Acerca das atribuições do Colegiado de curso, o Regimento Geral da UFAL (2006) demarca as seguintes:

Art. 26. São atribuições do Colegiado de Curso de Graduação:

- I. coordenar o processo de elaboração e desenvolvimento do Projeto Pedagógico do Curso, com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais, no perfil do profissional desejado, nas características e necessidades da área de conhecimento, do mercado de trabalho e da sociedade;
- II. coordenar o processo de ensino e de aprendizagem, promovendo a integração docente-discente, a interdisciplinaridade e a compatibilização da ação docente com os planos de ensino, com vistas à formação profissional planejada;
- III. coordenar o processo de avaliação do Curso, em termos dos resultados obtidos, executando e/ou encaminhando aos órgãos competentes as alterações que se fizerem necessárias;
- IV. colaborar com os demais Órgãos Acadêmicos;
- V. exercer outras atribuições compatíveis.

Para o desenvolvimento destas atribuições, o Colegiado de curso realiza reuniões pedagógicas que acontecem uma vez ao mês ordinariamente ou, a qualquer momento, quando convocada pela Coordenadora ou por algum membro do Colegiado de forma extraordinária. Essas reuniões têm caráter deliberativo sobre as questões acadêmicas, pedagógicas e administrativas do Curso de Serviço Social da UFAL.

Composição do Colegiado do Curso

Gestão 2016/2018

Portaria UFAL Nº 95 de 20/01/2017

Docentes Titulares:

- ♦ Prof.^a Islânia Lima da Rocha (Coordenadora)
- ♦ Prof.^a Maria Adriana da Silva Torres (Vice-coordenadora)
- ♦ Prof.^a Wanda Griep Hirai
- ♦ Prof.^a Margarida Maria Silva dos Santos
- ♦ Prof.^a Andréa Pacheco de Mesquita

Docentes Suplentes:

- ♦ Prof.^a Clarissa Tenório Maranhão Raposo
- ♦ Prof.^a Josimeire de Omena Leite
- ♦ Prof.^a Maria Betânia Buarque Lins
- ♦ Prof.^a Elvira Simões Barreto
- ♦ Prof.^a Reivan Marinho de Souza

Representação de Técnicos:

Titular: Mariana de Oliveira Brandão Carvalho

Suplente: Mariana Cavalcante Dias Malta Marques

Representação Estudantil:

Titular: Yasmin Patrícia F. Cardoso de Barros

Suplente: Mirele Patrine Araújo dos Santos

- Coordenadora do Curso

Nome: Islânia Lima da Rocha

Formação acadêmica: Bacharelado em Serviço Social

Titulação: Mestra

Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva

Tempo de exercício na UFAL: desde maio de 2012

Tempo de exercício na função: desde maio de 2014

- Vice-coordenadora do Curso

Nome: Maria Adriana da Silva Torres

Formação acadêmica: Bacharelado em Serviço Social

Titulação: Doutora

Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva

Tempo de exercício na UFAL: desde abril de 2009

Tempo de exercício na função: desde agosto de 2016

Apoio Acadêmico**- Coordenação de Estágio**

Nome: Andréa Pacheco de Mesquita

Formação acadêmica: Bacharelado em Serviço Social

Titulação: Doutora

Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva

- Vice-coordenação de Estágio

Nome: Sueli Maria do Nascimento

Formação acadêmica: Bacharelado em Serviço Social

Titulação: Doutora

Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva

- Coordenação de TCC

Nome: Edlene Pimentel Santos

Formação acadêmica: Bacharelado em Serviço Social

Titulação: Doutora

Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva

- Vice-coordenação de TCC

Nome: Edivânia Francisca de Melo

Formação acadêmica: Bacharelado em Serviço Social

Titulação: Doutora

Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva

- Coordenação de Monitoria:

Nome: Wanda Griep Hirai

Formação acadêmica: Bacharelado em Serviço Social

Titulação: Doutora

Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva

- Coordenação de Extensão

Nome: Telma Cristiane Sasso de Lima

Formação acadêmica: Bacharelado em Serviço Social

Titulação: Doutora

Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva

3.2 Núcleo Docente Estruturante

Em atendimento à Portaria Nº 147/2007, ao Parecer CONAES Nº 04/2010 e a Resolução CONAES 01/2010, a UFAL instituiu, através da Resolução CONSUNI Nº 52/2012 no âmbito de seus cursos de graduação os Núcleos Docentes Estruturantes (NDE), em conformidade com as especificações legais.

O NDE tem a função de elaboração do projeto pedagógico do curso, seguido do acompanhamento da sua implementação e a sua constante avaliação, no sentido da aplicabilidade dos componentes curriculares, bem como da qualidade da formação. Para isso, avalia periodicamente o PPC, identificando a sua necessidade de revisão e atualização.

Neste sentido, o NDE é um “órgão consultivo e propositivo em matéria acadêmica, de apoio e assessoramento ao Colegiado”, devendo ser composto pelo mínimo de cinco membros, todos docentes com titulação de pós-graduação *stricto sensu* e formação na área do curso (Art. 2º, Resolução CONSUNI Nº 52/2012). Vale salientar que os membros do NDE devem ter, igualmente, a afinidade da produção científica com o eixo do curso e sua dedicação a ele, sendo uma referência para o restante do corpo docente e que exerçam liderança na unidade formadora, de modo que suas ações deem identidade ao curso, além de retirar do PPC a característica de um documento meramente formal.

Conforme a Resolução CONSUNI Nº 52/2012, no seu art. 3º, compete ao NDE:

- I. Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- II. Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo; III. Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e consoantes com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso; IV. Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

Nesses termos, o NDE do curso de Serviço Social foi recomposto no ano de 2015, retomando os trabalhos de acompanhamento do curso e revisão do seu projeto pedagógico. Conta atualmente com 7 membros docentes que integram o colegiado da graduação e da pós-graduação, além de ocuparem cargos de gestão e realizarem atividades extensionistas, composição estratégica porque dão voz e trazem os diversos olhares para o Núcleo, otimizando a avaliação do curso através da análise dos relatórios do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE e da inserção dos egressos nos diversos cursos de pós-graduação e no mercado de trabalho. O Núcleo estabeleceu uma rotina periódica de reuniões para debater sobre as Diretrizes Curriculares do curso e as novas exigências do MEC para a formação superior, que envolvem absorção de temas relativos à inclusão social, à acessibilidade, ao meio ambiente, às questões étnico-raciais e à educação em direitos humanos, além da obrigatoriedade das atividades extensionistas de modo a consubstanciar nos currículos dos cursos seu exercício continuo e integrado aos demais componentes curriculares

que compõe os PPC dos cursos superiores.

A partir da avaliação do PPC, em atividade na FSSO, aprovado em 2006 e em exercício desde 2007, além da obrigatoriedade da incorporação desses elementos, o NDE entendeu que o currículo do curso precisava passar por uma atualização. Com isso, nos últimos 3 anos vem construindo junto ao corpo docente interno e externo à faculdade, aos técnicos e aos discentes momentos de discussão acerca das disciplinas, das atividades curriculares e da curricularização da extensão. As estratégias traçadas pelo NDE/FSSO para a revisão do PPC foram:

- construção de um calendário de reuniões semanais, quinzenais e/ou mensais, a depender da urgência da pauta;
- reuniões com os coordenadores de Estágio Supervisionado, TCC, Monitoria e Extensão para a construção dos seus respectivos documentos;
- realização da semana de revisão do PPC, incluindo professores, internos e externos, Centro acadêmico e alunos;
- consulta à Prograd para esclarecimentos acerca dos componentes curriculares e sua disposição no PPC;
- plenárias para apreciação das Resoluções e Regulamentos, relativos às atividades curriculares obrigatórias (Estágio, TCC), Monitoria, Atividades complementares e Programa de extensão.

Enquanto um órgão consultivo e propositivo, o NDE do curso de graduação em Serviço Social consolidou neste documento todos os itens analisados e debatidos pela comunidade acadêmica da FSSO de maneira democrática e plural, submetendo à apreciação e aprovação do Colegiado de curso e à homologação pelo CONSUA. Após se findar esse momento, o NDE reestabelece sua principal função de acompanhamento da implementação do curso, necessitando da renovação dos seus membros a cada 3 anos (Resolução CONSUNI Nº 52/2012) para que novos olhares perpassem o currículo do curso, sem perder de vista o pensar pedagógico que lhe é inerente.

Composição do Núcleo Docente Estruturante:

Portaria: Nº 1768 de 17 de novembro de 2016

Membros:

Prof.^a M.^a Islânia Lima da Rocha

Prof.^a Dr.^a Margarida Maria Silva dos Santos
Prof.^a Dr.^a Maria Adriana da Silva Torres
Prof.^a Dr.^a Maria Norma Alcântara B. de Holanda
Prof.^a Dr.^a Maria Virgínia Borges Amaral
Prof.^a Dr.^a. Reivan Marinho de Souza
Prof.^a Dr.^a Wanda Griep Hirai

3.3 Corpo Docente

O Corpo docente do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas é composto por professores efetivos, em regime de dedicação exclusiva, e professores substitutos, em regime de 40 horas. Aos docentes compete assumir atribuições vinculadas ao ensino, pesquisa, extensão e gestão, sempre respaldados pelas regulamentações que estabelecem a carga horária de trabalho, bem como as atribuições privativas da profissão. Neste sentido, compete aos professores efetivos assumir disciplinas nos dois turnos de oferta do curso, supervisão acadêmica de estágio – para os bacharéis em Serviço Social –, orientar TCC, compor o colegiado de curso e assumir os cargos de gestão internos à unidade acadêmica, podendo a seu critério assumir também tais cargos na gestão central da universidade.

Ademais, os professores doutores podem submeter projetos de pesquisa para realização de PIBIC, contribuindo com a Iniciação científica na FSSO. Como decorrência da atividade de ensino, os docentes podem orientar monitoria absorvendo um monitor para cada disciplina que ministra, bem como realizar/organizar eventos, cuja abrangência vai desde o âmbito local até o internacional. Podem fortalecer a formação profissional por meio da realização de atividades extensionistas com temáticas intrínsecas à profissão ou de caráter interdisciplinar, assim como podem constituir ou se vincular a algum grupo de pesquisa e/ou extensão ou Núcleo Temático na faculdade e também em parceria com outras unidades/institutos ou mesmo instituições de ensino tanto públicas como da sociedade civil organizada, dentre outras.

Os professores substitutos assumem basicamente o âmbito do ensino, com exceção da supervisão acadêmica de estágio, tendo em vista que o vínculo empregatício com a instituição é temporário, podendo se findar, inclusive, no decorrer do semestre, o que prejudicaria a realização da citada atividade curricular obrigatória. Ao seu critério, podem se inserir nos

grupos de pesquisa, desenvolver atividades de extensão, realizar eventos e orientar monitoria.

Tantos os professores efetivos quanto os substitutos podem assumir representação no Conselho da Unidade Acadêmica (CONSU), órgão máximo da FSSO com competência consultiva e deliberativa sobre todas as matérias de interesse da unidade acadêmica.

Os docentes efetivos e substitutos do curso de Serviço Social encontram-se listados nos quadros abaixo:

Corpo docente efetivo da FSSO

DOCENTES	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO	E-MAIL INSTITUCIONAL
Andréa Pacheco de Mesquita	Doutora	D.E	andreapacheco@fsso.ufal.br
Adriano Nascimento Silva	Doutor	D.E	adriano.nascimento@corregedoria.ufal.br
Clarissa Tenório Maranhão Raposo	Doutora	D.E	clarissa.raposo@fsso.ufal.br
Edlene Pimentel Santos	Doutora	D.E	edlene.santos@fsso.ufal.br
Edivânia Francisca de Melo	Doutora	D.E	edivania.melo@fsso.ufal.br
Elaine Nunes Silva Fernandes	Doutora	D.E	elaine.silva@fsso.ufal.br
Elvira Simões Barreto	Doutora	D.E	elvira.barreto@fsso.ufal.br
Islânia Lima da Rocha	Mestra	D.E.	islania.rocha@fsso.ufal.br
Janne Alves Rocha	Doutora	D.E	janne@fsso.ufal.br
Josimeire de Omena Leite	Doutora	D.E	josimeire.leite@fsso.ufal.br
Marcia Iara Costa da Silva	Doutora	D.E	marcia.silva@fsso.ufal.br
Margarete Pereira Cavalcante	Doutora	D.E	margarete.cavalcante@fsso.ufal.br
Margarida Maria Silva dos Santos	Doutora	D.E	margarida@fsso.ufal.br
Maria Adriana da Silva Torres	Doutora	D.E	atorres@fsso.ufal.br
Maria Betânia Buarque Lins Costa	Doutora	D.E	betania.costa@fsso.ufal.br
Maria Célia da Silva Porto	Doutora	D.E	maria.porto@fsso.ufal.br
Maria Cristina Soares Paniago	Doutora	D.E	maria.paniago@fsso.ufal.br
Maria Norma Alcântara B. Holanda	Doutora	D.E	maria.holanda@fsso.ufal.br
Maria Valéria Costa Correia	Doutora	D.E	mvcc@fsso.ufal.br
Maria Virgínia Borges Amaral	Doutora	D.E	mvba@fsso.ufal.br
Milena Gomes de Medeiros	Doutora	D.E	milena.medeiros@fsso.ufal.br
Reivan Marinho de Souza	Doutora	D.E	reivan.souza@fsso.ufal.br
Rosa Lúcia Prêdes Trindade	Doutora	D.E	rosa.trindade@fsso.ufal.br
Sandra Barros Lima	Mestra	D.E	sandrabarroslima2011@hotmail.com
Sueli Maria do Nascimento	Doutora	D.E	suenas@fsso.ufal.br
Telma Cristiane Sasso de Lima	Doutora	D.E	telma.lima@fsso.ufal.br
Wanda Griep Hirai	Doutora	D.E	wanda.hirai@fsso.ufal.br

O quadro acima demonstra que 92,6% de docentes efetivos são doutores, 7,4% dos docentes são mestres. Vale ressaltar que das 2 (duas) docentes mestras 1 (uma) está em processo de doutoramento.

A seguir, listamos o corpo docente que compõe o quadro temporário de professores da FSSO, em virtude de terem vínculo institucional provisório, na qualidade de professoras substitutas, em razão do afastamento de docentes efetivos para qualificação, cargo de gestão

na administração central ou licença saúde/maternidade.

Professoras substitutas/temporárias da Faculdade de Serviço Social – UFAL

DOCENTES	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO
Aline Joyce Leal Lima	Mestra	40h
Clarisse Maria da Conceição	Mestra	40h
Francisca dos Santos Sobral	Mestra	40h
Franqueline Terto dos Santos	Mestra	40h

Registrarmos em tempo que este corpo docente se encontra submerso às tantas demandas postas à unidade, pois precisa atender à graduação e à pós-graduação *lato* e *stricto sensu* (especialização, mestrado e doutorado), à iniciação científica, aos grupos de pesquisa e estudo, aos projetos de extensão, além das demandas de gestão. Essa situação tem se tornado evidente em toda a universidade, desencadeando, inclusive, um processo de adoecimento que se soma aos recentes ataques aos direitos da categoria.

3.4 Corpo técnico-administrativo

O corpo técnico-administrativo da FSSO é composto por técnicos e técnicas de nível superior e médio distribuídos nos setores relativos à gestão da graduação, da pós-graduação, da direção da unidade acadêmica e ao acervo documental/laboratório de informática, funcionando nos três turnos. Realizam atividades administrativo-pedagógicas, atendendo às demandas da comunidade interna e externa à unidade, desde a emissão e o recebimento de documentos, abertura e acompanhamento de processos administrativos, comunicação sobre o funcionamento dos setores e das aulas, atendimento ao público, conservar e organizar os recursos materiais de cada setor, dentre outras atividades de rotina pertinentes a cada departamento.

É atribuição também do corpo técnico a representação nos órgãos e comissões da unidade, dentre eles os colegiados da graduação e da pós-graduação, o conselho da faculdade e a CAA. Esses profissionais também podem realizar cursos e eventos, além de desenvolver projetos e atividades de interesse da faculdade ou da universidade.

A FSSO dispõe de um quadro técnico bastante competente, porém é ainda reduzido para atender às necessidades administrativas da unidade, gerando uma sobrecarga de trabalho que prejudica a qualidade do serviço prestado e o atendimento às demandas.

Dados sobre o corpo técnico da FSSO

NOME DO TÉCNICO/A	CARGO	REGIME DE TRABALHO	LOTAÇÃO
Adriana Nascimento Silva	Secretária executiva	30h	Secretaria da FSSO
Anna Carolina Cavalcante de Lima Teixeira	Assistente em administração	30h	Apoio Acadêmico – TCC, Estágio, Monitoria
Antônio Jorge Belo Matos	Assistente em administração	30h	Acervo Documental/ Laboratório de informática
Cristina de Souza Lira Gameleira	Arquiteta/Vice-coordenadora de extensão	30h	Coordenação de extensão
Gilberto Cezário da Silva	Auxiliar em administração	30h	Secretaria da FSSO
Lívia Vanessa dos Santos Feitosa	Assistente em administração	30h	Secretaria do PPGSS
Maria Quitéria da Silva	Técnica em assuntos educacionais	30h	Secretaria do PPGSS
Mariana Cavalcante Dias Malta Marques	Técnica em assuntos educacionais	30h	Secretaria da Graduação
Mariana de Oliveira Brandão Carvalho	Assistente em administração	30h	Secretaria da Graduação
Manuella Aragão Pinheiro	Assistente Social	30h	Coordenação de extensão

4 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA DO CURRÍCULO

4.1 Estrutura curricular

A nova proposta curricular do Curso de Serviço Social da UFAL sustenta-se no tripé dos conhecimentos constituídos em três núcleos de fundamentação da formação profissional, o Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, o Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e o Núcleo de fundamentos do trabalho profissional, definidos nas novas diretrizes curriculares nacionais. Esses três núcleos são considerados eixos articuladores da formação profissional, porque congregam uma totalidade de conteúdos necessários à apreensão da particularidade da atividade profissional na realidade. Estes conteúdos se desdobram, por sua vez, em áreas de conhecimento, que constituem uma unidade de conteúdos na formação profissional.

4.1.1 Núcleos da fundamentação da formação profissional

- **Núcleo de fundamentos teóricos-metodológicos da vida social:** compreende um conjunto de fundamentos teórico-metodológicos e éticos para conhecer o ser social enquanto totalidade histórica, fornecendo os componentes para a compreensão da sociedade burguesa em seu movimento contraditório. Reafirma-se o trabalho como núcleo central na constituição do ser social.
- **Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira:** remete à compreensão da sociedade brasileira na configuração dependente urbano industrial, nas diversidades regionais e locais, compreende ainda o significado do Serviço Social no conjunto das relações entre as classes e o Estado, abrangendo a dinâmica institucional na esfera estatal e privada.
- **Núcleo do trabalho profissional:** compreende todos os elementos constitutivos do Serviço Social como ação profissional que exige considerar as condições e relações sociais historicamente estabelecidas, que condicionam a atividade do assistente social: os organismos empregadores (públicos e privados) e usuários dos serviços prestados; os recursos humanos e financeiros acionados para a efetivação desse trabalho e a articulação do assistente social com outros trabalhadores. Considera-se ainda a trajetória histórica, teórico e metodológica da profissão, os componentes éticos que envolvem o exercício profissional, a pesquisa, o planejamento, a administração e o estágio em Serviço Social. É a articulação entre rigor teórico-metodológico e acompanhamento da dinâmica societária que permitirá atribuir um novo estatuto à dimensão intervenciva da profissão. Este núcleo está fundamentado na concepção de que a profissão de Serviço Social atua sobre as expressões da questão social, na fase do capitalismo monopolista, e que com competências e habilidades no exercício de atividades técnico-operativas, o profissional busca responder às necessidades sociais de grupos e classes, através da intermediação dos serviços sociais. A atividade ou prática profissional circunscreve-se aos espaços públicos, privados, aos movimentos e organizações sociais em que as políticas sociais se concretizam, além do que é parametrada pela diversidade das mudanças socioinstitucionais que caracterizam a reforma neoliberal de Estado. Entende-se, desse modo, que o Serviço Social atua na esfera da reprodução social da sociedade capitalista, participando concretamente das relações sociais que a reproduzem. As dimensões teóricas, técnicas e políticas constituem os momentos da formação e exercício

profissional.

Desta forma, conforme está contemplada nas Diretrizes Curriculares Nacionais, a nova lógica curricular é considerada inovadora porque supera a fragmentação do processo ensino/aprendizagem, permitindo abrir novos caminhos para a construção de conhecimentos como experiência concreta no decorrer da formação profissional.

4.1.2 Matriz e proposta curricular

A organização curricular do curso de graduação em Serviço Social, seguindo o que preconiza as suas Diretrizes Curriculares (BRASIL, 2002), incorpora em toda a sua estrutura os princípios da flexibilidade e da transversalidade, pois os conhecimentos teóricos e práticos foram conjugados nos componentes e atividades curriculares de modo a propiciar aos/as discentes a capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa necessária à formação acadêmico-profissional pretendida.

Com isso, buscou-se estruturar um currículo cuja natureza fosse a apropriação de um conteúdo não apenas teórico, técnico e ético, mas também que buscasse uma formação cultural e política dos/as discentes, preparando-os/as para a inserção no mercado de trabalho, sobretudo formando sujeitos capazes de desvelar o real a partir de um rigoroso trato teórico, metodológico e histórico da realidade social, além da capacidade de mobilização social, organização política e posicionamento crítico diante das expressões da questão social.

Para tanto, o novo currículo do curso foi estruturado a partir da avaliação do PPC de 2007, considerando o desempenho do curso nos últimos ciclos do ENADE (2013 e 2016), nos quais os conceitos se repetiram com nota final 3. Outro fator relevante na revisão do PPC foi a necessidade de atualização e adequação da matriz curricular às exigências do Ministério da Educação quanto à curricularização da extensão, a incorporação de conteúdos relativos à educação em direitos humanos, às relações étnico-raciais e à educação ambiental, todas por força de determinação legal. Essas temáticas foram inseridas no currículo de modo direto, através de conteúdo específico em disciplinas, ou por meio da transversalidade nas atividades extensionistas, nos debates e projetos dos grupos de pesquisa ou na iniciação científica. Um outro elemento a destacar nesta reformulação do PPC foi a ampliação do turno noturno para 9 semestres no tempo regular para a integralização do curso. A avaliação feita pelo NDE para esta alteração baseou-se na compreensão de que o turno em questão não permite a

integralização em 8 semestres, tendo em vista os limites institucionais para o cumprimento da carga horária mínima prevista curricularmente, bem como optou-se em manter equiparado o modelo de grade curricular para os dois turnos (diurno e noturno). Destaca-se que a creditação da extensão e a inserção de novas disciplinas no ordenamento curricular, remodelaram a forma de cumprimento dos créditos previstos nos últimos períodos do curso cujo momento também é de dedicação ao TCC.

A proposta de currículo, apresentada neste projeto, estrutura-se da seguinte maneira: componentes curriculares obrigatórios, componentes curriculares eletivos, oficinas, seminários temáticos, além das atividades curriculares e complementares, de caráter obrigatório, que totalizam uma carga horária de 3154 horas, distribuídas no turno diurno (8 semestres) e no turno noturno (9 semestres). Os componentes curriculares obrigatórios congregam os conteúdos básicos e imprescindíveis à formação profissional, formado ao todo por 35 disciplinas (2052h) e 4 Atividades curriculares de extensão (300h). Os componentes curriculares eletivos aprofundam conteúdos específicos que são necessários à formação e serão acrescidos e/ou retirados quando se constatar necessário. Estes integram à formação 162 horas distribuídas em 3 disciplinas, as quais fazem parte de um *hall* de 13 programas, todas pertencentes à faculdade, que serão ofertadas semestralmente, podendo o aluno cumpri-los em outra unidade acadêmica, desde que submeta o programa da disciplina pretendida ao colegiado para identificação de afinidade teórica com o curso. As oficinas possibilitam desenvolver a atitude investigativa e o aprendizado de habilidades técnico-instrumentais. Os seminários temáticos objetivam aprofundar conhecimentos teórico-práticos em diversas áreas do saber profissional, dentre estas as políticas sociais setoriais e o Serviço Social contemporâneo. Com o advento da creditação das atividades de extensão como componente obrigatório no currículo do curso, as ações extensionistas foram incorporadas ao ordenamento curricular tal como os demais componentes: disciplinas, estágio e TCC, agregando ainda mais qualidade a formação profissional.

Este elenco de componentes curriculares é também complementado com duas atividades fundamentais integradoras do currículo: Estágio Supervisionado em Serviço Social (400h) e Trabalho de Conclusão de Curso (90h). A atividade curricular obrigatória Estágio Supervisionado em Serviço Social possibilita o exercício da relação teoria/prática a partir da inserção do aluno em espaços sócio-ocupacionais na realidade social. Convém destacar que, associado a este componente, está um conjunto de conteúdos que, de forma antecipada e

concomitantemente, fundamenta e instrumentaliza teórica e metodologicamente a inserção do aluno na experiência do estágio. Deve-se destacar que esta atividade curricular e os demais componentes a ela associados, no decorrer do curso, compõem o núcleo da atividade profissional.

Os núcleos de fundamentação da formação profissional congregam um conjunto de conhecimentos e habilidades que se especificam nos diversos componentes curriculares, considerados no projeto pedagógico como áreas de conhecimento necessário à formação profissional. Esses componentes se materializam sob a forma de disciplinas, seminários, temáticos, oficinas, atividades complementares: iniciação científica, monitoria, participação em seminários, publicação de produção científica, entre outras. Esses componentes estão expressos na proposta do ordenamento curricular, no ementário dos programas, na Política e Regulamentação do Estágio Supervisionado em Serviço Social, na Resolução do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e na Resolução de Monitoria, disponíveis no Apêndice deste documento.

Por fim, na proposta do Projeto Pedagógico do curso, os Núcleos de fundamentação da formação profissional estão estruturados por componentes curriculares, distribuídos semestralmente e sujeitos à reformulação, em função da avaliação do processo de implantação e da adaptação prevista.

4.1.3 Princípios da formação profissional

Com base nas Diretrizes Curriculares, foram destacados os seguintes princípios da formação profissional:

- ◆ **Flexibilidade na organização do currículo:** para responder à dinamicidade das transformações sociais, a estrutura curricular foi organizada para permitir ao aluno uma certa liberdade no trato das atividades acadêmicas. As atividades nas disciplinas não estarão restritas às atividades de sala de aula. A relação ensino-aprendizagem será vivenciada noutros espaços a depender da peculiaridade do componente curricular (oficinas de pesquisa, seminários temáticos, atividades de pesquisa e de extensão). Os componentes curriculares foram diversificados e distribuídos da seguinte maneira: componentes obrigatórios e componentes eletivos, estando distribuídos sob a forma de disciplinas, seminários temáticos, oficinas e nas atividades curriculares de extensão; além das atividades complementares de pesquisa (iniciação científica), monitorias, simpósios e

seminários científicos.

- ◆ **Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social:** análise histórica rigorosa da sociedade capitalista contemporânea, considerando as transformações no processo de produção e reprodução da vida social determinadas pela reestruturação produtiva e pelo projeto neoliberal, manifestas nas sequelas da questão social e suas implicações sobre as demandas profissionais, entendendo a inserção fundamental de profissionais capazes de decifrar o processo social em curso, através do recurso científico aos conhecimentos teórico-metodológicos, bem como do instrumental técnico-operativo que a profissão tem incorporado.
- ◆ **Adoção de uma teoria crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade:** apreensão de que este projeto está fundamentado no acervo intelectual, herdado das grandes matrizes do pensamento social e suas expressões no campo das Ciências Humanas, reconhecendo-se a teoria social de Marx como necessária para análise da realidade segundo uma perspectiva de totalidade e historicidade. Tem-se, neste projeto, uma direção social de formação profissional que prioriza a investigação das determinações sociais e o compromisso com a garantia de direitos e a qualidade dos serviços sociais; das dimensões investigativa e interpretativa como princípios formativos, e da relação entre teoria e realidade. Adoção da dimensão investigativa como elemento orientador da pesquisa e da intervenção profissional, tendo em vista capturar a particularidade da questão social, na contemporaneidade, e a explicação do Serviço Social inserido nas relações sociais capitalistas através da incorporação de conhecimentos teóricos e instrumentos técnico-operativos. Proporcionar o exercício da investigação nas oficinas de pesquisa, na prática de estágio e extensão (núcleos temáticos) desde o início da formação acadêmica;
- ◆ **Exercício do pluralismo como elemento próprio da vida acadêmica e profissional:** viabilizar o exercício da prática pluralista na vida acadêmica através do conhecimento das diferentes interpretações da realidade pela assimilação das matrizes do pensamento social, bem como o respeito aos diversos projetos políticos e profissionais que decorrem dessas vertentes. A consolidação desta perspectiva plural será construída na prática universitária e profissional através do incentivo ao debate acadêmico e político, em sala de aula, nos seminários e congressos. Entretanto, não se deve confundir o debate plural com o pluralismo metodológico que submete o conhecimento da realidade à

sistematização das diversas tendências teóricas enquanto instrumentos auxiliares de análise da dinâmica da realidade;

- ♦ **Compreensão da ética como princípio que perpassa toda a formação profissional:** apreensão da ética como concepção que prioriza a liberdade humana como princípio que fundamenta a vida em sociedade, defesa dos valores que norteiam o Código de Ética do Assistente Social no Brasil.

Abaixo, explicitamos como os temas de oferta obrigatória, por força de determinação legal, foram incorporados à matriz curricular do curso, dialogando com disciplinas obrigatórias e eletivas, com as práticas extensionistas, as atividades acadêmico-científicas e culturais e as pesquisas realizadas pelos grupos de pesquisa e extensão, programa de educação, tutoria e na participação nos espaços colegiados de deliberação.

4.2 Política de educação ambiental

Desde os anos de 1970, tem-se presenciado transformações sem precedentes nas esferas econômica, política, sociocultural e ambiental. Essas transformações, configuradas pela reestruturação produtiva do processo capitalista, encerradas no pensamento neoliberal e do processo de globalização, desestruturaram conquistas sociais importantes e tornam ainda mais evidentes quão frágeis são a economia, a política e a organização social da maioria dos estados nacionais do Planeta.

Assim, a Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999, regulamentada pelo Decreto Nº 4.281, de 25 de junho de 2002, dispõe especificamente sobre a Educação Ambiental (EA) e institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), como componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo. As DCNs de Educação Ambiental (Resolução CNE/CP Nº 2/2012) destacam que

[...] o papel transformador e emancipatório da Educação Ambiental torna-se cada vez mais visível diante do atual contexto nacional e mundial em que a preocupação com as mudanças climáticas, a degradação da natureza, a redução da biodiversidade, os riscos socioambientais locais e globais, as necessidades planetárias evidenciam-se na prática social.

Isso posto, nota-se a necessidade de inserir no processo educativo do curso de serviço

social as discussões sobre educação ambiental, na visão da interdisciplinaridade. O trabalho interdisciplinar de educação ambiental se caracteriza pela ampliação do espaço social e visa a disseminação crítica dos conhecimentos socioambientais, culturais e políticos, articulando-os à realidade local, nacional e global, com a formação cidadã e ética. Pressupõe-se que o ambiente ecológico está em constante estado de fluxo, e entendê-lo possibilitará fazer melhor uso do ambiente, considerando que as sociedades humanas modernas são altamente intervencionistas na natureza, gerando transformações que modificam os fluxos naturais de energia e matéria, gerando assim ambientes desestabilizados (ROSS, 2009).

Ficar atento às grandes transformações ambientais requer superar a mera ideia de *ecologizar* o processo educativo, pois o trabalho de educação ambiental não se limita ao acúmulo de conceitos de ecologia ou ao trabalho com problemas ambientais, pois,

A Educação Ambiental é uma dimensão da educação, é atividade intencional da prática social, que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, visando potencializar essa atividade humana com a finalidade de torná-la plena de prática social e de ética ambiental. (BRASIL, 2012).

No Brasil, mesmo possuindo um arcabouço jurídico considerável voltado ao cuidado do meio ambiente através de uma legislação ambiental com normas, visando tal proteção, observa-se um distanciamento entre as propostas legais e seu cumprimento. Diante disso, torna-se necessária a ampliação e o aprofundamento do conhecimento sobre a temática do meio ambiente numa perspectiva de transversalidade entre as disciplinas ofertadas no currículo do curso tais como: Filosofia (72h), Desenvolvimento Capitalista e Questão Social (72h), Sociologia (54h), Formação Sócio-Histórica do Brasil (72h), Teoria Política (72h), Psicologia (54h), Direito e Legislação Social (72h), Ética em Serviço Social (72h), Administração e Planejamento em Serviço Social I (72h) e II (54h), Seguridade Social: Política de Saúde (54h), Estado, Classes e Movimentos Sociais (72h), Trabalho e Sociabilidade (54h), Segurança alimentar e nutricional e sua interface com a saúde (54h) e Seminário Temático em Serviço Social (72h). Todas essas disciplinas possuem potencial para fazer emergir reflexões acerca do compromisso da sociedade e dos governos, com a preservação e a sustentabilidade ambiental, em um contexto desfavorável que ameaça a sobrevivência planetária e humana. Trazer à tona debates atuais que considerem o avanço na degradação do mundo laboral e da natureza, das grandes e profundas transformações no uso

da terra, na produção agrícola, no uso intensivo de sementes transgênicas e agrotóxicos e seus rebatimentos na saúde humana, no desperdício e mau uso da água potável, nos desserviços do Estado que se omite diante de questões cruciais, relacionadas a Acordos Internacionais cada vez mais desrespeitados através de medidas e posições claramente favoráveis ao mercado, em detrimento da preservação da diversidade das espécies, vegetais e animais.

Para o debate sobre questões de relevância apontados, dever-se-á contar com os Grupos de Pesquisa e Extensão como importantes e fundamentais espaços de formação teórico-prática dos/as discentes que, a partir de suas vivências e produção científica, podem ampliar sua intervenção na realidade, bem como assessorar órgãos gestores na busca de soluções efetivas para a transformação social.

Por isso, as disciplinas e os grupos de pesquisa e extensão têm discutido a questão ambiental do ponto de vista transversal aos seus debates, pois provoca nos/as discentes a necessidade de pensar os avanços da sociedade capitalista atrelados à destruição do meio ambiente. As análises vão desde a degradação das condições de trabalho na agricultura e a ofensiva das agroindústrias, bem como os malefícios do uso intensivo dos agrotóxicos para a garantia do direito humano à alimentação saudável, passando pela devastação dos recursos naturais em benefício do capital, até a discussão sobre os movimentos sociais vinculados ao direito à terra e a sua subsistência a partir dela.

Assim, as questões socioambientais estão articuladas à formação do perfil profissional dos/as discentes, promovendo o contato direto com o tema do ponto de vista teórico e prático em sala de aula, nos grupos de pesquisa, nas ações no campo e junto aos agricultores, fazendo-os despertar para a luta coletiva pela defesa e preservação do meio ambiente e dos trabalhadores que dependem dele para sobreviver.

Isso posto, destaca-se ainda que a UFAL possui um Núcleo de Educação Ambiental (NEA), ligado ao Centro de Educação, mas que está aberto a apoiar o trabalho de educação ambiental em diversos cursos. O NEA desenvolve atividades com o Coletivo Jovem, cursos de formação para professores e estudantes sobre Educação Ambiental, curso de especialização em Educação Ambiental (2012).

4.3 Relações étnico-raciais e história e cultura afro-brasileira, africana e indígena

Além de cumprir as exigências normativas educacionais brasileiras, a proposta de uma Educação para as Relações Étnico-raciais (ERER), incorporada aos currículos dos cursos de

licenciatura e bacharelado desta instituição de ensino superior, por meio dos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC), estimula a integração entre saberes étnicos constitutivos de nossa cultura brasileira (branco, indígena, negro e cigano), em destaque a nossa cultura alagoana, além de possibilitar a produção de novos conhecimentos científico, cultural, tecnológico e artístico, ou a revisão dos conhecimentos existentes, de modo a promover condutas e políticas de formação profissional que valorizem as diversidades étnico-raciais. Em decorrência dessa proposta, referendar-se-á o compromisso firmado pela UFAL, dentre outros, de aperfeiçoamento das políticas de ações afirmativas, dos cursos de graduação a pós-graduação, implementadas, oficialmente, desde 11 de novembro de 2003, por meio da Resolução CONSUNI/UFAL Nº 33, que aprovou o Programa Ações Afirmativas para Afrodescendentes (PAAF) nesta instituição, com o empenho do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB-UFAL), criado em 1981, inicialmente Centro de Estudos Afro-brasileiros (CEAB), que atua tanto internamente à UFAL, com o papel de promover cursos de formação/capacitação, debates, disponibilização de acervo (documental e bibliográfico) para consulta e coordenação geral de editais sobre ERER; quanto externamente, em parceria com outras instituições educacionais do estado, do país e/ou outros países e com os movimentos sociais.

No curso de Serviço Social, a educação para as relações étnico-raciais (ERER) é trabalhada a partir das disciplinas Saúde da população negra (45h), do curso de Medicina, oferecida no período de vagas remanescentes, Antropologia (54h), Estado, Classes Sociais e Movimentos Sociais (72h), Formação Sócio-Histórica do Brasil (72h), Relações Patriarcais e de Gênero e Serviço Social (72h), Formação Social, Econômica e Política de Alagoas (54h) e Educação em Direitos Humanos (54h) através de temáticas que discutem desde a saúde, a religião, o movimento negro, a violência, o racismo, a diversidade étnico-racial, a cultura africana, dentre outras.

Outras ações são realizadas pelos grupos de pesquisa e extensão cujas temáticas de trabalho abordam a questão de gênero, diversidade, justiça, trabalho, capitalismo e direitos humanos, adensam a educação para as relações étnico-raciais no processo de formação profissional, através de estudos, realização de projetos de pesquisa e atividades de extensão, sob o prisma do combate ao racismo, a equidade de gênero e as diversidades sexual, cultural, étnico-racial, econômica e religiosa, a formação sócio-histórica do Brasil, o desenvolvimento da agricultura, visando contribuir para o enfrentamento da cultura da violência e,

consequentemente, para a diminuição das expressões de violência no estado de Alagoas, em particular em Maceió, a exemplo da violência letal de jovens negros.

Outro viés utilizado é a realização de espaços de forma interdisciplinar para debater questões étnico-raciais, através da literatura, música, danças circulares, artes plásticas e leituras, formando os graduandos através de vivências didáticas sobre a história dos negros, da cultura africana e suas influências no Brasil, debatendo o racismo e a discriminação racial.

4.4 Educação em direitos humanos

A Educação em Direitos Humanos (EDH) na UFAL atende à Resolução CNE/CP N° 01/2012 e está institucionalizada pela Assessoria de Educação em Direitos Humanos e Segurança Pública (AEDHESP) em conformidade com o Pacto Universitário de EDH assinado pelo Gabinete da Reitora com órgãos ministeriais (MEC/SECADI/MJ/SDHPR). Sua inserção no PPC do curso ocorre pela transversalidade, por meio de temas relacionados aos Direitos Humanos (DH), a exemplo da diversidade, e tratados interdisciplinarmente, através da interação com profissionais de diferentes áreas do conhecimento (Direito, Arquitetura, Pedagogia, Informática, Ciências Sociais, Administração etc.). Se dá também como um conteúdo específico de uma das disciplinas já existentes no currículo escolar e de maneira mista, combinando transversalidade e interdisciplinaridade.

Em termos teóricos¹³, vale ressaltar que a sociedade contemporânea tem sido marcada pelo movimento histórico que abre a possibilidade de expressão humana e de perceber com maior precisão as contradições de um tempo ainda definido por indivíduos numa sociabilidade que cria suas próprias estratégias para prosseguir sua reprodução – a capitalista, assegurando o trabalho como sua categoria central. Nesse ínterim, realçamos o encadeamento entre direitos humanos, cidadania e educação como determinante dessa sociabilidade na formação de uma classe vulnerabilizada, cujo direito ao acesso ainda precisa ser concretizado.

O processo de formação profissional vivenciado pelos assistentes sociais faz parte de um contexto educacional que reproduz essas contradições na sociedade e, como tal, enfrenta

¹³ ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Diretrizes Curriculares. Brasília: ABEPSS, 1999.; ABREO, Marina Maciel. Serviço Social e organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2002.; PROJETO Político Pedagógico da Faculdade de Serviço Social – PPPFSSO. Faculdade de Serviço Social. Universidade Federal de Alagoas – UFAL, 2007.; VEIGA, I. P. A. (Org.) Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. 23. ed. Campinas: Papirus, 2001.; VINAGRE, M. S. Ética, Direitos Humanos e o projeto ético-político do Serviço Social. Revista Praia Vermelha. N° 11, segundo semestre, 2004.

inúmeros desafios que precisam ser refletidos no cotidiano acadêmico para definir escolhas de conteúdo e outros aspectos que sejam formalizados no PPC da FSSO/UFAL.

O Curso de Graduação da Faculdade de Serviço Social instituiu a concepção de Direitos Humanos pela dimensão teórica no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) da FSSO, articulado com a dimensão interventiva do processo de formação profissional e, ao mesmo tempo, constitui-se em instrumento de interlocução com outras temáticas e as práticas sociais que referenciam a história desta profissão.

Refletir sobre a dinâmica do processo de formação profissional, cujas mediações são pensadas a partir da análise do caráter pedagógico da profissão, significa trazer à cena a importância de popularizar o conhecimento em DH enquanto fins educativos do Estado articulado com a sociedade civil. Significa, portanto, eleger uma base teórica que sustente um diálogo no campo da cultura e de sua produção, realçando a conexão entre a realidade social e as normas jurídicas.

Para tal, a abordagem de DH, no âmbito do PPC, requer a sinalização de alguns aspectos que permitam visualizar esse tema e interfaces com a diversidade, em sua abrangência social, cultural e educacional, contemplando as relações étnicas, religiosidade e de gênero. Isto é:

- 1- formalizar a concepção e ação de DH no PPC do Curso, cujo sentido político deve ser entendido, inclusive, em relação a uma proposta de formação profissional voltada para a cidadania com base em princípios, valores e práticas democráticas;
- 2- fazer escolhas sobre a recondução do processo que se definem a partir de decisões políticas, desde que expressem uma concepção de sociedade, educação e cultura que remetem a escolha de conteúdo, capazes de materializarem essas concepções.
- 3- formulação de um PPC que envolva a reflexão coletiva sobre conteúdos, pois a inclusão dos DH envolve, também, a consciência crítica sobre a postura ética a ser efetivada em face de um cenário de princípios e valores na aplicação das metas pretendidas que são sócio-históricos e culturalmente situados, pois refletem anseios da sociedade em uma determinada época e contexto.
- 4- a autonomia institucional, a gestão democrática e o engajamento de todos são condições essenciais para que o referido documento não seja apenas uma carta de boas intenções.
- 5- mover ações no trato das restrições do acesso à justiça, enfrentadas por uma classe

social vulnerabilizada, sendo relevante adotar a Educação em Direitos Humanos (EDH) no âmbito do PPC, por já está sendo desenvolvida como política internacional na América Latina e no Brasil e reconhecida pelo MEC que institui um compromisso com as Instituições Públicas de Ensino Superior para assegurar a sua concepção política, pedagógica e ética, primando pela garantia de qualidade no processo de formação dos alunos, enquanto cidadãos participativos, críticos e criativos.

Nessa via, orientado por uma ética de direitos humanos, vai direcionar suas intervenções no sentido de ruptura com a consequência da exclusão dos seres sociais da sociedade marcada por inúmeras contradições.

Em termos operativos, o curso de Serviço Social trata a temática de EDH através das disciplinas eletivas de Educação em Direitos Humanos (54h) e Segurança Alimentar e Nutricional e sua Interface com a Saúde (54h); nas disciplinas obrigatórias de Direito e Legislação Social (72h), Política Social (72h) e Seguridade Social: Política de Saúde (54h). É uma temática presente nos grupos de pesquisa e extensão que possuem como linha de pesquisa ou projetos voltados para a discussão dos Direitos. As ações extensionistas também contemplam a temática no Programa de Extensão da FSSO que possui uma área de concentração no âmbito dos Direitos Humanos e Diversidade. Além disso, frequentemente a temática é objeto de pesquisa dos alunos nos TCC, projetos de intervenção nos estágios curriculares obrigatórios, além da organização e participação em eventos científicos com foco na temática.

O Curso de graduação de Serviço Social já atende esta exigência de regulamentação do tema, desde 2011, quando o Colegiado de Curso aprovou por unanimidade a proposta de implantação da EDH como disciplina eletiva elaborada pela FSSO com a parceria do Centro de Educação (CEDU/UFAL), instituindo a EDH nas atividades de ensino, pesquisa e extensão voltadas à proteção e promoção dos Direitos Humanos.

4.5 Libras

Em atendimento ao disposto no Art. 3º do Decreto Nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e o art. 18 da Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a obrigatoriedade de formação de profissionais intérpretes para promover a

acessibilidade nos sistemas de comunicação e sinalização, derrubando barreiras para as pessoas com deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação, a UFAL tornou obrigatória a oferta da disciplina de LIBRAS para os cursos de Licenciatura, na formação de professores para o exercício do magistério. Nos demais cursos de graduação, no caso dos bacharelados, a oferta da disciplina em questão é opcional, devendo constar na lista dos componentes curriculares complementares.

No curso de Serviço Social, a disciplina de Libras é oferecida a partir do 7º período como disciplina eletiva, com carga horária de 54 horas. Como o curso não possui no seu quadro nenhum docente especialista na área, a oferta da disciplina é feita pela Faculdade de Letras (FALE/UFAL). Caso os alunos tenham disponibilidade de horário nos semestres anteriores, eles podem se matricular no período de vagas remanescentes. Embora seja uma disciplina optativa, os alunos são sempre incentivados a cursarem-na, pois a cada dia o exercício profissional amplia sua área de intervenção na implementação de políticas e serviços sociais para a população surda, requerendo do profissional a apreensão da língua de sinais para possibilitar não somente o acesso aos direitos da pessoa surda, mas também os tornando sujeitos politizados que lutam contra as diversas formas de opressões e por maiores conquistas.

De modo geral, essas demandas do MEC foram absorvidas pelo curso de Serviço Social nas atividades de pesquisa, ensino e extensão como temas transversais que se somam a especificidade da formação profissional, garantindo maior qualidade aos quadros profissionais que se inserem no mercado de trabalho e nos espaços políticos da categoria, capazes de realizar uma leitura da realidade que supere a imediaticidadeposta pelo cotidiano.

5 MATRIZ CURRICULAR

Segue abaixo o ordenamento curricular do curso de graduação em Serviço Social com a especificação dos componentes curriculares obrigatórios separados por Núcleo de Fundamentos, conforme orientação da ABEPSS, bem como os componentes curriculares optativos, seguidos da sua carga horária total.

5.1 Componentes curriculares do núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social

DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
1. Antropologia	54h
2. Economia Política	72h
3. Filosofia	72h
4. Psicologia	54h
5. Sociologia	54h
6. Teoria Política	72h
7. Trabalho e Sociabilidade	72h
TOTAL	450h

5.2 Componentes curriculares do núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira

DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
1. Desenvolvimento Capitalista e Questão Social	72h
2. Direito e Legislação Social	72h
3. Estado, Classes e Movimentos Sociais	72h
4. Formação Social, Econômica e Política de Alagoas	54h
5. Formação Sócio-histórica do Brasil	72h
6. Política Social	72h
7. Seguridade Social: Política de Assistência Social	54h
8. Seguridade Social: Política de Previdência Social	54h
9. Seguridade Social: Política de Saúde	54h
10. Seminário de Políticas Sociais Setoriais	72h
TOTAL	648h

5.3 Componentes curriculares do núcleo de fundamentos do trabalho profissional

DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
1. Administração e Planejamento em Serviço Social I	72h
2. Administração e Planejamento em Serviço Social II	54h
3. Ética em Serviço Social	72h
4. Fundamentos do Serviço Social I	54h
5. Fundamentos do Serviço Social II	54h
6. Fundamentos do Serviço Social III	54h
7. Fundamentos do Serviço Social IV	54h
8. Metodologia do Trabalho Científico	54h

9. Oficina de Estágio em Serviço Social I	54h
10. Oficina de Estágio em Serviço Social II	54h
11. Oficina de Trabalho de Conclusão de Curso	54h
12. Oficina Técnico-Operativa do Serviço Social I	54h
13. Oficina Técnico-Operativa do Serviço Social II	54h
14. Pesquisa em Serviço Social	72h
15. Processo de Trabalho e Serviço Social	72h
16. Seminário Temático em Serviço Social	72h
TOTAL	954h

5.4 Componentes curriculares eletivos

DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
1. Educação em Direitos Humanos	54h
2. Gênero, Diversidade, Poder e Família	54h
3. Gerontologia Social	54h
4. Gestão, Controle Social e Financiamento das Políticas Públicas	54h
5. Indicadores Sociais e Realidade Social	54h
6. LIBRAS	54h
7. Oficina de Leitura e Produção de Texto	54h
8. Saúde Mental e Serviço Social	54h
9. Questão Social no Brasil Contemporâneo	54h
10. Relações Patriarcais de Gênero e Serviço Social	54h
11. Segurança Alimentar e Nutricional e sua Interface com a Saúde	54h
12. Terceiro Setor e Serviço Social	54h
13. Trabalho na Contemporaneidade	54h
TOTAL POR SEMESTRE	162h

5.5 Atividades Curriculares Obrigatórias

5.5.1. Atividade Curricular de Extensão (ACE)

A LDB (Lei 9.394/96) traz, entre seus princípios, a necessidade da diversificação dos cursos superiores e a flexibilização dos projetos acadêmicos, permitindo às instituições de ensino superior adequarem os projetos pedagógicos às respectivas naturezas institucionais, às realidades regionais e às finalidades inerentes aos cursos, tanto se voltados à formação profissional quanto às ciências ou às artes. Cumpre destacar que tais diretrizes se associam à premissa da educação continuada, a qual afirma que a graduação superior é apenas uma etapa

do processo de ensino e aprendizagem e não o seu término. Deve-se salientar também que, como contrapeso à tendência de diversificar e flexibilizar, o aparato normativo define a necessidade de existirem processos de avaliação permanentes para identificar desvios e propor correções de rumo.

Nesses termos, o compromisso com a formação profissional vai para além das atividades de ensino e do incentivo a pesquisas científicas. Requer o cumprimento do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, previsto na CF de 1988 e na LDB, de modo a viabilizar aos graduandos e professores maior contato com a realidade social – local, regional, nacional e mundial. Como uma via de transformar a universidade e renovar suas práticas e métodos acadêmicos, além de articular os conhecimentos com ações que possibilitem a interação entre universidade e sociedade, tornando-a também um sujeito do conhecimento, a extensão universitária passa a ser componente curricular obrigatório nos cursos de graduação das IES do país, colocando em prática a deliberação do Plano Nacional de Educação (2014), o qual prevê a destinação de, ao menos, 10% da carga horária total dos cursos para atividades extensionistas.

Com isso, curricularizar as atividades de extensão evidencia o fortalecimento de uma política universitária que articula e busca consolidar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, viabilizando o trabalho educativo, cultural e científico com outros setores da sociedade.

A UFAL regulamentou essa exigência através da Resolução CONSUNI nº 04/2018 e atua em todas as oito áreas temáticas de extensão classificadas pelo Plano Nacional de Extensão (2000-2001): Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção e Trabalho, tendo realizado 802 destas ações em 2011.

Para atender às novas normativas e operar a mudança de paradigma requerida para a formação acadêmica, atenta a sua função social, a FSSO, através da Coordenação de Extensão construiu, de maneira coletiva e plural, o Programa de Extensão (Apêndice 01) da unidade, nele foram adequadas as atividades extensionistas já realizadas e em curso na faculdade, bem como incorporar novas ações.

O Programa de Extensão da FSSO reuniu os esforços e debates realizados pelo corpo docente, discente e técnico-administrativo para a incorporação das ações extensionistas como componente curricular cuja obrigatoriedade significa forjar seus alicerces em consonância

com os pressupostos sociais, éticos, legais e regimentais anteriormente destacados. Com isso, reitera o compromisso por uma formação assentada nos aportes da teoria social crítica, cuja intervenção profissional dedica-se em construir processos transformadores nos modos pelos quais os sujeitos se constituem e se relacionam em sociedade.

Para a formação profissional dos bacharéis em Serviço Social - que precisam analisar e intervir de forma crítica nos espaços sócio-ocupacionais - a curricularização das ACE serve para amplificar as experiências que unificam dialeticamente o trabalho profissional e as atividades acadêmicas de graduação. Trata-se de incorporar sistematicamente ao processo de ensino a elaboração, o planejamento e a execução de atividades extensionistas que permitam concretizar ações transformadoras entre a IES e outros setores da sociedade ao mesmo tempo em que habilitam o estudante de graduação para tal fim.

A carga horária curricular total para ACE na FSSO corresponde a 300 horas que deverão ser cumpridas até a integralização do Curso conforme PPC. Por isso, a execução das ACE, previstas no Programa de Extensão da FSSO, ocorrerão em tempo contínuo com prazo de monitoramento e avaliação anual, permitindo reprogramá-las e a incorporação de novas demandas/necessidades e/ou refinando as escolhas metodológicas inicialmente previstas. Existem na FSSO quatro (04) áreas de concentração em torno das quais orbita parte do trabalho da Unidade e que podem ser exploradas no momento de proposição e de delimitação de prioridades para ACE, a saber: 1) Políticas Públicas; 2) Direitos Sociais; 3) Movimentos Sociais; 4) Serviço Social. Dentro dessas áreas de concentração se estruturam subáreas que serão trabalhadas através de projetos, cursos, produtos e eventos, atendendo às especificidades das ACE no ordenamento curricular. São elas: Questão Social e Seguridade Social; Segurança alimentar e nutricional; Redes e questões geracionais; Educação, Direitos Humanos, Gênero, diversidade, feminismo; Cultura, raça e etnia; Sistema sociojurídico e cidadania; Controle Social da Administração pública; Questão agrária e urbana; Lutas sociais; Formação político-organizativa, controle social e ações coletivas populares; Educação Popular; Formação profissional e trabalho profissional.

O Programa de Extensão da FSSO tem como objetivos tornar as ações extensionistas indissociáveis das atividades de pesquisa e ensino, de maneira a ampliar as possibilidades de uma formação profissional crítica e generalista, que aproxime a faculdade dos diversos setores da sociedade, por meio de um trabalho específico e interdisciplinar, possibilitando aos/as discentes o despertar da capacidade de elaborar, planejar e executar atividades que promovam

a alteração da realidade imediata daqueles para quem se destinam os serviços prestados pela profissão. Com isso, os/as discentes vivenciarão experiências e aprendizados para além do planejado em sala de aula, além de provocar a desmistificação das contradições do real e suas determinações na vida dos indivíduos.

O público para o qual destinar-se-ão as ACE da FSSO e das demais unidades acadêmicas envolverão: trabalhadores da educação e estudantes da rede municipal e estadual de ensino; pessoas em situação de rua e moradores de comunidades, preferencialmente, circunvizinhas ao *Campus A. C. Simões*; usuários, gestores e profissionais de diferentes políticas e serviços sociais ou instituições públicas no município de Maceió e estado de Alagoas; integrantes de movimentos sociais popular ou sindical, urbano e/ou rural; integrantes de Conselhos de Direitos e das políticas; povos originários, quilombolas, ribeirinhos e assentados em programas de reforma agrária e envolvidos com agricultura familiar; assistentes sociais.

As ACE especificadas no Programa de Extensão da FSSO estão alocadas na Matriz curricular deste PPC no curso diurno nos 2º, 3º, 7º e 8º períodos, e no curso noturno nos 2º, 3º, 8º e 9º períodos. As ACE se distribuirão diversificadamente pelos 4 semestres do ordenamento curricular do discente, sendo creditada uma carga horária de, no mínimo, 75h por semestre ofertado. Para tanto, estas atividades serão detalhadas, nas suas particularidades operacionais, a cada oferta semestral, de forma pública para que os alunos possam tomar ciência para, durante o período de matrícula, efetuarem seu vínculo e receberem a devida creditação.

5.5.2 Estágio em Serviço Social

O Estágio Curricular Supervisionado é um componente curricular de caráter formativo, nas modalidades obrigatório e não-obrigatório, que se constitui parte dos processos de aprendizagem teórico-prática que integram o Projeto Pedagógico do Curso, inerente à formação acadêmico-profissional, que se efetiva através da inserção do/a discente em espaços socioinstitucionais.

Com o objetivo de capacitar o/a discente para o exercício profissional, sob a supervisão acadêmica e de campo, na perspectiva de aproximar os/as discentes da dinâmica contraditória realidade dos espaços sócio-ocupacionais e refletir sobre as possibilidades e limites da profissão nos campos de estágio, além de oportunizar o debate acerca das competências e habilidades próprias da atividade profissional, em consonância com as

Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social (ABEPSS/MEC), a Lei de Regulamentação da Profissão (nº 8.662/1993), o Código de Ética profissional do Assistente Social (1993), a Lei que dispõe sobre o estágio de estudantes (nº 1.788/2008), a Política Nacional de Estágio da ABEPSS (2010), as Resoluções do CFESS sobre a matéria de estágio, o Projeto Pedagógico do Curso (2019), e a Resolução nº 71/2006 – CONSUNI/UFAL, de 18 de dezembro de 2006.

A carga horária da atividade de estágio curricular obrigatório no Curso de Serviço Social da UFAL, de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social (2019) é de 400 horas, sendo 12 horas semanais dedicadas às atividades de campo pelo/a estagiário/a, deve ser cumprida durante o período letivo estabelecido no calendário escolar da Universidade, e distribuída da seguinte forma:

I. Estágio I - 5º semestre e deve corresponder a um total de 200 horas;

II. Estágio II - 6º semestre e deve corresponder a um total de 200 horas;

Essa atividade curricular só pode ser realizada sob a orientação de um/a assistente social – funcionário/a de uma instituição, denominado/a de supervisor/a de campo – e de um/a docente da FSSO – assistente social, denominado/a de supervisor/a acadêmico/a, conforme consta no Regulamento de Estágio Supervisionado em Serviço Social da Faculdade de Serviço da UFAL, anexo da Resolução Nº 01/2019 – CGSS/FSSO, de 27 de março de 2019 (Apêndice 02).

A atividade de supervisão acadêmica corresponde ao componente curricular Oficina de Estágio I e II, com carga horária de 54 horas cada, alocadas no 5º e 6º semestres, respectivamente, sendo de responsabilidade da Coordenação de Estágio todo o trâmite de construção da oferta semestral dos campos de estágio e da emissão da documentação necessária ao início da atividade.

5.5.3 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

O Curso de Serviço Social da UFAL, em consonância com o seu Projeto Político Pedagógico, possui como um dos componentes curriculares o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) como uma atividade curricular obrigatória que corresponde à carga horária de 90 horas para sua elaboração. De acordo com a Resolução CTCC 01/2018-FSSO/UFAL (Apêndice 03), consubstanciada pelas Resoluções Nº 56/95-CEPE/UFAL, Nº 25/2005-CEPE/UFAL, e alterada pela de Nº 01/2014-FSSO/UFAL, o TCC está localizado na Grade

Curricular, nos dois últimos semestres do término do citado Curso, correspondendo ao 7º e 8º períodos do turno matutino e no 8º e 9º períodos no turno noturno.

Caracteriza-se como um trabalho científico, de natureza monográfica, “devendo referir-se a um tema relacionado ao Serviço Social e áreas afins”. Tem como objetivo possibilitar o (a) aluno (a) experimentar um processo de reflexão, sistematização e síntese dos conhecimentos adquiridos durante o Curso, devendo tomar como parâmetro geral, as linhas de pesquisa definidas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa do Serviço Social (ABEPSS), com vistas a abordar temas de relevância social que possam contribuir com a pesquisa e promover o debate tanto acadêmico quanto profissional. São elas:

- Trabalho, Questão Social e Serviço Social
- Política Social e Serviço Social
- Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional
- Movimentos Sociais e Serviço Social
- Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social
- Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades
- Ética, Direitos Humanos e Serviço Social
- Serviço Social, Geração e Classes Sociais

Importa ressaltar que além das dessas linhas de pesquisa, devem também ser observadas as linhas de pesquisa do Curso de Serviço Social da UFAL, as experiências em núcleos temáticos, grupos de pesquisa ou em projetos de pesquisa, iniciação científica e de extensão da universidade, bem como as experiências em estágio, conforme consta na supracitada Resolução.

Nesses termos, a estruturação do TCC da Faculdade de Serviço Social da UFAL, busca, junto com os demais componentes da grade curricular do Curso em referência, contribuir para uma formação profissional de qualidade.

5.6 Atividade Complementar Obrigatória (ACO)

A atividade complementar obrigatória se caracteriza como atividades de caráter acadêmico, científico e cultural que mantém correlação ou conexão com a área de conhecimento do curso, propiciando o aprofundamento e o aperfeiçoamento da formação

profissional. Visa, portanto, enriquecer o processo de ensino-aprendizagem dos/as discentes, a partir do seu ingresso no curso, por possibilitar a complementação da sua formação acadêmica, pautando-se nos objetivos do curso para ampliar o desenvolvimento das competências e habilidades previstas nas Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social (BRASIL, 2002).

De acordo com a Resolução CNE/CSE Nº 2, de 18/06/2007, as atividades complementares, somadas ao estágio curricular obrigatório, “não deverão exceder a 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso” (BRASIL, 2007). Respaldando-se neste documento, para efeito de integralização dos componentes curriculares obrigatórios definidos para o curso de Serviço Social da Faculdade de Serviço Social – UFAL, e seguindo a orientação da ABEPSS (1997) quanto à destinação de, no mínimo, 15% da carga horária mínima do curso para o estágio obrigatório, definiu-se o percentual de 5% da carga horária total do currículo pleno para as atividades complementares.

Com isso, atende-se ao disposto na Resolução CEPE/UFAL nº 56/95 que prevê, para a parte flexível obrigatória do currículo, o acréscimo de 5% do total da carga horária da parte fixa, correspondendo a 150h, computadas a partir da realização de atividades de “monitoria, visitas monitoradas, iniciação científica, projeto de extensão, participação em seminários, publicação de produção científica e outras atividades definidas no plano acadêmico do curso” (BRASIL, 2002), devidamente certificadas e com a especificação da carga horária. Salienta-se que, com a curricularização da extensão, atividades desse tipo só serão consideradas para a parte flexível se o discente já tiver atingido o percentual estabelecido para este componente.

A realização das atividades complementares é permitida aos/as discentes desde o primeiro semestre do curso até o final do seu prazo de integralização. Por se tratar de uma atividade obrigatória, é necessariamente registrada no seu histórico acadêmico com a denominação (ou tipificação) de “Carga Horária Flexível”, assim como as demais. Ressalta-se que atividades como monitoria, iniciação científica e estágio curricular não-obrigatório possuem critérios específicos que necessitam ser obedecidos para a sua realização. Para esclarecimento, recomenda-se observar as regulamentações específicas de cada atividade, presentes nos anexos deste PPC, as quais estabelecem os pré-requisitos e orientações para a participação nessas atividades.

É de competência do discente administrar o cumprimento da carga horária flexível, responsabilizando-se pela guarda dos comprovantes originais e por sua apresentação à

Secretaria da coordenação do curso, a partir do momento em que atingir a carga horária exigida e/ou até 60 dias antes da colação de grau.

No ato da apresentação da documentação comprobatória, o estudante deverá registrar as atividades em formulário específico para **Requerimento de Cômputo da Carga Horária Flexível** (Apêndice 04), contendo no mínimo 2 grupos de atividades diferentes, anexar as cópias das certificações devidamente autenticadas pelos funcionários do setor e assinar o protocolo de entrega. O discente precisa ter ciência que atividades realizadas na modalidade EaD (via internet) só serão aceitas até o cômputo de 40% do total da carga horária da parte flexível, estando sujeitas às mesmas regras e à necessidade de comprovação das atividades presenciais.

São consideradas comprovações das atividades: certificados, diplomas, declarações e outros documentos que comprovem as atividades realizadas. Caso algum desses documentos comprobatórios esteja com assinatura digital, é necessário que conste o código de verificação pelo *site* que emitiu, caso não possua o código, faz-se necessário que o discente encaminhe para o e-mail oficial da coordenação do curso o e-mail original proveniente do organizador(a) da atividade com o respectivo documento.

A coordenação do curso ficará responsável por esclarecer e orientar os/as discentes acerca dos componentes curriculares obrigatórios, desde o seu ingresso no curso, através da socialização das regulamentações oficiais e das orientações contidas no PPC. Competirá também à Coordenação da Graduação, junto ao Colegiado de curso, a análise da documentação para o registro no histórico, a submissão de novas atividades complementares para aprovação, bem como a avaliação dos casos omissos.

As atividades complementares do curso de Serviço Social da FSSO/UFAL foram classificadas em 3 (três) grupos, a saber: Grupo 1 – Atividades de capacitação e aperfeiçoamento; Grupo 2 – Atividades de pesquisa e produção científica; e Grupo 3 – Outras atividades acadêmicas e sociais.

A seguir, serão detalhadas as atividades que compõem cada grupo:

Grupo 1 – Atividades de capacitação e aperfeiçoamento: são atividades relativas ao aprimoramento da formação profissional, visando enriquecer as habilidades e competências exigidas no exercício profissional, além da melhoria do desempenho do discente em sala de aula através da qualificação do seu aprendizado.

Grupo 2 – Atividades de pesquisa e produção científica: são atividades relacionadas à

pesquisa científica para a produção de conhecimento a partir da orientação dos docentes em núcleos e grupos de estudo, pesquisa e extensão, que se destinem a divulgação do conhecimento e das pesquisas que são fundamentais para o desenvolvimento da profissão.

Grupo 3 – Outras atividades acadêmicas e sociais: são atividades que despertam a conexão entre o conhecimento teórico e as atividades práticas relacionadas à formação política e social dos/as discentes, promovendo o exercício de habilidades de tomada de decisão e de mobilização de grupos.

O barema com a especificação dos tipos de atividades relativas a cada um desses grupos, bem como a valoração empregada e a documentação exigida para efeito de comprovação, encontra-se no formulário para **Requerimento de cômputo da carga horária flexível** (Apêndice 04).

Em conformidade com a Resolução CEPE/UFAL nº 113/95, a carga horária flexível não poderá ser computada somente com atividades de um único grupo. Para efeito deste PPC, as atividades registradas e comprovadas deverão pertencer ao mínimo de 2 (dois) grupos diferentes, conforme especificado nesta regulamentação.

5.7 Requisitos e equivalências da nova matriz curricular

A elaboração do novo currículo do curso de graduação em serviço social segue todos os princípios presentes nas diretrizes curriculares, de maneira a respeitar o processo formativo do aluno, orientando-o pedagogicamente no cumprimento dos componentes curriculares. Com isso, o Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social prevê não somente a sequência da estrutura curricular distribuída semestralmente, mas também estabelece alguns requisitos acerca dos créditos a serem cursados. Estes foram pensados tendo em vista a necessidade de atender às competências e habilidades previstas neste PPC para garantir aos/as discentes uma formação capaz de viabilizar uma capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa como suportes para a intervenção na realidade. Somente com esse conhecimento é possível ao aluno a compreensão do significado social da profissão e das suas possibilidades de construir respostas profissionais para as requisições que se apresentam decorrentes das expressões da questão social.

Diante disso, a orientação pedagógica pensada para a organização do curso, conforme as DCN, parte do entendimento de que o discente precisa adquirir determinados conhecimentos filosóficos, teóricos, éticos e técnicos, de forma sequencial e vinculada, os

quais precedem outros conteúdos que permitirão a compreensão dos problemas e desafios que perpassam a realidade daqueles que requerem os serviços dos assistentes sociais nos seus espaços sócio-ocupacionais quando da realização da atividade de estágio curricular obrigatório, bem como para a produção do TCC.

Os requisitos para a sequência de cumprimento dos componentes curriculares foram assim estruturados:

- As disciplinas de Fundamentos do Serviço Social (da I a IV) devem ser cumpridas de forma sequencial, não podendo o aluno matricular-se em duas ao mesmo tempo, ao não ser em caso de reprovação. O mesmo serve para Administração e Planejamento em Serviço Social (I e II) e Oficina Técnico-Operativa do Serviço Social (I e II);
- A matrícula em Estágio em Serviço Social I precede o cumprimento das seguintes disciplinas:
 1. Ética em Serviço Social
 2. Oficina Técnico Operativa I
 3. Oficina Técnico Operativa II
 4. Processo de Trabalho e Serviço Social
 5. Fundamentos do Serviço Social I
 6. Fundamentos do Serviço Social II
 7. Fundamentos do Serviço Social III
 8. Fundamentos do Serviço Social IV
- Se o aluno (a) for reprovado (a) em alguma dessas disciplinas poderá matricular-se em Estágio em Serviço Social I, desde que se matricule, também, nessas disciplinas no mesmo período.
- O acesso pelo aluno a matrícula em Oficina de Estágio I e II será bloqueado, pois será efetuada pela Coordenação de Curso durante o período de ajuste de matrícula. Esta medida se deve pela necessidade de distribuição dos campos de estágio junto aos/as discentes, realizada pela coordenação de estágio e as supervisoras acadêmicas.
- Somente poderá se matricular em Estágio em Serviço Social II o aluno que obtiver aprovação em Estágio em Serviço Social I e Oficina de Estágio I;
- A matrícula na Atividade Curricular TCC não poderá ser efetuada concomitantemente com Estágio em Serviço Social II;
- O/a aluno (a) só poderá se matricular em TCC após ter cursado e ser aprovado em Oficina

de Trabalho de Conclusão de Curso, Estágio em Serviço Social I e II, Oficina de Estágio I e II;

- O/a aluno (a) deverá ter cursado 80% da carga horária obrigatória do curso para matricular-se em TCC, conforme prevê a Resolução de TCC Nº1/2018 CTCC/FSSO/UFAL;

Solicitamos ainda, que seja respeitado o Ordenamento Curricular do Curso de Serviço Social, do 1º ao 8º período no turno diurno, e do 1º ao 9º período no turno noturno, devendo o TCC ser realizado nos dois últimos semestres do curso.

Para efeito de aproveitamento dos créditos cursados pelos alunos remanescentes no PPC 2006, decorrente da reprovação em disciplina/s que não mais esteja/m sendo ofertada/s devido à implementação do novo PPC, será levada em consideração a disposição de equivalência entre as disciplinas listadas no quadro abaixo. Salientamos que foi considerado não só a aproveitamento do conteúdo, como também da carga horária. Nos casos em que a unidade não dispuser da oferta de uma disciplina equivalente para aproveitamento, em decorrência da redução considerada da carga horária total¹⁴, o aluno será orientado pela coordenação de curso a matricular-se em outras unidades no período de vagas remanescentes.

No quadro abaixo, apresentamos a relação de equivalência entre as disciplinas do PPC 2006 e do PPC 2019:

Disciplinas do PPC 2006	Equivalência no PPC 2019	Observação
Antropologia (80h)	-	Cursar em outra unidade acadêmica
Economia Política (80h)	Economia Política (72h)	-
Filosofia (80h)	Filosofia (72h)	-
Psicologia (80h)	-	Cursar em outra unidade acadêmica
Sociologia (80h)	-	Cursar em outra unidade acadêmica
Teoria Política (80h)	Teoria Política (72h)	-
Trabalho e Sociabilidade (80h)	Trabalho e Sociabilidade (72h)	-
Classes Sociais e Movimentos Sociais (80h)	Estado, Classes e Movimentos Sociais (72h)	-
Desenvolvimento Capitalista e Questão Social (80h)	Desenvolvimento Capitalista e Questão Social (72h)	-
Direito e Legislação Social (80h)	Direito e Legislação Social (72h)	-
Formação Sócio-histórica do Brasil (80h)	Formação Sócio-histórica do Brasil (72h)	-
Política Social (80h)	Política Social e Direitos	-

¹⁴ Aplicam-se a este caso as seguintes disciplinas: Antropologia, Psicologia, Sociologia e Metodologia Científica, as quais tiveram redução da sua carga horária de 80h (PPC 2006) para 54h (PPC 2019). Esta medida não atrapalha a vida acadêmica do aluno, tendo em vista que são disciplinas facilmente encontradas em outras unidades acadêmicas.

	Sociais (72h)	
Seminário Temático de Políticas Sociais (80h)	Seminário de Políticas Sociais Setoriais (72h)	-
Administração e Planejamento Social I (60h)	Administração e Planejamento em Serviço Social I (72h)	-
Administração e Planejamento Social II (60h)	Administração e Planejamento em Serviço Social II (54h)	-
Ética em Serviço Social (80h)	Ética em Serviço Social (72h)	-
Fundamentos Históricos Teórico-Metodológicos do Serviço Social I (60h)	Fundamentos do Serviço Social I (54h)	-
Fundamentos Históricos Teórico-Metodológicos do Serviço Social II (60h)	Fundamentos do Serviço Social II (54h)	-
Fundamentos Históricos Teórico-Metodológicos do Serviço Social III (60h)		-
Fundamentos Históricos Teórico-Metodológicos do Serviço Social IV (60h)	Fundamentos do Serviço Social III (54h)	-
Fundamentos Históricos Teórico-Metodológicos do Serviço Social V (60h)		-
Fundamentos Históricos Teórico-Metodológicos do Serviço Social VI (60h)	Fundamentos do Serviço Social IV (54h)	-
Metodologia Científica (80h)	-	Cursar em outra unidade acadêmica
Pesquisa em Serviço Social I (60h)	Pesquisa em Serviço Social (72h)	-
Pesquisa em Serviço Social II (60h)		-
Oficina de Estágio em Serviço Social I (60h)	Oficina de Estágio em Serviço Social I (54h)	-
Oficina de Estágio em Serviço Social II (60h)	Oficina de Estágio em Serviço Social II (54h)	-
Oficina de Pesquisa em Serviço Social (60h)	Oficina de Trabalho de Conclusão de Curso (54h)	-
Oficina Técnico-operativa do Serviço Social I (60h)	Oficina Técnico-operativa do Serviço Social I (54h)	-
Oficina Técnico-Operativa do Serviço Social II (60h)	Oficina Técnico-operativa do Serviço Social II (54h)	-
Serviço Social e Processo de Trabalho I (60h)	Processo de Trabalho e Serviço Social (72h)	-
Serviço Social e Processo de Trabalho II (60h)		-
Seminário Temático em Serviço Social (80h)	Seminário Temático em Serviço Social (72h)	-

Esta medida foi tomada devido às mudanças necessárias na Matriz Curricular do curso, em que algumas disciplinas sofreram redução de carga horária e outras tiveram redução na oferta quantitativa¹⁵, porém seus conteúdos foram incorporados nas que permaneceram e em outras, evitando a sua repetição em mais de uma disciplina, como foi identificado pelo NDE.

6. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

O projeto de formação profissional defendido pelo curso de graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social – FSSO/UFAL segue a defesa do princípio da integralidade entre ensino, pesquisa e extensão, de modo a possibilitar ao graduando do curso uma formação para além da inserção nos espaços sócio-ocupacionais que a profissão ocupa na divisão social do trabalho. Defende um processo de ensino-aprendizagem que possibilite uma formação cidadã, em que o aluno é sujeito da construção do conhecimento, que ele rompa as barreiras da sala de aula, participando das diversas atividades de extensão, compreendendo, na prática, a relação entre a universidade e a sociedade, nos projetos de pesquisa, os quais incentivam a produção científica, tecnológica e cultural qualificada.

Seguindo as orientações do PDI (2013) na estruturação das políticas internas de ensino, pesquisa e extensão, o curso de serviço social, reconhecendo a responsabilidade que a UFAL tem com a sociedade e as diversas demandas dos seus grupos sociais, se propõe a formar um profissional munido de conhecimentos filosóficos e científicos que estimulam o reconhecimento da realidade social, política e econômica, estadual e regional, preocupando-se em construir estratégias para devolver todo o investimento social na educação pública, gratuita e de qualidade, através da produção e divulgação de conhecimento científico e na prestação de serviços à comunidade. Dentro desta lógica, o objetivo do curso é devolver a sociedade um profissional com competência teórica, ética, técnica e política, capaz de reconhecer a desigualdade social e intervir na realidade de forma humana, entendendo as suas contradições e possibilidades de transformação social.

Assim, o curso incorpora em seu currículo, além dos componentes e atividades

¹⁵ Este é o caso das disciplinas de Fundamentos Históricos Teórico-Metodológicos do Serviço Social que reduziram de 6 com carga horária de 60h cada (PPC 2006) para 4 com 54h cada (PPC 2019), além da alteração do nome para Fundamentos do Serviço Social. Ocorreu também com Pesquisa em Serviço Social e Serviço Social e Processo de Trabalho que reduziram de 2 com carga horária de 60h cada (PPC 2006) para 1 com 72h cada (PPC 2019). Esta última ainda teve o nome alterado para Processo de Trabalho e Serviço Social.

curriculares obrigatórios e complementares orientados pelas Diretrizes Curriculares (2002), as políticas institucionais que visam a ampliação das condições de acesso ao ensino superior, a qualidade na formação profissional, a ruptura com barreiras físicas, atitudinais e pedagógicas, o estímulo à pesquisa e à atividade docente, bem como a prestação de serviços à comunidade, conforme podem ser identificados nos itens que se seguem.

6.1 Integração ensino/pesquisa/extensão – desafio da indissociabilidade

Parece ter sido superada, ao longo das sucessivas discussões e reformulações curriculares, na história do Serviço Social, a tradicional perspectiva pedagógica que limitava o ensino universitário a um processo de transmissão de conhecimentos, evidenciando-se o desempenho do docente. Este, tanto melhor seria, quanto mais demonstrasse conhecimento e, preferencialmente, retórica. A superação deste protótipo de docente no espaço de formulação do Serviço Social é decorrente de alguns fatores, dentre os quais podem ser destacados os seguintes: as novas exigências democráticas que se colocaram na sociedade brasileira, no período pós-revolução e que repercutiram nos mais diversos espaços da vida desta sociedade, inclusive no campo específico das metodologias de ensino; as definições legais sobre o ensino superior que se registram na Constituição de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 e, principalmente o caráter teórico-interventivo que marca a profissão.

A definição de um projeto de formação profissional exige que, além de se considerar o processo de formação teórico-metodológico, sejam considerados outros componentes de ordem política, cultural e ética, capazes de assegurar a superação dos limites colocados pelas matrizes curriculares, possibilitando que se desenvolva um processo de constante interação. Portanto, um projeto pedagógico do qual resultem profissionais capazes de decifrar e interagir na realidade social em que estará inserido. Conforme análise de Iamamoto (1999, p.20) sobre a lógica curricular que se coloca atualmente, *busca-se ultrapassar uma visão tradicional do currículo centrado exclusivamente em disciplinas*, valorizando a participação do estudante na dinâmica da vida universitária. Nesta linha de raciocínio, considera-se, além da vida universitária, a dinâmica maior da sociedade em que se situará o profissional. Deste modo, é importante destacar, o processo ensino-aprendizagem que objetiva a formação do bacharel em Serviço Social as seguintes dimensões: o ensino, a pesquisa e a extensão. Deve-se entender, portanto, que a proposta para a formação profissional do Assistente Social está em uma nova lógica que explica uma nova concepção de ensino e de aprendizagem alicerçada na dinâmica

da vida em sociedade. Reafirmando o trabalho com categoria fundamental do ser social recupera-se uma crítica da forma de produção, acumulação e regulação da sociedade moderna, o que requer dos profissionais um esforço permanente, no sentido de manter atualizado o debate teórico-metodológico acerca da profissão e do seu papel no movimento da sociedade.

A formação profissional do Assistente Social requer um exercício permanente de reflexão acerca dos elos de ligação entre Serviço Social e as formas como questão social vem se manifestando no processo de produção e reprodução da sociedade capitalista. Para situar a profissão no mundo atual é necessário que se conheça os acontecimentos que marcaram o século XX; é preciso que se entenda o fato de os homens estarem sempre reinventando formas de orientação da prática social nos momentos em que se deparam com dificuldades para encontrarem as respostas necessárias às exigências postas pela vida em sociedade.

Pensar a respeito do papel do profissional em Serviço Social é uma tarefa que equivale à dos estudiosos da realidade social. Ao Assistente Social põem-se exigências intelectuais, na mesma proporção que se põe a qualquer um pensador responsável pelo conhecimento que elabora acerca do seu tempo sócio-histórico, preocupado em desvelar, no emaranhado dos acontecimentos, aquilo que é essencial para a dos homens em sociedade. E, se como diz Lukács (1981, p.64), “todo conhecimento da realidade parte de fatos”, o fundamental no processo de conhecimento é “saber quais os dados da vida que merecem ser considerados como fatos importantes para o conhecimento”. Essa é a substância da prática profissional, ser realizada a partir da relação que se estabelece entre o conhecimento e a realidade social que se consubstancia necessária, como um complexo do ser social.

Na formação profissional preconiza-se uma soldagem entre o trabalho profissional e as atividades acadêmicas. A pesquisa é um elemento que possibilita esta abordagem, que faz com que esta atividade seja constitutiva do processo de formação do profissional e não uma atividade complementar o que relegaria a uma condição de apêndice, possível de ser dispensada, a depender da vontade ou da habilidade que, casualmente, o profissional a tivesse para realizá-la. Na verdade, a pesquisa é uma forma que o profissional dispõe para conhecer a realidade social na qual desenvolve suas atividades. O reconhecimento da pesquisa como um elemento constitutivo da formação e da atividade profissional implica o desenvolvimento da capacidade do Assistente Social para apreender os problemas específicos do seu tempo sócio histórico, submetê-los a uma apreciação crítica e deles extrair a significação que extrapola a

âmbito da imediaticidade com que emergem.

De fato, a pesquisa de situações concretas é o caminho para a identificação das mediações históricas necessárias à superação de defasagem entre o discurso genérico sobre a realidade e os fenômenos singulares com os quais se defronta o profissional no mercado de trabalho. Aliás, a principal via para superar a reconhecida dicotomia entre teoria e prática, requalificando a ação profissional e preservando a sua legitimidade. (ABESS, 1997, p.151).

A formação profissional deverá assegurar, ao assistente social, oportunidades para desenvolver uma atitude investigativa que lhe possibilite elaborar e executar projetos de pesquisa. Para isso é necessário que os cursos de formação formulem políticas de pesquisas, que incentivem os professores a assumirem a função de pesquisadores, uma atividade universitária constitutiva da docência, e que envolvam os alunos nos programas de iniciação científica.

Adotando tais prerrogativas, o curso de graduação em serviço social estará orientado para buscar a superação da tendência fragmentadora para a qual a prática profissional tende a ser encaminhada se desvinculada da perspectiva de *totalidade histórica*, redefinidora do projeto pedagógico instituído pelo movimento do serviço social na última década do século passado.

Uma alternativa para a inserção dos que fazem o projeto pedagógico na realidade social é a vivência da extensão universitária. Através da extensão torna-se possível o movimento de professores, alunos e técnicos em direção a diferentes espaços da sociedade, o que também é verdadeiro no sentido inverso. A extensão universitária deve ser vista como uma forma privilegiada para as mediações possíveis e necessárias, no sentido de conectar a profissão a situação de rico significado no que diz respeito às transformações societárias e ao seu próprio desenvolvimento sócio histórico.

O caráter teórico-interventivo da profissão, bem como a necessidade de uma formação intelectual e cultural generalista e crítica, exige do projeto pedagógico do curso de serviço social uma atenção especial às atividades extensionistas. A estas preocupações, deve ser adicionada a possibilidade de vivência de trabalho interdisciplinares, capaz de construir uma visão integrada da realidade social, além da abertura de oportunidades de enriquecimento do universo cultural do aluno universitário, atualmente prejudicado, pelo difícil acesso popular aos produtos culturais de qualidade.

A extensão é incorporada às definições da LDB sobre o ensino superior e, no seu artigo 43, ao definir as necessidades da educação superior, preconiza o seguinte: *estimular o*

conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade estabelecer com esta uma relação de reciprocidade e promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição (LDB, art. 43, VI e VII). A relação de reciprocidade sinalizada pela LDB permite interpretar, conclusivamente que, há benefícios na relação estabelecida entre universidade e sociedade eles são resultantes de uma interação; portanto, ambas se beneficiam, se enriquecem e criam oportunidades de se reconhecerem em seus interesses e em seus projetos.

O Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras define a *Extensão Universitária como o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade*. Ainda segundo concepção do Fórum, a extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade da elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes da práxis trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescendo àquele conhecimento. Este fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequência: a produção do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade.

Diante dos elementos de análise sobre a extensão e da sua concepção como componente curricular obrigatório, cumpre chamar a atenção para a elaboração do Programa de Extensão da Faculdade de Serviço Social cuja execução de projetos, cursos, eventos e produtos serão capazes de definir e explicitar a articulação entre a universidade e os interesses e necessidades da sociedade organizada em seus diversos níveis.

Pelo seu componente político a extensão tem a capacidade de explicitar, mais claramente, quais são os compromissos assumidos e que perpassam as diversas frentes de trabalho. A Unidade de Ensino deve cuidar da execução da sua proposta de extensão, sendo ela capaz de incorporar as diferentes iniciativas de seus integrantes, estando atenta, inclusive, para a sua articulação com o setor encarregado da coordenação geral em nível de administração central, e não descuidando da divulgação no espaço interno e externo à universidade. As iniciativas esporádicas, oriundas de organizações governamentais ou não governamentais, podem ser aproveitadas, mas a isto não deve estar restrito o espaço da

extensão no Curso. Experiências de interiorização de atividades universitárias, ações articuladas com outras entidades de ensino, abertura das salas de aulas à participação dos diversos segmentos sociais junto aos quais trabalham alunos e professores, exposições, seminários, palestras e debates sobre situações contemporâneas podem ser espaços abertos para que se definam e fortaleçam laços orgânicos possíveis entre o Curso e as mais diferentes organizações da sociedade.

O desafio maior se coloca no Projeto Pedagógico de Curso, como aliás à Universidade como um todo, é a realização de um trabalho que assegure a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, o que está definido constitucionalmente, desde 1988. Em seu artigo 207 define a Constituição que *as universidades gozam de autonomia didática-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão*. A vivência da indissociabilidade exige uma mudança de uma cultura ora marcada pelo medo de romper com o confronto das ações isoladas, em que no máximo são envolvidos alguns alunos, ora embasada na compreensão de que uma ação menor deverá, mesmo que forçosamente, contemplar as três dimensões da formação; ou ainda pela concepção preconceituosa de que uma das dimensões do processo ensino-aprendizagem tem maior ou menor importância e assegura maior ou menor prestígio. O desafio se põe, no sentido da exploração de situações em que um projeto, inicialmente classificado como de pesquisa, seja capaz de suscitar a abertura de debates como os sujeitos nele envolvidos, seja capaz de colocar a população e os pesquisadores diante de resultados e envolvidos em soluções para os problemas estudados. Pode-se pensar também que um projeto colocado de extensão sinalize para a necessidade de realizações de levantamentos ou de outras modalidades de abordagem, criando novos espaços e possibilidade de atuação da universidade. A sala de aula, certamente, será enriquecida por alunos e professores melhores situados em sua realidade econômica, política, social e cultural. Espaço como os núcleos temáticos, os campos de estágios, as experiências de trabalhos de interiorização podem ser um grande celeiro para que se vivencie este novo e transferível momento.

6.2. Iniciação científica e pesquisa

Dado o caráter pluri e multidisciplinar que lhe é inerente, a UFAL promove a pesquisa nas mais diversas áreas de conhecimento, incentivando a formação de grupos e núcleos de

estudo que atuam nas mais diversificadas linhas de pesquisa, considerando a classificação das áreas de conhecimento do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq).

O curso de bacharelado na Faculdade de Serviço Social está integrado à Política de Iniciação Científica e Pesquisa da Universidade Federal de Alagoas com financiamento do CNPq e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado Alagoas (FAPEAL). Anualmente, os docentes coordenadores de grupos de pesquisa da faculdade submetem seus projetos de pesquisa ao processo seletivo, por meio de edital público, que é regido pela Coordenação de Pesquisa (CPq), responsável pela Coordenação do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) – UFAL, através da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação – PROPEP.

Objetiva-se com isso fomentar a pesquisa científica na universidade para a produção de conhecimentos, nas suas diversas áreas, na busca por respostas e soluções às questões que se impõe cotidianamente à sociedade, nos seus mais diversos aspectos. É, portanto, uma modalidade de pesquisa conduzida por um professor orientador para os alunos da graduação, que se inserem como bolsistas ou colaboradores, e passam a desenvolver uma pesquisa científica por um período de um ano com a apresentação dos resultados ao final, através de um relatório.

Na FSSO, esses projetos investigam fenômenos da realidade social articulados com o Serviço Social no âmbito das questões do trabalho, do estado, da questão social, do direito, do capitalismo dependente, das políticas sociais, da segurança alimentar, das questões intergeracionais e de gênero, da educação e dos fundamentos e do mercado de trabalho do Serviço Social, visando proporcionar ao aluno as primeiras aproximações com a pesquisa científica e as atividades dos grupos de pesquisa, aos quais esses projetos estão vinculados.

A participação dos/as discentes na Iniciação Científica desperta-lhe a vocação científica além de qualificá-los para o mercado de trabalho e para a pós-graduação. O estímulo a investigação científica amplia a qualidade da formação dos alunos, além de possibilitar-lhes a publicação das suas produções, a participação em eventos, o direcionamento do TCC etc. Assim, alunos da iniciação científica e professores pesquisadores, produzem conhecimentos, sistematizam em relatórios e apresentam estes dados em seminários de iniciação científica, cujo objetivo é apresentar os resultados para a comunidade acadêmica, além de articular os conteúdos dos projetos com as temáticas abordadas em sala de aula, no que tange à metodologia da pesquisa, os fundamentos teóricos e as questões éticas.

Na sequência, estão dispostos equipamentos de pesquisa que a FSSO dispõe:

O Curso de Serviço Social da UFAL conta com 1 (um) Núcleo Temático:

1. Núcleo Temático da Criança e do Adolescente;
- Além do núcleo, o curso de Serviço Social conta com 13 Grupos de Estudos, Pesquisa e/ou Extensão:
 1. Grupo de Pesquisa Redes, Questões Geracionais e Políticas Públicas;
 2. Grupo de Pesquisa Trabalho e Serviço Social (TRASSO);
 3. Grupo de Pesquisa Saúde Mental e Sociedade;
 4. Grupo de Pesquisa Mercado de Trabalho e Serviço Social;
 5. Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão de Políticas Públicas e Segurança Alimentar e Nutricional (GEPEPPSAN);
 6. Grupo de Estudo Gênero, Diversidade e Direitos Humanos;
 7. Grupo de Estudo Frida Kahlo – Estudos de Gênero, Feminismo e Serviço Social;
 8. Lukács e Mészáros: fundamentos ontológicos da sociabilidade burguesa;
 9. Grupo de Pesquisa sobre Reprodução Social;
 10. Grupo de Pesquisa Políticas Públicas e Processos Organizativos da Sociedade;
 11. Grupo de Pesquisa e Extensão Políticas Públicas, Controle Social e Movimentos Sociais;
 12. Grupo de pesquisa Estado, Direito e Capitalismo Dependente;
 13. Grupo de pesquisa Justiça, Direito e Sociedade;
- O curso conta ainda com um Programa de Educação Tutorial:
 1. PET Conexões de Saberes;

6.3 Monitoria

O sistema universitário federal brasileiro, com início em 1968, criou nas universidades federais um conjunto de normas para regulamentar esse sistema. Foi a Lei Federal Nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, que fixou normas de funcionamento do ensino superior e instituiu em seu artigo 41 a monitoria acadêmica.

Entende-se por monitoria uma modalidade de ensino e aprendizagem, que fomenta a formação integrada do aluno nas atividades de ensino, pesquisa e extensão dos cursos de graduação. É compreendida como instrumento para a melhoria do ensino de graduação, através do estabelecimento de novas práticas e experiências pedagógicas, que visem a fortalecer a articulação entre teoria e prática e à integração curricular em seus diferentes aspectos e

saberes, tendo por finalidade promover a cooperação mútua entre discente e docente e a vivência com o professor e com as suas atividades técnicas e didáticas. (CANDAU, 2000, p. 12).

O curso de bacharelado em Serviço Social da FSSO está integrado ao Programa de Monitoria da UFAL, coordenado pela Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD). Esse programa é uma ação institucional direcionada à formação acadêmica do discente e à melhoria do processo de ensino-aprendizagem dos cursos de graduação, envolvendo docentes e discentes na condição de orientadores e monitores, respectivamente.

A monitoria é uma modalidade de ensino-aprendizagem que contribui para a formação acadêmica e, nesse sentido, sua relevância nas disciplinas de ensino superior excede o caráter particular de obtenção de título, pois permite o compartilhamento de saberes entre o/a aluno/a monitor/a, os/as discentes das diversas disciplinas e o/a docente.

O Programa de Monitoria é desenvolvido através de Planos de Monitoria propostos pela Coordenação de Monitoria da FSSO em articulação com os professores titulares das disciplinas, podendo ser exercida com ou sem bolsa, de acordo com os recursos disponibilizados pela UFAL e informados pela PROGRAD. A Coordenação de Monitoria, que compõe o apoio acadêmico da FSSO, é responsável pela organização do processo seletivo interno, que poderá ser realizado anualmente ou semestralmente, e também pelo encaminhamento da documentação mensal à PROGRAD para o acesso dos monitores às bolsas e, posteriormente, ao certificado.

A FSSO dispõe de Resolução própria que versa sobre a monitoria na unidade acadêmica, a qual consta no Apêndice 05 deste PPC. Os principais objetivos do Programa de Monitoria da FSSO/UFAL, são:

- I - despertar no segmento discente o interesse pela docência, estimulando o desenvolvimento de habilidades relacionadas ao seu exercício;
- II - promover a melhoria do ensino de graduação através da interação dos monitores com os segmentos docente e discente;
- III - compreender a Ética como princípio que perpassa a formação da docência;
- IV - criar condições para o monitor aprofundar seus conhecimentos na disciplina/área, objeto do processo seletivo, em conformidade com o Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social;
- V - auxiliar o professor em suas atividades acadêmicas de ensino, associadas com a pesquisa e a extensão (Resolução N° 02/2018, FSSO/UFAL).

Desse modo, a monitoria, como processo pedagógico, tem demonstrado sua importância à medida que atende às dimensões política, humana e técnica da formação discente. Oportuniza o desenvolvimento da capacidade reflexiva e o aprofundamento dos conteúdos compartilhados no espaço de ensino-aprendizagem.

6.4 A Responsabilidade Social

A UFAL não se considera proprietária de um saber pronto e acabado que vai ser oferecido à sociedade, ao contrário, ao participar dessa sociedade, é sensível aos seus saberes, problemas e apelos, quer através dos grupos sociais com os quais interage, quer através das questões que surgem de suas próprias atividades de ensino, de pesquisa e de extensão.

Atenta aos movimentos sociais, priorizando ações que visem à superação das atuais condições de desigualdade e exclusão existentes em Alagoas, no Nordeste e no Brasil, a ação cidadã da UFAL não pode prescindir da efetiva difusão do conhecimento nela produzidos. Portanto, as populações, cujos problemas tornam-se objeto da pesquisa acadêmica são, também, consideradas sujeitos desse conhecimento, o que lhes assegura pleno direito de acesso às informações e aos produtos então resultantes.

Nesse sentido, a prestação de serviços é considerada produto de interesse acadêmico, científico, filosófico, tecnológico e artístico do ensino, da pesquisa e extensão, devendo ser a realidade e sobre a realidade objetiva, produzindo conhecimentos que visem à transformação social.

6.5 Acessibilidade

A UFAL, através Núcleo de Acessibilidade (NAC) oferece aos estudantes da comunidade acadêmica, que tenham alguma deficiência como a visual, cegueira, baixa visão, surdez, deficiência física e/ou intelectual, atendimento especializado para garantir a sua permanência na Universidade, em conformidade com a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, da Organização das Nações Unidas (ONU), de 2006, que entende por pessoas com deficiência aquelas com impedimentos de longa duração físicos, intelectuais ou sensoriais e, por isso, encontram barreiras à sua plena e efetiva participação na sociedade em condição de igualdade com as demais pessoas. No Brasil, o Decreto nº 6.949 promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, considerando que os atos internacionais em apreço entraram em vigor para o país. Nesse marco legal, entende-se que as deficiências não são todas iguais e, por isso, cada uma delas possui particularidades e

necessidades próprias, que podem ser resultantes tanto de limitação orgânica, quanto da trajetória social de cada indivíduo.

Em 2012, o Brasil, institui a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, sobre a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Em seu art. 1º, §2º, entende que a pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais. Assim, mediante as necessidades apresentadas pelos alunos com deficiência e o ordenamento legal com vista a assegurar o acesso igualitário à educação superior, o NAC foi criado, em 2013, com o objetivo de oferecer serviços especializados aos alunos com deficiência e promover ensino mais humanizado através de metodologia inclusiva. Essa metodologia proporciona o acompanhamento sistemático por meio de estratégias pedagógicas de ensino e recursos tecnológicos audiovisuais que insiram o estudante na vida universitária, da sala de aula aos ambientes institucionais. O NAC, disponibiliza serviços especializados de apoio ao ensino com ledores, transcritores, tradutores e intérpretes e apoia também a adaptação às instalações físicas e funcionais acadêmicas, atendendo estudantes dos cursos de graduação e pós-graduação e promovendo junto à comunidade a compreensão de como contribuir para a inclusão no universo acadêmico, com a participação dos professores, técnico-administrativos e os demais estudantes.

A função principal do NAC é assistir o estudante com deficiência e com transtorno do espectro autista, atuando tanto na produção de materiais e na oferta de atendimento educacional especializado, de forma a permitir que o estudante possa superar os limites postos no processo de ensino-aprendizagem e contribuir para a superação dos obstáculos atitudinais, físicos, curriculares, pedagógicos, entre outros, que possam prejudicar o seu desenvolvimento ao longo do curso. O NAC atua de maneira colaborativa com alunos, professores, coordenadores de curso, diretores de unidade, com vista à efetividade da política de acessibilidade no âmbito da UFAL e promove eventos sobre temáticas que tratam da inclusão da pessoa com deficiência e transtorno do espectro autista e capacitações sobre as tecnologias assistivas como, por exemplo, o uso de recurso da informática para transformar textos em áudios para pessoas cegas, com o auxílio do sistema operacional DOSVOX que permite adquirir um nível maior de independência em relação ao estudo e na vida laboral.

O NAC pertence à Pró-reitoria Estudantil (PROEST), que tem investido na capacitação técnica de seus servidores para o estabelecimento de competências para

diagnóstico, planejamento e execução de ações voltadas para essas necessidades em atenção à Política de Acessibilidade adotada pelo MEC e à legislação pertinente.

A UFAL está atenta ao cumprimento do Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, que em seu Art. 1º preconiza a inclusão da pessoa com deficiência “destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania”. Procura garantir a acessibilidade também através de rampas de acesso aos blocos de salas de aula, bibliotecas, reitoria e demais instituições acadêmicas e administrativas, quebrando as barreiras arquitetônicas e atitudinais, mediante também sanitários adaptados e sinalizados, vagas exclusivas nos estacionamentos, adaptação de degraus e substituição por rampas de acesso com corrimão. Condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, estas conforme o disposto na CF/88, Art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei Nº 10.098/2000, nos Decretos Nº 5.296/2004, Nº 6.949/2009, Nº 7.611/2011 e na Portaria Nº 3.284/2003.

A UFAL procura garantir a permanência dos estudantes com deficiências nas salas regulares de ensino, fazendo as devidas adaptações curriculares, arquitetônicas e atitudinais com vista ao que se afirma no art. 59 da Lei 12.764/2012: “Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades”. E, também, em conformidade com a Nota Técnica nº 24/2013/MEC/SECADI/DPEE, de 21 de março de 2013 que orienta os sistemas de ensino que recomenda que os PPC contemplem orientações no sentido da adoção de parâmetros individualizados e flexíveis de avaliação pedagógica, valorizando os pequenos progressos de cada estudante em relação a si mesmo e ao grupo em que está inserido.

No curso de Serviço Social tem-se prezado pelo atendimento aos/as discentes com deficiência ou alguma limitação física ou cognitiva com base nas orientações para docentes disponibilizadas pelo NAC, a partir das quais tem se empenhado cotidianamente para garantir a acessibilidade pedagógica e metodológica. Os prédios que o curso ocupa (Blocos 13 e 16) ainda possuem algumas limitações acerca da acessibilidade arquitetônica, visto que a sua estrutura física é antiga e nem todas as adaptações¹⁶ necessárias foram realizadas. Com isso,

¹⁶ O prédio onde se localiza a Coordenação do Curso (Bloco 16), ainda não dispõe de elevador e rampa de acesso ao primeiro andar. Por isso, evita-se a realização de atividades acadêmicas nesse espaço quando envolvem alunos com deficiência física ou mobilidade reduzida.

tem-se garantido salas de aulas no andar térreo para as turmas que possuem algum aluno com deficiência. Para os espaços coletivos, como acervo documental, laboratório de informática e salas de multimídias, além dos setores de administração e coordenações do curso, segue-se a mesma proposta. Esses espaços possuem sinalização nos banheiros, escadas e salas, bem como rampas de acesso à entrada nos blocos e escadas com corrimão.

O corpo docente da FSSO vem se adaptando à construção de metodologias que promovam a acessibilidade pedagógica, pensando em um processo de ensino-aprendizagem que rompa com as barreiras que impedem uma formação inclusiva e de qualidade. Para isso, a coordenação de curso tem realizado reuniões com o NAC, para que os professores possam dialogar e dirimir dúvidas quanto ao aspecto pedagógico e didático em sala de aula, nas avaliações, nos trabalhos acadêmicos, na adaptação dos conteúdos e na relação com os alunos, familiares e bolsistas.

6.6 Inclusão e política de cotas

A UFAL, seguindo o que orienta a Resolução nº 54/2012 – CONSUNI/UFAL, consubstanciada pela Lei Federal nº 12.711/2012, regulamentada pelo Decreto nº 7.824/2012 e a Portaria Normativa MEC nº. 18, de 11 de outubro de 2012, que dispõem sobre o ingresso e a distribuição de vagas nos cursos de graduação ofertados pelas Instituições Federais de Ensino Superior, normatizou, até o ano de 2016, em seu processo seletivo, a reserva de vagas para o ingresso nos cursos de graduação.

Desde 2003, ao aprovar o Programa de Políticas Afirmativas para Afrodescendentes no Ensino Superior, através da Resolução nº 33/2003 - CONSUNI/UFAL, a universidade vem pactuando ações no sentido de ampliar a inclusão de estudantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas, que vão se ampliar através do Decreto supracitado, incluindo aí estudantes com baixa renda familiar, pessoas com deficiência e/ou oriundos de escola pública.

Com isso, até o ano de 2015, foram reservadas 40% (quarenta por cento) das vagas de cada curso e turno ofertados pela UFAL para os alunos egressos das escolas públicas de Ensino Médio. Destas, 50% (cinquenta por cento) das vagas foram destinadas aos candidatos oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário mínimo (um salário mínimo e meio) bruto per capita e 50% (cinquenta por cento) foram destinadas aos candidatos oriundos de famílias com renda igual ou superior a 1,5 salário mínimo (um

salário mínimo e meio) bruto per capita. Nos dois grupos que surgem, depois de aplicada a divisão socioeconômica, serão reservadas vagas por curso e turno, na proporção igual à de Pretos, Pardos e Indígenas (PPI) do estado de Alagoas, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, que corresponde a 67,22% (sessenta e sete vírgula vinte e dois por cento). Até 2016, a meta da UFAL, prevista no seu PDI, era garantir 50% de suas vagas a alunos egressos de escolas públicas.

Ainda na perspectiva da inclusão, a UFAL está se estruturando em termos de regulamentar a reserva de vagas (cotas) para os cursos de pós-graduação. Atualmente, os programas de pós-graduação se orientam pela Portaria nº 685, de 27 de abril de 2017, que prevê em seu art. 1º, a destinação de vagas de professores visitantes aos programas que incorporarem nas suas seleções o apoio à qualificação de servidores e a inclusão de egressos de escola pública, autodeclarados pretos, pardos e indígenas como contrapartida.

Diante disso, a FSSO, no âmbito da graduação e da pós-graduação, vem recebendo, a cada ingresso pelo ENEM ou processo seletivo para as especializações, mestrado e doutorado, alunos cotistas que se integram aos cursos junto aos demais discentes, fortalecendo o processo de acesso ao ensino superior de qualidade, rompendo barreiras sociais e econômicas.

6.7 Políticas de apoio aos discentes

As políticas de apoio aos discentes se fundamentam no PDI/UFAL e nos princípios e diretrizes estabelecidos pelo Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que objetiva viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão (Decreto Nº 7.234, de 19 de julho de 2010). Apoia, prioritariamente, a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade e risco social matriculados em cursos de graduação presenciais das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Sua instância de discussão e resolução é o Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), realizado anualmente e no qual a UFAL tem assento. Na ocasião, são feitos diagnósticos e reflexões sobre a realidade estudantil nas IFES e se estabelecem as diretrizes e linhas de ação das pró-reitorias em nível nacional.

De acordo com o PDI/UFAL, as políticas discentes da instituição vão além do PNAES, pois trabalham também com a perspectiva de universalidade no atendimento aos estudantes

que frequentam o espaço universitário. Como a FSSO não dispõe de Núcleo ou Comissão específica para realizar o apoio ao discente no âmbito do curso, este é viabilizado pela atuação pedagógica da coordenação da graduação, estágio, TCC, monitoria e extensão, bem como do colegiado e do corpo técnico, sempre muito competente na resolução dos problemas. Com isso, as ações internas se adensam às políticas implementadas pela UFAL. Assim, podem ser identificadas:

- Apoio pedagógico - buscam reforçar e/ou orientar o desenvolvimento acadêmico; apoio ao acesso às tecnologias de informação e línguas estrangeiras, com a oferta de cursos para capacitação básica na área. Atenção aos discentes como forma de orientá-los na sua formação acadêmica e/ou encaminhá-los/as a profissionais específicos para atendimento, através da observação das expressões da questão social. Articulação com as Coordenações de Curso sobre dificuldades pedagógicas desses alunos e planejamento para a sua superação. A exemplo disso, a UFAL desenvolve o Programa de Ações Interdisciplinares (PAINTER) e estimula o exercício da Monitoria e da Tutoria, com e sem bolsa de incentivo. No âmbito do curso de Serviço Social, o apoio pedagógico é dado pela coordenação da graduação, pela própria atribuição que o cargo requer, em parceria com o colegiado. O aluno é estimulado a ampliar o seu conhecimento e currículo através da divulgação de cursos de língua estrangeira e de atualização da língua portuguesa, de eventos e cursos promovidos pelas entidades organizativas da categoria, viabilizando a troca de saberes com alunos de outras IES e com profissionais das diversas áreas de intervenção. O acompanhamento se dá também em casos de alunos com algum adoecimento psíquico ou necessidade financeira que impactem na continuidade do curso, sendo encaminhados ao atendimento psicossocial da PROEST. A coordenação de curso acompanha todo o processo de reajuste de matrícula para orientar os alunos quanto ao cumprimento dos créditos, dos pré-requisitos e do período de integralização para não correrem o risco de serem bloqueados ou desvinculados da UFAL. A coordenação de Monitoria viabiliza toda a orientação necessária ao cumprimento dessa atividade, desde a divulgação do edital interno, seleção, recebimento das frequências e intermediação no recebimento do certificado.
- Estímulo à permanência - atendimento às expressões da questão social que produzem impactos negativos na subjetividade dos estudantes e que comprometem seu desempenho acadêmico; atendimento psicossocial realizado por profissionais qualificados, com vistas ao equilíbrio pessoal para a melhoria do desempenho acadêmico; atendimento do estudante na

área da saúde através da assistência médico odontológica; fomento à prática de atividades físicas e de esporte; promoção de atividades relacionadas à arte e cultura no espaço universitário; implementação de bolsas institucionais que visam ao aprimoramento acadêmico. A exemplo, a UFAL, por meio da PROEST, realiza um processo seletivo para viabilização da Bolsa Pró-Graduando, de auxílio financeiro, acesso ao restaurante universitário, de forma gratuita ou a baixo custo, acesso à residência universitária, acolhimento psicológico, atendimento médico e odontológico. Nesse âmbito, o curso mantém parceria com a equipe de profissionais da PROEST no que diz respeito ao encaminhamento e acompanhamento de alunos em situação de atendimento psicológico

- Apoio financeiro - disponibilização de bolsa institucional a fim de incentivar os talentos e potenciais dos estudantes de graduação, mediante sua participação em projetos de assuntos de interesse institucional, de pesquisa e/ou de extensão universitária que contribuam para sua formação acadêmica; disponibilização de bolsas aos discentes em situação de risco e vulnerabilidade social, prioritariamente, a fim de ser provida uma condição favorável aos estudos, bem como ser uma fonte motivadora para ampliação do conhecimento, intercâmbio cultural, residência e restaurante universitários. No âmbito da UFAL, se integra a essa política o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), o Programa de Iniciação Científica (PIBIC), o Programa de Educação Tutorial (PET). No curso de Serviço Social a participação dos alunos no PIBIC e no PET Conexões de Saberes é estimulada pensando na qualidade que estas experiências adensam ao currículo dos discentes. Corriqueiramente há a ofertas de bolsas em projetos de extensão financiados pela universidade ou pela instituição de fomento à pesquisa do estado (FAPEAL). Além disso, divulga-se e estimula-se a participação em seleção de estágios não-obrigatórios em instituições parceiras que, além do apoio financeiro, possibilitam a experiência nas diversas políticas e serviços em que estão inseridos os profissionais do serviço social. Desde 2010, o PET Conexões de Saberes está presente no curso de Serviço Social e vem, ao longo desses 8 anos, provocando o pensar crítico e despertando as habilidades e a autonomia de seus participantes, assim como vem colaborando com a formação dos demais alunos através da realização de atividades que adensam os conteúdos ministrados em sala de aula, bem como promovem o intercâmbio com outros cursos e com grupos culturais.

- Organização estudantil – ação desenvolvida por intermédio de projetos e ações esportivos, culturais e acadêmico-científicos, quer sejam promovidos pela universidade quer sejam

promovidos pelos estudantes. Alguns espaços físicos são reservados para as atividades dos centros acadêmicos, vindo a colaborar com a ampliação dos espaços de discussão e diálogo que contribuam para a formação política dos estudantes, a exemplo dos Centros Acadêmicos, DCE. A trajetória histórica do serviço social sempre foi marcada pela organização estudantil que provocou processos de questionamento e revisão teórico-metodológica e ético-política na profissão, diante de contextos históricos de grande efervescência social. Com isso, o curso sempre estimulou a organização política dos estudantes por entender que o movimento estudantil desperta a luta e a defesa dos direitos dos estudantes, e, principalmente, a consciência política de sujeito protagonista no enfrentamento das desigualdades e na busca por uma sociedade mais justa e igualitária. O Centro Acadêmico Rosa Luxemburgo dispõe de uma sala ampla no prédio administrativo da FSSO para realização dos encontros e reuniões, assim como serve de espaço para estudo e construção das suas pautas de luta.

- Plano de acompanhamento do assistido – proporciona uma maior segurança para o aluno quanto à sua possibilidade de sucesso na instituição, evitando assim um aumento da retenção e/ou da evasão. Evita também a acomodação do discente ao longo do curso. Busca a reorientação e a preparação para a saída dos discentes, diminuindo a ansiedade entre a academia e o mercado de trabalho. Para isso, a UFAL abre as portas para a realização de Estágios nos seus diversos setores e sob o acompanhamento de profissionais experientes. O aluno concluinte do Curso de Serviço Social é orientado a participar dos processos seletivos para ingressar nas especializações e nos mestrados ofertados no âmbito da UFAL ou do próprio Programa de Pós-graduação da FSSO, assim como da residência multiprofissional do HUPAA, entendendo que a formação continuada é, além do enriquecimento profissional e do currículo, um caminho para enfrentar os desafios do mercado de trabalho.

7 METODOLOGIAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Os procedimentos de ensino-aprendizagem utilizados no Curso de Graduação em Serviço Social partem das orientações das Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1997), principalmente quanto aos princípios da flexibilidade, da interdisciplinaridade e do pluralismo, os quais possibilitam aos docentes a liberdade de escolha dos seus métodos e metodologias aplicadas em sala de aula, na condução dos grupos de extensão e pesquisa, nos projetos de iniciação científica, dentre outros, considerando, acima de tudo, a autonomia didático-científica dos professores.

As metodologias de trabalho prezam pela inovação e pela maior “convivência acadêmica entre professores, alunos e sociedade”. Assim, a concepção de ensino-aprendizagem perpassa pela construção de “um espaço por excelência do pensar crítico, da dúvida, da investigação e da busca de soluções” (ABEPSS, 1997, p. 63-64). Desse modo, o professor define suas estratégias e técnicas de ensino de acordo com o caráter e o conteúdo do componente curricular sobre o qual está responsável, sempre considerando que a finalidade é a construção dos saberes dos alunos.

O método de ensino-aprendizagem mais utilizado no curso é o expositivo-dialogado, seja de caráter coletivo ou individualizado, no sentido de provocar na turma ou indivíduo o aprendizado por meio da leitura, do questionamento e da troca de saberes. Não apenas as aulas expositivas ou o atendimento individualizado se encaixam aqui, mas também a utilização de estudos dirigidos, a realização de seminários, painéis, pesquisas, trabalhos individuais e grupais, dentro e fora da universidade. É necessário sempre atentar para a superação dos métodos tradicionais de ensino, que não respeitam as individualidades e dificuldades dos alunos, devendo considerar seus limites cotidianos sem abrir mão da qualidade do ensino, tendo em vista o perfil profissional que se deseja formar.

Atrelado a isso, o curso concebe o aluno como sujeito protagonista do seu processo de conhecimento, pois a relação professor-aluno se horizontaliza na perspectiva de motivar o aluno a pensar e construir seu conhecimento. Por isso, a perspectiva de ensino está sempre focada na interdisciplinaridade, de modo que o aluno articule os conteúdos entre as disciplinas e vá desenvolvendo seus saberes, de forma a analisar criticamente a profissão e a realidade social na qual está inserido.

Assim, o aluno é estimulado a vivenciar a universidade para além da sala de aula e do cumprimento dos componentes curriculares obrigatórios, através da participação nos grupos de pesquisa para ampliar e aprimorar seus saberes, na iniciação científica, para despertar para o mundo da pesquisa na busca por respostas ou soluções para questões que afetam a sociedade, na monitoria, como experiência na docência e contribuição no aprendizado dos colegas, na participação em programas de educação tutorial que vão despertar suas habilidades e aprimorar seus conhecimentos. De um modo geral, essas atividades estimulam nos alunos a autonomia, a criatividade, a articulação entre teoria e prática, além de melhorar o desempenho acadêmico e fortalecer a formação profissional.

Ademais, a FSSO vem se adaptando às novas metodologias que promovam a

acessibilidade didático-pedagógica para um processo de ensino-aprendizagem inclusivo, tendo em vista a ampliação do número de alunos com alguma deficiência, especialmente visual e auditiva ou limitação cognitiva no curso.

Por fim, ressaltamos que o grande mote do processo de escolha da metodologia de ensino e aprendizagem é o planejamento e a avaliação contínuos, os quais vão permitir antecipar a construção de estratégias criativas e eficazes de ensino, considerando a especificidade do componente ou atividade curricular e as condições objetivas do docente e da turma, bem como evitar recorrência a métodos de ensino e procedimentos avaliativos que não acompanharam as mudanças sociais, de modo a não garantir a consciência crítica e a competência profissional pretendida pelo curso.

7.1 Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)

O uso da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) no processo de ensino-aprendizagem se coloca como uma ferramenta que amplia o alcance dos objetivos pedagógicos previstos para as disciplinas no Curso de Serviço Social, pois possibilita o desenvolvimento de habilidades e competências para docentes e discentes por ser uma proposta metodológica inovadora.

A introdução da TIC no ambiente acadêmico vem para romper com o modelo didático-pedagógico tradicional de aula expositiva cuja transmissão do conhecimento se dava apenas de forma oral. Com isso, docentes e discentes precisam se adaptar ao uso de tecnologias que vão mediar o processo de conhecimento em sala de aula, bem como no desenvolvimento das pesquisas científicas pelas várias possibilidades de acesso à informação que ofertam.

O uso do computador, aparelhos de multimídia e internet em sala de aula, e fora dela, torna o aprendizado mais dinâmico e amplia consideravelmente a utilização de novas práticas pedagógicas. Professores e alunos superam as barreiras de interação e estabelecem novas formas de comunicação e troca, pois, concebem a tecnologia como um recurso mediador da aprendizagem, além de viabilizar a reciclagem dos docentes e suas práticas didático-pedagógicas.

No curso de Serviço Social a utilização das TIC se dá mediante os recursos tecnológicos disponíveis no bloco de salas de aula e no bloco administrativo, bem como da rede *wi-fi* disponibilizada por todo o *campus*. Apesar de não constar em sua matriz curricular nenhuma disciplina de caráter semipresencial, os docentes incorporam as TIC nas suas

disciplinas, projetos de pesquisa e extensão por meio do uso dos computadores com acesso à internet nos ambientes comuns da unidade acadêmica, incluindo as salas dos grupos de pesquisa e o laboratório de informática que dispõe de 10 computadores novos e um ambiente propício ao estudo. Em sala de aula, os docentes podem utilizar aparelhos de projeção para exibição de slides, vídeos/filmes, textos, imagens, interligados a computadores e com acesso à internet. Esses recursos se encontram disponíveis nas salas de multimídia na FSSO e no Bloco 13, além da disponibilização de outros aparelhos de projeção volantes que ficam sob a guarda da administração da unidade e do bloco de salas de aula para serem utilizados em outras salas.

8 ORDENAMENTO CURRICULAR

O Curso de Serviço Social da UFAL conta com dois ordenamentos curriculares: um para o curso diurno e outro para o curso noturno. Isso acontece pelo fato de que o curso diurno, matutino, dispõe de 06 horas aulas ao dia, totalizando uma carga horária de 30 horas aulas semanais, distribuídas em componentes curriculares, e o curso noturno dispõe, apenas, de 04 horas aulas diárias, totalizando 20 horas aulas semanais. Essa realidade impôs a necessidade de ampliação de um semestre letivo para o turno noturno, de modo a favorecer pedagogicamente o cumprimento de todos os componentes curriculares e a produção do TCC dentro do prazo normal de integralização do curso. Contudo, vale ressaltar que a estrutura pedagógica, a lógica curricular e o conteúdo são os mesmos no sentido de garantir uma formação profissional de qualidade para ambos os cursos. Ficando assim distribuídos:

COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA	PORCENTAGEM
Disciplinas obrigatórias	2052	65,3%
Disciplinas eletivas	162	5,1%
Estágio Supervisionado	400	12,6%
Atividades Curriculares de Extensão	300	9,5%
Atividades complementares obrigatórias	150	4,7%
TCC	90	2,8%
Carga horária total	3154	100%

A seguir, temos a distribuição da carga horária do curso por período letivo, especificando o componente curricular, a carga horária semanal teórica e/ou prática e a carga horária total do semestre letivo.

8.1 Ordenamento curricular do curso diurno

	Código	Disciplina	Carga horária			
			Semanal	Teórica	Prática	Total
1º Período		Fundamentos do Serviço Social I	3h	54h	-	54h
		Metodologia do trabalho científico	3h	54 h	-	54 h
		Economia Política	4h	72h	-	72h
		Filosofia	4h	72h	-	72h
		Desenvolvimento Capitalista e Questão Social	4h	72h	-	72h
		Sociologia	3h	54h	-	54h
			TOTAL	21h	378h	-
2º Período	Código	Disciplina	Carga horária			
			Semanal	Teórica	Prática	Total
		Fundamentos do Serviço Social II	3h	54	-	54h
		Formação Sócio-histórica do Brasil	4h	72h	-	72 h
		Antropologia	3h	54h	-	54h
		Teoria Política	4h	72h	-	72h
			ACE 1 – Projeto em Serviço Social I	4h	-	75h
			TOTAL	21h	306h	-
3º Período	Código	Disciplina	Carga horária			
			Semanal	Teórica	Prática	Total
		Fundamentos do Serviço Social III	3h	54h	-	54h
		Oficina Técnico-operativa do Serviço Social I	3h	54h	-	54h
		Direito e Legislação Social	4h	72h	-	72h
		Ética em Serviço Social	4h	72h	-	72h
			ACE 2 – Projeto em Serviço Social II	4h	-	75h
			TOTAL	22h	324h	-
4º Período	Código	Disciplina	Carga horária			
			Semanal	Teórica	Prática	Total
		Fundamentos do Serviço Social IV	3h	54h	-	54h
		Administração e Planejamento em Serviço Social I	4h	72h	-	72h
		Oficina Técnico-Operativa do Serviço Social II	3h	54h	-	54h
		Seguridade Social: Política de Assistência Social	3h	54h	-	54h
			Pesquisa em Serviço Social	4h	72h	-
			Política Social	4h	72h	-
			TOTAL	21h	378h	378h
5º Período	Código	Disciplina	Carga horária			
			Semanal	Teórica	Prática	Total
		Seguridade Social: Política de Previdência Social	3h	54h	-	54h
		Administração e Planejamento em Serviço Social II	3h	54h	-	54h

	Código	Disciplina	Carga horária			
			Semanal	Teórica	Prática	Total
		Seguridade Social: Política de Previdência Social	3h	54h	-	54h
		Administração e Planejamento em Serviço Social II	3h	54h	-	54h

		Oficina de Estágio em Serviço Social I	3h	54h	-	54h
		Seminário de Políticas Sociais Setoriais	4h	72h	-	72h
		Seguridade Social: Política de Saúde	3h	54h	-	54h
		Estágio em Serviço Social I	12h	-	200h	200h
		TOTAL	28h	288h	200h	488h
6º Período	Código	Disciplina	Carga horária			
			Semanal	Teórica	Prática	Total
		Oficina de Estágio em Serviço Social II	3h	54h	-	54h
		Oficina de Trabalho de Conclusão de Curso	3h	54h	-	54h
		Estado, Classes e Movimentos Sociais	4h	72h	-	72h
		Formação Social, Econômica e Política de Alagoas	3h	54h	-	54h
		Estágio em Serviço Social II	12h	-	200h	200h
		TOTAL	25h	234h	200h	434h
7º Período	Código	Disciplina	Carga horária			
			Semanal	Teórica	Prática	Total
		Seminário Temático em Serviço Social	4h	72h	-	72h
		Trabalho e Sociabilidade	4h	72h	-	72h
		1ª Eletiva	3h	54h	-	54h
		ACE 3 – Projeto Interdisciplinar	4h	-	-	75h
		TOTAL	15h	198h	-	273h
8º Período	Código	Disciplina	Carga horária			
			Semanal	Teórica	Prática	Total
		2ª Eletiva	3h	54h	-	54h
		3ª Eletiva	3h	54h	-	54h
		ACE 4 – Curso / Evento / Produto	4h	-	-	75h
		TOTAL	10h	108h	-	183h

TCC	-	-	-	90h
------------	---	---	---	------------

Atividade complementar obrigatória	-	-	-	150h
---	---	---	---	-------------

CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO	-	-	-	3154h
-------------------------------------	---	---	---	--------------

8.2 Ordenamento curricular do curso noturno

	Código	Disciplina	Carga horária			
			Semanal	Teórica	Prática	Total
1º Período		Fundamentos do Serviço Social I	3h	54h	-	54h
		Metodologia do trabalho científico	3h	54 h	-	54h
		Economia Política	4h	72h	-	72h
		Desenvolvimento Capitalista e Questão Social	4h	72h	-	72h
		Filosofia	4h	72h	-	72h
		TOTAL	18h	324h	-	324h
2º Período	Código	Disciplina	Carga horária			
			Semanal	Teórica	Prática	Total
		Fundamentos do Serviço Social II	3h	54h	-	54h
		Antropologia	3h	54h	-	54h

		Teoria Política	4h	72h	-	72h
		Sociologia	3h	54h	-	54h
		ACE 1 – Projeto em Serviço Social I	4h	-	-	75h
		TOTAL		17h	234h	-
						309h
3º Período	Código	Disciplina	Carga horária			
			Semanal	Teórica	Prática	Total
		Fundamentos do Serviço Social III	3h	54h	-	54
		Formação Sócio-histórica do Brasil	4h	72h	-	72h
		Oficina Técnico-Operativa do Serviço Social I	3h	54h	-	54h
		Ética em Serviço Social	4h	72h	-	72h
		ACE 2 – Projeto em Serviço Social II	4h	-	-	75h
		TOTAL		21h	252h	-
						327h
4º Período	Código	Disciplina	Carga horária			
			Semanal	Teórica	Prática	Total
		Fundamentos do Serviço Social IV	3h	54h	-	54h
		Administração e Planejamento em Serviço Social I	4h	72h	-	72h
		Oficina Técnico-Operativa do Serviço Social II	3h	54h	-	54h
		Psicologia	3h	54h	-	54h
		Processo de Trabalho e Serviço Social	4h	72h	-	72h
		TOTAL		17h	306h	-
						306h
5º Período	Código	Disciplina	Carga horária			
			Semanal	Teórica	Prática	Total
		Oficina de Estágio em Serviço Social I	3h	54h	-	54h
		Seguridade Social: Política de Assistência Social	3h	54h	-	54h
		Pesquisa em Serviço Social	4h	72h	-	72h
		Política Social	4h	72h	-	72h
		Administração e Planejamento em Serviço Social II	3h	54h	-	54h
		Estágio em Serviço Social I	12h	-	200h	200h
		TOTAL		29h	306h	200h
						506h
6º Período	Código	Disciplina	Carga horária			
			Semanal	Teórica	Prática	Total
		Oficina de Estágio em Serviço Social II	3h	54h	-	54h
		Seguridade Social: Política de Previdência Social	3h	54h	-	54h
		Seguridade Social: Política de Saúde	3h	54h	-	54h
		Seminário de Políticas Sociais Setoriais	4h	72h	-	72h
		Formação Social, Econômica e Política de Alagoas	3h	54h	-	54h
		Estágio em Serviço Social II	12h	-	200h	200h
		TOTAL		23h	288h	200h
						488h
7º Período	Código	Disciplina	Carga horária			
			Semanal	Teórica	Prática	Total
		Seminário Temático em Serviço Social	4h	72h	-	72h
		Estado, Classes e Movimentos Sociais	4h	72h	-	72h
		Direito e Legislação Social	4h	72h	-	72h
		Oficina de Trabalho de Conclusão de Curso	3h	54h	-	54h

		1ª Eletiva	3h	54h	-	54h
		TOTAL	18h	324h	-	324h
8º Período	Código	Disciplina	Carga horária			
			Semanal	Teórica	Prática	Total
		Trabalho e Sociabilidade	4h	72h	-	72h
		2ª Eletiva	3h	54h	-	54h
		ACE 3 – Projeto Interdisciplinar	4h	-	-	75h
		TOTAL	11h	126h	-	201h
9º Período	Código	Disciplina	Carga horária			
			Semanal	Teórica	Prática	Total
		3ª Eletiva	3h	54h	-	54 h
		ACE 4 – Curso / Evento / Produto	4h	-	-	75h
		TOTAL	7h	54h	-	129h

TCC	-	-	-	90h
------------	---	---	---	------------

Atividade complementar obrigatória	-	-	-	150h
---	---	---	---	-------------

CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO	-	-	-	3154h
-------------------------------------	---	---	---	--------------

9 EMENTAS E BIBLIOGRAFIAS DOS COMPONENTES CURRICULARES

9.1 Ementas e bibliografias dos componentes curriculares do curso diurno

1º SEMESTRE

Disciplina	Fundamentos do Serviço Social I
Código	
C H	54 h
Ementa	Gênese e profissionalização do Serviço Social no desenvolvimento da sociedade capitalista. Os fundamentos históricos e sociais da problemática da pobreza e as respostas do Estado. Os aportes teórico-metodológicos do Serviço Social europeu e estadunidense.
Conteúdos	Contexto histórico e os antecedentes da prática de assistência e do capitalismo. Bases históricos sociais que matrizaram a origem do Serviço Social. Igreja, Sociedade de Organização da Caridade e práticas de assistência. Relações de produção capitalistas, questão social e a intervenção do Estado. Gênese, natureza e profissionalização do Serviço Social. Fundamentos teórico-metodológicos na profissionalização do Serviço Social. Neotomismo e Serviço Social. Pressupostos Positivistas/Funcionalistas na ação profissional. Serviço Social Europeu e Norte-Americano. Emergência do Serviço Social na Europa. Emergência e consolidação do Serviço Social nos Estados Unidos. Conservadorismo na profissão.
Bibliografia Básica	AGUIAR, Antônio G. de. Serviço social e filosofia : das origens a Araxá. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1989. MARTINELLI, Maria Lucia. Serviço social: identidade e alienação . 5 ed. São Paulo: Cortez, 1997. MONTAÑO, C. A natureza do serviço social . São Paulo: Cortez, 2007. NETTO, José Paulo. Capitalismo monopolista e serviço social . 7 ed. São Paulo:

	<p>Cortez, 2007.</p> <p>VERDÈS-LEROUX, Jeannine. Trabalhador social: práticas, hábitos, ethos, formas de intervenção. São Paulo: Cortez, 1986. Tradução: René de Carvalho.</p>
Bibliografia Complementar	<p>COSTA, Gilmaisa Macedo. Gênese e práticas de assistência (material didático).</p> <p>CAPONI, S. Da compaixão à solidariedade: uma genealogia da assistência médica. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2000. pp. 23-28; 50-55; 63-69; 74-83.</p> <p>HAMILTON, Gordon. Teoria e prática do serviço social de caso. Rio de Janeiro: Agir, 1982.</p> <p>IAMAMOTO, M. V. Renovação e conservadorismo no serviço social: ensaios críticos. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1994.</p> <p>KISNERMAN, Natálio. Serviço Social de Grupo. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 1978.</p> <p>KONOPKA, Gisela. Serviço social de grupo. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.</p> <p>OLIVEIRA, Heloísa Maria José de. Assistência social: do discurso do Estado à prática do Serviço Social. Florianópolis: UFSC, 1996. pp. 85 – 108.</p> <p>QUIROGA, C. Invasão positivista no marxismo: manifestações no ensino da metodologia no Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1991. pp. 43 – 55.</p> <p>RICHMOND, Mary Ellen. Diagnóstico social. Tr. José Alberto de Faria, Lisboa: Instituto Superior de higiene Dr. Ricardo Jorge, 1950.</p> <p>SETUBAL, A. A. Alguns aspectos da história do serviço social no Brasil. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, agosto/1983, nº12, ano IV, pp. 109- 139.</p>

Disciplina	Desenvolvimento Capitalista e Questão Social
Código	
C H	72 h
Ementa	Fundamentos ontológicos da formação social capitalista. Bases ontológicas da Questão Social, sua vinculação com o Serviço Social e formas de expressão no capitalismo nas diferentes fases de seu desenvolvimento. Relação entre países centrais e periféricos no capitalismo mundializado, de acordo com a lei do desenvolvimento desigual e combinado. As determinações histórico-particulares do capitalismo no Brasil. A crise estrutural do capital e o agravamento da Questão Social.
Conteúdos	As fases do desenvolvimento capitalista, suas determinações históricas e socioeconômicas. Bases Ontológicas da Questão Social, como ela se expressa nas diferentes fases do capitalismo e sua relação com o Serviço Social. Determinações histórico-particulares do desenvolvimento capitalista no Brasil. A Questão Social e suas formas de expressão. A lei do desenvolvimento desigual e combinado e as particularidades do capitalismo dependente e periférico. A crise estrutural do capital no mundo atual, o agravamento da Questão Social e suas expressões na realidade brasileira atual.
Bibliografia Básica	<p>ENGELS, Friedrich. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. Trad. B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2008 (Mundo do Trabalho; Coleção Marx-Engels).</p> <p>FALCON, Francisco; MOURA, Gerson. A formação do mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Campus, 1989.</p> <p>MARX, K. O capital. São Paulo: Abril Cultural, 1983, 1984, Vol I e II, L 1.</p> <p>MAZZEO, A. C. Estado e burguesia no Brasil. Origens da Autocracia Burguesa. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.</p> <p>NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. Economia política: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca Básica de Serviço Social; v. 1).</p>
Bibliografia	GARCIA, Maria Lúcia Teixeira; RAIZER, Eugênia Célia. A questão social e as

Complementar	<p>políticas sociais no contexto latino-americano (orgs.). PPGPS – UFES. Vitória-ES: EDUFES, 2013.</p> <p>IAMAMOTO, Marilda V. A Questão Social no Capitalismo. In: Temporalis n° 3. Brasília: ABEPSS/Graflne, 2001.</p> <p>MARANHÃO, C. H. A lei geral de acumulação capitalista e a complexa anatomia da “questão social”. In: BEHRING, E. R.; ALMEIDA, M. H. T. (orgs.). Trabalho e segurança social percursos e dilemas. São Paulo: Cortez. Rio de Janeiro: FSS/UERJ, 2008. (p.42-46).</p> <p>NETTO, José Paulo. Cinco Notas a Propósito da “Questão Social”. In: Temporalis, n° 3. Brasília: ABEPSS/Graflne, 2001.</p> <p>OSÓRIO, Jaime. Dependência e superexploração. In: A América Latina e os desafios da Globalização. Ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini. Carlos Eduardo Martins e Adrián Sotelo Valencia (orgs.). São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.</p> <p>RAPOSO, C. T. M. As particularidades da questão social na realidade brasileira contemporânea: superpopulação, precarização do trabalho e superexploração da força de trabalho. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação da UFPE. Recife: 2015.</p> <p>SANTOS, E. P.; COSTA, G. M. da. Sobre as origens da Questão Social. Anais do VIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social – ENPESS /ABEPSS – Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJR. CD-ROM. Juiz de Fora: novembro de 2002.</p> <p>TAVARES, M. A. Acumulação, trabalho e desigualdades sociais. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.</p>
---------------------	---

Disciplina	Economia Política
Código	
C H	72 h
Ementa	Bases histórico-econômicas da passagem do feudalismo ao capitalismo e o surgimento da Economia Política. O liberalismo econômico e Adam Smith. A acumulação primitiva. As categorias fundamentais da produção capitalista. O trabalho como fonte criadora de valor. A exploração do trabalho assalariado e as formas de extração da mais-valia. O processo de reprodução ampliada e expansão do capital. A lei geral da acumulação capitalista. A crise estrutural do sistema capitalista - as alternativas keynesiana e neoliberal e seus reflexos na relação capital-trabalho.
Conteúdos	Formação histórico-econômica da sociabilidade humana e os modos de produção anteriores. Do feudalismo ao capitalismo – o desenvolvimento do mercado e da acumulação do capital. O processo histórico da acumulação primitiva. A formação da classe burguesa comercial e a industrial. Capitalismo e Revolução Industrial. A Economia Política e o pensamento liberal. Os fundamentos da Teoria Liberal Clássica de Adam Smith. A decadência científica da Economia Clássica. O surgimento da classe trabalhadora no séc. XIX e a necessidade da crítica ao capitalismo. Marx – formação intelectual, obra e a crítica da Economia Política Clássica. Trabalho, trabalho excedente e tempo de trabalho necessário. Valor, valor da força de trabalho, preço das mercadorias, salários e lucro. A mais-valia e sua transformação em capital. A regulamentação da jornada de trabalho. A lei geral da acumulação capitalista. Contradições da produção capitalista e a redução tendencial do trabalho vivo. As crises do sistema do capital. O Imperialismo. A “solução” keynesiana e a neoliberal. A crise estrutural do capital e a (im)possibilidade de sua superação.

Bibliografia Básica	HOBSBAWM, E.J. Da revolução industrial ao imperialismo. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1986. HUBERMAN, L. A história da riqueza do homem. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983. LASKI, Harold. O liberalismo europeu. São Paulo: Mestre Jou, 1973. MARX, K. O Capital (cap. XXIV). São Paulo: Abril Cultural, 1984. NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. Economia política – uma introdução crítica. São Paulo: Cortez Editora, 2006. SMITH, A. A riqueza das nações. São Paulo: Abril cultural, 1983.
Bibliografia Complementar	CHESNAIS, F. A mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1996. HARVEY, D. O enigma do capital - e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011. MANDEL, E. A formação do pensamento econômico de Karl Marx. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. PANIAGO, M. C. S. As Lutas Defensivas do Trabalho: contribuições problemáticas à emancipação. In: Serviço Social e Sociedade , n.76. São Paulo: Cortez Editora, 2003. TEIXEIRA, F. J. S. Economia e filosofia no pensamento político moderno. Campinas: Pontes Editora, Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1995.

Disciplina	Filosofia
Código	
C H	72 h
Ementa	Principais correntes filosóficas no século XX (marxismo, neotomismo, neopositivismo, fenomenologia) e suas influências no Serviço Social.
Conteúdos	Apresentação de metodologia de avaliação e distinção entre conhecimento e senso comum. Períodos da filosofia. Filosofia clássica, segundo Marcondes. Análise do Livro VII da República de Platão. Principais características da filosofia medieval, segundo Marcondes. Debate sobre os principais representantes da filosofia Medieval. Dialética hegeliana e seus operadores. Razão histórica em Hegel. Filosofia positiva, segundo Comte. Pesquisa sobre contexto social, político, educacional, artístico e histórico no materialismo marxista. Materialismo histórico, segundo Marx. Dialética marxista e seus operadores.
Bibliografia Básica	COMTE, A. Curso de filosofia positiva. In: Coleção os pensadores. São Paulo: Victor Civita, 1983. MARX, K. Manuscritos econômico-filosóficos. São Paulo: Martins Claret, 2001. TONET, I.; LESSA, S. Introdução à filosofia de Marx. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2015.
Bibliografia Complementar	CHAUÍ, M. Convite à filosofia. São Paulo: Ática, 1987. LEAKEY, R. A origem da espécie humana. São Paulo: Record, 1999. MARCONDES, D. Iniciação à história da filosofia: dos pré-socráticos à Wittgenstein. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993. MARX, K.; ENGELS, F. A ideologia alemã. São Paulo: Hucitec, 1986. WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. 9ª. ed. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1994 (Várias edições).

Disciplina	Metodologia do Trabalho Científico
Código	
C H	54 h
Ementa	Introdução a história da ciência e o processo de produção e transmissão do conhecimento científico na contemporaneidade. A metodologia científica no âmbito das ciências e do processo de formação profissional. A pesquisa enquanto

	instrumento de ação reflexiva, crítica e ética. Delineamento metodológico para diferentes trabalhos acadêmico-científicos. Normas técnicas para elaboração de textos científicos.
Conteúdos	Introdução à produção de conhecimentos científicos e a metodologia no debate da teoria do conhecimento. Senso comum, Ciência e Cientificidade. Significado e características dos paradigmas, dos métodos e da metodologia científica nas Ciências Humanas e Sociais. Produção e de transmissão do conhecimento científico na contemporaneidade (características, espaços acadêmicos e sociais, recursos humanos e financeiros, implicações éticas etc.). Ofício de pesquisador e metodologia científica (debates e tarefas sobre: elaboração de categorias e conceitos; construção do objeto científico; composição dos critérios ético-científicos). Delineamento metodológico e trabalhos/documentos acadêmico-científicos. Elementos implicados na etapa de delineamento metodológico para trabalhos acadêmico-científicos: diretrizes básicas e normas técnicas. Detalhamento das características metodológicas de diferentes trabalhos acadêmico-científicos: finalidades, tipos e estruturas de publicações científicas; tipos de instrumentos e técnicas metodológicas para levantamento de dados e seus usos no processo de formação acadêmica (uso de fontes primárias e secundárias para estudo de temas; e registro/uso de informações coletadas de livros, aulas, palestras etc.). Técnicas básicas para estruturação de estudos acadêmicos (leitura, fichamentos e resumos). Normas para referenciar os conteúdos, as fontes e os dados etc. Apresentação de trabalhos acadêmico-científicos: o estudo em grupo; a seleção e preparação do material; o planejamento da apresentação; o uso de recursos didáticos e multimídias etc.
Bibliografia Básica	CHAUÍ, M. Convite à filosofia . 12ªed. São Paulo: Ática, 1999. FOUREZ, G. A Construção das ciências: introdução à filosofia e à ética das Ciências . São Paulo: Editora UNESP, 1995. Tradução Luiz Paulo Rouanet. LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. Metodologia científica : ciência e conhecimento científico, métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 1991.
Bibliografia Complementar	GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social . 6 ed. São Paulo: Atlas, 2009. MINAYO, M. C. de S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. Pesquisa social . 23ª Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994. MORAES, C. A. de S. A particularidade da dimensão investigativa na formação e prática profissional do assistente social. In: Serviço social e sociedade , n. 122. São Paulo, abr./jun. 2015, p. 294-316. PEREIRA, I.L.L.; HANNAS, M.L. Visão de Mundo. Educação com consciência I: fundamentos para uma abordagem pedagógica . v. 1. São Paulo: Gente, 2000. Coleção novos rumos na Educação. QUINTANEIRO, T; BARBOSA, M. L. O.; OLIVEIRA, M. G. M. Um toque de clássicos : Marx, Durkheim, Weber. 2 ed. Rev. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. RICHARDSON, R. J. Pesquisa social : métodos e técnicas. 3ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Disciplina	Sociologia
Código	
C H	54 h
Ementa	Matrizes clássicas do pensamento sociológico – Marx, Weber, Durkheim. Processos sociais fundamentais: modernização, industrialização, urbanização e seus constitutivos: classes sociais, movimentos sociais e instituições.
Conteúdos	Contexto histórico que demarcou o surgimento da Sociologia e as primeiras

	incursões do pensamento sociológico. Contribuições da Sociologia contemporânea para pensar a história e o cotidiano. O pensar sociológico sobre os problemas sociais e subjetivos vivenciados na sociabilidade contemporânea.
Bibliografia Básica	DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico . Várias edições; MARX, Karl. Introdução à crítica da economia política . (Grundrisse) (Várias edições). WEBER, Max. A objetividade do conhecimento nas Ciências e na Política Sociais. In: Sobre a teoria das Ciências Sociais . Lisboa: Editorial Presença, 1974, pp. 7-111.
Bibliografia Complementar	BROHM, Jean Marie. O que é a dialéctica? Lisboa: Antídoto, 1979. CASTRO, Ana Maria; DIAS, Edmundo Fernandes. Introdução ao pensamento sociológico . 18 ed. São Paulo: Centauro, 2005. CHESNAIS, François. A mundialização do capital . São Paulo: Xamã, 1996. (esp. Cap. 1 – Decifrar palavras carregadas de ideologia, p. 21-44. DURKHEIM, Émile. O suicídio . São Paulo: Martins Fontes, 2000. MARX, Karl. Glosas críticas marginais ao artigo O rei da Prússia e a reforma social. De um prussiano. In: Praxis , nº. 5. Belo Horizonte (MG): Projeto Joaquim de Oliveira, Out-Dez. 1995. MARX, Karl. O capital (Crítica da economia política). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo . 9ª. ed. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1994 (Várias edições).

Carga Horaria Total do Semestre: 378 horas

2º SEMESTRE

Disciplina	Fundamentos do Serviço Social II
Código	
C H	54 h
Ementa	Origem e institucionalização do Serviço Social na América Latina e no Brasil. O Desenvolvimento de Comunidade Brasileiro e o Serviço Social.
Conteúdos	Origem e institucionalização do Serviço Social na América Latina e no Brasil. Bases sócio-históricas do Serviço Social na América Latina. Questão Social no Brasil nas décadas de 1920 e 1930 e as bases para a implantação do Serviço Social. Instituições Assistenciais e a Institucionalização do Serviço Social no Brasil. A influência do Desenvolvimento de Comunidade Norte-Americano para o Serviço Social Brasileiro. Gênese do Desenvolvimento de Comunidade: O Pan-americanismo Monroísta, Desenvolvimentismo e Serviço Social. Trajetória histórica do Desenvolvimento de Comunidade na América Latina e no Brasil. O Serviço Social e o Desenvolvimento de Comunidade no Brasil.
Bibliografia Básica	AMMANN, Safira Bezerra. Ideologia e desenvolvimento de comunidade no Brasil . São Paulo: Cortez, 1991. IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul. Relações sociais e serviço social no Brasil : esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 2009. MANRIQUE, Castro Manuel. História do Serviço Social na América Latina . São Paulo: Cortez, 2010. ORTIZ, Fátima Grave. O serviço social no Brasil . Os fundamentos de sua imagem social e da autoimagem de seus agentes. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.
Bibliografia	COSTA, Gilmaisa Macedo. O serviço social na América Latina . Material

Complementar	<p>didático.</p> <p>CARDOSO, Miriam L. Ideologia do desenvolvimento – Brasil: JK-JQ. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.</p> <p>GUILHERME, Rosilaine Coradini. Desenvolvimento de Comunidade e o Serviço Social: entre o conformismo e a crítica. In: Revista Emancipação. Vol.12, nº 1, 2012.</p> <p>PIMENTEL, Edlene. A relação da igreja católica com a formação das primeiras escolas de serviço social na América Latina. Material Didático.</p> <p>WANDERLEY, Mariângela Belfiore. Metamorfoses do Desenvolvimento de Comunidade e suas relações com o Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1993.</p> <p>SKDMORE, Thomas E. Brasil: de Getúlio a Castelo Branco, 1930-1964. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.</p>
---------------------	---

Disciplina	Formação Sócio-histórica do Brasil
Código	
C H	72 h
Ementa	O Brasil no quadro das vias de desenvolvimento capitalista. O antigo sistema colonial. Estado e economia no período imperial. O modelo nacional-desenvolvimentista. Estado e economia no período de 1945-1964. A transição democrática e neoliberalismo.
Conteúdos	O Brasil no quadro das vias de Desenvolvimento Capitalista. A Colônia no quadro da acumulação primitiva: a sociedade do antigo regime, o desenvolvimento mercantil e o Estado Absolutista. O sentido da colonização e o período colonial. A escravidão do Brasil e o seu legado. A herança colonial, a revolução da independência e a organização do Estado Nacional. A herança colonial e as transformações sociais, econômicas e políticas no período imperial no Quadro das “vias” de desenvolvimento capitalista. A república burguesa, a transição da economia escravista mercantil para a economia capitalista assalariada e a manutenção do modelo de desenvolvimento econômico primário-exportador. Origens da indústria brasileira e formação do proletariado. A crise na divisão internacional do trabalho e as transformações no padrão de acumulação do capital no Brasil. A intervenção estatal na Era Vargas. O regime de autocracia burguesa no Brasil: bloco no poder e projeto político econômico. A transição do regime autocrático militar-burguês para a democracia no Brasil. Neoliberalismo e social-liberalismo o Brasil de Collor a Lula. As jornadas de junho.
Bibliografia Básica	FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil : ensaio de interpretação sociológica. 5 ed. São Paulo: Globo, 2006. MAZZEO, Antônio. Estado e burguesia no Brasil : origens da autocracia burguesa. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989. PRADO Jr., Caio. História econômica do Brasil . 27 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982. PRADO Jr., Caio. Formação do Brasil contemporâneo : Colônia. 19 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
Bibliografia Complementar	ANTUNES, Ricardo. Classe operária, sindicatos e partidos no Brasil : da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora. 2 ed. São Paulo, Cortez/Ensaio, 1988. CHASIN, José. A miséria brasileira: 1964-1994 - Do golpe militar à crise social . Santo André: Ad Hominen, 2000. FILGUEIRAS, Luiz; GONÇALVES, Reinaldo. A economia política no governo Lula . Rio de Janeiro: Contraponto, 2007, pp. 175-196. FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil . São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1998, p. 177-203.

	MATOS, Marcelo Badaró. A formação da classe trabalhadora: primeiros momentos. In: Trabalhadores e sindicatos no Brasil . São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 13-31. NETO, Artur Bispo dos Santos. Capital e trabalho na formação econômica do Brasil . São Paulo: Instituto Lukács, 2015.
--	---

Disciplina	Antropologia
Código	
C H	54 h
Ementa	Movimentos básicos do pensamento antropológico: etnocentrismo e relativização, diferença e alteridade, estranhamento e familiaridade; Conceito de cultura e seus desdobramentos; Abordagem etnográfica de problemáticas sociais contemporâneas.
Conteúdos	A constituição da Antropologia como disciplina: introdução. Conceitos centrais na Antropologia: cultura, etnocentrismo, relativismo. Introdução ao método etnográfico. Leituras etnográficas. <i>Antropologia e o Serviço Social</i> .
Bibliografia Básica	CUCHE, Denis. A noção de Cultura nas Ciências Sociais . Bauru: Edusc, 1999. LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. ORTNER, Sherry. Teoria em Antropologia desde os anos 1960 . <i>Mana</i> , vol 17 nº2, 2011.
Bibliografia Complementar	CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O trabalho do antropólogo . São Paulo: Unesp, 2000. LAPLANTINE, François. Aprender Antropologia . São Paulo: Brasiliense, 2000. WAGNER, Roy. A invenção da Cultura . Rio de Janeiro: Cosac y Naify, 2010.

Disciplina	Teoria Política
Código	
C H	72 h
Ementa	Da Pré-História à sociedade de classes. Origem do Estado, em Engels. Antecedentes históricos do surgimento do Estado Moderno. Estado e Sociedade Civil nos principais teóricos da teoria política moderna (Maquiavel, Hobbes, Locke, Rousseau). A crítica de Marx à teoria liberal (o Estado, a emancipação política e a emancipação humana, reforma e revolução). Os fundamentos da experiência do Estado social-democrata do Bem-Estar e a proposta Neoliberal de Estado mínimo.
Conteúdos	Antecedentes históricos do surgimento da sociedade de classes e do Estado. A transição do Feudalismo e os fundamentos do Capitalismo. O surgimento do Estado Moderno. Renascimento e Maquiavel. Consolidação da sociedade burguesa e introdução ao pensamento liberal. A Revolução Inglesa. Hobbes e o Estado Absolutista. Locke e o triunfo da teoria liberal. Rousseau e a soberania do povo. A Revolução Francesa e as revoltas dos trabalhadores em meados do séc. XIX. O surgimento do socialismo e da crítica ao Estado Capitalista. Marx – conceito de sociedade civil e a crítica do Estado. A antinomia entre o citoyen e o bourgeois. A emancipação política e a emancipação humana. A alternativa social-democrata de um Estado benfeitor. A “solução” liberal. O neoliberalismo. A crise estrutural do capital e a insuficiência da estratégia neoliberal.
Bibliografia Básica	ENGELS, F. A Origem da Família da Propriedade Privada e do Estado . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. HUBERMAN, L. História da Riqueza do Homem . Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983. MAQUIAVEL, N. O Príncipe . São Paulo: Abril Cultural, 1979.

	HOBBES, T. Leviatã . São Paulo: Abril Cultural, 1979.
Bibliografia Complementar	COUTINHO, C. N. Marxismo e política – a dualidade de poderes e outros ensaios. São Paulo: Cortez Editora, 1994. GRAMSCI, A. Maquiavel, a política e o estado moderno . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976. HOBSBAWM, E.J. A era das revoluções . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001. LASKI, H. O liberalismo europeu . São Paulo: Editora Mestre Jou, 1973. MARX, K. O dezoito de brumário de Luís Bonaparte – In: K. Marx; F. Engels -Textos 3. São Paulo: Edições Sociais, 1977. WEFFORT, F. C. Os clássicos da política – vol.1. São Paulo: Editora Ática, 1993.

Disciplina	Psicologia
Código	
C H	54 h
Ementa	As principais matrizes teóricas de análise das relações entre indivíduos e sociedade. Teorias da personalidade e dos grupos sociais. A constituição da subjetividade no processo de produção e reprodução da vida social.
Conteúdos	Fundamentos históricos, teóricos e metodológicos da Psicologia. Constituição da Psicologia como ciência no mundo e no Brasil. As principais matrizes teóricas de análise das relações sociais em Psicologia. Interfaces da questão social com os processos de subjetivação. Psicologia e fenômenos psicosociais. Alguns pressupostos históricos e teóricos da atuação da Psicologia nas políticas públicas. Aspectos técnicos e éticos para uma atuação interdisciplinar na rede de serviços socioassistenciais. Questões contemporâneas na Psicologia. Estudos sobre temáticas contemporâneas nos contextos brasileiro e alagoano.
Bibliografia Básica	BOCK, A. M., FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. Psicologias : uma introdução ao estudo de psicologia. São Paulo: Saraiva, 1999. DALGALARRONDO, P. Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais . 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2008. SAWAIA, B. (Org.). As artimanhas da exclusão : análise psicosocial e ética da desigualdade social. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
Bibliografia Complementar	CAMPOS, R. H. F.; GUARESCHI, P. (Orgs.). Paradigmas em psicologia social : a perspectiva latino-americana. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002. CRUZ, L. R.; GUARESCHI, N. M. F. (Orgs.). Políticas públicas e assistência social : diálogo com as práticas psicológicas. Petrópolis: Vozes, 2009. _____. O psicólogo e as políticas públicas de assistência social . Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. _____. Interlocuções entre a psicologia e a política nacional de assistência social . Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013. JACQUES, M. G. C.; STREY, M. N.; BERNARDES, N. M. G.; GUARESCHI, P. A.; CARLOS, S. A.; FONSECA, T. M. G. (Orgs.). Psicologia social contemporânea : livro-texto. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

Disciplina	ACE 1 – Projeto em Serviço Social I
Código	
C H	75h
Ementa	Realização de projetos de extensão que estejam vinculados ao Programa de Extensão da Faculdade de Serviço Social. Outras ações extensionistas podem ser desenvolvidas em articulação ao projeto principal, tais como, eventos, cursos e produtos.
Conteúdos	As ações de extensão promovidas pelo Curso de Serviço Social orientar-se-ão pela interlocução interdisciplinar focada em suprir as demandas sociocomunitárias e

	particularidades teórico-metodológicas e técnico-profissionais diretamente vinculada a esta área de conhecimento.
Bibliografia Básica	<p>CASTRO, Jorge Orlando. Los caminos de la extensión en América Latina y el Caribe. Santa Rosa: Universidad Nacional de La Pampa, 2017. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Los-caminos-de-la-extension-en-america-latina-y-el-caribe.pdf>. Acesso em 06 nov. 2017.</p> <p>CORREIA, Ovídio Valois; CRUZ, Marta Vieira; CRUZ, Maria Elisa da. A extensão universitária no Brasil: um resgate histórico. São Cristóvão: Ed. UFS: Fundação Ovídeo Teixeira, 2000.</p> <p>FÓRUM de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.</p> <p>FORPROEX. A indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: MEC/SESu, 2006. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Indissociabilidade-e-Flexibilizacao.pdf>. Acesso em 06 nov. 2017.</p>
Bibliografia Complementar	<p>FÓRUM de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.</p> <p>FORPROEX. Avaliação nacional da extensão universitária. Brasília: MEC/SESu; Paraná: UFPR; Ilhéus: UESC, 2001. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Avaliacao-Extensao.pdf>. Acesso em 06 nov. 2017.</p>

Carga Horária Total do Semestre: 381 horas

3º SEMESTRE

Disciplina	Fundamentos do Serviço Social III
Código	
C H	54 h
Ementa	Autocracia burguesa e o Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina e no Brasil. O processo de renovação do Serviço Social brasileiro e suas tendências.
Conteúdos	A Autocracia Burguesa, o Processo de Renovação do Serviço Social e o Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina e no Brasil. O Processo da autocracia burguesa e sua relação com a modernização conservadora. A renovação do Serviço Social sob a autocracia burguesa e seus desdobramentos. O movimento de reconceituação do Serviço Social: a erosão do Serviço Social tradicional na América Latina e no Brasil. O processo de renovação do Serviço Social brasileiro e suas tendências. As direções da renovação: perspectiva modernizadora, reatualização do conservadorismo e intenção de ruptura. Produções teórico-metodológicas do serviço social: aproximação ao estrutural-funcionalismo e a influência da fenomenologia. Seminários de teorização do Serviço Social. Esboço de uma crítica acerca das tendências modernizadora e de reatualização do conservadorismo.
Bibliografia Básica	<p>ALMEIDA, Ana Augusta de. Possibilidades e limites da teoria do serviço social. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1978.</p> <p>CBCISS. Teorização do Serviço Social / documentos. Rio de Janeiro: Agir, 1986.</p> <p>CARVALHO, Anésia. Metodologia da entrevista: uma abordagem fenomenológica. Rio de Janeiro: Editora Agir, 1986.</p> <p>NETTO, José Paulo. Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 1991.</p> <p>PAVÃO, Ana Maria Braz. O princípio da auto-determinação no Serviço Social:</p>

	uma visão fenomenológica. São Paulo: Cortez, 1988.
Bibliografia Complementar	<p>CELATS. Serviço social crítico: problemas e perspectivas – Um balanço latinoamericano. Centro Latino Americano de Trabajo Social. Trad. José Paulo Netto, 3^a ed. São Paulo, Cortez; Lima – Peru, CELATS, 1991.</p> <p>FALEIROS, Vicente de Paula. Confrontos teóricos do movimento de reconceituação do serviço social na América Latina. In: Revista Serviço Social e Sociedade, N° 24. São Paulo: Cortez, agosto de 1997.</p> <p>_____. Reconceituação do serviço social no Brasil: uma questão de movimento? In: Revista Serviço Social e Sociedade, nº 84. São Paulo, Cortez, novembro de 2005.</p> <p>MACEDO, Myrtes de Aguiar. Reconceituação do serviço social: formulação diagnóstica. São Paulo: Cortez, 1981.</p> <p>NETTO, José Paulo. Capitalismo monopolista e serviço social. São Paulo: Cortez, 1992. (p. 65-77).</p> <p>_____. O movimento de reconceituação – 40 anos depois. In: Revista Serviço Social e Sociedade, nº 84. São Paulo: Cortez, novembro de 2005.</p> <p>_____. Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985). São Paulo, Cortez, 2014.</p> <p>ORTIZ, Fátima Grave. O serviço social no Brasil. Os fundamentos de sua imagem social e da autoimagem de seus agentes. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.</p>

Disciplina	Ética em Serviço Social
Código	
C H	72 h
Ementa	A ética na história. A construção do <i>ethos</i> profissional do serviço social e seus fundamentos teórico-filosóficos. Legislação que orienta o exercício profissional e os códigos de ética do serviço social. Projeto ético-político do serviço social brasileiro.
Conteúdos	Fundamentos filosóficos, sociais e históricos da dimensão ético-moral da vida em sociedade e seus rebatimentos na ética profissional. Ética e moral: historicidade e fundamentos. Filosofia na vida em sociedade. Retrospectiva histórica da filosofia social. Ética e filosofia. Ética e moral. Sujeito ético-moral e a liberdade. Ética e direitos. Práxis profissional, valores, princípios e implicações ético-políticas do trabalho profissional. História da ética no Serviço Social. Códigos de ética da profissão, reformulações e operacionalidade. Fundamentos éticos e políticos do serviço social. A lei de regulamentação da profissão de Serviço Social. O conjunto CFESS (Conselho Federal de Serviço Social) / CRESS (conselhos regionais de Serviço Social). O Projeto ético-político do Serviço Social. Perspectivas éticas e desafios atuais que se colocam à profissão.
Bibliografia Básica	<p>AGUIAR, Antonio G. de. Serviço social e filosofia: das origens a Araxá. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1989.</p> <p>BARROCO, Maria Lúcia Silva. Ética e serviço social: Fundamentos ontológicos. São Paulo, Cortez, 2001.</p> <p>CHALITA, Gabriel. Vivendo a filosofia. 2. Ed. São Paulo: Atual, 2014.</p>
Bibliografia Complementar	<p>BONETTI, D. et al. Serviço Social e ética. São Paulo: Cortez, 1996.</p> <p>CFAS (Conselho Federal de Assessores Sociais). Código de Ética Profissional do Assistente Social. Brasília, 1947, 1965, 1975, 1986.</p> <p>CFESS (Conselho Federal de Serviço Social). Código de Ética Profissional do Assistente Social. Brasília, 1993.</p> <p>CHAUÍ, M. Convite à filosofia. 3.ed., São Paulo: Ática, 1995.</p> <p>NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente aos desafios contemporâneos. In: Crise contemporânea, questão social, e Serviço</p>

	<p>Social. Módulo 1, Curso de Capacitação em Serviço Social e Política Social. Brasília, CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, 1999, p.93-110.</p> <p>TRINDADE, Rosa Lúcia Prédés. Ética profissional no cotidiano do trabalho do assistente social. In: CFESS; ABEPSS; ENESSO. 12º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, Foz do Iguaçu, 28 de outubro a 02 de novembro de 2007.</p>
--	--

Disciplina	Direito e Legislação Social
Código	
C H	72 h
Ementa	<p>Teoria Crítica dos Direitos Sociais. Os direitos sociais e a natureza do Estado. Formação Histórica dos Direitos Sociais. O processo de instituição dos direitos sociais no contexto da história europeia. Direito e legalidade no capitalismo dependente. Relações jurídicas no marco da integração supranacional MERCOSUL e ALCA. O processo de instituição dos direitos individuais, sociais e coletivos no Brasil a partir da Era Vargas. Os direitos sociais na Constituição de 1988. Legislação Social. Neoliberalismo e ofensiva contra os direitos sociais.</p>
Conteúdos	<p>Estado, Direito e Capitalismo. A formação histórica dos direitos fundamentais: individuais, políticos, sociais e econômicos. Direitos sociais e Modo de Produção Capitalista. O processo de instituição dos direitos fundamentais no contexto da história europeia dos direitos fundamentais. Os direitos sociais e a natureza do Estado. Estado de Direito, Estado liberal, Estado Social e Estado Democrático. Estado Brasileiro, Constituição e Direitos Sociais. Direito e legalidade na formação do capitalismo dependente. Os direitos sociais na trajetória do capitalismo brasileiro. A Constituição de 1988 e os Princípios constitucionais. Direitos e Garantias Fundamentais na Constituição de 1988 (art. 5º). Direitos constitucionais sociais, econômicos e dos trabalhadores. O Estado neoliberal no Brasil: a ofensiva contra os direitos sociais constitucionalizados.</p>
Bibliografia Básica	<p>MASCARO, Alysson Leandro. Crítica da legalidade e do direito brasileiro. São Paulo, Quartier Latin, 2003.</p> <p>MENDONÇA, Ana Maria Ávila. Estado e direitos sociais no Brasil: entre a modernidade e o retrocesso. Maceió, Edufal, 2009.</p> <p>SIMÕES, Carlos. Teoria e crítica dos direitos sociais: o estado social e o estado democrático de direito. São Paulo: Cortez, 2013.</p> <p>TRINDADE, José Damião de Lima. História social dos direitos humanos. São Paulo: Peirópolis, 2006.</p>
Bibliografia Complementar	<p>FATTORELLI, Maria Lucia. A inflação e a dívida pública. In: Le Monde Diplomatique Brasil. Ano 4. No. 47, junho de 2011.</p> <p>GALVÃO, Andréia. Neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil. Rio de Janeiro, Revan, 2007.</p> <p>HARVEY, David. “O Estado neoliberal”. In: O neoliberalismo: história e implicações. São Paulo, Edições Loyola, 2008.</p> <p>MARX, Karl. Crítica à filosofia do direito de Hegel. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.</p> <p>NAVES, Márcio Bilharino. A questão do direito em Marx. São Paulo: Outras Expressões, 2014.</p> <p>SIMÕES, Carlos. Curso de direito do serviço social. São Paulo: Cortez, 2008.</p>

Disciplina	Oficina Técnico Operativa do Serviço Social I
Código	
C H	54 h
Ementa	<p>A instrumentalidade do Serviço Social e as dimensões da profissão: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Demandas institucionais e</p>

	requisições à profissão. Particularidades do instrumental técnico-operativo do Serviço Social.
Conteúdos	Instrumentalidade no exercício profissional do Assistente Social. A instrumentalidade do Serviço Social: e as dimensões da profissão: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. A dinâmica histórica do instrumental técnico-operativo do Serviço Social no Brasil. O instrumental técnico-operativo no exercício profissional do assistente social na atualidade. Particularidades do instrumental técnico-operativo do Serviço Social. Panorama geral do acervo técnico-operativo utilizado pelos assistentes sociais na atualidade. Orientação e socialização de informações em ações socioeducativas individuais e coletivas. A documentação como instrumento de registro do Assistente Social: Diário de Campo e Relatório.
Bibliografia Básica	FORTI, Valeria; GUERRA, Yolanda (orgs). Serviço social: temas, textos e contextos. Rio de Janeiro: Lumen Juris Editora, 2010. SANTOS, C. M. dos. Na prática a teoria é outra? Mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social. 3 ed. Rio de Janeiro: Lumen Jurís, 2013. SANTOS, Claudia; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda (org). A dimensão técnico-operativa no serviço social: desafios contemporâneos. São Paulo: Cortez, 2017.
Bibliografia Complementar	GUERRA, Y. Instrumentalidade no trabalho do Assistente Social. Módulo 4, In: Curso de Capacitação em Serviço Social e Política Social. Brasília, CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, 2000, p. 145-158. Disponível em http://www.cedeps.com.br/wp-content/uploads/2009/06/Yolanda-Guerra.pdf . LEWGOY, Alzira; SILVEIRA, Esalba. A entrevista nos processos de trabalho do assistente social. In: Revista Textos & Contextos. Porto Alegre v. 6 n. 2 p. 233-251. jul./dez. 2007. LIMA, T. C. S. de; MIOTO, R. C. T.; DAL PRÁ, K. R. A documentação no cotidiano da intervenção dos assistentes sociais: algumas considerações acerca do diário de campo. In: Revista Virtual Textos & Contextos , nº 7, jul. Porto Alegre, 2007. Disponível em: http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/1048/3234 . MIOTO, Regina. Estudos Socioeconômicos. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. NETTO, José Paulo. Notas para a discussão da sistematização da prática em Serviço Social. Cadernos ABESS. São Paulo: Cortez, 1989. n. 3. TRINDADE, Rosa L. P. Desvendando as determinações sócio-históricas do instrumental técnico-operativo do Serviço Social na articulação entre demandas e projetos profissionais. In: Revista Temporalis , n. 4. Rio de Janeiro, ABEPSS, 2000. p. 21-42. Disponível em http://cress-mg.org.br/arquivos/rosa%20predes%20instrumental.pdf .

Disciplina	Processo de Trabalho e Serviço Social
Código	
C H	72 h
Ementa	Trabalho e divisão do trabalho. Particularidade do trabalho na sociedade burguesa e o Serviço Social como especialização do trabalho. Cotidianidade e exercício profissional do assistente social. A dimensão política e pedagógica da prática profissional. Demandas e respostas institucionais e requisições nos espaços sócio-ocupacionais de inserção da profissão.
Conteúdos	O caráter da categoria trabalho e suas derivações essenciais como fundamento da sociabilidade humana. Divisão do trabalho enquanto base de surgimento dos

	<p>ofícios manuais ou atividades profissionais. A origem do Serviço Social como profissão e sua posição na sociedade a partir do que foi interpretado sobre sua gênese e sobre seu <i>locus</i> histórico nas relações sociais. Surgimento da interpretação do Serviço Social como trabalho. O debate em torno da origem e função socioinstitucional do Serviço Social, sua posição na divisão do trabalho e seu caráter de trabalho. Atuações institucionais e requisições aos Assistentes Sociais nos espaços sócio-ocupacionais de inserção da profissão.</p>
Bibliografia Básica	<p>COSTA, Gilmaísa. M. da. Serviço social em debate: ser social, trabalho, ideologia. Maceió: EDUFAL, 2011.</p> <p>IAMAMOTO, M., CARVALHO, Raul de. Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 1985.</p> <p>LESSA, Sérgio. Serviço social e trabalho: porque o Serviço Social não é trabalho. Maceió: EDUFAL, 2007.</p> <p>. Para compreender a ontologia de Lukács. 3. ed. Ijuí: Ed. Unijui, 2007.</p>
Bibliografia Complementar	<p>AMORIM, Andressa; LIMA, Daniele; BARBOSA, Mayra; TRINDADE, Rosa. Necessidades e demandas sociais, demandas institucionalizadas e requisições profissionais: O Serviço Social nas políticas de educação e agrária no Brasil. III Colóquio Nacional sobre o trabalho do assistente social. 2015. disponível em https://coloquio3.files.wordpress.com/2015/03/necessidades-e-demandas-sociais.pdf.</p> <p>COSTA. G. Gênese do serviço social (textos reunidos – não publicados).</p> <p>MARX, Karl. O Capital. São Paulo: Nova Cultural, 1988. cap. XII, item 4.</p> <p>NETTO, J. Paulo. Capitalismo monopolista e serviço social. São Paulo: Cortez, 1992. Cap. I.</p> <p>SOUZA, Adrianyce A. Silva de. Lukács e o serviço social brasileiro. Curitiba: Editora Prismas, 2016. cap. III.</p> <p>TRINDADE, Rosa L. P. Questões ético-políticas para o trabalho do/a assistente social na previdência social. In: CFESS. 2º Seminário Nacional de Serviço Social na Previdência, Brasília: CFESS, 2015, p.57-64.</p>

Disciplina	ACE 2 – Projeto em Serviço Social II
Código	
C H	75h
Ementa	Realização de projetos de extensão que estejam vinculados ao Programa de Extensão da Faculdade de Serviço Social. Outras ações extensionistas podem ser desenvolvidas em articulação ao projeto principal, tais como, eventos, cursos e produtos.
Conteúdos	As ações de extensão promovidas pelo Curso de Serviço Social orientar-se-ão pela interlocução interdisciplinar focada em suprir as demandas sociocomunitárias e particularidades teórico-metodológicas e técnico-profissionais diretamente vinculada a esta área de conhecimento.
Bibliografia Básica	<p>CASTRO, Jorge Orlando. Los caminos de la extensión en América Latina y el Caribe. Santa Rosa: Universidad Nacional de La Pampa, 2017. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Los-caminos-de-la-extension-en-america-latina-y-el-caribe.pdf>. Acesso em 06 nov. 2017.</p> <p>CORREIA, Ovídio Valois; CRUZ, Marta Vieira; CRUZ, Maria Elisa da. A extensão universitária no Brasil: um resgate histórico. São Cristóvão: Ed. UFS: Fundação Ovídeo Teixeira, 2000.</p> <p>FÓRUM de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. FORPROEX. A indissociabilidade ensino-pesquisa- extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: MEC/SESu,</p>

	2006. Disponível em: < https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Indissociabilidade-e-Flexibilizacao.pdf >. Acesso em 06 nov. 2017.
Bibliografia Complementar	FÓRUM de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. FORPROEX. Avaliação nacional da extensão universitária . Brasília: MEC/SESu; Paraná: UFPR; Ilhéus: UESC, 2001. Disponível em: < https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Avaliacao-Extensao.pdf >. Acesso em 06 nov. 2017.

Carga Horária Total do Semestre: 399 horas

4º SEMESTRE

Disciplina	Fundamentos Serviço Social IV
Código	
C H	54 h
Ementa	Aproximação do Serviço Social ao marxismo na renovação profissional no Brasil – Perspectiva de Intenção de Ruptura
Conteúdos	Bases histórico-teóricas da renovação do Serviço Social no Brasil –aproximação ao marxismo - perspectiva de intenção de ruptura. Condições histórico-metodológicas que definiram a aproximação do Serviço Social ao marxismo. Tradição marxista e Serviço Social: vertentes culturais (conservadora e histórico-critica). Bases sociopolíticas e momentos constitutivos da perspectiva. III CBAS. Elementos gerais e produções teórico-metodológicas da perspectiva de intenção de ruptura. Produções teórico-metodológicas representativas do Serviço Social brasileiro na aproximação inicial ao marxismo: Método BH/ Leila Lima Santos; Estratégias em Serviço Social – cap. 1 e 5/ Vicente de P. Faleiros. Resgate da inspiração marxiana: obras de Marilda V. Iamamoto e José Paulo Netto. Análise e crítica da influência conservadora na profissão.
Bibliografia Básica	IAMAMOTO, Marilda V. O serviço social na contemporaneidade : trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2000, p. 201-249. NETTO, José Paulo. Ditadura e serviço social : uma análise do serviço social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez,1991. SILVA, Maria Ozanira da Silva e. (Coord.). O serviço social e o popular : resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. São Paulo: Cortez, 1995.
Bibliografia Complementar	FALEIROS, Vicente de P. Estratégias em serviço social . São Paulo: Cortez, 1999. IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul. Relações sociais e serviço social no Brasil : esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez,1985. NETTO, José Paulo. Introdução ao estudo do método em Marx . São Paulo: Expressão Popular, 2011. NETTO, José Paulo. O Serviço Social e a Tradição Marxista. In: Serviço social e sociedade , nº 30. São Paulo: Cortez,1989. SANTOS, Leila. Textos de serviço social . São Paulo: Cortez, 1985. V.V. A.A. O congresso da virada e os 30 anos da revista. In: Serviço Social e Sociedade , Nº 100, São Paulo: Cortez, 2009. YAZBEK, M. C. Os fundamentos do Serviço Social na contemporaneidade. In: Curso de Capacitação em Serviço Social e Política Social . Brasília, CFESS/ABEPESS/CEAD/UnB, 2000, p. 19-34.

Disciplina	Oficina Técnico-Operativa do Serviço Social II
Código	
C H	54 h
Ementa	O processo interventivo e o instrumental técnico-operativo no trabalho profissional de assistentes sociais. Competências, habilidades, atribuições e instrumental técnico-operativo do Serviço Social nos espaços ocupacionais.
Conteúdos	O processo interventivo do serviço social e o instrumental técnico-operativo trabalho profissional de assistentes sociais. Ações profissionais, procedimentos e instrumentos e técnicas utilizados no exercício profissional – de caráter individual e coletivo. Instrumentos e técnicas de intervenção social direta e indireta: Visita domiciliar e institucional; estudo social: parecer, laudo e perícia social. Abordagens grupais e coletivas, mobilização e organização social. Competências, habilidades, atribuições e instrumental técnico-operativo do Serviço Social. Supervisão direta de estágio; instrumentos acadêmico-científicos; instrumentos didático-pedagógicos. A importância da “sistematização da prática” para o Serviço Social. Perspectivas atuais do exercício profissional do Assistente Social com ênfase na dimensão técnico-operativa.
Bibliografia Básica	AMARO, Sarita. Visita domiciliar: teoria e prática. 1 ed. Campinas, SP: Papel Social, 2014. CFESS (org.). Estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos: contribuição ao debate no judiciário, penitenciário e na previdência social. São Paulo: Cortez, 2004. FORTI, Valeria; GUERRA, Yolanda (orgs). Serviço Social: Temas, textos e Contextos. Rio de Janeiro: Lumen Juris Editora, 2010. SANTOS, Claudia; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda (org). A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos. São Paulo: Cortez, 2017.
Bibliografia Complementar	ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. Retomando a temática da “Sistematização da Prática” em Serviço social. In: Em Pauta – Revista da Faculdade de Serviço Social da UERJ, nº 10, julho/97. Disponível em http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto3-2.pdf . Acesso em 26/02/2012. CARDOSO, M ^a de Fátima Matos. Reflexões sobre instrumentais em Serviço Social: Observação sensível, Entrevista, Relatório, Visitas e Teorias de Base no Processo de Intervenção Social. São Paulo: LCTE Editora, 2008. FÁVERO, Eunice Teresinha. Instruções sociais de processos, sentenças e decisões. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS/UNB, 2009. MAGALHÃES, Selma Marques. Avaliação e linguagem: relatórios, laudos e pareceres. Veras Editora: São Paulo, 2006. MIOTO, Regina Célia Tamassó; LIMA, Telma Cristiane Sasso de. A Dimensão Técnico-operativa do Serviço Social em foco: sistematização de um processo investigativo. In: Revista Texto e Contextos . Porto Alegre, v.8, n.1. 2009. p.22-48. SOUSA, Charles Toniolo de. A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. In: Emancipação , Ponta Grossa, 8(1): 119-132, 2008. TEIXEIRA, Carla. Visita domiciliar: um instrumento de intervenção. In: Sociedade em Debate . Pelotas, 15(1): 165-178, jan.-jun./2009. TRINDADE, Rosa Lúcia Prédés. Ações Profissionais, Procedimentos e Instrumentos no Trabalho dos Assistentes Sociais. IN: Dimensão Técnico-Operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos . Org. Claudia Mônica dos Santos, Sheila Backx e Yolanda Guerra – Juiz de Fora: Ed.UFJF, 2012.

Disciplina	Política Social
Código	
C H	72 h
Ementa	A institucionalização das Políticas Sociais no âmbito do capitalismo monopolista e sua consolidação na dinâmica do capitalismo tardio. As políticas sociais brasileiras: origem e desenvolvimento. Condicionalidades das políticas sociais no capitalismo e sua precarização no contexto neoliberal.
Conteúdos	Capitalismo, liberalismo e as origens da Política Social. Questão Social e Política Social. As lutas da Classe trabalhadora e as origens da Política Social. O liberalismo e a negação da Política Social. Keynesianismo-fordismo e a generalização da política social. As políticas Sociais e a experiência do <i>Welfare State</i> na Europa. A grande crise do capital e a condição da política social. A política Social no capitalismo tardio: Reestruturação produtiva, globalização e neoliberalismo. Desestruturação do <i>Welfare State</i> em tempos neoliberais. As políticas Sociais brasileiras, o neoliberalismo e o Serviço Social.
Bibliografia Básica	BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. Política social: fundamentos e história . São Paulo: Cortez, 2006. BEHRING, Elaine. Política social no capitalismo tardio . São Paulo: Cortez, 2007. NETTO, José Paulo. Crise do socialismo e ofensiva neoliberal . 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
Bibliografia Complementar	BARAN, P.; SWEEZY, P. M. Capitalismo monopolista . Rio de Janeiro: Zahar, 1974. BRAVERMAN, Harry. Trabalho e capital monopolista : a degradação do trabalho no século XX. Trad. Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987. NETTO, José Paulo. Capitalismo monopolista e serviço social . 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006. (capítulo 1 / 1.1)

Disciplina	Pesquisa em Serviço Social
Código	
C H	72 h
Ementa	Fundamentos sociofilosóficos sobre o estatuto científico moderno e a produção do conhecimento nas Ciências Humanas e Sociais. Método materialista, histórico e dialético. Particularidades na produção de conhecimentos em Serviço Social. Introdução ao projeto de pesquisa.
Conteúdos	Introdução ao debate epistemológico na produção do conhecimento científico. Modernidade: paradigmas e métodos científicos nas Ciências Humanas e Sociais. Método materialista, histórico e dialético, e Marxismos. Pesquisa e produção do conhecimento no Serviço Social: elementos históricos, particularidades e contribuições na produção do conhecimento. Introdução ao debate metodológico. Introdução às etapas de planejamento no processo de pesquisa. Etapa inicial: Projeto de Pesquisa (etapas e significado no processo de pesquisa). Elementos para a elaboração do projeto de pesquisa (tema, problema e tipos de estudos). Abordagens quantitativas e qualitativas. Desenhos metodológicos (tipos de pesquisa e instrumentos) mais utilizados no Serviço Social: Pesquisa Bibliográfica, Documental, de Campo e Estudo de Caso.
Bibliografia Básica	GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa . 5 ed. São Paulo: Atlas, 2016. LOWY, M. As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento . 7ªed. São Paulo: Cortez, 2000.

	SELL, C. E. Sociologia clássica: Marx, Durkheim e Weber. Petrópolis: Vozes, 2009. Coleção Sociologia.
Bibliografia Complementar	<p>GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa Social. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2009.</p> <p>FREITAS, E. J. X. de; REIS, M. A. Pesquisa em Serviço Social: para onde caminhamos? Revista Katálysis v.20 nº02. Florianópolis: PPGSS/UFSC, maio/ago, 2017, pp. 196-206. Disponível: << http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-49802017000200196&script=sci_abstract&tlang=pt>>. Acesso: 29/07/2018.</p> <p>MARX, K. Prefácio. Contribuição à crítica da economia política. São Paulo: Martins Fontes, 1983, pp. 23-27.</p> <p>MORAES, C. A. de S.; JUCÁ, D. C. de M.; SANTOS, K. de S. Para quê, para quem, como? Alguns desafios do cotidiano da pesquisa em serviço social. Serviço Social e Sociedade n. 122. São Paulo, abr./jun. 2015, p. 294-316.</p>

Disciplina	Administração e Planejamento em Serviço Social I
Código	
CH	72 h
Ementa	As teorias organizacionais e os modelos gerenciais na organização do trabalho e nas políticas sociais. Funções de administração e planejamento em órgãos da administração pública, empresas e organizações da sociedade civil. Administração e planejamento em diversos espaços ocupacionais do Serviço Social.
Conteúdos	Gênese da Administração. A administração e seus fundamentos nas Ciências Sociais: as contribuições da Sociologia, da Antropologia, da Psicologia, da Economia e da Política. As organizações públicas, privadas e o terceiro setor. Teorias organizacionais: elementos conceituais, principais escolas de administração, seus pensadores e suas concepções gerenciais. Tendências atuais da administração. A administração, seus impactos e as reações dos trabalhadores em diferentes momentos do capitalismo. Administração, gestão de políticas sociais e os desafios ao Serviço Social. A reforma administrativa do Estado brasileiro e seu impacto sobre as políticas sociais. A administração pública no Brasil: o patrimonialismo, a burocracia e o modelo gerencial. Gestão social no Brasil: desafios e possibilidades. Assistentes Sociais e a gestão de políticas sociais no Brasil: espaço de tensão entre o Fordismo e o Toyotismo. A ampliação de espaços e oportunidades para o Serviço Social no campo da administração: o desenvolvimento de diferentes funções gerenciais. Um exercício de reflexão sobre as ferramentas da administração e a sua apropriação pelo Serviço Social.
Bibliografia Básica	<p>BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. Crise econômica e reforma do estado no Brasil: para uma nova interpretação da América Latina. Tradução de Ricardo Ribeiro e Martha Jalkauska. São Paulo: Editora 34, 1996.</p> <p>CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à teoria geral da administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações. 7.ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.</p> <p>SOUZA FILHO, Rodrigo de; GURGEL, Claudio. Gestão democrática e serviço social: princípios e propostas para intervenção crítica. São Paulo: Cortez, 2016. (Coleção biblioteca básica do serviço social; v. 7).</p>
Bibliografia Complementar	<p>BARBOSA, Rosangela Nair de Carvalho. Gestão: planejamento e administração. In: Temporalis. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 4, nº 8, (jul./dez. 2004). Porto Alegre: ABEPSS, Gráfica Odisseia, 2004.</p> <p>BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. Crise econômica e reforma do estado no Brasil: para uma nova interpretação da América Latina. Tradução de Ricardo Ribeiro e Martha Jalkauska. São Paulo: Editora 34, 1996.</p> <p>DRUCKER, Peter F. Introdução à administração. Tradução de Carlos</p>

	<p>Malferrari. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.</p> <p>GOUNET, Thomas. Fordismo e toyotismo: a civilização do automóvel. São Paulo: Boitempo. Editorial, 1999.</p> <p>RICO, Elizabeth; DEGENSZAIN, Raquel Raichelis (Org.). Gestão social: uma questão em debate. São Paulo: Educ; IEE, 1999.</p> <p>SIMÕES, Carlos. Curso de direito do serviço social. São Paulo: Cortez, 2009.</p>
--	--

Disciplina	Seguridade Social: Política de Assistência Social
Código	
C H	54 h
Ementa	Trajetória do Sistema de Proteção Social no Brasil. Os modelos bismarkiano e beveridgiano. Seguridade social e assistência social na Constituição Federal de 1988. Definições políticas e normativas fundamentais à assistência social como política pública. Lei orgânica da Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social. Normas Operacionais Básicas. O Sistema Único de Assistência Social. O SUAS como modelo de gestão. O Serviço Social e a política de Assistência Social.
Conteúdos	Proteção social, previdência e assistência social no Brasil. O modelo de proteção social brasileiro e a presença das concepções de Bismarck e Beveridge. Assistência social, Serviço Social e a dinâmica da construção de respostas a demandas de diferentes momentos da realidade brasileira. O texto constitucional de 1988 e a configuração da Seguridade Social e da assistência social no Brasil. Definições fundamentais para a consolidação da assistência social como política pública: Lei Orgânica da Assistência Social, Normas Operacionais Básicas e Política Nacional de Assistência Social. As proteções sociais afiançadas: proteção social básica e proteção social especial. O Sistema Único de Assistência Social – SUAS como modelo de gestão: instâncias de execução, pactuação e controle social. Financiamento e recursos humanos. A consolidação da assistência social como política pública. Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e sua atualização em 2011/Lei do SUAS. Norma Operacional Básica e sua atualização em 2012. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Planos Decenais da Assistência Social. Educação Permanente.
Bibliografia Básica	<p>BOSCETTI, Ivanete. Assistência social no Brasil: um direito entre a originalidade e o conservadorismo. 2 ed. Brasília: INB, 2003.</p> <p>MOTA, Ana Elizabete (Org.). O mito da assistência social: ensaios sobre estado, política e sociedade. 2 ed. rev. e amp. São Paulo: Cortez, 2008.</p> <p>SANTOS, Margarida M. S. dos. Território e gestão da política de assistência social: experiências de Maceió e Arapiraca. Maceió: EDUFAL, 2015.</p>
Bibliografia Complementar	<p>BRASIL. Constituição Federal do Brasil. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.</p> <p>_____. Lei 8.742 de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Ministério da Previdência e Assistência Social. Lei Orgânica da Assistência Social (1993). Brasília. MPAS, SEAS, 2001.</p> <p>_____. Lei 12.435 de 2011. Lei Orgânica da Assistência Social – Lei do SUAS. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília. MDS, 2012.</p> <p>_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Norma Operacional Básica - NOB/SUAS. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005.</p> <p>_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Norma</p>

	Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS: NOB-RH / SUAS. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2007. _____. Política Nacional de Assistência Social/2004. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005.
--	--

Carga Horária Total do Semestre: 378 horas

5º SEMESTRE

Disciplina	Seguridade Social: Política de Previdência Social
Código	
C H	54 h
Ementa	Origem e desenvolvimento da seguridade social na sociedade capitalista. Trajetória histórica da previdência social no Brasil. O sistema de seguridade social instituído na Constituição Brasileira de 1988. O Instituto Nacional de Seguro Social e o orçamento da seguridade social: financiamento e alocação de recursos. Bases conceituais e legais, princípios e diretrizes, natureza e alcance dos direitos sociais, estrutura organizacional e mecanismos de gestão, funções e beneficiários. A política previdenciária na contrarreforma do Estado. O Serviço Social e a previdência social.
Conteúdos	O desenvolvimento histórico do sistema e da política previdenciária pública brasileira. A trajetória histórica da previdência na sociedade capitalista. A política previdenciária pública no sistema capitalista – seguridade social x seguro. O sistema previdenciário – público e privado, da origem ao Estado autoritário militar. Concepção e Estruturação do Sistema Previdenciário Brasileiro. A previdência social no Brasil no contexto da seguridade social. Previdência social: bases legais, gestão, financiamento e controle social. A relação entre previdência social e trabalho. Contrarreforma do Estado e seus rebatimentos na Política de Previdência Social. A crise internacional dos anos de 1970 e o seu impacto no contexto previdenciário brasileiro a partir da década de 1990: a contrarreforma da previdência social dos anos de 1990 e 2000. Os desafios previdenciários do século XXI e a nova proposta de contrarreforma. Os Serviços do Instituto Nacional de Seguro Social e o Serviço Social. Instituto Nacional de Seguro Social: estruturação, operacionalização, benefícios, segurados e dependentes, financiamento, gerenciamento e controle social. O exercício profissional do assistente social no setor previdenciário. A contribuição do Serviço Social na produção do conhecimento teórico-prático da política de previdência social.
Bibliografia Básica	MOTA, Ana Elizabete. Cultura da crise e seguridade social. Um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2000. OLIVEIRA, Jaime. TEIXEIRA, Sonia Fleury. (In) Previdência social: 60 anos de história da previdência no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1985. SANTOS NETO, Artur Bispo. Previdência público-privada e reprodução do capital. [recurso eletrônico]. Goiânia, GO: Editora Phillos, 2018. SILVA, Maria Lucia Lopes da. Previdência social no Brasil: (des) estruturação do trabalho e condições para sua universalização. São Paulo: Cortez, 2012.
Bibliografia Complementar	BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Capítulo da Ordem Social. _____. Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998. _____. Emenda Constitucional nº 41/2003.

	<p>_____. Emenda Constitucional nº 47/2005.</p> <p>_____. Ministério da Previdência Social, Instituto Nacional de Seguro Social. Matriz teórico-metodológica do serviço social na previdência social. Brasília-DF, 1994. p. 32.</p> <p>BRAGA, Léa; CABRAL, Maria do Socorro Reis (Org.). O serviço social na previdência: trajetória, projetos profissionais e saberes. São Paulo: Cortez, 2007.</p> <p>MOURA, Rivânia. Crédito Consignado: face da expropriação financeira no curso da contrarreforma da previdência. In: SER Social, v. 18, n. 39. Brasília, jul.-dez./2016, p. 374-390. Disponível em: file:///C:/Users/Isl%C3%A2nia/Downloads/24458-72859-1-SM.pdf</p> <p>SALVADOR, Evilasio; BOSCHETTI, Ivanete. A reforma da previdência social no Brasil e os impactos sobre o mercado de trabalho. Serviço Social e Sociedade, n. 70. São Paulo: Cortez, 2002, p. 114-139.</p> <p>SALVADOR, Evilásio. Fundo público e seguridade social. São Paulo: Cortez, 2010.</p>
--	---

Disciplina	Seguridade Social: Política de Saúde
Código	
C H	54 h
Ementa	Contexto histórico e trajetória das políticas de saúde no Brasil. A reforma sanitária brasileira. O Sistema Único de Saúde (SUS). Bases legais das políticas de saúde. Reforma do Estado e seus rebatimentos no setor saúde. Serviço Social na política de saúde. A política de saúde na particularidade alagoana.
Conteúdos	A construção do direito à saúde no Brasil. A política de saúde no Brasil na trajetória da Previdência à Seguridade Social. O processo da Reforma Sanitária e a construção do Sistema Único de Saúde (SUS). Diretrizes, princípios e bases legais do SUS. Gestão, financiamento e controle social do SUS. Reforma do Estado e seus rebatimentos na Política de Saúde. Ofensiva neoliberal e a saúde no contexto da seguridade social. A política de saúde na particularidade alagoana. Tendências e perspectivas do direito à saúde no Brasil. As políticas Sociais brasileiras, o neoliberalismo e o Serviço Social.
Bibliografia Básica	BRAVO, Maria Inez Bravo et al (org.). Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2006. BRAVO, Maria Inez Bravo. Serviço social e reforma sanitária: lutas sociais e práticas profissionais. São Paulo/Rio de Janeiro: Cortez/Editora UFRJ, 1996. MATTA, Gustavo Corrêa; MOURA, Ana Lúcia de Pontes (orgs). Políticas de saúde: organização e operacionalização do sistema único de saúde. Rio de Janeiro: EPSJV / Fiocruz, 2007.
Bibliografia Complementar	BOSCHETTI, Ivanete. A política de seguridade social no Brasil. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: 1988. Brasília, DF: Senado Federal. BRASIL. Lei Orgânica da Saúde. Lei nº 8.080, de 19/09/1990 e Lei Complementar nº 8.142, de 28/12/1990. BRASIL. Lei Orgânica da Seguridade Social, Lei nº 8.212, de 24/07/1991. BRASIL. Coletânea de normas para o controle social no Sistema Único de Saúde / Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde – Brasília: Ministério da Saúde, 2011. 208 p. – (Série E. Legislação de saúde). BRASIL. O SUS de A a Z: garantindo saúde nos municípios / Ministério da Saúde, Conselho Nacional das Secretarias Municipais de Saúde. – 3 ed. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2009. 480 p.

	<p>CAVALCANTE, M. P. O Conselho de Saúde e a direção da Política de Saúde em Alagoas. In. CORREIA, M. V. C.; SANTOS, V. M. (orgs.). Reforma sanitária e contrarreforma da saúde. Maceió: Edufal, 2015.</p> <p>CORREIA, Maria Valéria Costa. Controle social. In. Dicionário da educação profissional em saúde. Disponível em: http://www.epsjv.fiocruz.br/dicionario/index.html</p> <p>GIOVANELLA, Lígia et al. (org.). Políticas e sistemas de saúde no Brasil. Rio de Janeiro: CEBES/FIOCRUZ, 2008.</p> <p>MARTINELLI, M. L. O trabalho do assistente social em contextos hospitalares: desafios cotidianos. In: Serviço Social e Sociedade, nº 107. São Paulo: Cortez, jul/set 2011, p. 497-608.</p> <p>PAIM, Jairnilson Silva. A reforma sanitária e o CEBES. Rio de Janeiro: CE-BES, 2012.</p> <p>PASSOS, Roberto Nogueira. Capitalismo e saúde. Rio de Janeiro: CEBES, 2012.</p>
--	---

Disciplina	Administração e Planejamento em Serviço Social II
Código	
C H	54 h
Ementa	Administração, gestão e gerência. As funções gerenciais: planejamento, organização, direção e avaliação. Conceituação, tipologia, processos e instrumentos do planejamento. Metodologia de elaboração de projetos.
Conteúdos	A gestão nas políticas sociais. Administração, gestão e gerência de políticas sociais. As funções gerenciais: planejamento, organização, direção e avaliação. O planejamento, enquanto função da administração, processo, prática social. Planejamento normativo, estratégico, participativo e da qualidade total. Os instrumentos do planejamento: plano, programa e projeto. Metodologia de elaboração de plano e de projeto. Elementos constitutivos do plano e do projeto: identificação, justificativa, objetivos, metas, metodologia, recursos, cronograma de execução e avaliação. Elaboração de um instrumento de planejamento: plano ou projeto.
Bibliografia Básica	ÁVILA, Célia M. de (coord.). Gestão de projetos sociais . 2ª Ed. São Paulo: AAPCS, 2000, (Col. Gestores Sociais). BAPTISTA, Myrian Veras. Planejamento : introdução à metodologia do planejamento social. 11ª ed., Porto Alegre: Editora Veras, 2015. LÜCK, Heloísa. Metodologia de projetos : uma ferramenta de planejamento e gestão. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003.
Bibliografia Complementar	BRASIL. Ministério da Saúde. Sistema de Planejamento do SUS (PlanejaSUS) : uma construção coletiva – trajetória e orientações de operacionalização / Ministério da Saúde, Organização Pan-Americana da Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 318 p. – (Série B. Textos Básicos de Saúde) COUTO, Berenice Rojas. Formulação de projeto de trabalho profissional. In. Serviço Social : direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. FRITSCH, Rosângela. Planejamento estratégico : instrumental para a intervenção do Serviço Social. Rev. Serviço Social e Sociedade nº 52. Mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, ano XVII, dez. 1996, p. 127-145. GANDIM, Danilo. A posição do planejamento participativo entre as ferramentas de intervenção na realidade . Instituto Latino-americano de Planejamento Participativo. Porto Alegre. www.curriculosemfronteiras.org TEIXEIRA, Joaquina Barata. Formulação, administração e projetos sociais. In. Serviço Social : direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

	TENÓRIO, Fernando Guilherme (org.). Gestão de ONGs: principais funções gerenciais. 2ª Ed. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
--	---

Disciplina	Oficina de Estágio em Serviço Social I
Código	
C H	54 h
Ementa	O trabalho do/a assistente social nos espaços institucionais. Estágio e supervisão de estágio. Legislações e documentos do estágio supervisionado. O trabalho profissional, as políticas sociais, a população usuária e as especificidades relativas aos campos de estágio. A supervisão como atribuição privativa do exercício profissional.
Conteúdos	O Estágio Supervisionado em Serviço Social. As Particularidades do Estágio Supervisionado. As diretrizes curriculares, a organização do Estágio Supervisionado em Serviço Social na UFAL e as legislações referentes ao estágio em Serviço Social. Instrumentos da supervisão: diário de campo, plano de estágio, relatórios de estágio, projeto de intervenção etc. A construção do projeto de intervenção nos diversos espaços institucionais. Análise de conjuntura e das políticas sociais desenvolvida nas instituições de estágio. Conhecimento da instituição, das ações do Serviço Social e do perfil da população usuária. Construção do Projeto de intervenção.
Bibliografia Básica	CFESS. Atribuições privativas do (a) assistente social: em questão. Brasília: CFESS, 2002. LEWGOY, Alzira Maria Baptista. Supervisão de estágio em serviço social: desafios para a formação e o exercício profissional. São Paulo: Cortez, 2010. SANTOS, Cláudia Mônica dos; LEWGOY, Alzira Maria Baptista; ABREU, Maria Helena Elpidio (orgs.). A supervisão de estágio em serviço social: aprendizados, processos e desafios. Rio de Janeiro: Lumens Juris, 2016.
Bibliografia Complementar	ABEPSS. Para a construção de uma política nacional de estágio da ABEPSS – Documento base. Brasília, 2009. BARISON, Monica Santos. Judicialização da questão social. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2016. BURIOLLA, M. A. F. O estágio supervisionado. 2ªed. São Paulo: Cortez,1999. GUERRA, Yolanda; FORTI, Valéria. Serviço social: Temas, Textos e Contextos. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2013. IAMAMOTO, M. V. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. In: Atribuições privativas do(a) assistente social: Em questão. XXX CFESS/CRESS 2001. TRINDADE, R. L. P. Desvendando as determinações sócio-históricas do instrumental técnico-operativo do Serviço Social na articulação entre demandas sociais e projetos profissionais. In: Revista Temporalis , n 4. Brasília: ABEPSS, 2001.

Disciplina	Seminário de Políticas Sociais Setoriais
Código	
C H	72 h
Ementa	Caracterização das políticas sociais setoriais e por segmento implementadas pelo Estado capitalista brasileiro, suas funções e dinâmicas específicas, configuradas no âmbito dos objetivos econômicos e políticos específicos.
Conteúdos	Manifestações da crise contemporânea do capital e repercussões sobre as políticas sociais na atualidade. Natureza destrutiva e regressiva da contrarreforma do Estado brasileiro a partir de 1995. O debate sobre cidadania e direitos sociais na atualidade. Configurações atuais das políticas sociais setoriais e por segmento no

	Brasil: educação, moradia, política agrária, sociojurídico, proteção à criança e adolescente, à juventude, à mulher, ao idoso, à pessoa com deficiência. Realidade social relacionada à política setorial específica. Painel da política social setorial na atualidade. Aspectos relacionados à gestão, ao financiamento e à participação popular e controle social. O protagonismo dos sujeitos coletivos nas lutas pelas políticas sociais e por direitos sociais no Brasil. As políticas sociais no Brasil contemporâneo: entre a inovação e o conservadorismo.
Bibliografia Básica	SADER, Emir. GENTILI, Pablo (org.). Pós-neoliberalismo: As políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1995. SILVA, Ademir A. da. A gestão da seguridade social brasileira: entre a política Pública e o mercado. São Paulo: Cortez, 2004. SILVA, M ^a Ozanira; YAZBEK, M ^a Carmelita; GIOVANNI, Geraldo. A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda. São Paulo: Cortez, 2004. VIEIRA, Evaldo. Os direitos e as políticas sociais. São Paulo: Cortez, 2004.
Bibliografia Complementar	BEHRING, Elaine. Brasil em contra-reforma: desestruturação do estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003. DAGNINO, Evelina. Anos 90: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994. SCLIAR, Moacyr. O nascimento de um cidadão. In: PINSKY, Jaime. PINSKY, Carla Bassanezi. História da cidadania. São Paulo: Contexto, 2003. p. 585-588. GONH, M ^a Glória. Movimentos sociais e luta pela moradia. São Paulo: Loyola, 2006. FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda. (orgs.) Ética e direitos: ensaios críticos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009. PEREIRA, Potyara Amazoneida P. Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006. RIZZINI, Irene. O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008.

Atividade Curricular Obrigatória: Estágio em Serviço Social I

Carga Horária Prática: 200 horas

Carga Horária Total do Semestre: 288 horas + 200 horas = 488 horas

6º SEMESTRE

Disciplina	Oficina de Estágio em Serviço Social II
Código	
C H	54 h
Ementa	O estágio à luz do projeto ético-político, do Código de Ética e das Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Competências e habilidades do fazer profissional. Articulação entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Desenvolvimento do projeto de Intervenção, avaliação e sistematização da experiência do Estágio em Serviço Social.
Conteúdos	Planejamento, monitoramento e avaliação do Projeto de Intervenção. Oficinas de construção de indicadores quantitativos e qualitativos de processos e resultados e finalização do projeto de intervenção de estágio, considerando as etapas de controle dos processos e avaliação de resultados. Execução do projeto de intervenção: implementação de ações propostas e acompanhamento dos indicadores de avaliação. Elaboração do Relatório Final de Estágio. Análise dos

	processos e resultados e reflexão crítica sobre o projeto de intervenção: exercitando a avaliação de projetos sociais. Sistematização do trabalho desenvolvido no Estágio: exercitando a sistematização da prática profissional e das reflexões produzidas a partir da investigação da realidade socioinstitucional e da proposição e realização de ações estratégicas.
Bibliografia Básica	BURIOLLA, M. A. F. Supervisão em serviço social - o supervisor, sua relação e seus papéis. São Paulo: Cortez, 2011. GUERRA, Yolanda; FORTI, Valéria. Serviço social: Temas, Textos e Contextos . Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2013. SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda. A dimensão técnico-operativa no serviço social: desafios contemporâneos . 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2016.
Bibliografia Complementar	CFESS/CRESS. Coletânea direitos sociais e competências profissionais . Brasília, CFESS, 2009. CFESS. Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de saúde . Brasília: CFESS, 2010. (Série Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais; v. 2). _____. Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação . Brasília: CFESS, 2012. (Série Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais; v. 3). _____. Atuação de assistentes sociais no sociojurídico : subsídios para reflexão. Brasília: CFESS, 2014. (Série Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais; v. 4). _____. Atuação de assistentes sociais na política urbana : subsídios para reflexão. Brasília: CFESS, 2016. (Série Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais; v. 5).

Disciplina	Estado, Classes Sociais e Movimentos Sociais
Código	
C H	72 h
Ementa	O Estado e as classes sociais no capitalismo contemporâneo. As lutas sociais na América Latina e no Brasil. Movimentos sociais e os “novos” sujeitos sociais. Os desafios atuais para organização da classe trabalhadora.
Conteúdos	Estado e as Classes Sociais no capitalismo contemporâneo e as lutas sociais na América Latina e no Brasil. O Estado e as classes sociais na perspectiva marxiana. Classe Social, Consciência de Classe e Lutas de Classes. Emancipação humana e emancipação política. A abordagem pós-moderna das ciências sociais sobre as classes sociais. Sociedade pós-industrial. As lutas sociais na América Latina e no Brasil. Movimentos sociais na contemporaneidade e os “novos” sujeitos sociais. Os desafios atuais para organização da classe trabalhadora. O debate sobre os Novos Movimentos Sociais. As formas (antigas e novas) de organização das classes sociais (partidos, sindicatos, conselhos, coletivos, assembleias etc.). A conjuntura atual e os desafios para os movimentos sociais latino-americanos. As possibilidades de intervenção profissional do assistente social junto aos movimentos sociais e sua articulação com as lutas sociais.
Bibliografia Básica	MARX, K; ENGELS, F. Manifesto do partido comunista ; prólogo de José Paulo Netto. São Paulo: Cortez, 1998. MARX, K. Glosas críticas marginais . São Paulo: Expressão Popular, 2009. _____. O dezoito de brumário de Luis Bonaparte . Textos 3. São Paulo: Edições Sociais, 1977. MONTANO, C.; DURIGUETO, M. L. (orgs) Estado, classe e movimento social . 3 ed. São Paulo, Cortez editora, 2010. (Biblioteca básica)

Bibliografia Complementar	<p>LESSA, S.; TONET, I. Proletariado e sujeito revolucionário. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.</p> <p>LARANJEIRA, Sônia (org.) Classes sociais e movimentos sociais na América Latina. São Paulo: Hucitec, 1990.</p> <p>SILVA, J. F. S. Serviço social: resistência e emancipação? São Paulo: Cortez, 2013.</p> <p>VASCONCELOS, A. M. A/O assistente social na luta de classes. Projeto profissional e mediações teórico-práticas. São Paulo: Cortez, 2015.</p> <p>SAMPAIO JR. (org.). Jornadas de junho. A revolta popular em debate. São Paulo: ICP. 2014.</p>
----------------------------------	--

Disciplina	Formação Social, Econômica e Política de Alagoas
Código	
C H	54 h
Ementa	A gênese da formação do estado de Alagoas: as capitâncias hereditárias e a definição territorial, econômica, política e cultural do estado. A emancipação política e a relação com a história de Pernambuco. A presença europeia, do negro e o impacto no ambiente indígena. Trabalho escravo e o Quilombo dos Palmares. A persistência de um modelo de economia fundamentada na monocultura, na pecuária e no latifúndio. O paternalismo, o coronelismo e a concentração de riqueza e poder em pequenos grupos familiares. Crises e intervenções federais no estado. A situação do estado e sua relação com a dinâmica da região Nordeste e com a realidade nacional.
Conteúdos	A formação territorial de Alagoas. A emancipação política de Alagoas. A presença europeia em Alagoas. Movimentos de resistência: o extermínio de grupos indígenas e o Quilombo dos Palmares. Autonomia política e a consolidação do poder oligárquico provincial/estadual. Os primeiros centros urbanos e a definição de Maceió como capital de Alagoas. Maceió: economia, urbanização e sociabilidade. Concepção e Estruturação do Sistema Previdenciário Brasileiro. A previdência social no Brasil no contexto da segurança social. Previdência social: bases legais, gestão, financiamento e controle social. A relação entre previdência social e trabalho. Economia e sociedade alagoana nos séculos XX e XXI. Intervenção, populismo e violência no cenário político de Alagoas. O complexo sucroalcooleiro e sua modernização. A introdução de novas culturas e a manutenção dos latifúndios. A diversificação da produção e os polos regionais de produção. A situação dos pequenos produtores. Atualização da cena política e os herdeiros do poder econômico e político.
Bibliografia Básica	<p>ANDRADE, Manoel Correia de. Usinas e destilarias das Alagoas – uma contribuição ao estudo da produção do espaço. Maceió: EDUFAL, 1997.</p> <p>CARVALHO, Cícero P. Análise da reestruturação produtiva da agroindústria sucro-alcooleira alagoana. Maceió: EDUFAL, 2000.</p> <p>LIMA, Araken Alves de. Alagoas e o complexo agroindustrial canavieiro no processo de integração nacional. Campinas/SP, PPG em Economia.</p>
Bibliografia Complementar	<p>ALBUQUERQUE, Cícero F. Cana, casa e poder. Maceió: Edufal, 2009.</p> <p>ALMEIDA, Leda Maria de. Rupturas e permanências em Alagoas: o 17 de julho em questão. Maceió: Cataventos, 1999.</p> <p>DIEGUES JR., Manuel. O banguê nas Alagoas – traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional. 3. ed. Maceió: EDUFAL, 2006.</p> <p>TENÓRIO, Douglas Apratto. A tragédia do populismo: o impeachment de Muniz Falcão. Maceió: EDUFAL, 1995.</p> <p>VERCOSA, Élcio de Gusmão. Cultura e educação nas Alagoas: história,</p>

	histórias. 2ed. Maceió: EDUFAL, 1997.
Disciplina	Oficina de Trabalho de Conclusão de Curso
Código	
C H	54 h
Ementa	Planejamento de Pesquisa. Tendências da pesquisa em Serviço Social. Elaboração de um projeto de pesquisa.
Conteúdos	Planejamento de Pesquisa. Noções básicas sobre pesquisa: revendo as questões metodológicas. Tendências contemporâneas da pesquisa em Serviço Social. Identificação dos temas emergentes. O projeto de pesquisa. A escolha do tema e sua delimitação. Os elementos do projeto de Pesquisa. O plano de redação (etapas para a elaboração de uma monografia científica). O Pré-projeto de Pesquisa.
Bibliografia Básica	ANDRADE, Maria Margarida. Redação científica : elaboração do TCC passo a passo. São Paulo: Factash Editora, 2007. MINAYO, Maria Cecília de Souza(org). Pesquisa social : teoria, método e criatividade. 26ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. SUZUKI, Juliana Teles Faria et all (org). TCC : elaboração e redação. Londrina: Redacional Livraria, 2009.
Bibliografia Complementar	CARVALHO, Denise Bomtempo B.; SILVA, Maria Ozanira (org). Serviço social, pós-graduação e produção de conhecimento no Brasil . São Paulo: Cortez, 2005. GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa . 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 1991. LIMA, Ana Maria Costa A. et all. Pesquisa na esfera pública: Estado e Sociedade. In: Temporalis . Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social /ABESS, ano 1, n1 (jan-jul.2000). Brasília: ABEPSS, 2000. ORLANDI, E. Discurso e texto : formulação e circulação de sentidos. Campinas: Pontes, 2001.

Atividade Curricular Obrigatória: Estágio em Serviço Social II

Carga Horária Prática: 200 horas

Carga Horária Total: 234 horas + 200 horas = 434 horas

7º SEMESTRE

Disciplina	Seminário Temático em Serviço Social
Código	
C H	72 h
Ementa	O debate atual sobre as tendências teórico-metodológicas e políticas do Serviço Social brasileiro. Perspectivas do exercício profissional nos espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social.
Conteúdos	As transformações do capitalismo contemporâneo: reestruturação capitalista e as alterações no mundo do trabalho (fragmentação, reordenamento, desregulamentação). Configuração do Estado e das políticas sociais diante da ofensiva neoliberal. As mudanças na estrutura das classes sociais e dos segmentos desprotegidos da sociedade brasileira. As incidências das transformações societárias sobre as condições objetivas e subjetivas do exercício profissional do assistente social. Contextualização e crise das políticas sociais na sociedade brasileira. A política de segurança social e as reformas do Estado brasileiro.

	Estrutura, dinâmica e funcionalidade das organizações do terceiro setor diante do reordenamento do Estado na nova conjuntura internacional e nacional. A agenda teórico/política do Serviço Social na atualidade. Questões carentes e análise prospectiva da profissão. Projeto ético-político e direção social estratégica na cultura profissional. Perspectivas teóricas e Serviço Social na contemporaneidade. A temática da pós-modernidade e suas influências sobre o Serviço Social. O debate teórico sobre a crítica da cidadania pela tradição marxista.
Bibliografia Básica	IAMAMOTO, Marilda. Serviço social em tempo de capital fetiche : capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007. MOTA, Ana E. (org.) A nova fábrica dos consensos : ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1998. MOTA, Ana Elizabeth; AMARAL, Angela (Orgs.) Serviço social brasileiro nos anos 2000 : cenários, pelejas e desafios. Recife: Editora da UFPE, 2014. OLIVEIRA, Maria Liduína de (Org.). Serviço social no Brasil : história de resistências e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016.
Bibliografia Complementar	CFESS. Serviço social, direitos sociais e competências profissionais . Brasília: CFESS, 2009. GUERRA, Yolanda. O projeto profissional crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. In: Serviço Social e Sociedade , N. 91. São Paulo: Cortez. 2007. NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social – notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: Serviço Social e Sociedade , n. 50. São Paulo: Cortez, 1996, p.87 a 132. SANTOS, Josiane S. “Pós-modernidade, neoconservadorismo e Serviço Social”. In: Revista Temporalis , n.10, jul/dez 2005, ABEPSS/ Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006, p.29 - 50. TAVARES, Maria A. Trabalho e demandas sociais na reestruturação do capital: o serviço social entre a prática e a realidade. In: Anais do X Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social . Recife: UFPE, 2006. TONET, Ivo. Modernidade, pós-modernidade e razão. Pós-modernidade, neoconservadorismo e Serviço Social. In: Revista Temporalis , n.10, jul./dez. 2005, ABEPSS/ Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006, p.11-28.

Disciplina	Trabalho e Sociabilidade
Código	
C H	72 h
Ementa	O Trabalho como categoria fundante do ser social: fundamentos gerais. A forma de ser do trabalho na sociedade capitalista: trabalho e trabalho abstrato.
Conteúdos	Trabalho e Reprodução Social. Aspectos introdutórios – as três esferas do ser e o momento predominante. O trabalho como base da práxis humano-social: fundamentos ontológicos gerais. Desenvolvimento do ser social e o capitalismo. O trabalho abstrato e suas categorias: trabalho produtivo e improdutivo. O caráter do trabalho assalariado.
Bibliografia Básica	ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho : ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999. cap. IX. LESSA, Sérgio. Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo . São Paulo: Cortez, 2007. Cap. V. TEIXEIRA, Francisco José Soares. Pensando com Marx – uma leitura crítico-comentada de O Capital. São Paulo: Ensaio, 1995. cap. I, item 1.1.
Bibliografia Complementar	BRAZ, Marcelo; NETTO, José Paulo. Trabalho, sociedade e valor in: Economia política : uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca

	<p>Básica/Serviço Social; v. 1).</p> <p>G. LUKÁCS. O Trabalho. In: Para uma ontologia do ser social II, São Paulo: Boitempo, 2013.</p> <p>LESSA, S. Centralidade do trabalho. Qual centralidade, qual trabalho? In: Mundo dos homens, São Paulo: Boitempo, 2002.</p> <p>_____. Trabalho e Reprodução Social. In: Capacitação em serviço social e política social: módulo 02: Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social, Brasília: CEAD, 1999.</p> <p>MARX, K. O Capital: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1988. Capítulos V e XIV.</p>
--	--

Disciplina	ACE 3 – Projeto Interdisciplinar
Código	
C H	75h
Ementa	Realização de projetos de extensão que estejam vinculados ao Programa de Extensão da Faculdade de Serviço Social. Outras ações extensionistas podem ser desenvolvidas em articulação ao projeto principal, tais como, eventos, cursos e produtos.
Conteúdos	As ações de extensão promovidas pelo Curso de Serviço Social orientar-se-ão pela interlocução interdisciplinar focada em suprir as demandas sociocomunitárias e particularidades teórico-metodológicas e técnico-profissionais diretamente vinculada a esta área de conhecimento.
Bibliografia Básica	<p>CASTRO, Jorge Orlando. Los caminos de la extensión en América Latina y el Caribe. Santa Rosa: Universidad Nacional de La Pampa, 2017. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Los-caminos-de-la-extension-en-america-latina-y-el-caribe.pdf>. Acesso em 06 nov. 2017.</p> <p>CORREIA, Ovídio Valois; CRUZ, Marta Vieira; CRUZ, Maria Elisa da. A extensão universitária no Brasil: um resgate histórico. São Cristóvão: Ed. UFS: Fundação Oviêdo Teixeira, 2000.</p> <p>FÓRUM de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. FORPROEX. A indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: MEC/SESu, 2006. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Indissociabilidade-e-Flexibilizacao.pdf>. Acesso em 06 nov. 2017.</p>
Bibliografia Complementar	<p>FÓRUM de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. FORPROEX. Avaliação nacional da extensão universitária. Brasília: MEC/SESu; Paraná: UFPR; Ilhéus: UESC, 2001. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Avaliacao-Extensao.pdf>. Acesso em 06 nov. 2017.</p>

Componente curricular eletivo: 1 disciplina (54 horas)

Atividade Curricular Obrigatória: Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) (45h)

Carga Horária Total do Semestre: 318 horas

8º SEMESTRE

Disciplina	ACE 4 – Curso / Evento / Produto
Código	

C H	75h
Ementa	Realização de projetos de extensão que estejam vinculados ao Programa de Extensão da Faculdade de Serviço Social. Outras ações extensionistas podem ser desenvolvidas em articulação ao projeto principal, tais como, eventos, cursos e produtos.
Conteúdos	As ações de extensão promovidas pelo Curso de Serviço Social orientar-se-ão pela interlocução interdisciplinar focada em suprir as demandas sociocomunitárias e particularidades teórico-metodológicas e técnico-profissionais diretamente vinculada a esta área de conhecimento.
Bibliografia Básica	CASTRO, Jorge Orlando. Los caminos de la extensión en América Latina y el Caribe . Santa Rosa: Universidad Nacional de La Pampa, 2017. Disponível em: < https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Los-caminos-de-la-extension-en-america-latina-y-el-caribe.pdf >. Acesso em 06 nov. 2017. CORREIA, Ovídio Valois; CRUZ, Marta Vieira; CRUZ, Maria Elisa da. A extensão universitária no Brasil: um resgate histórico . São Cristóvão: Ed. UFS: Fundação Ovídeo Teixeira, 2000. FÓRUM de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. FORPROEX. A indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão . Porto Alegre: UFRGS; Brasília: MEC/SESu, 2006. Disponível em: < https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Indissociabilidade-e-Flexibilizacao.pdf >. Acesso em 06 nov. 2017.
Bibliografia Complementar	FÓRUM de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. FORPROEX. Avaliação nacional da extensão universitária . Brasília: MEC/SESu; Paraná: UFPR; Ilhéus: UESC, 2001. Disponível em: < https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Avaliacao-Extensao.pdf >. Acesso em 06 nov. 2017.

Componente curricular eletivo: 2 disciplinas (54 horas cada)

Atividade Curricular Obrigatória: Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) (45h)

Carga Horária Total do Semestre: 288 horas

9.2 Ementas e bibliografias dos componentes curriculares do curso noturno

1º SEMESTRE

Disciplina	Fundamentos do Serviço Social I
Código	
C H	54 h
Ementa	Gênese e profissionalização do Serviço Social no desenvolvimento da sociedade capitalista. Os fundamentos históricos e sociais da problemática da pobreza e as respostas do Estado. Os aportes teórico-metodológicos do serviço social europeu e estadunidense.
Conteúdos	Contexto histórico e os antecedentes da prática de assistência e do capitalismo. Bases históricos sociais que matrizeram a origem do Serviço Social. Igreja, Sociedade de Organização da Caridade e práticas de assistência. Relações de produção capitalistas, questão social e a intervenção do Estado. Gênese, natureza e profissionalização do Serviço Social. Fundamentos teórico-metodológicos na

	profissionalização do Serviço Social. Neotomismo e Serviço Social. Pressupostos Positivistas/Funcionalistas na ação profissional. Serviço Social Europeu e Norte-Americano. Emergência do Serviço Social na Europa. Emergência e consolidação do Serviço Social nos Estados Unidos. Conservadorismo na profissão.
Bibliografia Básica	<p>AGUIAR, Antônio G. de. Serviço social e filosofia: das origens a Araxá. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1989.</p> <p>MARTINELLI, Maria Lucia. Serviço social: identidade e alienação. 5 ed. São Paulo: Cortez, 1997.</p> <p>MONTAÑO, C. A natureza do serviço social. São Paulo: Cortez, 2007.</p> <p>NETTO, José Paulo. Capitalismo monopolista e serviço social. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2007.</p> <p>VERDÈS-LEROUX, Jeannine. Trabalhador social: práticas, hábitos, ethos, formas de intervenção. São Paulo: Cortez, 1986. Tradução: René de Carvalho.</p>
Bibliografia Complementar	<p>COSTA, Gilmaisa Macedo. Gênese e práticas de assistência (material didático).</p> <p>CAPONI, S. Da compaixão à solidariedade: uma genealogia da assistência médica. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2000. pp. 23-28; 50-55; 63-69; 74-83.</p> <p>HAMILTON, Gordon. Teoria e Prática do Serviço Social de Caso. Rio de Janeiro: Agir, 1982.</p> <p>IAMAMOTO, M. V. Renovação e conservadorismo no serviço social: ensaios críticos. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1994.</p> <p>KISNERMAN, Natálio. Serviço social de grupo. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 1978.</p> <p>KONOPKA, Gisela. Serviço social de grupo. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.</p> <p>OLIVEIRA, Heloísa Maria José de. Assistência Social: do discurso do Estado à prática do Serviço Social. Florianópolis: UFSC, 1996. pp. 85 – 108.</p> <p>QUIROGA, C. Invasão positivista no marxismo: manifestações no ensino da metodologia no Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1991. pp. 43 – 55.</p> <p>RICHMOND, Mary Ellen. Diagnóstico social. Tr. José Alberto de Faria, Lisboa: Instituto Superior de higiene Dr. Ricardo Jorge, 1950.</p> <p>SETUBAL, A. A. Alguns aspectos da história do serviço social no Brasil. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, agosto/1983, n°12, ano IV, pp. 109- 139.</p>

Disciplina	Desenvolvimento Capitalista e Questão Social
Código	
C H	72 h
Ementa	Fundamentos ontológicos da formação social capitalista. Bases ontológicas da Questão Social, sua vinculação com o Serviço Social e formas de expressão no capitalismo nas diferentes fases de seu desenvolvimento. Relação entre países centrais e periféricos no capitalismo mundializado, de acordo com a lei do desenvolvimento desigual e combinado. As determinações histórico-particulares do capitalismo no Brasil. A crise estrutural do capital e o agravamento da Questão Social.
Conteúdos	As fases do desenvolvimento capitalista, suas determinações históricas e socioeconômicas. Bases Ontológicas da Questão Social, como ela se expressa nas diferentes fases do capitalismo e sua relação com o Serviço Social. Determinações histórico-particulares do desenvolvimento capitalista no Brasil. A Questão Social e suas formas de expressão. A lei do desenvolvimento desigual e combinado e as particularidades do capitalismo dependente e periférico. A crise estrutural do capital no mundo atual, o agravamento da Questão Social e suas expressões na realidade brasileira atual.
Bibliografia	ENGELS, Friedrich. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra . Trad. B.

Básica	<p>A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2008 (Mundo do Trabalho; Coleção Marx-Engels).</p> <p>FALCON, Francisco; MOURA, Gerson. A formação do mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Campus, 1989.</p> <p>MARX, K. O capital. São Paulo: Abril Cultural, 1983, 1984, Vol I e II, L 1.</p> <p>MAZZEO, A. C. Estado e burguesia no Brasil. Origens da Autocracia Burguesa. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.</p> <p>NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. Economia política: uma introdução crítica. São Paulo, Cortez, 2006. (Biblioteca Básica de Serviço Social; v. 1).</p>
Bibliografia Complementar	<p>GARCIA, Maria Lúcia Teixeira; RAIZER, Eugênia Célia. A questão social e as políticas sociais no contexto latino-americano (orgs.). PPGPS – UFES. Vitória-ES: EDUFES, 2013.</p> <p>IAMAMOTO, Marilda V. A Questão social no capitalismo. In: Temporalis n° 3. Brasília: ABEPSS/Graflne, 2001.</p> <p>MARANHÃO, C. H. A lei geral de acumulação capitalista e a complexa anatomia da “questão social”. In: BEHRING, E. R.; ALMEIDA, M. H. T. (orgs.). Trabalho e segurança social percursos e dilemas. São Paulo: Cortez. Rio de Janeiro: FSS/UERJ, 2008. (p.42-46).</p> <p>NETTO, José Paulo. Cinco Notas a Propósito da “Questão Social”. In: Temporalis, n° 3. Brasília: ABEPSS/Graflne, 2001.</p> <p>OSÓRIO, Jaime. Dependência e superexploração. In: A América Latina e os desafios da globalização. Ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini. Carlos Eduardo Martins e Adrián Sotelo Valencia (orgs.). São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.</p> <p>RAPOSO, C. T. M. As particularidades da questão social na realidade brasileira contemporânea: superpopulação, precarização do trabalho e superexploração da força de trabalho. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação da UFPE. Recife, 2015.</p> <p>SANTOS, E. P.; COSTA, G. M. da. Sobre as origens da questão social. Anais do VIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social – ENPESS / ABEPSS – Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJR. CD-ROM. Juiz de Fora, novembro de 2002.</p> <p>TAVARES, M. A. Acumulação, trabalho e desigualdades sociais. In: Serviço social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.</p>

Disciplina	Economia Política
Código	
C H	72 h
Ementa	Bases histórico-econômicas da passagem do feudalismo ao capitalismo e o surgimento da Economia Política. O liberalismo econômico e Adam Smith. A acumulação primitiva. As categorias fundamentais da produção capitalista. O trabalho como fonte criadora de valor. A exploração do trabalho assalariado e as formas de extração da mais-valia. O processo de reprodução ampliada e expansão do capital. A lei geral da acumulação capitalista. A crise estrutural do sistema capitalista - as alternativas keynesiana e neoliberal e seus reflexos na relação capital-trabalho.
Conteúdos	Formação histórico-econômica da sociabilidade humana e os modos de produção anteriores. Do feudalismo ao capitalismo – o desenvolvimento do mercado e da acumulação do capital. O processo histórico da acumulação primitiva. A formação da classe burguesa comercial e a industrial. Capitalismo e Revolução Industrial. A Economia Política e o pensamento liberal. Os fundamentos da Teoria Liberal Clássica de Adam Smith. A decadência científica da Economia Clássica. O surgimento da classe trabalhadora no séc. XIX e a necessidade da crítica ao

	capitalismo. Marx – formação intelectual, obra e a crítica da Economia Política Clássica. Trabalho, trabalho excedente e tempo de trabalho necessário. Valor, valor da força de trabalho, preço das mercadorias, salários e lucro. A mais-valia e sua transformação em capital. A regulamentação da jornada de trabalho. A lei geral da acumulação capitalista. Contradições da produção capitalista e a redução tendencial do trabalho vivo. As crises do sistema do capital. O Imperialismo. A “solução” keynesiana e a neoliberal. A crise estrutural do capital e a (im) possibilidade de sua superação.
Bibliografia Básica	<p>HOBSBAWM, E.J. Da revolução industrial ao imperialismo. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1986.</p> <p>HUBERMAN, L. A história da riqueza do homem. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.</p> <p>LASKI, Harold. O liberalismo europeu. São Paulo: Mestre Jou, 1973.</p> <p>MARX, K. O capital (cap. XXIV). São Paulo: Abril Cultural, 1984.</p> <p>NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. Economia política – uma introdução crítica. São Paulo: Cortez Editora, 2006.</p> <p>SMITH, A. A riqueza das nações. São Paulo: Abril cultural, 1983.</p>
Bibliografia Complementar	<p>CHESNAIS, F. A mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1996.</p> <p>HARVEY, D. O enigma do capital - e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.</p> <p>MANDEL, E. A formação do pensamento econômico de Karl Marx. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.</p> <p>PANIAGO, M. C. S. As Lutas Defensivas do Trabalho: contribuições problemáticas à emancipação. In: Serviço Social e Sociedade, n.76. São Paulo: Cortez Editora, 2003.</p> <p>TEIXEIRA, F. J. S. Economia e filosofia no pensamento político moderno. Campinas: Pontes Editora, Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1995.</p>

Disciplina	Metodologia do Trabalho Científico
Código	
C H	54 h
Ementa	Introdução a história da ciência e o processo de produção e transmissão do conhecimento científico na contemporaneidade. A metodologia científica no âmbito das ciências e do processo de formação profissional. A pesquisa enquanto instrumento de ação reflexiva, crítica e ética. Delineamento metodológico para diferentes trabalhos acadêmico-científicos. Normas técnicas para elaboração de textos científicos.
Conteúdos	Introdução à produção de conhecimentos científicos e a metodologia no debate da teoria do conhecimento. Senso comum, Ciência e Cientificidade. Significado e características dos paradigmas, dos métodos e da metodologia científica nas Ciências Humanas e Sociais. Produção e de transmissão do conhecimento científico na contemporaneidade (características, espaços acadêmicos e sociais, recursos humanos e financeiros, implicações éticas etc.). Ofício de pesquisador e metodologia científica (debates e tarefas sobre: elaboração de categorias e conceitos; construção do objeto científico; composição dos critérios ético-científicos). Delineamento metodológico e trabalhos/documentos acadêmico-científicos. Elementos implicados na etapa de delineamento metodológico para trabalhos acadêmico-científicos: diretrizes básicas e normas técnicas. Detalhamento das características metodológicas de diferentes trabalhos acadêmico-científicos: finalidades, tipos e estruturas de publicações científicas; tipos de instrumentos e técnicas metodológicas para levantamento de dados e seus usos no processo de formação acadêmica (uso de fontes primárias e secundárias

	para estudo de temas; e registro/uso de informações coletadas de livros, aulas, palestras etc.). Técnicas básicas para estruturação de estudos acadêmicos (leitura, fichamentos e resumos). Normas para referenciar os conteúdos, as fontes e os dados etc. Apresentação de trabalhos acadêmico-científicos: o estudo em grupo; a seleção e preparação do material; o planejamento da apresentação; o uso de recursos didáticos e multimídias etc.
Bibliografia Básica	CHAUÍ, M. Convite à filosofia . 12ª ed. São Paulo: Ática, 1999. FOUREZ, G. A Construção das ciências: introdução à filosofia e à ética das Ciências . São Paulo: Editora UNESP, 1995. Tradução Luiz Paulo Rouanet. LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. Metodologia científica : ciência e conhecimento científico, métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 1991.
Bibliografia Complementar	GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social . 6 ed. São Paulo: Atlas, 2009. MINAYO, M. C. de S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. Pesquisa Social . 23ª Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994. MORAES, C. A. de S. A particularidade da dimensão investigativa na formação e prática profissional do assistente social. In: Serviço Social e Sociedade , n. 122. São Paulo, abr./jun. 2015, p. 294-316. PEREIRA, I.L.L.; HANNAS, M.L. Visão de Mundo. Educação com Consciência I: Fundamentos para uma abordagem pedagógica . v. 1. São Paulo: Gente, 2000. Coleção novos rumos na Educação. QUINTANEIRO, T; BARBOSA, M. L. O.; OLIVEIRA, M. G. M. Um Toque de clássicos: Marx, Durkheim, Weber . 2ª ed. revisada. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. RICHARDSON, R. J. Pesquisa social : métodos e técnicas. 3ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Disciplina	Filosofia
Código	
C H	72 h
Ementa	Principais correntes filosóficas no século XX (marxismo, neotomismo, neopositivismo, fenomenologia) e suas influências no Serviço Social.
Conteúdos	Apresentação de metodologia de avaliação e distinção entre conhecimento e senso comum. Períodos da filosofia. Filosofia clássica, segundo Marcondes. Análise do Livro VII da República de Platão. Principais características da filosofia medieval, segundo Marcondes. Debate sobre os principais representantes da filosofia Medieval. Dialética hegeliana e seus operadores. Razão histórica em Hegel. Filosofia positiva, segundo Comte. Pesquisa sobre contexto social, político, educacional, artístico e histórico no materialismo marxista. Materialismo histórico, segundo Marx. Dialética marxista e seus operadores.
Bibliografia Básica	COMTE, A. Curso de Filosofia Positiva. In: Coleção os pensadores . São Paulo: Victor Civita, 1983. MARX, K. Manuscritos econômico-filosóficos . São Paulo: Martins Claret, 2001. TONET, I.; LESSA, S. Introdução à filosofia de Marx . São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2015.
Bibliografia Complementar	CHAUÍ, M. Convite à filosofia . São Paulo: Ática, 1987. LEAKEY, R. A origem da espécie humana . São Paulo: Record, 1999. MARCONDÉS, D. Iniciação à história da filosofia : dos pré-socráticos à Wittgenstein. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993. MARX, K.; ENGELS, F. A ideologia alemã . São Paulo: Hucitec, 1986. WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo . 9ª. ed. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1994 (Várias edições).

Carga Horaria Total do Semestre: 324 horas

2º SEMESTRE

Disciplina	Fundamentos do Serviço Social II
Código	
C H	54 h
Ementa	Origem e institucionalização do Serviço Social na América Latina e no Brasil. O Desenvolvimento de Comunidade Brasileiro e o Serviço Social.
Conteúdos	Origem e institucionalização do Serviço Social na América Latina e no Brasil. Bases sócio-históricas do Serviço Social na América Latina. Questão Social no Brasil nas décadas de 1920 e 1930 e as bases para a implantação do Serviço Social. Instituições Assistenciais e a Institucionalização do Serviço Social no Brasil. A influência do Desenvolvimento de Comunidade Norte-Americano para o Serviço Social Brasileiro. Gênese do Desenvolvimento de Comunidade: O pan-americanismo Monroísta, Desenvolvimentismo e Serviço Social. Trajetória histórica do Desenvolvimento de Comunidade na América Latina e no Brasil. O Serviço Social e o Desenvolvimento de Comunidade no Brasil.
Bibliografia Básica	AMMANN, Safira Bezerra. Ideologia e desenvolvimento de comunidade no Brasil. São Paulo: Cortez, 1991. IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul. Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico- metodológica. São Paulo: Cortez, 2009. MANRIQUE, Castro Manuel. História do serviço social na América Latina. São Paulo: Cortez, 2010. ORTIZ, Fátima Grave. O Serviço social no Brasil. Os fundamentos de sua imagem social e da autoimagem de seus agentes. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.
Bibliografia Complementar	COSTA, Gilmaisa Macedo. O serviço social na América Latina. Material didático. CARDOSO, Miriam L. Ideologia do desenvolvimento – Brasil: JK-JQ. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. GUILHERME, Rosilaine Coradini. Desenvolvimento de Comunidade e o Serviço Social: entre o conformismo e a crítica. In: Revista Emancipação. Vol.12, nº 1, 2012. PIMENTEL, Edlene. A relação da igreja católica com a formação das primeiras escolas de serviço social na América Latina. Material Didático. WANDERLEY, Mariângela Belfiore. Metamorfose do desenvolvimento de comunidade e suas relações com o serviço social. São Paulo: Cortez, 1993. SKDMORE, Thomas E. Brasil: de Getúlio a Castelo Branco, 1930-1964. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

Disciplina	Sociologia
Código	
C H	54 h
Ementa	Matrizes clássicas do pensamento sociológico – Marx, Weber, Durkheim. Processos sociais fundamentais: modernização, industrialização, urbanização e seus constitutivos: classes sociais, movimentos sociais e instituições.
Conteúdos	Contexto histórico que demarcou o surgimento da Sociologia e as primeiras incursões do pensamento sociológico. Contribuições da Sociologia contemporânea para pensar a história e o cotidiano. O pensar sociológico sobre os

	problemas sociais e subjetivos vivenciados na sociabilidade contemporânea.
Bibliografia Básica	DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico . Várias edições; MARX, Karl. Introdução à crítica da economia política . (Grundrisse) (Várias edições). WEBER, Max. A objetividade do conhecimento nas Ciências e na Política Sociais. In: Sobre a teoria das ciências sociais . Lisboa: Editorial Presença, 1974, pp. 7-111.
Bibliografia Complementar	BROHM, Jean Marie. O que é a dialéctica? Lisboa: Antídoto, 1979. CASTRO, Ana Maria; DIAS, Edmundo Fernandes. Introdução ao pensamento sociológico . 18 ed. São Paulo: Centauro, 2005. CHESNAIS, François. A mundialização do capital . São Paulo: Xamã, 1996. (esp. Cap. 1 – Decifrar palavras carregadas de ideologia, p. 21-44. DURKHEIM, Émile. O suicídio . São Paulo: Martins Fontes, 2000. MARX, Karl. Glosas críticas marginais ao artigo O rei da Prússia e a reforma social. De um prussiano. In: Praxis , nº. 5. Belo Horizonte (MG): Projeto Joaquim de Oliveira, Out-Dez. 1995. MARX, Karl. O capital (Crítica da economia política). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo . 9ª. ed. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1994 (Várias edições).

Disciplina	Teoria Política
Código	
C H	72 h
Ementa	Da Pré-História à sociedade de classes. Origem do Estado, em Engels. Antecedentes históricos do surgimento do Estado Moderno. Estado e Sociedade Civil nos principais teóricos da teoria política moderna (Maquiavel, Hobbes, Locke, Rousseau). A crítica de Marx à teoria liberal (o Estado, a emancipação política e a emancipação humana, reforma e revolução). Os fundamentos da experiência do Estado social-democrata do Bem-Estar e a proposta Neoliberal de Estado mínimo.
Conteúdos	Antecedentes históricos do surgimento da sociedade de classes e do Estado. A transição do Feudalismo e os fundamentos do Capitalismo. O surgimento do Estado Moderno. Renascimento e Maquiavel. Consolidação da sociedade burguesa e introdução ao pensamento liberal. A Revolução Inglesa. Hobbes e o Estado Absolutista. Locke e o triunfo da teoria liberal. Rousseau e a soberania do povo. A Revolução Francesa e as revoltas dos trabalhadores em meados do séc. XIX. O surgimento do socialismo e da crítica ao Estado Capitalista. Marx – conceito de sociedade civil e a crítica do Estado. A antinomia entre o citoyen e o bourgeois. A emancipação política e a emancipação humana. A alternativa social-democrata de um Estado benfeitor. A “solução” liberal. O neoliberalismo. A crise estrutural do capital e a insuficiência da estratégia neoliberal.
Bibliografia Básica	ENGELS, F. A origem da família da propriedade privada e do estado . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. HUBERMAN, L. História da riqueza do homem . Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983. MAQUIAVEL, N. O Príncipe . São Paulo: Abril Cultural, 1979. HOBBES, T. Leviatã . São Paulo: Abril Cultural, 1979.
Bibliografia Complementar	COUTINHO, C. N. Marxismo e política – a dualidade de poderes e outros ensaios. São Paulo: Cortez Editora, 1994. GRAMSCI, A. Maquiavel, a política e o estado moderno . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

	<p>HOBSBAWM, E.J. A era das revoluções. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.</p> <p>LASKI, H. O liberalismo europeu. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1973.</p> <p>MARX, K. O dezoito de brumário de Luís Bonaparte – In: K. Marx; F. Engels -Textos 3. São Paulo: Edições Sociais,1977.</p> <p>WEFFORT, F. C. Os clássicos da política – vol.1. São Paulo: Editora Ática, 1993.</p>
--	--

Disciplina	Antropologia
Código	
C H	54 h
Ementa	Movimentos básicos do pensamento antropológico: etnocentrismo e relativização, diferença e alteridade, estranhamento e familiaridade; Conceito de cultura e seus desdobramentos; Abordagem etnográfica de problemáticas sociais contemporâneas.
Conteúdos	A constituição da Antropologia como disciplina: introdução. Conceitos centrais na Antropologia: cultura, etnocentrismo, relativismo. Introdução ao método etnográfico. Leituras etnográficas. <i>Antropologia e o Serviço Social</i> .
Bibliografia Básica	CUCHE, Denis. A noção de cultura nas ciências sociais . Bauru: Edusc, 1999. LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. ORTNER, Sherry. Teoria em antropologia desde os anos 1960 . <i>Mana</i> , vol 17 nº2, 2011.
Bibliografia Complementar	CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O trabalho do antropólogo . São Paulo: Unesp, 2000. LAPLANTINE, François. Aprender antropologia . São Paulo: Brasiliense, 2000. WAGNER, Roy. A invenção da cultura . Rio de Janeiro: Cosac y Naify, 2010.

Disciplina	ACE 1 – Projeto em Serviço Social I
Código	
C H	75h
Ementa	Realização de projetos de extensão que estejam vinculados ao Programa de Extensão da Faculdade de Serviço Social. Outras ações extensionistas podem ser desenvolvidas em articulação ao projeto principal, tais como, eventos, cursos e produtos.
Conteúdos	As ações de extensão promovidas pelo Curso de Serviço Social orientar-se-ão pela interlocução interdisciplinar focada em suprir as demandas sociocomunitárias e particularidades teórico-metodológicas e técnico-profissionais diretamente vinculada a esta área de conhecimento.
Bibliografia Básica	CASTRO, Jorge Orlando. Los caminos de la extensión en América Latina y el Caribe . Santa Rosa: Universidad Nacional de La Pampa, 2017. Disponível em: < https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Los-caminos-de-la-extension-en-america-latina-y-el-caribe.pdf >. Acesso em 06 nov. 2017. CORREIA, Ovídio Valois; CRUZ, Marta Vieira; CRUZ, Maria Elisa da. A extensão universitária no Brasil: um resgate histórico . São Cristóvão: Ed. UFS: Fundação Ovídeo Teixeira, 2000. FÓRUM de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. FORPROEX. A indissociabilidade ensino-pesquisa- extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão . Porto Alegre: UFRGS; Brasília: MEC/SESu, 2006. Disponível em: < https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Indissociabilidade-e-Flexibilizacao.pdf >. Acesso em 06 nov. 2017.
Bibliografia Complementar	FÓRUM de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. FORPROEX. Avaliação nacional da extensão universitária . Brasília:

	MEC/SESu; Paraná: UFPR; Ilhéus: UESC, 2001. Disponível em: < https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Avaliacao-Extensao.pdf >. Acesso em 06 nov. 2017.
--	---

Carga Horária Total do Semestre: 309 horas

3º SEMESTRE

Disciplina	Fundamentos do Serviço Social III
Código	
C H	54 h
Ementa	Autocracia burguesa e o Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina e no Brasil. O processo de renovação do Serviço Social brasileiro e suas tendências.
Conteúdos	A Autocracia Burguesa, o Processo de Renovação do Serviço Social e o Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina e no Brasil. O Processo da autocracia burguesa e sua relação com a modernização conservadora. A renovação do Serviço Social sob a autocracia burguesa e seus desdobramentos. O movimento de reconceituação do Serviço Social: a erosão do Serviço Social tradicional na América Latina e no Brasil. O processo de renovação do Serviço Social brasileiro e suas tendências. As direções da renovação: perspectiva modernizadora, reatualização do conservadorismo e intenção de ruptura. Produções teórico-metodológicas do Serviço Social: aproximação ao estrutural-funcionalismo e a influência da fenomenologia. Seminários de teorização do Serviço Social. Esboço de uma crítica acerca das tendências modernizadora e de reatualização do conservadorismo.
Bibliografia Básica	ALMEIDA, Ana Augusta de. Possibilidades e limites da teoria do serviço social . Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1978. CBCISS. Teorização do serviço social / documentos . Rio de Janeiro: Agir, 1986. CARVALHO, Anésia. Metodologia da entrevista : uma abordagem fenomenológica. Rio de Janeiro: Agir, 1986. NETTO, José Paulo. Ditadura e serviço social : uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 1991. PAVÃO, Ana Maria Braz. O princípio da auto-determinação no serviço social: uma visão fenomenológica . São Paulo: Cortez, 1988.
Bibliografia Complementar	CELATS. Serviço social crítico : problemas e perspectivas – Um balanço latino-americano. Centro Latino Americano de Trabajo Social. Trad. José Paulo Netto, 3ª ed. São Paulo, Cortez; Lima – Peru, CELATS, 1991. FALEIROS, Vicente de Paula. Confrontos teóricos do movimento de reconceituação do serviço social na América Latina. In: Revista Serviço Social e Sociedade , N° 24. São Paulo: Cortez, agosto de 1997. _____. Reconceituação do serviço social no Brasil: uma questão de movimento? In: Revista Serviço Social e Sociedade , nº 84. São Paulo, Cortez, novembro de 2005. MACEDO, Myrtes de Aguiar. Reconceituação do serviço social : formulação diagnóstica. São Paulo: Cortez, 1981. NETTO, José Paulo. Capitalismo monopolista e serviço social . São Paulo: Cortez, 1992. (p. 65-77). _____. O movimento de reconceituação – 40 anos depois. In: Revista Serviço Social e Sociedade , nº 84. São Paulo: Cortez, novembro de 2005.

	<p>_____. Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985). São Paulo, Cortez, 2014.</p> <p>ORTIZ, Fátima Grave. O serviço social no Brasil. Os fundamentos de sua imagem social e da autoimagem de seus agentes. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.</p>
--	--

Disciplina	Ética em Serviço Social
Código	
C H	72 h
Ementa	A ética na história. A construção do <i>ethos</i> profissional do Serviço Social e seus fundamentos teórico-filosóficos. Legislação que orienta o exercício profissional e os códigos de ética do Serviço Social. Projeto ético-político do Serviço Social brasileiro.
Conteúdos	Fundamentos filosóficos, sociais e históricos da dimensão ético-moral da vida em sociedade e seus rebatimentos na ética profissional. Ética e moral: historicidade e fundamentos. Filosofia na vida em sociedade. Retrospectiva histórica da filosofia social. Ética e filosofia. Ética e moral. Sujeito ético-moral e a liberdade. Ética e direitos. Práxis profissional, valores, princípios e implicações ético-políticas do trabalho profissional. História da ética no Serviço Social. Códigos de ética da profissão, reformulações e operacionalidade. Fundamentos éticos e políticos do Serviço Social. A lei de regulamentação da profissão de Serviço Social. O conjunto CFESS (Conselho Federal de Serviço Social)/CRESS (conselhos regionais de Serviço Social). O Projeto ético-político do Serviço Social. Perspectivas éticas e desafios atuais que se colocam à profissão.
Bibliografia Básica	AGUIAR, Antonio G. de. Serviço social e filosofia : das origens a Araxá. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1989. BARROCO, Maria Lúcia Silva. Ética e serviço social : Fundamentos ontológicos. São Paulo, Cortez, 2001. CHALITA, Gabriel. Vivendo a filosofia . 2. Ed. São Paulo: Atual, 2014.
Bibliografia Complementar	BONETTI, D. et al. Serviço Social e ética . São Paulo: Cortez, 1996. CFAS (Conselho Federal de Assistentes Sociais). Código de Ética Profissional do Assistente Social . Brasília, 1947, 1965, 1975, 1986. CFESS (Conselho Federal de Serviço Social). Código de Ética Profissional do Assistente Social . Brasília, 1993. CHAUÍ, M. Convite à Filosofia . 3. ed. São Paulo: Ática, 1995. NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente aos desafios contemporâneos. In: Crise contemporânea, questão social e serviço social . Módulo 1, Curso de Capacitação em Serviço Social e Política Social. Brasília, CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, 1999, p.93-110. TRINDADE, Rosa Lúcia Prédes. Ética profissional no cotidiano do trabalho do assistente social. In: CFESS; ABEPSS; ENESSO. 12º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais , Foz do Iguaçu, 28 de outubro a 02 de novembro de 2007.

Disciplina	Formação sócio-histórica do Brasil
Código	
C H	72 h
Ementa	O Brasil no quadro das vias de desenvolvimento capitalista. O antigo sistema colonial. Estado e economia no período imperial. O modelo nacional-desenvolvimentista. Estado e economia no período de 1945-1964. A transição democrática e neoliberalismo.
Conteúdos	O Brasil no quadro das vias de desenvolvimento Capitalista. A Colônia no quadro da acumulação primitiva: a sociedade do antigo regime, o desenvolvimento mercantil e o Estado Absolutista. O sentido da colonização e o período colonial. A

	<p>escravidão do Brasil e o seu legado. A herança colonial, a revolução da independência e a organização do Estado Nacional. A herança colonial e as transformações sociais, econômicas e políticas no período imperial no Quadro das “vias” de desenvolvimento capitalista. A república burguesa, a transição da economia escravista mercantil para a economia capitalista assalariada e a manutenção do modelo de desenvolvimento econômico primário-exportador. Origens da indústria brasileira e formação do proletariado. A crise na divisão internacional do trabalho e as transformações no padrão de acumulação do capital no Brasil. A intervenção estatal na Era Vargas. O regime de autocracia burguesa no Brasil: bloco no poder e projeto político econômico. A transição do regime autocrático militar-burguês para a democracia no Brasil. Neoliberalismo e social-liberalismo o Brasil de Collor a Lula. As jornadas de junho.</p>
Bibliografia Básica	<p>FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.</p> <p>MAZZEO, Antônio. Estado e burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.</p> <p>PRADO Jr., Caio. História econômica do Brasil. 27. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.</p> <p>PRADO Jr., Caio. Formação do Brasil contemporâneo: Colônia. 19. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.</p>
Bibliografia Complementar	<p>ANTUNES, Ricardo. Classe operária, sindicatos e partidos no Brasil: da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora. 2. ed. São Paulo, Cortez/Ensaio, 1988.</p> <p>CHASIN, José. A miséria brasileira: 1964-1994 - Do golpe militar à crise social. Santo André: Ad Hominen, 2000.</p> <p>FILGUEIRAS, Luiz; GONÇALVES, Reinaldo. A economia política no governo Lula. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007, pp. 175-196.</p> <p>FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1998, p. 177-203.</p> <p>MATOS, Marcelo Badaró. A formação da classe trabalhadora: primeiros momentos. In: Trabalhadores e sindicatos no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 13-31.</p> <p>NETO, Artur Bispo dos Santos. Capital e trabalho na formação econômica do Brasil. São Paulo: Instituto Lukács, 2015.</p>

Disciplina	Oficina Técnico Operativa do Serviço Social I
Código	
C H	54 h
Ementa	A instrumentalidade do Serviço Social e as dimensões da profissão: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Demandas institucionais e requisições à profissão. Particularidades do instrumental técnico-operativo do Serviço Social.
Conteúdos	Instrumentalidade no exercício profissional do Assistente Social. A instrumentalidade do Serviço Social: e as dimensões da profissão: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. A dinâmica histórica do instrumental técnico-operativo do Serviço Social no Brasil. O instrumental técnico-operativo no exercício profissional do assistente social na atualidade. Particularidades do instrumental técnico-operativo do Serviço Social. Panorama geral do acervo técnico-operativo utilizado pelos assistentes sociais na atualidade. Orientação e socialização de informações em ações socioeducativas individuais e coletivas. A documentação como instrumento de registro do Assistente Social: Diário de Campo e Relatório.

Bibliografia Básica	<p>FORTI, Valeria; GUERRA, Yolanda (orgs). Serviço social: temas, textos e contextos. Rio de Janeiro: Lumen Juris Editora, 2010.</p> <p>SANTOS, C. M. dos. Na prática a teoria é outra? Mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Jurís, 2013.</p> <p>SANTOS, Claudia; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda (org). A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos. São Paulo: Cortez, 2017.</p>
Bibliografia Complementar	<p>GUERRA, Y. Instrumentalidade no trabalho do assistente social. Módulo 4, In: Curso de Capacitação em Serviço Social e Política Social. Brasília, CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, 2000, p. 145-158. Disponível em http://www.cedeps.com.br/wp-content/uploads/2009/06/Yolanda-Guerra.pdf.</p> <p>LEWGOY, Alzira; SILVEIRA, Esalba. A entrevista nos processos de trabalho do assistente social. In: Revista Textos & Contextos. Porto Alegre v. 6 n. 2 p. 233-251. jul./dez. 2007.</p> <p>LIMA, T. C. S. de; MIOTO, R. C. T.; DAL PRÁ, K. R. A documentação no cotidiano da intervenção dos assistentes sociais: algumas considerações acerca do diário de campo. In: Revista Virtual Textos & Contextos, nº 7, jul. Porto Alegre, 2007. Disponível em: http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/1048/3234.</p> <p>MIOTO, Regina. Estudos Socioeconômicos. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.</p> <p>NETTO, José Paulo. Notas para a discussão da sistematização da prática em serviço social. Cadernos ABESS. São Paulo: Cortez, 1989. n. 3.</p> <p>TRINDADE, Rosa L. P. Desvendando as determinações sócio-históricas do instrumental técnico-operativo do Serviço Social na articulação entre demandas e projetos profissionais. In: Revista Temporalis, n. 4. Rio de Janeiro, ABEPSS, 2000. p. 21-42. Disponível em http://cress-mg.org.br/arquivos/rosa%20predes%20instrumental.pdf.</p>

Disciplina	ACE 2 – Projeto em Serviço Social II
Código	
C H	75h
Ementa	Realização de projetos de extensão que estejam vinculados ao Programa de Extensão da Faculdade de Serviço Social. Outras ações extensionistas podem ser desenvolvidas em articulação ao projeto principal, tais como, eventos, cursos e produtos.
Conteúdos	As ações de extensão promovidas pelo Curso de Serviço Social orientar-se-ão pela interlocução interdisciplinar focada em suprir as demandas sociocomunitárias e particularidades teórico-metodológicas e técnico-profissionais diretamente vinculada a esta área de conhecimento.
Bibliografia Básica	<p>CASTRO, Jorge Orlando. Los caminos de la extensión en América Latina y el Caribe. Santa Rosa: Universidad Nacional de La Pampa, 2017. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Los-caminos-de-la-extension-en-america-latina-y-el-caribe.pdf>. Acesso em 06 nov. 2017.</p> <p>CORREIA, Ovídio Valois; CRUZ, Marta Vieira; CRUZ, Maria Elisa da. A extensão universitária no Brasil: um resgate histórico. São Cristóvão: Ed. UFS: Fundação Ovídeo Teixeira, 2000.</p> <p>FÓRUM de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.</p> <p>FORPROEX. A indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: MEC/SESu, 2006. Disponível em:</p>

	https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Indissociabilidade-e-Flexibilizacao.pdf . Acesso em 06 nov. 2017.
Bibliografia Complementar	FÓRUM de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. FORPROEX. Avaliação nacional da extensão universitária . Brasília: MEC/SESU; Paraná: UFPR; Ilhéus: UESC, 2001. Disponível em: < https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Avaliacao-Extensao.pdf >. Acesso em 06 nov. 2017.

Carga Horária Total do Semestre: 327 horas

4º SEMESTRE

Disciplina	Fundamentos Serviço Social IV
Código	
C H	54 h
Ementa	Aproximação do Serviço Social ao marxismo na renovação profissional no Brasil – Perspectiva de Intenção de Ruptura
Conteúdos	Bases histórico-teóricas da renovação do Serviço Social no Brasil – aproximação ao marxismo - perspectiva de intenção de ruptura. Condições histórico-metodológicas que definiram a aproximação do Serviço Social ao marxismo. Tradição marxista e Serviço Social: vertentes culturais (conservadora e histórico-critica). Bases sociopolíticas e momentos constitutivos da perspectiva. III CBAS. Elementos gerais e produções teórico-metodológicas da perspectiva de intenção de ruptura. Produções teórico-metodológicas representativas do Serviço Social brasileiro na aproximação inicial ao marxismo: Método BH/ Leila Lima Santos; Estratégias em Serviço Social – cap. 1 e 5/ Vicente de P. Faleiros. Resgate da inspiração marxiana: obras de Marilda V. Iamamoto e José Paulo Netto. Análise e crítica da influência conservadora na profissão.
Bibliografia Básica	IAMAMOTO, Marilda V. O serviço social na contemporaneidade : trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2000, p. 201-249. NETTO, José Paulo. Ditadura e serviço social : uma análise do serviço social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 1991. SILVA, Maria Ozanira da Silva e. (Coord.). O Serviço social e o popular : resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. São Paulo: Cortez, 1995.
Bibliografia Complementar	FALEIROS, Vicente de P. Estratégias em serviço social . São Paulo: Cortez, 1999. IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul. Relações sociais e serviço social no Brasil : esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 1985. NETTO, José Paulo. Introdução ao estudo do método em Marx . São Paulo: Expressão Popular, 2011. NETTO, José Paulo. O Serviço Social e a Tradição Marxista. In: Serviço social e sociedade , nº 30. São Paulo: Cortez, 1989. SANTOS, Leila. Textos de serviço social . São Paulo: Cortez, 1985. V.V. A.A. O congresso da virada e os 30 anos da revista. In: Serviço Social e Sociedade , Nº 100, São Paulo: Cortez, 2009. YAZBEK, M. C. Os fundamentos do Serviço Social na contemporaneidade. In: Curso de Capacitação em Serviço Social e Política Social . Brasília, CFESS/ABEPES/CEAD/UnB, 2000, p. 19-34.

Disciplina	Oficina Técnico-Operativa do Serviço Social II
-------------------	--

Código	
C H	54 h
Ementa	O processo intervencivo e o instrumental técnico-operativo no trabalho profissional de assistentes sociais. Competências, habilidades, atribuições e instrumental técnico-operativo do Serviço Social nos espaços ocupacionais.
Conteúdos	O processo intervencivo do serviço social e o instrumental técnico-operativo trabalho profissional de assistentes sociais. Ações profissionais, procedimentos e instrumentos e técnicas utilizados no exercício profissional – de caráter individual e coletivo. Instrumentos e técnicas de intervenção social direta e indireta: Visita domiciliar e institucional; estudo social: parecer, laudo e perícia social. Abordagens grupais e coletivas, mobilização e organização social. Competências, habilidades, atribuições e instrumental técnico-operativo do Serviço Social. Supervisão direta de estágio; instrumentos acadêmico-científicos; instrumentos didático-pedagógicos. A importância da “sistematização da prática” para o Serviço Social. Perspectivas atuais do exercício profissional do Assistente Social com ênfase na dimensão técnico-operativa.
Bibliografia Básica	AMARO, Sarita. Visita domiciliar: teoria e prática. 1. ed. Campinas, SP: Papel Social, 2014. CFESS (org.). Estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos: contribuição ao debate no judiciário, penitenciário e na previdência social. São Paulo: Cortez, 2004. FORTI, Valeria; GUERRA, Yolanda (orgs). Serviço Social: Temas, textos e Contextos. Rio de Janeiro: Lumen Juris Editora, 2010. SANTOS, Claudia; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda (org). A dimensão técnico-operativa no serviço social: desafios contemporâneos. São Paulo: Cortez, 2017.
Bibliografia Complementar	ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. Retomando a temática da “sistematização da prática” em serviço social. In: Em Pauta – Revista da Faculdade de Serviço Social da UERJ, nº 10, julho/97. Disponível em http://www.fnpes.org.br/pdf/servico_social_saude/texto3-2.pdf . Acesso em 26/02/2012 CARDOSO, M ^a de Fátima Matos. Reflexões sobre instrumentais em Serviço Social: observação sensível, entrevista, relatório, visitas e teorias de base no processo de intervenção social. São Paulo: LCTE Editora, 2008. FÁVERO, Eunice Teresinha. Instruções sociais de processos, sentenças e decisões. In: Serviço social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS/UNB, 2009. MAGALHÃES, Selma Marques. Avaliação e linguagem: relatórios, laudos e pareceres. Veras Editora: São Paulo, 2006. MIOTO, Regina Célia Tamaso; LIMA, Telma Cristiane Sasso de. A dimensão técnico-operativa do serviço social em foco: sistematização de um processo investigativo. In: Revista Texto e Contextos . Porto Alegre, v.8, n.1. 2009. p. 22-48. SOUSA, Charles Toniolo de. A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. In: Emancipação , Ponta Grossa, 8(1): 119-132, 2008. TEIXEIRA, Carla. Visita domiciliar: um instrumento de intervenção. In: Sociedade em Debate. Pelotas, 15(1): 165-178, jan.-jun./2009. TRINDADE, Rosa Lúcia Prédés. Ações profissionais, procedimentos e instrumentos no trabalho dos assistentes sociais. IN: Dimensão técnico-operativa no serviço social: desafios contemporâneos . Org. Claudia Mônica dos Santos, Sheila Backx e Yolanda Guerra – Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2012. (p. 69 a 101).

Disciplina	Psicologia
Código	
C H	54 h
Ementa	As principais matrizes teóricas de análise das relações entre indivíduos e sociedade. Teorias da personalidade e dos grupos sociais. A constituição da subjetividade no processo de produção e reprodução da vida social.
Conteúdos	Fundamentos históricos, teóricos e metodológicos da Psicologia. Constituição da Psicologia como ciência no mundo e no Brasil. As principais matrizes teóricas de análise das relações sociais em Psicologia. Interfaces da questão social com os processos de subjetivação. Psicologia e fenômenos psicossociais. Alguns pressupostos históricos e teóricos da atuação da Psicologia nas políticas públicas. Aspectos técnicos e éticos para uma atuação interdisciplinar na rede de serviços socioassistenciais. Questões contemporâneas na Psicologia. Estudos sobre temáticas contemporâneas nos contextos brasileiro e alagoano.
Bibliografia Básica	BOCK, A. M., FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. Psicologias : uma introdução ao estudo de psicologia. São Paulo: Saraiva, 1999. DALGALARRONDO, P. Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais . 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2008. SAWAIA, B. (Org.). As artimanhas da exclusão : análise psicossocial e ética da desigualdade social. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
Bibliografia Complementar	CAMPOS, R. H. F.; GUARESCHI, P. (Orgs.). Paradigmas em psicologia social : a perspectiva latino-americana. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. CRUZ, L. R.; GUARESCHI, N. M. F. (Orgs.). Políticas Públicas e assistência social : diálogo com as práticas psicológicas. Petrópolis: Vozes, 2009. _____. O psicólogo e as políticas públicas de assistência social . Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. _____. Interlocuções entre a psicologia e a política nacional de assistência social . Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013. JACQUES, M. G. C.; STREY, M. N.; BERNARDES, N. M. G.; GUARESCHI, P. A.; CARLOS, S. A.; FONSECA, T. M. G. (Orgs.). Psicologia social contemporânea : livro-texto. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

Disciplina	Processo de Trabalho e Serviço Social
Código	
C H	72 h
Ementa	Trabalho e divisão do trabalho. Particularidade do trabalho na sociedade burguesa e o Serviço Social como especialização do trabalho. Cotidianidade e exercício profissional do assistente social. A dimensão política e pedagógica da prática profissional. Demandas e respostas institucionais e requisições nos espaços sócio-ocupacionais de inserção da profissão.
Conteúdos	O caráter da categoria trabalho e suas derivações essenciais como fundamento da sociabilidade humana. Divisão do trabalho enquanto base de surgimento dos ofícios manuais ou atividades profissionais. A origem do Serviço Social como profissão e sua posição na sociedade a partir do que foi interpretado sobre sua gênese e sobre seu <i>locus</i> histórico nas relações sociais. Surgimento da interpretação do Serviço Social como trabalho. O debate em torno da origem e função socioinstitucional do Serviço Social, sua posição na divisão do trabalho e seu caráter de trabalho. Atuações institucionais e requisições aos Assistentes Sociais nos espaços sócio-ocupacionais de inserção da profissão.
Bibliografia Básica	COSTA, Gilmaisa. M. da. Serviço social em debate : ser social, trabalho, ideologia. Maceió: EDUFAL, 2011.

	<p>IAMAMOTO, M., CARVALHO, Raul de. Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 1985.</p> <p>LESSA, Sérgio. Serviço social e trabalho: porque o serviço social não é trabalho. Maceió: EDUFAL, 2007.</p> <p>. Para compreender a ontologia de Lukács. 3. ed. Ijuí: Ed. Unijui, 2007.</p>
Bibliografia Complementar	<p>AMORIM, Andressa; LIMA, Daniele; BARBOSA, Mayra; TRINDADE, Rosa. Necessidades e demandas sociais, demandas institucionalizadas e requisições profissionais: o serviço social nas políticas de educação e agrária no Brasil. III Colóquio Nacional sobre o trabalho do assistente social. 2015. disponível em https://coloquio3.files.wordpress.com/2015/03/necessidades-e-demandas-sociais.pdf.</p> <p>COSTA. G. Gênese do Serviço Social (textos reunidos – não publicados).</p> <p>MARX, Karl. O Capital. São Paulo: Nova Cultural, 1988. cap. XII, item 4.</p> <p>NETTO, J. Paulo. Capitalismo monopolista e serviço social. São Paulo: Cortez, 1992. Cap. I.</p> <p>SOUZA, Adrianyce A. Silva de. Lukács e o serviço social brasileiro. Curitiba: Editora Prismas, 2016. cap. III.</p> <p>TRINDADE, Rosa L. P. Questões ético-políticas para o trabalho do/a assistente social na previdência social. In: CFESS. 2º Seminário Nacional de Serviço Social na Previdência, Brasília: CFESS, 2015, p.57-64.</p>

Disciplina	Administração e Planejamento em Serviço Social I
Código	
C H	72 h
Ementa	As teorias organizacionais e os modelos gerenciais na organização do trabalho e nas políticas sociais. Funções de administração e planejamento em órgãos da administração pública, empresas e organizações da sociedade civil. Administração e planejamento em diversos espaços ocupacionais do Serviço Social.
Conteúdos	Gênese da Administração. A administração e seus fundamentos nas Ciências Sociais: as contribuições da Sociologia, da Antropologia, da Psicologia, da Economia e da Política. As organizações públicas, privadas e o terceiro setor. Teorias organizacionais: elementos conceituais, principais escolas de administração, seus pensadores e suas concepções gerenciais. Tendências atuais da administração. A administração, seus impactos e as reações dos trabalhadores em diferentes momentos do capitalismo. Administração, gestão de políticas sociais e os desafios ao Serviço Social. A reforma administrativa do Estado brasileiro e seu impacto sobre as políticas sociais. A administração pública no Brasil: o patrimonialismo, a burocracia e o modelo gerencial. Gestão social no Brasil: desafios e possibilidades. Assistentes Sociais e a gestão de políticas sociais no Brasil: espaço de tensão entre o Fordismo e o Toyotismo. A ampliação de espaços e oportunidades para o Serviço Social no campo da administração: o desenvolvimento de diferentes funções gerenciais. Um exercício de reflexão sobre as ferramentas da administração e a sua apropriação pelo Serviço Social.
Bibliografia Básica	<p>BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. Crise econômica e reforma do Estado no Brasil: para uma nova interpretação da América Latina. Tradução de Ricardo Ribeiro e Martha Jalkauska. São Paulo: Editora 34, 1996.</p> <p>CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à teoria geral da administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações. 7. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.</p> <p>SOUZA FILHO, Rodrigo de; GURGEL, Claudio. Gestão democrática e serviço social: princípios e propostas para intervenção crítica. São Paulo: Cortez, 2016.</p>

	(Coleção biblioteca básica do serviço social; v. 7)
Bibliografia Complementar	<p>BARBOSA, Rosangela Nair de Carvalho. Gestão: planejamento e administração. In: Temporalis. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 4, nº 8, (jul./dez. 2004). Porto Alegre: ABEPSS, Gráfica Odisseia, 2004.</p> <p>BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. Crise econômica e reforma do estado no Brasil: para uma nova interpretação da América Latina. Tradução de Ricardo Ribeiro e Martha Jalkauska. São Paulo: Editora 34, 1996.</p> <p>DRUCKER, Peter F. Introdução à administração. Tradução de Carlos Malferrari. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.</p> <p>GOUNET, Thomas. Fordismo e toyotismo: a civilização do automóvel. São Paulo: Boitempo. Editorial, 1999.</p> <p>RICO, Elizabeth; DEGENSZAIN, Raquel Raichelis (Org.). Gestão social: uma questão em debate. São Paulo: Educ; IEE, 1999.</p> <p>SIMÕES, Carlos. Curso de direito do serviço social. São Paulo: Cortez, 2009.</p>

Carga Horária Total do Semestre: 306 horas.

5º SEMESTRE

Disciplina	Política Social
Código	
C H	72 h
Ementa	A institucionalização das Políticas Sociais no âmbito do capitalismo monopolista e sua consolidação na dinâmica do capitalismo tardio. As políticas sociais brasileiras: origem e desenvolvimento. Condicionais das políticas sociais no capitalismo e sua precarização no contexto neoliberal.
Conteúdos	Capitalismo, liberalismo e as origens da Política Social. Questão Social e Política Social. As lutas da Classe trabalhadora e as origens da Política Social. O liberalismo e a negação da Política Social. Keynesianismo-fordismo e a generalização da política social. As políticas Sociais e a experiência do <i>Welfare State</i> na Europa. A grande crise do capital e a condição da política social. A política Social no capitalismo tardio: Reestruturação produtiva, globalização e neoliberalismo. Desestruturação do <i>Welfare State</i> em tempos neoliberais. As políticas sociais brasileiras, o neoliberalismo e o Serviço Social.
Bibliografia Básica	<p>BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. Política social: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2006.</p> <p>BEHRING, Elaine. Política social no capitalismo tardio. São Paulo: Cortez, 2007.</p> <p>NETTO, José Paulo. Crise do socialismo e ofensiva neoliberal. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.</p>
Bibliografia Complementar	<p>BARAN, P.; SWEEZY, P. M. Capitalismo monopolista. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.</p> <p>BRAVERMAN, Harry. Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX. Trad. Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.</p> <p>NETTO, José Paulo. Capitalismo monopolista e serviço social. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006. (capítulo 1 / 1.1)</p>

Disciplina	Pesquisa em Serviço Social
Código	
C H	72 h

Ementa	Fundamentos sociofilosóficos sobre o estatuto científico moderno e a produção do conhecimento nas Ciências Humanas e Sociais. Método materialista, histórico e dialético. Particularidades na produção de conhecimentos em Serviço Social. Introdução ao projeto de pesquisa.
Conteúdos	Introdução ao debate epistemológico na produção do conhecimento científico. Modernidade: paradigmas e métodos científicos nas Ciências Humanas e Sociais. Método materialista, histórico e dialético, e Marxismos. Pesquisa e produção do conhecimento no Serviço Social: elementos históricos, particularidades e contribuições na produção do conhecimento. Introdução ao debate metodológico. Introdução às etapas de planejamento no processo de pesquisa. Etapa inicial: Projeto de Pesquisa (etapas e significado no processo de pesquisa). Elementos para a elaboração do projeto de pesquisa (tema, problema e tipos de estudos). Abordagens quantitativas e qualitativas. Desenhos metodológicos (tipos de pesquisa e instrumentos) mais utilizados no Serviço Social: Pesquisa Bibliográfica, Documental, de Campo e Estudo de Caso.
Bibliografia Básica	GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2016. LOWY, M. As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000. SELL, C. E. Sociologia clássica: Marx, Durkheim e Weber. Petrópolis: Vozes, 2009. Coleção Sociologia.
Bibliografia Complementar	GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009. FREITAS, E. J. X. de; REIS, M. A. Pesquisa em serviço social: para onde caminhamos? Revista Katálysis v.20 n°2. Florianópolis: PPGSS/UFSC, maio/ago, 2017, pp. 196-206. Disponível: << http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-49802017000200196&script=sci_abstract&tlang=pt >> Acesso: 29/07/2018. MARX, K. Prefácio. Contribuição à crítica da economia política. São Paulo: Martins Fontes, 1983, pp. 23-27. MORAES, C. A. de S.; JUCÁ, D. C. de M.; SANTOS, K. de S. Para quê, para quem, como? Alguns desafios do cotidiano da pesquisa em serviço social. Serviço Social e Sociedade , n. 122. São Paulo, 2015, p. 294-316.

Disciplina	Seguridade Social: Política de Assistência Social
Código	
C H	54 h
Ementa	Trajetória do Sistema de Proteção Social no Brasil. Os modelos bismarkiano e beveridgeano. Seguridade social e assistência social na Constituição Federal de 1988. Definições políticas e normativas fundamentais à assistência social como política pública. Lei orgânica da Assistência Social. Política nacional de assistência Social. Normas Operacionais Básicas. O Sistema Único de Assistência Social. O SUAS como modelo de gestão. O Serviço Social e política de Assistência Social.
Conteúdos	Proteção social, previdência e assistência social no Brasil. O modelo de proteção social brasileiro e a presença das concepções de Bismarck e Beveridge. Assistência social, Serviço Social e a dinâmica da construção de respostas a demandas de diferentes momentos da realidade brasileira. O texto constitucional de 1988 e a configuração da Seguridade Social e da assistência social no Brasil. Definições fundamentais para a consolidação da assistência social como política pública: Lei Orgânica da Assistência Social, Normas Operacionais Básicas e Política Nacional de Assistência Social. As proteções sociais afiançadas: proteção social básica e proteção social especial. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) como modelo de gestão: instâncias de execução, pactuação e controle social.

	Financiamento e recursos humanos. A consolidação da assistência social como política pública. Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e sua atualização em 2011 / Lei do SUAS. Norma Operacional Básica e sua atualização em 2012. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Planos Decenais da Assistência Social. Educação Permanente.
Bibliografia Básica	BOSCHETTI, Ivanete. Assistência social no Brasil: um direito entre a originalidade e o conservadorismo. 2.ed. Brasília: INB, 2003. MOTA, Ana Elizabete (Org.). O mito da assistência social: ensaios sobre estado, política e sociedade. 2. ed. rev. e amp. São Paulo: Cortez, 2008. SANTOS, Margarida M. S. dos. Território e gestão da política de assistência social: experiências de Maceió e Arapiraca. Maceió: EDUFAL, 2015.
Bibliografia Complementar	BRASIL. Constituição Federal do Brasil. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988. _____. Lei 8.742 de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Ministério da Previdência e Assistência Social. Lei Orgânica da Assistência Social (1993). Brasília. MPAS, SEAS, 2001. _____. Lei 12.435 de 2011. Lei Orgânica da Assistência Social – Lei do SUAS. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília. MDS, 2012. _____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Norma Operacional Básica - NOB/SUAS. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005. _____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS: NOB-RH / SUAS. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2007. _____. Política Nacional de Assistência Social/2004. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005.

Disciplina	Administração e Planejamento em Serviço Social II
Código	
C H	54 h
Ementa	Administração, gestão e gerência. As funções gerenciais: planejamento, organização, direção e avaliação. Conceituação, tipologia, processos e instrumentos do planejamento. Metodologia de elaboração de projetos.
Conteúdos	A gestão nas políticas sociais. Administração, gestão e gerência de políticas sociais. As funções gerenciais: planejamento, organização, direção e avaliação. O planejamento, enquanto função da administração, processo, prática social. Planejamento normativo, estratégico, participativo e da qualidade total. Os instrumentos do planejamento: plano, programa e projeto. Metodologia de elaboração de plano e de projeto. Elementos constitutivos do plano e do projeto: identificação, justificativa, objetivos, metas, metodologia, recursos, cronograma de execução e avaliação. Elaboração de um instrumento de planejamento: plano ou projeto.
Bibliografia Básica	AVILA, Célia M. de (coord.). Gestão de projetos sociais. 2. Ed. São Paulo: AAPCS, 2000, (Col. Gestores Sociais). BAPTISTA, Myrian Veras. Planejamento: introdução à metodologia do planejamento social. 11ª ed., Porto Alegre: Editora Veras, 2015. LÜCK, Heloísa. Metodologia de projetos: uma ferramenta de planejamento e gestão. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

Bibliografia Complementar	<p>BRASIL. Ministério da Saúde. Sistema de Planejamento do SUS (PlanejaSUS): uma construção coletiva – trajetória e orientações de operacionalização / Ministério da Saúde, Organização Pan-Americana da Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 318 p. – (Série B. Textos Básicos de Saúde)</p> <p>COUTO, Berenice Rojas. Formulação de projeto de trabalho profissional. In. Serviço social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.</p> <p>FRITSCH, Rosângela. Planejamento estratégico: instrumental para a intervenção do Serviço Social. Rev. Serviço Social e Sociedade nº 52. Mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, ano XVII, dez. 1996, p. 127-145.</p> <p>GANDIM, Danilo. A posição do planejamento participativo entre as ferramentas de intervenção na realidade. Instituto Latino-americano de Planejamento Participativo. Porto Alegre. www.curriculosemfronteiras.org</p> <p>TEIXEIRA, Joaquina Barata. Formulação, administração e projetos sociais. In. Serviço social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.</p> <p>TENÓRIO, Fernando Guilherme (org.). Gestão de ONGs: principais funções gerenciais. 2ª Ed. Rio de Janeiro: FGV, 1998.</p>
----------------------------------	--

Disciplina	Oficina de Estágio em Serviço Social I
Código	
C H	54 h
Ementa	O trabalho do/a assistente social nos espaços institucionais. Estágio e supervisão de estágio. Legislações e documentos do estágio supervisionado. O trabalho profissional, as políticas sociais, a população usuária e as especificidades relativas aos campos de estágio. A supervisão como atribuição privativa do exercício profissional.
Conteúdos	O Estágio Supervisionado em Serviço Social. As Particularidades do Estágio Supervisionado. As diretrizes curriculares, a organização do estágio Supervisionado em Serviço Social na UFAL e as legislações referentes ao estágio em Serviço Social. Instrumentos da supervisão: diário de campo, plano de estágio, relatórios de estágio, projeto de intervenção etc. A Construção do Projeto de Intervenção nos diversos espaços institucionais. Análise de Conjuntura e das políticas sociais desenvolvida nas instituições de estágio. Conhecimento da instituição, das ações do Serviço Social e do perfil da população usuária. Construção do Projeto de Intervenção.
Bibliografia Básica	<p>CFESS. Atribuições privativas do (a) assistente social: em questão. Brasília: CFESS, 2002.</p> <p>LEWGOY, Alzira Maria Baptista. Supervisão de estágio em serviço social: desafios para a formação e o exercício profissional. São Paulo: Cortez, 2010.</p> <p>SANTOS, Cláudia Mônica dos; LEWGOY, Alzira Maria Baptista; ABREU, Maria Helena Elpidio (orgs.). A supervisão de estágio em serviço social: aprendizados, processos e desafios. Rio de Janeiro: Lumens Juris, 2016.</p>
Bibliografia Complementar	<p>ABEPSS. Para a construção de uma política nacional de estágio da ABEPSS – documento base. Brasília, 2009.</p> <p>BARISON, Monica Santos. Judicialização da questão social. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2016.</p> <p>BURIOLLA, M. A. F. O estágio supervisionado. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.</p> <p>GUERRA, Yolanda; FORTI, Valéria. Serviço social: temas, textos e contextos. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2013.</p> <p>IAMAMOTO, M. V. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. In: Atribuições privativas do(a) assistente social:</p>

	<p>em questão. XXX CFESS/CRESS 2001.</p> <p>TRINDADE, R. L. P. Desvendando as determinações sócio-históricas do instrumental técnico-operativo do Serviço Social na articulação entre demandas sociais e projetos profissionais. In: Revista Temporalis, n 4. Brasília: ABEPSS, 2001.</p>
--	--

Atividade Curricular Obrigatória: Estágio em Serviço Social I

Carga Horária Prática: 200 horas

Carga Horária Total do Semestre: 306 horas + 200 horas = 506 horas

6º SEMESTRE

Disciplina	Seguridade Social: Política de Previdência Social
Código	
C H	54 h
Ementa	Origem e desenvolvimento da seguridade social na sociedade capitalista. Trajetória histórica da previdência social no Brasil. O sistema de seguridade social instituído na Constituição Brasileira de 1988. O Instituto Nacional de Seguro Social e o orçamento da seguridade social: financiamento e alocação de recursos. Bases conceituais e legais, princípios e diretrizes, natureza e alcance dos direitos sociais, estrutura organizacional e mecanismos de gestão, funções e beneficiários. A política previdenciária na contrarreforma do Estado. O Serviço Social e a previdência social.
Conteúdos	O desenvolvimento histórico do sistema e da política previdenciária pública brasileira. A trajetória histórica da previdência na sociedade capitalista. A política previdenciária pública no sistema capitalista – seguridade social x seguro. O sistema previdenciário – público e privado, da origem ao Estado autoritário militar. Concepção e Estruturação do Sistema Previdenciário Brasileiro. A previdência social no Brasil no contexto da seguridade social. Previdência social: bases legais, gestão, financiamento e controle social. A relação entre previdência social e trabalho. Contrarreforma do Estado e seus rebatimentos na Política de Previdência Social. A crise internacional dos anos de 1970 e o seu impacto no contexto previdenciário brasileiro a partir da década de 1990: a contrarreforma da previdência social dos anos de 1990 e 2000. Os desafios previdenciários do século XXI e a nova proposta de contrarreforma. Os Serviços do Instituto Nacional de Seguro Social e o Serviço Social. Instituto Nacional de Seguro Social: estruturação, operacionalização, benefícios, segurados e dependentes, financiamento, gerenciamento e controle social. O exercício profissional do assistente social no setor previdenciário. A contribuição do Serviço Social na produção do conhecimento teórico-prático da política de previdência social.
Bibliografia Básica	MOTA, Ana Elizabete. Cultura da crise e seguridade social . Um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000. OLIVEIRA, Jaime. TEIXEIRA, Sonia Fleury. (In) Previdência social : 60 anos de história da previdência no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1985. SANTOS NETO, Artur Bispo. Previdência público-privada e reprodução do capital. [recurso eletrônico]. Goiânia, GO: Editora Phillos, 2018. SILVA, Maria Lucia Lopes da. Previdência social no Brasil : (des) estruturação do trabalho e condições para sua universalização. São Paulo: Cortez, 2012.
Bibliografia	BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil : 1988. Brasília, DF:

Complementar	<p>Senado Federal, 1988. Capítulo da Ordem Social.</p> <p>_____. Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998.</p> <p>_____. Emenda Constitucional nº 41/2003.</p> <p>_____. Emenda Constitucional nº 47/2005.</p> <p>_____. Ministério da Previdência Social, Instituto Nacional de Seguro Social.</p> <p>Matriz teórico-metodológica do serviço social na previdência social. Brasília-DF, 1994. p. 32.</p> <p>BRAGA, Léa; CABRAL, Maria do Socorro Reis (Org.). O serviço social na previdência: trajetória, projetos profissionais e saberes. São Paulo: Cortez, 2007.</p> <p>MOURA, Rivânia. Crédito consignado: face da expropriação financeira no curso da contrarreforma da previdência. In: SER Social, v. 18, n. 39. Brasília, jul.-dez./2016, p. 374-390. Disponível em: file:///C:/Users/Isl%C3%A2nia/Downloads/24458-72859-1-SM.pdf</p> <p>SALVADOR, Evilasio; BOSCHETTI, Ivanete. A reforma da previdência social no Brasil e os impactos sobre o mercado de trabalho. Serviço Social e Sociedade, n. 70. São Paulo: Cortez, 2002, p. 114-139.</p> <p>SALVADOR, Evilásio. Fundo público e seguridade social. São Paulo: Cortez, 2010.</p>
---------------------	---

Disciplina	Seguridade Social: Política de Saúde
Código	
C H	54 h
Ementa	Contexto histórico e trajetória das políticas de saúde no Brasil. A reforma sanitária brasileira. O Sistema Único de Saúde (SUS). Bases legais das políticas de saúde. Reforma do Estado e seus rebatimentos no setor saúde. Serviço Social na Política de Saúde. A política de saúde na particularidade alagoana.
Conteúdos	A construção do direito à saúde no Brasil. A política de saúde no Brasil na trajetória da Previdência à Seguridade Social. O processo da Reforma Sanitária e a construção do Sistema Único de Saúde (SUS). Diretrizes, princípios e bases legais do SUS. Gestão, financiamento e controle social do SUS. Reforma do Estado e seus rebatimentos na Política de Saúde. Ofensiva neoliberal e a saúde no contexto da seguridade social. A política de saúde na particularidade alagoana. Tendências e perspectivas do direito à saúde no Brasil. As políticas sociais brasileiras, o neoliberalismo e o Serviço Social.
Bibliografia Básica	BRAVO, Maria Inez Bravo et al (org.). Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2006. BRAVO, Maria Inez Bravo. Serviço social e reforma sanitária: lutas sociais e práticas profissionais. São Paulo/Rio de Janeiro: Cortez/Editora UFRJ, 1996. MATTA, Gustavo Corrêa; MOURA, Ana Lúcia de Pontes (orgs). Políticas de saúde: organização e operacionalização do sistema único de saúde. Rio de Janeiro: EPSJV / Fiocruz, 2007.
Bibliografia Complementar	BOSCHETTI, Ivanete. A política de seguridade social no Brasil. In. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: 1988. Brasília, DF: Senado Federal. BRASIL. Lei Orgânica da Saúde. Lei nº 8.080, de 19/09/1990 e Lei Complementar nº 8.142, de 28/12/1990. BRASIL. Lei Orgânica da Seguridade Social, Lei nº 8.212, de 24/07/1991. BRASIL. Coletânea de normas para o controle social no Sistema Único de Saúde/Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde – Brasília: Ministério da Saúde, 2011. 208 p. – (Série E. Legislação de saúde).

	<p>BRASIL. O SUS de A a Z: garantindo saúde nos municípios/Ministério da Saúde, Conselho Nacional das Secretarias Municipais de Saúde. – 3. ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2009. 480 p.</p> <p>CAVALCANTE, M. P. O conselho de saúde e a direção da política de saúde em Alagoas. In. CORREIA, M. V. C.; SANTOS, V. M. (orgs.). Reforma sanitária e contrarreforma da saúde. Maceió: Edufal, 2015.</p> <p>CORREIA, Maria Valéria Costa. Controle social. In. Dicionário da educação profissional em saúde. Disponível em: http://www.epsjv.fiocruz.br/dicionario/index.html</p> <p>GIOVANELLA, Lígia et al. (org.). Políticas e sistemas de saúde no Brasil. Rio de Janeiro: CEBES/FIOCRUZ, 2008.</p> <p>MARTINELLI, M. L. O trabalho do assistente social em contextos hospitalares: desafios cotidianos. In: Serviço Social e Sociedade, nº 107. São Paulo: Cortez, jul/set 2011, p. 497-608.</p> <p>PAIM, Jairnilson Silva. A reforma sanitária e o CEBES. Rio de Janeiro: CEBES, 2012.</p> <p>PASSOS, Roberto Nogueira. Capitalismo e saúde. Rio de Janeiro: CEBES, 2012.</p>
--	--

Disciplina	Seminário de Políticas Sociais Setoriais
Código	
C H	72 h
Ementa	Caracterização das políticas sociais setoriais e por segmento implementadas pelo Estado capitalista brasileiro, suas funções e dinâmicas específicas, configuradas no âmbito dos objetivos econômicos e políticos específicos.
Conteúdos	Manifestações da crise contemporânea do capital e repercussões sobre as políticas sociais na atualidade. Natureza destrutiva e regressiva da contrarreforma do Estado brasileiro a partir de 1995. O debate sobre cidadania e direitos sociais na atualidade. Configurações atuais das políticas sociais setoriais e por segmento no Brasil: educação, moradia, política agrária, sociojurídico, proteção à criança e adolescente, à juventude, à mulher, ao idoso, à pessoa com deficiência. Realidade social relacionada à política setorial específica. Painel da política social setorial na atualidade. Aspectos relacionados à gestão, ao financiamento e à participação popular e controle social. O protagonismo dos sujeitos coletivos nas lutas pelas políticas sociais e por direitos sociais no Brasil. As políticas sociais no Brasil contemporâneo: entre a inovação e o conservadorismo.
Bibliografia Básica	FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda. (orgs.) Ética e direitos: ensaios críticos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009. SADER, Emir. GENTILI, Pablo (org.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. SILVA, M ^a Ozanira; YAZBEK, M ^a Carmelita; GIOVANNI, Geraldo. A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda. São Paulo: Cortez, 2004.
Bibliografia Complementar	BEHRING, Elaine. Brasil em contra-reforma: desestruturação do estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003. DAGNINO, Evelina. Anos 90: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994. SCLIAR, Moacyr. O nascimento de um cidadão. In: PINSKY, Jaime. PIN SKY, Carla Bassanezi. História da cidadania. São Paulo: Contexto, 2003. p. 585-588. GONH, M ^a Glória. Movimentos sociais e luta pela moradia. São Paulo: Loyola, 2006. PEREIRA, Potyara Amazoneida P. Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

	RIZZINI, Irene. O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008.
--	---

Disciplina	Oficina de Estágio em Serviço Social II
Código	
C H	54 h
Ementa	O estágio à luz do projeto ético-político, do Código de Ética e das Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Competências e habilidades do fazer profissional. Articulação entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Desenvolvimento do projeto de Intervenção, avaliação e sistematização da experiência do Estágio em Serviço Social.
Conteúdos	Planejamento, monitoramento e avaliação do Projeto de Intervenção. Oficinas de construção de indicadores quantitativos e qualitativos de processos e resultados e finalização do projeto de intervenção de estágio, considerando as etapas de controle dos processos e avaliação de resultados. Execução do projeto de intervenção: implementação de ações propostas e acompanhamento dos indicadores de avaliação. Elaboração do Relatório Final de Estágio. Análise dos processos e resultados e reflexão crítica sobre o projeto de intervenção: exercitando a avaliação de projetos sociais. Sistematização do trabalho desenvolvido no Estágio: exercitando a sistematização da prática profissional e das reflexões produzidas a partir da investigação da realidade socioinstitucional e da proposição e realização de ações estratégicas.
Bibliografia Básica	BURIOLLA, M. A. F. Supervisão em serviço Social - o supervisor, sua relação e seus papéis. São Paulo: Cortez, 2011. GUERRA, Yolanda; FORTI, Valéria. Serviço social: temas, textos e contextos. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2013. SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda. A dimensão técnico-operativa no serviço social: desafios contemporâneos. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2016.
Bibliografia Complementar	CFESS/CRESS. Coletânea direitos sociais e competências profissionais. Brasília, CFESS, 2009. CFESS. Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de saúde. Brasília: CFESS, 2010. (Série Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais; v. 2). _____. Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação. Brasília: CFESS, 2012. (Série Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais; v. 3). _____. Atuação de assistentes sociais no sociojurídico: subsídios para reflexão. Brasília: CFESS, 2014. (Série Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais; v. 4). _____. Atuação de assistentes sociais na Política Urbana: subsídios para reflexão. Brasília: CFESS, 2016. (Série Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais; v. 5).

Disciplina	Formação Social, Econômica e Política de Alagoas
Código	
C H	54 h
Ementa	A gênese da formação do estado de Alagoas: as capitania hereditárias e a definição territorial, econômica, política e cultural do estado. A emancipação política e a relação com a história de Pernambuco. A presença europeia, do negro e o impacto no ambiente indígena. Trabalho escravo e o Quilombo dos Palmares. A persistência de um modelo de economia fundamentada na monocultura, na

	pecuária e no latifúndio. O paternalismo, o coronelismo e a concentração de riqueza e poder em pequenos grupos familiares. Crises e intervenções federais no estado. A situação do estado e sua relação com a dinâmica da região Nordeste e com a realidade nacional.
Conteúdos	A formação territorial de Alagoas. A emancipação política de Alagoas. A presença europeia em Alagoas. Movimentos de resistência: o extermínio de grupos indígenas e o Quilombo dos Palmares. Autonomia política e a consolidação do poder oligárquico provincial/estadual. Os primeiros centros urbanos e a definição de Maceió como capital de Alagoas. Maceió: economia, urbanização e sociabilidade. Concepção e Estruturação do Sistema Previdenciário Brasileiro. A previdência social no Brasil no contexto da seguridade social. Previdência social: bases legais, gestão, financiamento e controle social. A relação entre previdência social e trabalho. Economia e sociedade alagoana nos séculos XX e XXI. Intervenção, populismo e violência no cenário político de Alagoas. O complexo sucoalcooleiro e sua modernização. A introdução de novas culturas e a manutenção dos latifúndios. A diversificação da produção e os polos regionais de produção. A situação dos pequenos produtores. Atualização da cena política e os herdeiros do poder econômico e político.
Bibliografia Básica	ANDRADE, Manoel Correia de. Usinas e destilarias das Alagoas – uma contribuição ao estudo da produção do espaço. Maceió: EDUFAL, 1997. CARVALHO, Cícero P. Análise da reestruturação produtiva da agroindústria suco-alcooleira alagoana . Maceió: EDUFAL, 2000. LIMA, Araken Alves de. Alagoas e o complexo agroindustrial canavieiro no processo de integração nacional . Campinas/SP, PPG em Economia.
Bibliografia Complementar	ALBUQUERQUE, Cícero F. Cana, casa e poder . Maceió: Edufal, 2009. ALMEIDA, Leda Maria de. Rupturas e permanências em Alagoas : o 17 de julho em questão. Maceió: Cataventos, 1999. DIEGUES JR., Manuel. O banguê nas Alagoas – traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional. 3. ed. Maceió: EDUFAL, 2006. TENÓRIO, Douglas Apratto. A tragédia do populismo : o impeachment de Muniz Falcão. Maceió: EDUFAL, 1995. VERÇOSA, Élcio de Gusmão. Cultura e educação nas Alagoas : história, histórias. 2ed. Maceió: EDUFAL, 1997.

Atividade Curricular Obrigatória: Estágio em Serviço Social II

Carga Horária Prática: 200 horas

Carga Horária Total do Semestre: 288 horas + 200 horas = 488 horas

7º SEMESTRE

Disciplina	Direito e Legislação Social
Código	
C H	72 h
Ementa	Theoria Crítica dos Direitos Sociais. Os direitos sociais e a natureza do Estado. Formação Histórica dos Direitos Sociais. O processo de instituição dos direitos sociais no contexto da história europeia. Direito e legalidade no capitalismo dependente. Relações jurídicas no marco da integração supranacional MERCOSUL e ALCA. O processo de instituição dos direitos individuais, sociais e coletivos no Brasil a partir da Era Vargas. Os direitos sociais na Constituição de

	1988. Legislação Social. Neoliberalismo e ofensiva contra os direitos sociais.
Conteúdos	Estado, Direito e Capitalismo. A formação histórica dos direitos fundamentais: individuais, políticos, sociais e econômicos. Direitos sociais e Modo de Produção Capitalista. O processo de instituição dos direitos fundamentais no contexto da história europeia dos direitos fundamentais. Os direitos sociais e a natureza do Estado. Estado de Direito, Estado liberal, Estado Social e Estado Democrático. Estado Brasileiro, Constituição e Direitos Sociais. Direito e legalidade na formação do capitalismo dependente. Os direitos sociais na trajetória do capitalismo brasileiro. A Constituição de 1988 e os princípios constitucionais. Direitos e Garantias Fundamentais na Constituição de 1988 (art. 5º). Direitos constitucionais sociais, econômicos e dos trabalhadores. O Estado neoliberal no Brasil: a ofensiva contra os direitos sociais constitucionalizados.
Bibliografia Básica	MASCARO, Alysson Leandro. Crítica da legalidade e do direito brasileiro . São Paulo, Quartier Latin, 2003. MENDONÇA, Ana Maria Ávila. Estado e direitos sociais no Brasil : entre a modernidade e o retrocesso. Maceió, Edufal, 2009. SIMÕES, Carlos. Teoria e crítica dos direitos sociais : o estado social e o estado democrático de direito. São Paulo: Cortez, 2013. TRINDADE, José Damião de Lima. História social dos direitos humanos . São Paulo: Peirópolis, 2006.
Bibliografia Complementar	FATTORELLI, Maria Lucia. A inflação e a dívida pública. In: Le Monde Diplomatique Brasil . Ano 4. No. 47, junho de 2011. GALVÃO, Andréia. Neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil . Rio de Janeiro, Revan, 2007. HARVEY, David. “O Estado neoliberal”. In: O neoliberalismo : história e implicações. São Paulo, Edições Loyola, 2008. MARX, Karl. Crítica à filosofia do direito de Hegel . São Paulo: Boitempo Editorial, 2005. NAVES, Márcio Bilharino. A questão do direito em Marx . São Paulo: Outras Expressões, 2014. SIMÕES, Carlos. Curso de direito do serviço social . São Paulo: Cortez, 2008.

Disciplina	Estado, Classes Sociais e Movimentos Sociais
Código	
C H	72 h
Ementa	O Estado e as classes sociais no capitalismo contemporâneo. As lutas sociais na América Latina e no Brasil. Movimentos sociais e os “novos” sujeitos sociais. Os desafios atuais para organização da classe trabalhadora.
Conteúdos	Estado e as Classes Sociais no capitalismo contemporâneo e as lutas sociais na América Latina e no Brasil. O Estado e as classes sociais na perspectiva marxiana. Classe Social, Consciência de Classe e Lutas de Classes. Emancipação humana e emancipação política. A abordagem pós-moderna das ciências sociais sobre as classes sociais. Sociedade pós-industrial. As lutas sociais na América Latina e no Brasil. Movimentos sociais na contemporaneidade e os “novos” sujeitos sociais. Os desafios atuais para organização da classe trabalhadora. O debate sobre os Novos Movimentos Sociais. As formas (antigas e novas) de organização das classes sociais (partidos, sindicatos, conselhos, coletivos, assembleias etc.). A conjuntura atual e os desafios para os movimentos sociais latino-americanos. As possibilidades de intervenção profissional do assistente social junto aos movimentos sociais e sua articulação com as lutas sociais.
Bibliografia Básica	MARX, K; ENGELS, F. Manifesto do partido comunista ; prólogo de José Paulo Netto. São Paulo: Cortez, 1998.

	MARX, K. Glosas críticas marginais . São Paulo: Expressão Popular, 2009. _____. O dezoito de brumário de Luis Bonaparte . Textos 3. São Paulo: Edições Sociais, 1977. MONTANO, C.; DURIGUETO, M. L. (orgs) Estado, classe e movimento social . 3. ed. São Paulo, Cortez editora, 2010. (Biblioteca básica)
Bibliografia Complementar	LESSA, S.; TONET, I. Proletariado e sujeito revolucionário . São Paulo: Instituto Lukács, 2012. LARANJEIRA, Sônia (org.) Classes dociais e movimentos dociais na América Latina . São Paulo: Hucitec, 1990. SILVA, J. F. S. Serviço social: resistência e emancipação? São Paulo: Cortez, 2013. VASCONCELOS, A. M. A/O assistente social na luta de classes . Projeto profissional e mediações teórico-práticas. São Paulo: Cortez, 2015. SAMPAIO JR. (org.). Jornadas de junho . A revolta popular em debate. São Paulo: ICP. 2014.

Disciplina	Seminário Temático em Serviço Social
Código	
C H	72 h
Ementa	O debate atual sobre as tendências teórico-metodológicas e políticas do Serviço Social brasileiro. Perspectivas do exercício profissional nos espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social.
Conteúdos	As transformações do capitalismo contemporâneo: reestruturação capitalista e as alterações no mundo do trabalho (fragmentação, reordenamento, desregulamentação). Configuração do Estado e das políticas sociais diante da ofensiva neoliberal. As mudanças na estrutura das classes sociais e dos segmentos desprotegidos da sociedade brasileira. As incidências das transformações societárias sobre as condições objetivas e subjetivas do exercício profissional do assistente social. Contextualização e crise das políticas sociais na sociedade brasileira. A política de segurança social e as reformas do Estado brasileiro. Estrutura, dinâmica e funcionalidade das organizações do terceiro setor diante do reordenamento do Estado na nova conjuntura internacional e nacional. A agenda teórico/política do Serviço Social na atualidade. Questões candentes e análise prospectiva da profissão. Projeto ético-político e direção social estratégica na cultura profissional. Perspectivas teóricas e Serviço Social na contemporaneidade. A temática da pós-modernidade e suas influências sobre o Serviço Social. O debate teórico sobre a crítica da cidadania pela tradição marxista.
Bibliografia Básica	IAMAMOTO, Marilda. Serviço social em tempo de capital fetiche : capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007. MOTA, Ana E. (org.) A nova fábrica dos consensos : ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao serviço social. São Paulo: Cortez, 1998. MOTA, Ana Elizabeth; AMARAL, Angela (Orgs.). Serviço social brasileiro nos anos 2000 : cenários, pelejas e desafios. Recife: Editora da UFPE, 2014. OLIVEIRA, Maria Liduína de (Org.). Serviço social no Brasil : história de resistências e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016.
Bibliografia Complementar	CFESS. Serviço social, direitos sociais e competências profissionais . Brasília: CFESS, 2009. GUERRA, Yolanda. O projeto profissional crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. In: Serviço Social e Sociedade , N. 91. São Paulo: Cortez. 2007. NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social – notas para uma

	<p>análise prospectiva da profissão no Brasil. In: Serviço Social e Sociedade, n. 50. São Paulo: Cortez, 1996, p.87 a 132.</p> <p>SANTOS, Josiane S. “Pós-modernidade, neoconservadorismo e Serviço Social”. In: Revista Temporalis, n.10, jul/dez 2005, ABEPSS/ Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006, p.29 - 50.</p> <p>TAVARES, Maria A. Trabalho e demandas sociais na reestruturação do capital: o serviço Social entre a prática e a realidade. In: Anais do X Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Recife: UFPE, 2006.</p> <p>TONET, Ivo. Modernidade, pós-modernidade e razão. Pós-modernidade, neoconservadorismo e Serviço Social. In: Revista Temporalis, n.10, jul./dez. 2005, ABEPSS/Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006, p.11-28.</p>
--	--

Disciplina	Oficina de Trabalho de Conclusão de Curso
Código	
C H	54 h
Ementa	Planejamento de Pesquisa. Tendências da pesquisa em Serviço Social. Elaboração de um projeto de pesquisa.
Conteúdos	Planejamento de Pesquisa. Noções básicas sobre pesquisa: revendo as questões metodológicas. Tendências contemporâneas da pesquisa em Serviço Social. Identificação dos temas emergentes. O projeto de pesquisa. A escolha do tema e sua delimitação. Os elementos do projeto de pesquisa. O plano de redação (etapas para a elaboração de uma monografia científica). O Pré-projeto de Pesquisa.
Bibliografia Básica	ANDRADE, Maria Margarida. Redação científica : elaboração do TCC passo a passo. São Paulo: Factash Editora, 2007. MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa social : teoria, método e criatividade. 26 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. SUZUKI, Juliana Teles Faria et all (org.). TCC : elaboração e redação. Londrina: Redacional Livraria, 2009.
Bibliografia Complementar	CARVALHO, Denise Bomtempo B.; SILVA, Maria Ozanira (org.). Serviço social, pós-graduação e produção de conhecimento no Brasil . São Paulo: Cortez, 2005. GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa . 3 Ed. São Paulo: Atlas, 1991. LIMA, Ana Maria Costa A. et all. Pesquisa na esfera pública: estado e sociedade. In: Temporalis . Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social/ABESS, ano 1, n. 1(jan-jul.2000). Brasília: ABEPSS, 2000. ORLANDI, E. Discurso e texto : formulação e circulação de sentidos. Campinas: Pontes, 2001.

Componente curricular eletivo: 1 disciplina (54horas)

Carga Horária Total do Semestre: 324 horas

8º SEMESTRE

Disciplina	Trabalho e Sociabilidade
Código	
C H	72 h
Ementa	O Trabalho como categoria fundante do ser social: fundamentos gerais. A forma de ser do trabalho na sociedade capitalista: trabalho e trabalho abstrato.
Conteúdos	Trabalho e Reprodução Social. Aspectos introdutórios – as três esferas do ser e o

	momento predominante. O trabalho como base na práxis humano-social: fundamentos ontológicos gerais. Desenvolvimento do ser social e o capitalismo. O trabalho abstrato e suas categorias: trabalho produtivo e improdutivo. O caráter do trabalho assalariado.
Bibliografia Básica	ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999. cap. IX. LESSA, Sérgio. Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo. São Paulo: Cortez, 2007. Cap. V. TEIXEIRA, Francisco José Soares. Pensando com Marx – uma leitura crítico-comentada de o capital. São Paulo: Ensaio, 1995. cap. I, item 1.1.
Bibliografia Complementar	BRAZ, Marcelo; NETTO, José Paulo. Trabalho, sociedade e valor. In: Economia política: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca Básica/Serviço Social; v. 1). G. LUKÁCS. O Trabalho. In: Para uma ontologia do ser social II , São Paulo: Boitempo, 2013. LESSA, S. Centralidade do trabalho. Qual centralidade, qual trabalho? In: Mundo dos Homens , São Paulo: Boitempo, 2002. _____. Trabalho e Reprodução Social. In: Capacitação em serviço social e política social: módulo 02: Crise contemporânea, questão social e serviço social, Brasília: CEAD, 1999. MARX, K. O Capital: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1988. Capítulos V e XIV.

Disciplina	ACE 3 – Projeto Interdisciplinar
Código	
C H	75h
Ementa	Realização de projetos de extensão que estejam vinculados ao Programa de Extensão da Faculdade de Serviço Social. Outras ações extensionistas podem ser desenvolvidas em articulação ao projeto principal, tais como, eventos, cursos e produtos.
Conteúdos	As ações de extensão promovidas pelo Curso de Serviço Social orientar-se-ão pela interlocução interdisciplinar focada em suprir as demandas sociocomunitárias e particularidades teórico-metodológicas e técnico-profissionais diretamente vinculada a esta área de conhecimento.
Bibliografia Básica	CASTRO, Jorge Orlando. Los caminos de la extensión en América Latina y el Caribe. Santa Rosa: Universidad Nacional de La Pampa, 2017. Disponível em: < https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Los-caminos-de-la-extension-en-america-latina-y-el-caribe.pdf >. Acesso em 06 nov. 2017. CORREIA, Ovídio Valois; CRUZ, Marta Vieira; CRUZ, Maria Elisa da. A extensão universitária no Brasil: um resgate histórico. São Cristóvão: Ed. UFS: Fundação Ovídeo Teixeira, 2000. FÓRUM de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. FORPROEX. A indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: MEC/SESu, 2006. Disponível em: < https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Indissociabilidade-e-Flexibilizacao.pdf >. Acesso em 06 nov. 2017.
Bibliografia Complementar	FÓRUM de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. FORPROEX. Avaliação nacional da extensão universitária. Brasília: MEC/SESu; Paraná: UFPR; Ilhéus: UESC, 2001. Disponível em: < https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Avaliacao-Extensao.pdf >. Acesso em 06 nov. 2017.

Componente curricular eletivo: 1 disciplina (54 horas)

Atividade Curricular Obrigatória: Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) (45h)

Carga Horária Total do Semestre: 246 horas

9º SEMESTRE

Disciplina	ACE 4 – Curso / Evento / Produto
Código	
C H	75h
Ementa	Realização de projetos de extensão que estejam vinculados ao Programa de Extensão da Faculdade de Serviço Social. Outras ações extensionistas podem ser desenvolvidas em articulação ao projeto principal, tais como, eventos, cursos e produtos.
Conteúdos	As ações de extensão promovidas pelo Curso de Serviço Social orientar-se-ão pela interlocução interdisciplinar focada em suprir as demandas sociocomunitárias e particularidades teórico-metodológicas e técnico-profissionais diretamente vinculada a esta área de conhecimento.
Bibliografia Básica	CASTRO, Jorge Orlando. Los caminos de la extensión en América Latina y el Caribe . Santa Rosa: Universidad Nacional de La Pampa, 2017. Disponível em: < https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Los-caminos-de-la-extension-en-america-latina-y-el-caribe.pdf >. Acesso em 06 nov. 2017. CORREIA, Ovídio Valois; CRUZ, Marta Vieira; CRUZ, Maria Elisa da. A extensão universitária no Brasil: um resgate histórico . São Cristóvão: Ed. UFS: Fundação Ovídeo Teixeira, 2000. FÓRUM de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. FORPROEX. A indissociabilidade ensino-pesquisa- extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão . Porto Alegre: UFRGS; Brasília: MEC/SESu, 2006. Disponível em: < https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Indissociabilidade-e-Flexibilizacao.pdf >. Acesso em 06 nov. 2017.
Bibliografia Complementar	FÓRUM de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. FORPROEX. Avaliação nacional da extensão universitária . Brasília: MEC/SESu; Paraná: UFPR; Ilhéus: UESC, 2001. Disponível em: < https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Avaliacao-Extensao.pdf >. Acesso em 06 nov. 2017.

Componente curricular eletivo: 1 disciplina (54 horas)

Atividade Curricular Obrigatória: Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) (45h)

Carga Horária Total do Semestre: 174 horas

9.3 Ementas e bibliografias dos componentes curriculares eletivos

Disciplina	Oficina de leitura e produção de texto
Código	
C H	54 h
Ementa	O processo de leitura. Definição e identificação dos elementos constitutivos de um

	texto. Texto e contexto. Produção de textos e trabalhos acadêmicos. Observação de aspectos lógicos e requisitos técnicos em textos lidos. Produção de textos assegurando lógica e técnicas para a produção de trabalhos acadêmicos.
Conteúdos	Língua, linguagem e comunicação. Coesão e coerência textuais. Fatores e regras de coerência. Coesão sequencial e coesão referencial. Texto e textualidade. Estrutura do parágrafo. Gênero e tipos textuais. Recursos argumentativos.
Bibliografia Básica	FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristóvão. Prática de texto: língua portuguesa para nossos estudantes. Petrópolis: Vozes, 1992. KÖCHE, V. S., BOFF, O. M., PAVANI, C. F. Prática textual: atividade de leitura e escrita. Petrópolis-RJ: Vozes, 2006. SOUZA, Luiz Marques de; CARVALHO, Sérgio Waldeck de. Compreensão e produção de textos. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. VAL, Maria da Graça Costa. Redação e textualidade. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
Bibliografia Complementar	CITELLI, A. O texto argumentativo. São Paulo: Scipione, 1994. FÁVERO, Leonor Lopes. Coesão e coerência textuais. São Paulo: Ática, 1993. KLEIMAN, Ângela. Oficina de leitura. São Paulo: Pontes, 2000. KOCH, Ingedore Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. A coerência textual. São Paulo: Contexto, 1991. LESSA, Sergio. Sobre análise imanente. 2003. Texto para xerox. MARCUSCHI, Luís Antônio. Da fala para a escrita: atividades de retextualização. São Paulo: Cortez, 2001. MARCUSCHI, Luís Antônio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola, 2008. SERAFINI, Maria Tereza. Como escrever texto. São Paulo: Globo, 2003.

Disciplina	Gerontologia Social
Código	
C H	54 h
Ementa	Aspectos teóricos, filosóficos, históricos e sociais da construção do processo de envelhecimento e da velhice. Velhice e Sociedade: relações de poder e de gênero e impactos do envelhecimento no mundo e no Brasil. Institucionalização da pessoa idosa. Violência, abusos e maus tratos à pessoa idosa. Políticas públicas de proteção e inclusão social da pessoa idosa.
Conteúdos	A gerontologia e o envelhecimento humano. A Gerontologia e suas subáreas. Teorias, tipos, aspectos e conceitos do envelhecimento humano. Velhice e envelhecimento no Brasil e no mundo. Implicações nas relações de poder e o aprofundamento das desigualdades de gênero na velhice. Impactos sociais e econômicos do envelhecimento: relações familiares, acessibilidade, mercado de trabalho, sexualidade, qualidade de vida, fonte de renda e aposentadoria. O envelhecimento, direitos e violações. Abusos e violência contra a pessoa idosa. A institucionalização do idoso. Políticas de Proteção à Pessoa Idosa: Política Nacional de Assistência Social, Política Nacional do Idoso e Estatuto do Idoso. Papel político-social, Relações Intergeracionais e (Re) Inserção sociocultural do Idoso.
Bibliografia Básica	NERI, Anita Liberalesso (Org.). Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na terceira idade. São Paulo: SESC, 2007. PAPALÉO NETTO, Mateus. Gerontologia: a velhice e o envelhecer em uma visão global. São Paulo: Ateneu, 1996. _____. Tratado de Gerontologia. 2. ed., rev. e ampl. São Paulo: Editora Atheneu, 2007. TEIXEIRA, Solange Maria. Envelhecimento e trabalho no tempo do capital -

	implicações para a proteção social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008.
Bibliografia Complementar	<p>BRASIL, Constituição Federal de 1988. Art. 204 e 204.</p> <p>_____. Câmara dos Deputados. Estatuto do idoso: Lei n. 10.741, de 1. de outubro de 2003, e legislação correlata/ Câmara dos Deputados. 3. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2008. 87 p. (Série legislação; n. 14).</p> <p>_____. Senado Federal. Cartilha do idoso: política nacional do idoso, estatuto do idoso, legislação correlata, artigos, pronunciamentos sugestões. Brasília: Senado Federal, 2004. 90 p.</p> <p>MINAYO, Maria Cecilia. Violência contra idosos: o avesso do respeito à experiência e à sabedoria. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.</p> <p>MORAGAS, Moragas R. Gerontología social, envejecimiento y calidad de vida. Barcelona, Herder, 1998.</p> <p>NERI, Anita Liberalesco. Palavras-chave em gerontologia. Campinas, SP: Editora Alínea, 2005.</p> <p>OLIVEIRA, F. E. B. de; SOUZA, M. C. de. O envelhecimento populacional e a previdência social. Como vai? População brasileira. Brasília, v 2. n. 2, p. 24-27, set. 1997.</p>

Disciplina	Gestão, financiamento e controle das políticas públicas
Código	
C H	54 h
Ementa	Gestão social das políticas públicas, concepção e princípios. Tendências atuais na gestão. Fontes e modalidades de financiamento das políticas públicas. Fundamentos, conceitos e instâncias de controle social.
Conteúdos	Estado e gestão das políticas públicas. Concepção de gestão social e os novos modelos de gestão público-privados. Princípios da gestão democrática: universalização; descentralização; participação. Financiamento das Políticas Públicas. Fontes de financiamento. Orçamento participativo. Fundo público. Lei de Diretrizes Orçamentais (LDO). O financiamento das políticas públicas: saúde, assistência social, previdência. Educação e Trabalho, Habitação. Controle Social. Histórico e diferentes concepções de controle social. Mecanismos da sociedade civil: conselhos, conferências, fóruns, plenárias. Controle jurisdicional do Estado: controladoria e AGU. Limites e desafios contemporâneos para o exercício do controle social. A contribuição do Serviço Social para o controle social.
Bibliografia Básica	<p>CARVALHO, Maria do Carmo B. Gestão social e trabalho social: desafios e percursos metodológicos. São Paulo: Cortez, 2014.</p> <p>CORREIA, Maria Valéria. Que controle é esse? Os conselhos de saúde como instrumento. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.</p> <p>SALVADOR, E. Fundo público e seguridade social. São Paulo: Cortez, 2010.</p> <p>SILVA, Ademir Alves. A gestão da seguridade social brasileira. Entre a política pública e o mercado. São Paulo: Cortez, 2004.</p>
Bibliografia Complementar	<p>CUNHA, Rosani Evangelista. O financiamento de políticas sociais no Brasil. Capacitação em Serviço Social e Política Social, módulo 3, Brasília – DF: CEAD, 2000, p. 88-102.</p> <p>O'CONNOR, J. USA: a crise do estado capitalista. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.</p> <p>OLIVEIRA, F. Economia e política das finanças públicas: uma abordagem crítica da teoria convencional, à luz da economia brasileira. São Paulo: Hucitec, 2009.</p> <p>STEIN, Rosa Helena. Implementação de políticas sociais e descentralização político-administrativa. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social, módulo 3, Brasília: CEAD, 2000, p. 73-85.</p>

	TEXEIRA, Elenaldo Celso. Controle social do poder público. Revista Gaveta Aberta nº 07, Recife: EQUIP, 2003, p. 25-35.
--	---

Disciplina	Indicadores Sociais e Realidade social
Código	
C H	54 h
Ementa	Realidade social e indicadores sociais: conceitos básicos. Sistema e classificação de indicadores sociais. Indicadores sociais e políticas sociais. Fontes de dados nacionais e internacionais.
Conteúdos	Definição de indicadores sociais. Principais indicadores e índices sociais (IDH, GINI). Critério de classificação dos indicadores sociais. Indicadores sociais e políticas sociais. Os indicadores sociais: demográficos, educacionais, habitacionais, de pobreza e renda, de saúde e de meio ambiente. As pesquisas amostrais brasileiras e internacionais. Os relatórios e os sites de indicadores sociais que podem subsidiar as políticas sociais.
Bibliografia Básica	FIGUEIREDO, Marcus Faria; FIGUEIREDO, Argelina Maria Cheibub. Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referência teórica . Cadernos INESP, nº 15. São Paulo: IDESP, 1986. SILVA, Maria Ozanira (org.). Avaliação de políticas e programas sociais . São Paulo: Veras editora, 2001. JANNUZZI, Paulo Martins. Indicadores sociais no Brasil . 3. Ed. Campinas, SP: Alínea, 2004.
Bibliografia Complementar	GOMES, Maria de Fátima Cabral Marques. Avaliação de políticas sociais e cidadania: pela ultrapassagem do modelo funcionalista clássico. In: SILVA, Maria Ozanira (org.). Avaliação de políticas e programas sociais . São Paulo: Veras editora, 2001. CHIACA, Thomas. Avaliando Programas sociais: conceitos e práticas. In: CHIACA, Thomas; MARINO, Eduardo; SCHIESARI, Laura (org.). Desenvolvendo a cultura de avaliação em organizações da sociedade civil . São Paulo: Global, 2001.

Disciplina	Questão social no Brasil contemporâneo
Código	
C H	54h
Ementa	As determinações histórico-particulares do capitalismo brasileiro dependente e periférico. Questão Social e desigualdades sociais no Brasil contemporâneo.
Conteúdos	As determinações histórico-particulares do capitalismo brasileiro dependente e periférico. Formação do capitalismo dependente: evolução e história. O desenvolvimento e subdesenvolvimento latino americano: em busca de uma perspectiva crítica. O subimperialismo brasileiro. As estruturas dependentes na fase da integração monopólica mundial. Questão social, superexploração da força de trabalho e desigualdades sociais no Brasil do século XXI. O ciclo do capital na economia dependente. As formas da superexploração da força de trabalho e sua especificidade no Brasil contemporâneo. A reforma macroeconômica e a globalização da pobreza. Particularidades da questão social no Brasil contemporâneo.
Bibliografia Básica	DAWBOR, L. A. Formação do capitalismo dependente no Brasil . São Paulo: Brasiliense, 1982. PRADO JÚNIOR, C. A Formação do Brasil contemporâneo: colônia . São Paulo: Companhia das Letras, 2011. LUCE, M. S. Teoria da dependência . Problemas e categorias. Uma visão histórica. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

	MARINI, Ruy Mauro. Subdesenvolvimento e revolução . Florianópolis: Insular, [1969] 2012.
Bibliografia Complementar	<p>AMARAL, M. S.; CARCANHOLO, M. D. A superexploração do trabalho em economias periféricas dependentes. In: Revista Katálysis. V12, Nº2. Florianópolis. Jul./dez. 2009.</p> <p>BAMBIRRA, Vania. O capitalismo dependente latino-americano. Florianópolis: Insular, [1972] 2012.</p> <p>MARINI, Ruy Mauro. A acumulação capitalista mundial e o subimperialismo. In: Outubro, n.20. São Paulo, p.27-70, 2012.</p> <p>NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da “questão social”. In: Temporalis, n. 3. Brasília: ABEPSS, 2001.</p> <p>SANTOS, J. S. Questão social: particularidades no Brasil. Biblioteca Básica do Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2012.</p> <p>OSÓRIO, J. Dependência e Superexploração In: MARTINS, Carlos Eduardo; VALENCIA, Adrián Sotelo (orgs.). A América Latina e os desafios da globalização: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini. Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Boitempo, 2009.</p>

Disciplina	Saúde Mental e Serviço Social
Código	
C H	54h
Ementa	As determinações sócio-históricas sobre sofrimento psíquico e saúde mental. A trajetória do modelo hospitalocêntrico: do alienismo à atualidade. O movimento antimanicomial, a reforma psiquiátrica e a política de saúde mental no Brasil. O Serviço Social e a política de saúde mental no Brasil e em Alagoas.
Conteúdos	Bases conceituais e históricas sobre saúde mental. A trajetória do modelo hospitalocêntrico: do alienismo à atualidade. Luta antimanicomial e reforma psiquiátrica no Brasil. A política de saúde mental no Brasil e em Alagoas. Serviço Social e a política de saúde mental. O Serviço Social e sua inserção na política de saúde mental no Brasil. O Serviço Social e a defesa dos direitos relacionados à saúde mental.
Bibliografia Básica	<p>AMARANTE, P. Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995.</p> <p>BISNETO, J. A. Serviço social e saúde mental: uma análise institucional da prática. São Paulo: Cortez, 2011.</p> <p>TRINDADE, R. L. P. (org). Saúde mental e sociedade: reflexões a partir do Serviço Social. Maceió: EDUFAL, 2017, v.1., p.115.</p> <p>VASCONCELOS, E. M. (org). Saúde mental e serviço social: o desafio da subjetividade e interdisciplinaridade. São Paulo: Cortez, 2002.</p>
Bibliografia Complementar	<p>BISNETO, J. A. Uma análise da prática do serviço social em saúde mental. In. Revista Serviço Social e Sociedade, nº 82, São Paulo: Cortez, 2005.</p> <p>_____. A inserção do serviço social na saúde mental nos anos 1970. In. X Congresso Brasileiro de Serviço Social. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: http://www.depotz.net/readarticle.php?article_id=2302.</p> <p>COSTA, N. do R. (org.). Cidadania e loucura: políticas de saúde mental no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1990.</p> <p>ROSA, L. C. dos S. Transtorno mental e o cuidado na família. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.</p>

Disciplina	Segurança Alimentar e Nutricional e sua interface com a Saúde
Código	
C H	54 h

Ementa	Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada no Brasil: conceitos, evolução, indicadores. A Saúde e o acesso à saúde como uma dimensão da Segurança Alimentar e Nutricional. Estratégias de promoção da SAN: políticas e programas. O Uso abusivo de agrotóxicos na produção de alimentos.
Conteúdos	A construção do campo da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil e o DHAA: conceitos, evolução e indicadores. A Alimentação, Nutrição e a Saúde dos Brasileiros. A Política Nacional de Segurança alimentar e nutricional e o DHAA. Processos Históricos da SAN e DHAA. A promoção da alimentação saudável e adequada e a realização do DHAA. Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e suas interfaces com a Política Nacional de Saúde. A saúde e o acesso à saúde como uma dimensão da SAN. O direito humano à saúde, o direito humano à alimentação adequada e a conexão entre os conceitos. Impactos dos agrotóxicos na saúde. O SUS e a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN). O SUS e o SISAN: dois sistemas em permanente construção.
Bibliografia Básica	BURITY, Valéria. [et. Al]. Direito humano à alimentação adequada no contexto da SAN . Brasília, DF: ABRANDH, 2010. SCHNEIDER, Olivia Maria Ferreira (org.). Segurança alimentar e nutricional: tecendo saberes . Petrópolis, RJ: De Petrusel Alii: Rio de Janeiro: Faperj, 2012. CARNEIRO, Fernando Ferreira (org.). Dossiê ABRASCO. Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde . Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.
Bibliografia Complementar	BRASIL. Lei nº 11.346 , de 15 de setembro de 2006. CONSEA. A segurança alimentar e nutricional e o direito humano à alimentação adequada no Brasil. In: Indicadores e monitoramento : da Constituição de 1988 aos dias atuais. Brasília, 2010. KEPPEL, A. W.; SEGALL-CORRÊA, A. M. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. Ciência e Saúde Coletiva , nº 16. 2011, 187-99.

Disciplina	Terceiro Setor e Serviço Social
Código	
C H	54h
Ementa	A relação público/privado na história do Estado brasileiro. Condicionamentos econômico-políticos da emergência do terceiro setor na sociedade capitalista contemporânea e, particularmente, na contextualidade brasileira. Neoliberalismo e terceiro setor. A produção de serviços sociais no processo de reforma gerencial do Estado brasileiro. As implicações da expansão do terceiro setor sobre a prática do Serviço Social.
Conteúdos	Fundamentos para o estudo sobre o Terceiro setor. Terceiro setor: conceitos, perspectivas e polêmicas teóricas. O Terceiro setor no Brasil: o contexto de ascensão das ideias neoliberais e a reforma do Estado brasileiro. Terceiro setor: legislações específicas e o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil no Brasil (MROSC). Formas de expressão: Organização Não-Governamental (ONG); Organização Social (OS); Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP); Organização da Sociedade Civil (OSC); outras formas de parceria entre o público e o privado. Questão social, terceiro setor e o Serviço Social. Filantropia, solidariedade, voluntariado, compromisso social e <i>marketing</i> empresarial. O Estado brasileiro, as políticas sociais e o terceiro setor: a experiência da Comunidade Solidária. Terceiro setor e capital estrangeiro: o impacto sobre os movimentos sociais no Brasil. Terceiro setor enquanto espaço sócio-ocupacional do Serviço Social: expansão do mercado e novas formas de

	precarização do trabalho.
Bibliografia Básica	MONTAÑO, Carlos. Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010. PAES, José Eduardo Sabo. Fundações, associações e entidades de interesse social: aspectos jurídicos, administrativos, contábeis, trabalhistas e tributários. 9. ed. ver. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2018. PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Crise econômica e reforma do Estado no Brasil: para uma nova interpretação da América Latina. São Paulo: Editora 34, 1996.
Bibliografia Complementar	ALENCAR, Mônica. O trabalho do assistente social nas organizações privadas não lucrativas. In: Serviço social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. ARRETCHÉ, Marta Teresa da Silva. Estado federativo e políticas sociais: determinantes da descentralização. Rio de Janeiro: Revan; São Paulo: FAPESP, 2000. DRUCK, Graça, Terceirização no serviço público: múltiplas formas de precarização do trabalho. In: NAVARRO, Vera Lúcia; LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza (Org.) Avesso do trabalho IV: terceirização: precarização e adoecimento no mundo do trabalho. São Paulo: Outras expressões, 2017. FERNANDES, Rubem Cesar. Privado, porém público: o terceiro setor na América Latina. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. NAVES, Rubens. Terceiro setor: novas possibilidades para o exercício da cidadania. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla (Org.). História da cidadania. São Paulo: Contexto, 2003.

Disciplina	Relações Patriarcas de Gênero e Serviço Social
Código	
C H	54 h
Ementa	As relações de gênero e patriarcado. Relação do Serviço Social com o gênero. Feminização e feminilização da profissão. A divisão social e sexual do trabalho. Feminismo materialista.
Conteúdos	Gênero, patriarcado e poder. Principais abordagens teóricas sobre a categoria gênero, patriarcado e modo de produção doméstica. A divisão sexual do trabalho e a invisibilidade das mulheres. Gênero, questão social e Serviço Social. A condição social das mulheres: pobreza e exploração. Feminização e feminilização do Serviço Social: implicações e desafios para a profissão. Feminismos e o Projeto ético-político do Serviço Social. O feminismo como sujeito das mulheres. Feminismo e projeto ético-político do Serviço Social.
Bibliografia Básica	CISNE, M.; SANTOS, S. M. M. dos. Feminismo, diversidade sexual e serviço social. São Paulo: Cortez, 2018. (Biblioteca Básica do Serviço Social, V.8) FERREIRA, V. [et al] (org.). O patriarcado desvendado: teorias de três feministas materialistas. Colette Guillaumin, Paola Tabet, Nicole-Claude Mathieu. Recife: SOS Corpo. 2014. SAFFIOTTI, H. I. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Perseu Abramo, 2004. P. 95-139.
Bibliografia Complementar	CASTRO, M. G. Marxismo, feminismos e feminismo marxista: mais que um gênero em tempos neoliberais. Crítica Marxista , N. 11, São Paulo: Boitempo, 2000. ENGELS, F. Origem da família, da propriedade privada e do estado. Prefácios (de 1884 e 1891), Introdução e Caps. I, II e III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. DUBY, G.; PERROT, M. (orgs.). A história das mulheres. Porto-Portugal:

	<p>Afrontamentos, v. 5, p. 583-611, 1991.</p> <p>MESQUITA, A. P.; MONTEIRO, M. O. S. 60 anos de Serviço Social em Alagoas: a feminização e a feminilização de uma profissão? In: AMARAL, M. V. B.; SOUZA, R. M. (Org.). 60 anos de serviço social em Alagoas: marcos e marcas históricas da formação profissional. Maceió: EDUFAL, 2017.</p> <p>TOLEDO, C. Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide. Cadernos Marxistas. São Paulo: Xamã, 2001.</p>
--	--

Disciplina	LIBRAS
Código	
C H	54 h
Ementa	Estudo da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS): aspectos gramaticais, expressões não manuais. Cultura e identidade surdas. Surdez e o sujeito surdo. Comunicação em Libras.
Conteúdos	Fundamentos da língua de sinais brasileira. Introdução da disciplina. A língua visual-gestual. LIBRAS e sua estrutura linguística: o signo, seus parâmetros e a base gramatical da língua de sinais brasileira. Os componentes idiomáticos da LIBRAS. Datalologia, sinais soletrados, sinais classificadores, variantes dialetais, labialização. A língua de sinais – um apanhado histórico da educação dos surdos no mundo e no Brasil bem como as práticas metodológicas utilizadas até então: oralismo/ouvintismo, comunicação total, bilinguismo e a atual proposta de educação bilíngue. Lei 10.436 de 24 de abril de 2002, o decreto de lei nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005 e a lei 13.146, de 6 de julho de 2015 ou Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). A língua portuguesa como segunda língua para os surdos. Língua de sinais e os sistemas de comunicação dos surdos. O papel do tradutor/intérprete de LIBRAS na rede regular de ensino e a Lei Federal 12.319, de 1º de setembro de 2010, que regulamenta a profissão de tradutor e intérprete da LIBRAS.
Bibliografia Básica	BOTELHO, Paula. Linguagem e letramento na educação dos surdos. Ideologias e práticas pedagógicas. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. BRITO, Lucinda Ferreira. Por uma gramática de língua de sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: UFRJ, Departamento de Linguística e Filologia, 1995. CARVALHO, Paulo Vaz de. Breve história dos surdos no mundo e em Portugal. Lisboa: Editora Surd'Universo, 2007. NEMBRI, Armando Guimarães e SILVA, Angela Carrancho da. Ouvindo o silêncio: surdez, linguagem e educação. 3ª Ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2012. QUADROS, Ronice M., KARNOPP, Lodernir Becker. Línguas de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.
Bibliografia Complementar	ALMEIDA, Elizabeth Crepaldi de; DUARTE, Patrícia Moreira. Atividades ilustradas em sinais da Libras. Rio de Janeiro: REVINTER, 2004. BARROS, Mariângela Estelita. ELiS: sistema brasileiro de escrita das línguas de sinais. Porto Alegre: Penso, 2015. COUTINHO, Denise. Libras e língua portuguesa: semelhanças e diferenças. João Pessoa Editor: Arpoador, 2000. GONZÁLEZ, María Ángeles Rodríguez. Lenguaje de Signos. Confederación Nacional de Sordos de España, Madrid, 1991. QUADROS, Ronice M. Educação de Surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 2007. QUADROS, Ronice M. Estudos Surdos I e II. Santa Catarina: Editora Arara Azul, 2006. RIBEIRO, Veridiane Pinto. Ensino de língua portuguesa para surdos:

	<p>percepções de professores sobre adaptação curricular em escolas inclusivas. Curitiba: Editora Prismas, 2013.</p> <p>SACKS, Oliver W. Veo Voces: viaje al mundo de los sordos. Madrid: Grupo Anaya S/A, 1996.</p> <p>SALLES, Heloisa M. M. Lima et al. Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para prática pedagógica. 2 v.: Programa nacional de apoio à educação dos surdos. Brasília: MEC, SEESP, 2005.</p>
--	---

Disciplina	Gênero, diversidade, poder e família
Código	
C H	54 h
Ementa	A construção social da feminilidade e da masculinidade. Família, relações de gênero e práticas de poder no processo histórico das configurações societárias, no ocidente. Diversidade sexual, cultural e religiosa. A configuração da família nas políticas sociais.
Conteúdos	Pensamento feminista na perspectiva histórico-crítica, sua relação com os movimentos sociais e com as mudanças na organização social no contexto da reestruturação capitalista. Gênero como categoria útil de análise e como ferramenta para o conhecimento e intervenção do mundo social, em particular na ação profissional da/o assistente social. A transversalidade de gênero e poder nas diversas esferas da vida social: família, escola, mercado de trabalho e política. Panorama sócio-histórico e conceitos básicos sobre diversidade cultural e étnico-racial no mundo ocidental. Os novos contextos de cidadania sexual e afetiva, Estado laico, famílias. Sexualidade em perspectiva histórica e diversidade sexual.
Bibliografia Básica	BUTLER, Judith. Problemas de gênero : feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. DURHAM, E. Família e reprodução humana : perspectivas antropológicas da mulher. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983. MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil : identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Vozes, 1999.
Bibliografia Complementar	AUAD, D. Educar meninas e meninos : relações de gênero na escola. São Paulo: Editora Contexto, 2006. HIRATA, Helena et al. (Orgs.). Dicionário crítico do feminismo . São Paulo: Ed. da Unesp, 2009. LOBO, Elisabeth Souza. A classe operária tem dois sexos : trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura e Brasiliense, 1991. SAFFIOTTI, Heleith I. Gênero, patriarcado, violência . São Paulo: Perseu Abramo, 2004, p. 95-139. TOLEDO, Cecília. Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide. Cadernos Marxistas . São Paulo: Xamã, 2001.

Disciplina	Educação em Direitos Humanos
Código	
C H	54 h
Ementa	Princípios que orientam o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos e as Diretrizes Nacionais da EDH no contexto da sociedade contemporânea. Reconstrução histórica no processo de afirmação dos Direitos Humanos na sociedade brasileira. Embasamento conceitual filosófico, jurídico, cultural e educacional da Educação em Direitos Humanos. Limites e possibilidades da EDH na malha curricular (PPP) dos diferentes níveis e modalidades de ensino pela promoção do respeito à Diversidade. Condicionamentos na adoção de estratégias de superação da violência, preconceito e discriminação. Relevância na

	materialidade de ações educativas de promoção e defesa dos Direitos Humanos.
Conteúdos	O PNEDH e Diretrizes Nacionais de EDH no mundo contemporâneo. Educação formal; não formal; educação superior; educação no âmbito da justiça e segurança pública; educação e mídia. Estudo da Resolução nº1/2012 que estabelecem as Diretrizes Nacionais da Educação em Direitos Humanos, enquanto um dos eixos fundamentais do direito à educação. Direitos Humanos. Origem e conceito dos Direitos Humanos. Direitos Humanos, EDH e Diversidade. Declaração Universal dos Direitos Humanos e outros documentos. Os Direitos Humanos como conquista e não como favor. A legislação dos Direitos Humanos no Brasil. O Programa Nacional de Direitos Humanos e o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos no Brasil. Os Direitos Humanos no Brasil e em Alagoas. A história das lutas sociais no Brasil e em Alagoas.
Bibliografia Básica	BITTAR, Eduardo C. B.; FERRAZ, Anna Cândida da Cunha. Direitos humanos fundamentais : positivação e concretização. Osasco: EDIFIEO, 2006. BOBBIO, Noberto. A era dos direitos . 10. ed. Trad. COUTINHO, Carlos Nelson. Rio de Janeiro: Campus, 1992. HADDAD, Sérgio; GRACIANO, Mariângela. (Orgs.) A educação entre os direitos humanos . Campinas, São Paulo: Autores Associados; São Paulo: Ação Educativa, 2006. (Coleção educação contemporânea). SILVEIRA, Rosa Maria Godoy et al. Educação em direitos humanos : fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Editora Universitária, 2008.
Bibliografia Complementar	ALVES, Juliana: RIBEIRO, Mara Rejane (orgs.). A encruzilhada da diversidade no âmbito da EDH . Tomo I. Maceió/AL: Edufal, 2013. ALVES, Juliana: RIBEIRO, Mara Rejane (orgs.). A encruzilhada da diversidade no âmbito da EDH . Tomo II. Maceió/AL: Edufal, 2015. BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) . Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. rev. e atual. Brasília: SDH/PR, 2010. _____. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos /coordenação de Herbert Borges Paes de Barros e Simone Ambros Pereira; colaboração de Luciana dos Reis Mendes Amorim [et al.]. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Ministério da Educação, 2003. COSTA, Vera Lúcia Pereira. Função social da escola . Disponível em www.drearaguaina.com.br/projetos/funcao_social_escola.pdf . Acessado em 06 de fevereiro de 2011. DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS . Disponível em www.mj.gov.br . Acesso em 14 de fevereiro de 2011.

Disciplina	Trabalho na contemporaneidade
Código	
C H	54 h
Ementa	Fundamentos do trabalho abstrato e categorias como tempo de trabalho socialmente necessário, mais-valia, exército industrial de reserva, valor de uso e valor de troca, fetichismo da mercadoria, trabalho coletivo e divisão sociotécnica do trabalho. Processos iniciais da produção capitalista (cooperação, manufatura, grande indústria). Modelos/padrões de organização produtivas contemporâneas (taylorismo, fordismo, toyotismo) e formas de controle sobre o trabalho. Restuturação produtiva e suas implicações para as condições de trabalho e reprodução social dos trabalhadores (terceirização, flexibilização e precarização)
Conteúdos	Natureza do trabalho abstrato na sociedade capitalista e suas categorias fundamentais; - Processos iniciais de organização da produção capitalista

	(cooperação, manufatura e grande indústria); - Modelos/padrões de organização produtivos contemporâneos (taylorismo, fordismo e toyotismo); - Formas de controle sobre o trabalho; - Reestruturação produtiva e suas implicações para os trabalhadores (processos de terceirização, flexibilização, precarização).
Bibliografia Básica	ANTUNES, R. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2006. MARX, Karl. O capital. São Paulo: Abril Cultural, 1988. Volume I, Tomos I e II. NETTO, José Paulo e BRAZ, Marcelo. Economia política: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2007. Biblioteca básica/ Serviço Social, Vol. 1.
Bibliografia Complementar	BRAVERMAN, Harry. Trabalho e capital monopolista - a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1974. DRUCK, Graça e FRANCO (org.). A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização. São Paulo: Boitempo, 2007. GOUNET, Thomas. Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel. São Paulo: Boitempo, 1999. HARVEY, David. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1998. LESSA, Sergio. Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo. São Paulo: Cortez, 2007. MANDEL, Ernest. A formação do pensamento econômico de Karl Marx: de 1843 até a redação de O capital. Trad. Carlos Henrique de Escobar. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968. MARX, Karl. Contribuição à crítica da economia política. Tradução de Maria Helena Barreiro Alves. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1983. NETO, Artur Bispo dos S. Trabalho e tempo de trabalho na perspectiva marxiana. São Paulo: Instituto Lukács/ IL, 2013. PINTO, Geraldo Augusto. A organização do trabalho no século 20: taylorismo, fordismo e toyotismo. São Paulo: Expressão Popular, 2007. SOUZA, Reivan M. de. Controle capitalista e reestruturação produtiva: o Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade- PBQP. Maceió: EDUFAL, 2011. TAVARES, Maria Augusta. Os fios (in)visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho. São Paulo: Cortez, 2004.

10 AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM

O processo de avaliação está presente no cotidiano da vida social. Os homens e as mulheres, historicamente, necessitam tomar decisões, analisando e estabelecendo juízos de valor provisórios que, em sua maioria, resultam dos posicionamentos assumidos a partir do saber construído na relação ensino-aprendizagem.

A avaliação da aprendizagem constitui-se no processo de construção do conhecimento na relação estabelecida entre os/as agentes envolvidos/as, a saber: os/as discentes e os/as docentes. Ela é processual, contínua e articulada.

O exercício da avaliação tem como referência uma concepção pedagógica consistente e dinâmica. Realiza-se no cotidiano da sala de aula, sem que resulte, imediatamente, dos aspectos referentes à mensuração do rendimento escolar. Essa avaliação explicita o projeto pedagógico do curso, como também a concepção que os docentes têm sobre a ação educativa. A avaliação deve estar centrada na aprendizagem dos/as discentes, comprometendo-se com seu desempenho e com a construção do saber. Desse modo, não pode estar, estritamente, direcionada pela execução de exercícios segundo médias numéricas.

A avaliação da aprendizagem deve estar voltada para a construção do conhecimento, para a apreensão dos fundamentos teórico-metodológicos expressos nas teorias sociais articulados à análise da realidade sócio-histórica contemporânea e para o desenvolvimento das habilidades e competências pelos/as discentes. Ao se realizar cotidianamente permite a aquisição e/ou (re) construção do conhecimento no processo ensino-aprendizagem. Ela possibilita, desse modo, a reorientação do aluno no processo de aprendizado.

A realização do processo de avaliação implica a concretização de ações que permitam acompanhar o desempenho do aluno nos processos de aprendizagem como a participação em sala de aula nas diversas disciplinas, o envolvimento na realização de exercícios, trabalhos grupais e seminários. Essa forma de avaliação contribui para o redirecionamento do planejamento didático do professor no decorrer do exercício do ensino.

Com base na concepção da avaliação qualitativa da aprendizagem, conforme exposto, encaminha-se o processo de mensuração das diferentes modalidades da avaliação, que vai desde a atribuição de pontuação aos exercícios mais simples até as atividades mais complexas, respaldando-se nas orientações da Resolução Nº 25/2005 - CEPE, de 26 de outubro de 2005, tomando por base o domínio dos conteúdos ministrados, bem como a capacidade de articulação com os demais debatidos nas outras disciplinas. A avaliação

quantitativa corresponde à etapa final da avaliação no processo ensino-aprendizagem, no qual os/as discentes deverão ter pleno conhecimento de como serão avaliados, através de que instrumentos e a partir de que critérios.

Os docentes e discentes, como participantes da relação ensino-aprendizagem, devem estar envolvidos em todo processo de avaliação. Desse modo, a avaliação, não pode se restringir a análise ou julgamento do grau de aprendizagem alcançado pelo discente, mas também aos aspectos relacionados ao posicionamento pedagógico do docente (comportamento, conteúdo, metodologia, formas de avaliação), bem como os procedimentos da instituição universidade diante da operacionalização do projeto político-pedagógico de curso.

O processo de avaliação implica reflexão do professor sobre o seu desempenho como mediador na construção e reconstrução do conhecimento pelos/as discentes. A avaliação apresenta características de temporalidade, continuidade e organicidade, tendo em vista alcançar os melhores resultados no processo de aprendizagem. Esses resultados devem ser socializados entre os docentes e discentes e, também, repensados coletivamente para atender às requisições tanto individuais de discentes quanto de todos os membros do grupo (classe).

A avaliação se realiza para responder aos objetivos da ação pedagógica e incide sobre as habilidades e competências que os alunos estão construindo ao longo da formação profissional, segundo determinada orientação metodológica.

Os instrumentos de avaliação quantitativos a serem operacionalizados pelos docentes, no decorrer do processo de ensino-aprendizagem, são as provas, os exercícios em sala, os estudos dirigidos, os trabalhos individuais ou em grupo, os seminários e avaliação do desempenho de habilidades técnico-operativas e competências, devendo seguir o previsto na Resolução Nº 25/2005 - CEPE, de 26 de outubro de 2005.

Ao serem produzidos os instrumentos de avaliação, os docentes devem atentar para:
a) estabelecer uma relação adequada entre os instrumentos e os conteúdos mais gerais da formação profissional; b) elaborar com clareza e objetividade os instrumentos de avaliação, usando uma linguagem clara e compreensível que contribua para a construção do conhecimento; c) considerar na elaboração dos instrumentos os níveis de dificuldades dos/as discentes; d) explorar os conteúdos teórico-metodológicos mais significativos; e e) estabelecer critérios claros e definidos do que pretende avaliar.

A avaliação precisa, desse modo, ser um mecanismo que subsidie o processo ensino-

aprendizagem e também um recurso importante para o planejamento e execução da atividade pedagógica. Deve ser um considerada um meio e não um fim em si mesma.

A avaliação de aprendizagem do discente se dá de forma dinâmica de acordo com as orientações pedagógicas das diretrizes curriculares da ABEPSS. Essa avaliação se concretiza através da realização de trabalhos, seminários, provas escritas ou orais e oficinas, conforme exposto anteriormente. O sistema de notas obedece às normas da UFAL em que são consideradas 2 (duas) avaliações (Resolução Nº 25/2005 - CEPE, de 26 de outubro de 2005). O aluno tem direito a uma reavaliação e prova final nos componentes curriculares obrigatórios e nos componentes curriculares eletivos. A média é 7,0 (sete). Nas avaliações de aprendizagem os professores consideram os seguintes aspectos: assiduidade, participação em sala de aula e o desempenho acadêmico (domínio dos fundamentos teóricos-metodológicos e dos instrumentos técnico-operativos) nas avaliações escritas e/ou apresentação de trabalhos.

Há, também, os relatórios de estágio supervisionado, em que o estagiário, ao realizar o estágio obrigatório, sistematiza suas impressões sobre a realidade social e seus complexos, vinculada ao campo de estágio e propõe ações que possam contribuir com aquela realidade, com vista a provocar novas mudanças no espaço sócio-ocupacional onde atuou. E, ainda, os relatórios de pesquisa, elaborados durante a realização do curso com fins de se planejar metodologicamente o TCC, reunindo elementos teóricos, metodológicos e éticos para aprimorar o conhecimento sobre determinada temática. De forma que as atividades de ensino-aprendizagem: disciplinas, estágio, atividades complementares, TCC, estudos dirigidos, participação em eventos, projetos de estágio, projetos de pesquisa, projetos de extensão e outros, possam avaliar o desempenho do discente em suas múltiplas dimensões pedagógicas.

10.1 Avaliação do Curso

A avaliação do Curso de Serviço Social priorizará a avaliação do desempenho acadêmico – ensino/aprendizagem, segundo as normas institucionais da UFAL durante a implementação do projeto pedagógico de curso.

Essa avaliação será orientada por um roteiro proposto pelo INEP/MEC para a avaliação das condições de ensino do Curso na unidade acadêmica, que se explicita nos seguintes aspectos: a) organização didático-pedagógica: administração acadêmica, projeto de curso, atividades acadêmicas articuladas ao ensino de graduação; b) corpo docente: formação profissional, condições de trabalho, atuação e desempenho acadêmico; c) infraestrutura:

instalações gerais, biblioteca, instalações e laboratórios específicos. A avaliação externa do curso acontecerá mediante a realização pelos/as discentes, através do ENADE e das avaliações realizadas pelas Comissões Avaliadoras do MEC em função do Conceito de Curso (CC), que é a nota final atribuída em função qualidade do curso, atribuída pelo MEC aos cursos de graduação das instituições de ensino superior no Brasil. Esse conceito final é mensurado mediante a avaliação presencial dos cursos pelas Comissões do MEC e pode confirmar ou modificar o Conceito Preliminar de Curso (CPC).

10.2 Avaliação do Projeto Pedagógico

As ações visando à avaliação dos cursos se orientam pelas normatizações oriundas da Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior (CONAES) e se expressam de diferentes formas. Assim, o processo de avaliação do PPC do Curso de Serviço Social é realizada por uma comissão representativa dos diferentes segmentos da comunidade acadêmica, com predomínio de docentes, identificada no Projeto de Autoavaliação da Comissão Permanente de Avaliação (CPA) e da Comissão de Autoavaliação (CAA), instalada em cada Unidade Acadêmica, que farão a avaliação institucional nas 10 dimensões orientadas pelo SINAES.

O Curso de Serviço Social é avaliado anualmente pela citada Comissão e, em caráter permanente, pelos membros do Núcleo Docente Estruturante (NDE). Na primeira situação, o processo é conduzido em primeira instância pela CAA que coleta dados através de diferentes estratégias junto ao corpo docente, discente e técnico-administrativo da UA. Há, também, o acesso espontâneo da comunidade acadêmica através de formulários on-line disponibilizados, segundo cronograma de desempenho divulgado pela CPA. Em ambas as situações, os participantes se expressam sobre a condução do Projeto Pedagógico do Curso, entre outros aspectos, como a atuação, a qualificação e a relação com os docentes e as condições da infraestrutura disponibilizada para a realização das atividades acadêmicas. Dessa forma, os dados computados são organizados e analisados pela CAA e enviados para serem consolidados pela CPA/UFAL e incorporados ao Relatório de Avaliação Institucional, de periodicidade anual.

Em relação ao NDE, há um acompanhamento permanente da implementação e desenvolvimento do PPC, de forma a garantir a melhor qualidade educativa em todas as suas etapas. Através de reuniões periódicas, os seus membros avaliam a pertinência das disciplinas, seu ordenamento, a atualização da bibliografia referenciada e as condições de

realização de práticas e estágios supervisionados, de modo a ter condições concretas de intervir, sempre que necessário, no sentido do aperfeiçoamento do PPC.

11 INFRAESTRUTURA FÍSICA E RECURSOS MATERIAIS

A Faculdade de Serviço Social ocupa o Bloco 16 do *Campus A. C. Simões*, onde desenvolve suas atividades administrativas, pedagógicas, de pesquisa, apoio acadêmico e espaços de multimídia. O prédio da FSSO é composto pelo pavimento térreo, com acesso por meio de rampa com corrimão, e primeiro andar com acesso via escada. O bloco ainda não dispõe de rampa ou elevador para o primeiro andar, pois aguarda a disponibilidade de recursos para realizar a reforma e adequação já pleiteadas em projeto arquitetônico. Diante disso, a FSSO mantém todos os espaços administrativos e pedagógicos, além de outras salas de convívio coletivo, no térreo para garantir o acesso às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Mantém também todas as salas e espaços coletivos identificados, com iluminação, limpeza e dimensões necessárias para o acesso e a locomoção interna.

No quadro, a seguir, especificamos os espaços, suas finalidades e recursos materiais disponíveis.

Quant.	Sala	Descrição do espaço
3	Salas administrativas	Estas salas correspondem às secretarias da Faculdade, da coordenação de graduação e da pós-graduação. Todas possuem computador com acesso à internet, impressora, ramal específico, armários e arquivos para guardar os documentos e ar condicionado. As salas atendem aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, conservação e ventilação necessários às atividades desenvolvidas.
2	Salas pedagógicas	As salas acomodam as coordenações de graduação e pós-graduação. São climatizadas, possuem armários, mesas para reuniões, computador e impressora. Atendem aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, conservação e ventilação necessários às atividades desenvolvidas.
2	Salas da administração geral	Correspondem as salas da direção e da vice-direção. Possuem mesa para reuniões, ar condicionado, birôs, computador e impressora. Atendem aos requisitos de limpeza, iluminação, conservação e ventilação necessários à atividade desenvolvida.
1	Centro acadêmico estudantil	Dispõe de mesa para reuniões e estudo, sofá, computador, impressora, armário e ar condicionado. Atende aos requisitos de limpeza, dimensão, iluminação, conservação e ventilação necessários à atividade desenvolvida.
2	Copas	As copas possuem geladeira, fogão, pia, armário, mesa, gelágua, cafeteira e micro-ondas. Atendem aos requisitos de limpeza, iluminação, conservação e ventilação necessários à atividade desenvolvida.
1	Auditório	A sala dispõe de 83 assentos acolchoados, mesa, CPU, datashow, gelágua e 2 aparelhos de ar condicionado. O espaço atende aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, conservação e ventilação necessários às atividades desenvolvidas.
1	Miniauditório	A sala dispõe de 50 carteiras escolares, mesa, CPU, datashow e 2

		aparelhos de ar condicionado. O espaço atende aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, conservação e ventilação necessários às atividades desenvolvidas.
1	Sala de Multimeios	A sala dispõe de 45 carteiras escolares, mesa, CPU, datashow, gelágua e 2 aparelhos de ar condicionado. O espaço atende aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, conservação e ventilação necessários às atividades desenvolvidas.
1	Sala dos Conselhos	Sala para reunião dos órgãos colegiados e aulas da pós-graduação. Possui mesa, 45 carteiras estudantis, TV, CPU, datashow, ar condicionado e um gelágua. O espaço atende aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, conservação e ventilação necessários às atividades desenvolvidas.
1	Acerco documental	A sala acomoda todo o acervo documental e bibliográfico da FSSO. Possui estantes e mesa para consulta, além de computador com acesso à internet e ar condicionado. A sala atende aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, conservação e ventilação necessários às atividades desenvolvidas.
1	Laboratório informática de	O Laboratório possui 10 computadores com acesso à internet, mesas para estudo, ar condicionado e atende aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, conservação e ventilação necessários à atividade desenvolvida.
1	Sala dos professores	A sala destina-se a reuniões e orientações. É também um espaço para os docentes prepararem aulas e receberem alunos. Possui mesa, cadeiras e sofás, além de ser climatizada. Atende aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, conservação e ventilação necessários às atividades desenvolvidas.
12	Grupos de pesquisa	As salas acomodam os 13 grupos de pesquisa e o Núcleo temático. Todas dispõem de computador com acesso à internet, impressora, estantes, mesas de estudo/reunião. As salas atendem aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, conservação necessários às atividades desenvolvidas. Ainda aguardam a instalação de aparelhos de ar condicionado que estão em processo de compra pela UFAL.
1	Sala do Apoio acadêmico	Acomoda as Coordenações de Estágio Supervisionado, de Trabalho de Conclusão de Curso e de Monitoria. Possui computadores com acesso à internet, impressora, ramal específico, armários e arquivo e ar condicionado. As salas atendem aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, conservação e ventilação necessários às atividades desenvolvidas.
2	Salas dos Pet	As salas acomodam o Pet Conexões de Saberes e o GraduaSUS. Estão equipadas com computadores, impressora, mesas para reunião, ar condicionado, estante e birôs. Atendem aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, conservação e ventilação necessários às atividades desenvolvidas.
2	Salas de aula	São salas destinadas às aulas da pós-graduação. Possuem birô, quadro, 40 carteiras escolares, ar condicionado e atendem aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, conservação e ventilação necessários à atividade desenvolvida.
1	Sala de estudos	A sala possui computadores, birôs, mesa, armários. Está disponível aos alunos e professores da pós-graduação. Atende aos requisitos de limpeza, iluminação, conservação e ventilação necessários à atividade desenvolvida.

1	Almoxarifado	Acomoda o material e produtos de limpeza. Atende aos requisitos de limpeza, iluminação, conservação e ventilação necessários à atividade desenvolvida.
2	Salas de atividades extensionistas	Acomodam a Coordenação de Extensão e a coordenação do CapacitaSUAS (Programa de caráter temporário em parceria com o Governo Federal e Estadual para capacitar os profissionais da política de Assistência Social). Ambas dispõem de computadores, impressoras, ramais, aparelhos de ar condicionado, mesas e armários. As salas atendem aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, conservação e ventilação necessários às atividades desenvolvidas.
2	Banheiros funcionais	São banheiros de acesso privativo aos técnicos e professores da unidade. Atendem aos requisitos de limpeza, iluminação, conservação e ventilação necessários à atividade desenvolvida.
4	Banheiros	Distribuídos no pavimento térreo e no primeiro andar (masculino e feminino), atendem aos requisitos de limpeza, iluminação, conservação e ventilação necessários à atividade desenvolvida.
1	Sala para gabinetes	Espaço aguardando reforma para construção de gabinetes para orientação e atendimento aos/as discentes.

Além desses espaços específicos do curso, também são utilizados os espaços comuns da UFAL, incluindo as salas de aula e multimeios do Bloco 13 no *Campus A. C. Simões*. São utilizadas 8 salas de aula, distribuídas no térreo e no primeiro andar, todas equipadas com ventiladores de teto, carteiras estudantis, quadro negro e branco e birô. O prédio dispõe ainda de duas salas coletivas, ambas com ar condicionado, quadro negro e branco, mesas, carteiras estudantis, sendo uma com equipamentos de multimídia (CPU e *datashow*). Possui 4 banheiros com estrutura para deficientes. Conta ainda com uma sala administrativa, um almoxarifado e uma sala para as aulas da pós-graduação do curso de Química. O bloco em questão é compartilhado com os cursos de Química e Comunicação Social, os quais utilizam-no no horário oposto ao do funcionamento do curso de Serviço Social. Seguindo os princípios da acessibilidade física, as salas do térreo são destinadas aos alunos e professores com deficiência ou mobilidade reduzida, tendo em vista que o prédio não dispõe de elevador, e a rampa de acesso ao primeiro andar está no interior do bloco do curso de Química.

11.1 Biblioteca

Os/as docentes e discentes do Curso de Serviço Social realizam suas pesquisas bibliográficas ou documentais na Biblioteca Central da UFAL, localizada no *Campus A.C. Simões*. A sede da Faculdade de Serviço Social dispõe de um Acervo Documental que contém livros, textos, relatórios de estágio, monografias dos cursos de graduação e de especialização, dissertações, teses e documentos. Salientamos que todos os livros e coletâneas publicadas

pelos docentes da FSSO também se encontram disponíveis no acervo, viabilizando aos/as discentes o acesso a pesquisas que retratam não somente o Serviço Social alagoano, mas também o cenário político, econômico e social do estado. Além do acervo, tem-se ainda, como ambiente de pesquisa, o Laboratório de Informática também situado nas dependências da Faculdade.

11.2 Acervo da Biblioteca Central da UFAL

A Biblioteca Central dispõe de 28.073 títulos e 111.888 exemplares de livros para pesquisa nas mais diversas áreas. Títulos específicos de Serviço Social tem-se:

Material	Arquivo	Total
Trabalhos de Conclusão de Curso – TCC	173 títulos	173 títulos
Monografia de Especialização	20 títulos	20 títulos
Dissertação de Mestrado	48 títulos	28 títulos
Tese de Doutorado	9 títulos	7 títulos

Além dos títulos, a Biblioteca Central dispõe de uma sala de pesquisa on-line que conta com 24 computadores com acesso à internet para todos os/as discentes da Universidade Federal de Alagoas.

11.3 Acervo Documental da Faculdade de Serviço Social – Profa. Dr.^a Cláudia Viana de Melo Malta

O Acervo Documental da Faculdade de Serviço Social constitui-se num espaço privilegiado de pesquisa, tanto bibliográfica quanto documental. Em 2017, na comemoração dos 60 anos do curso em Alagoas, a faculdade fez uma homenagem póstuma a uma de suas docentes que mais contribuiu para a estruturação desse espaço, dando-lhe seu nome como reconhecimento a sua luta, seus estudos e sua contribuição ao curso. Após o seu falecimento, a família doou para a FSSO todo o acervo de livros, documentos e escritos manuais que a professora colecionou durante sua vida profissional, enriquecendo de livros, pesquisas e histórias um espaço tão fundamental para o curso.

No quadro, abaixo, a quantidade e os títulos disponíveis para consulta ou empréstimo.

Material	Arquivo inativo	Arquivo ativo	Total
Trabalhos de Conclusão de Curso (de 1950 a 2007)	751 títulos	504 títulos (2008-2018)	1255 títulos

Material	Arquivo inativo	Arquivo ativo	Total
TCC			
Relatório de Estágio	477 títulos (de 1979 a 2007)	342 títulos (de 2008 a 2018)	819 títulos
Monografia de Especialização	-	132 títulos (de 2002 a 2010)	132 títulos
Dissertação de Mestrado	-	143 títulos	143 títulos
Tese de Doutorado	-	22 títulos (1988 a 2012)	22 títulos
Texto	-	62 títulos	62 títulos
Periódico	-	583 títulos	583 títulos
Livro	-	2331 títulos	2331 títulos
TOTAL	-	-	5347 títulos

12 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABESS/CEDEPSS. Diretrizes gerais para o curso de serviço social. **Cadernos ABESS**, nº 7. São Paulo: Cortez, 1997.

ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos. Propostas curriculares em questão: saberes e docentes e trajetórias da educação. In: CUNHA, Maria Isabel da (Org.). **Reflexões e práticas em pedagogia universitária**. Campinas, SP: Papirus, 2007.

BORGIANI, E.; MONTANO, C. **Metodología e servicio social, hoy en debate**. São Paulo: Cortez, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação – Bacharelados, Licenciaturas e Cursos Superiores de Tecnologia**. Brasília, abril,2016.

_____. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Nº 9.394/96. Brasília, 1996.

_____. **Plano nacional de extensão universitária**. Edição atualizada. Brasília, 2000-2001.

_____. **Parecer CNE/CES 1.363/2001 - MEC/CNE/CES**

_____. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Nº 9.394/96. Brasília, 1996.

_____. **Parecer CNE/CES 1.363/2001 - MEC/CNE/CES**

_____. **Parecer CNE/CES 492/2001 - MEC/CNE/CES**.

_____. **Resolução Nº 15, de 13 de março de 2002 – MEC/CNE/CES (DCN - MEC)**

_____. **Resolução Nº 2, de 18 de junho de 2007 – MEC/CNE/CES**.

_____. **Resolução Nº 2, de 15 de junho de 2012**. MEC/CNE, 2012.

_____. **Lei Federal Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm

_____. **Decreto Nº 7.824, de 11 de outubro de 2012**. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7824.htm

_____. **Portaria Normativa MEC nº. 18, de 11 de outubro de 2012**. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/cotas/docs/portaria_18.pdf

CANDAU, V. M. F. A didática em questão e a formação de educadores-exaltação à negação: a busca da relevância. In: CANDAU, V. M. F. (org.). **A didática em questão**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 12-22.

CFESS. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Brasília: CFESS, 1993.

- _____. **Lei de regulamentação da profissão.** Nº 8.662/93. Brasília: CFESS, 1993.
- FÓRUM de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. FORPROEX. Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus, 2012. Disponível em:<<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>>. Acesso em 06 nov. 2017.
- IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1992.
- _____. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. In: **Atribuições privativas do(a) assistente social:** Em questão. XXX CFESS/CRESS 2001.
- _____. **Serviço Social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1998.
- ROSS, Jurandyr Luciano Sanches. Geografia e as transformações da natureza: relação sociedade-natureza. In: LEMOS, Amália Inês Geraide de, GALVANI, Emerson (org.). **Geografia, tradições e perspectivas:** interdisciplinaridade, meio ambiente e representações. 1. Ed. Buenos Aires: CLACSO. São Paulo: Expressão Popular, 2009
- ROCHA, I. L. da; TORRES, M. A. da S. Formação profissional em serviço social na UFAL: do currículo mínimo às diretrizes curriculares. In: AMARAL, M. V. B.; SOUZA, R. M. de (orgs.). **60 anos do serviço social em Alagoas:** marcos e marcas históricas da formação profissional. Maceió: EDUFAL, 2017.
- TRINDADE, R. L. P. (org.) **Mercado de trabalho e fiscalização profissional.** Maceió: EDUFAL, 2000.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. **Resolução Nº 65/2014-Consuni/UFAL de 03 de novembro de 2014.** Estabelece a atualização das diretrizes gerais das atividades de extensão no âmbito da UFAL. Disponível em: <<https://ufal.br/ufal/extensao/documentos/diretrizes-gerais-das-atividades-de-extensao-no-ambito-da-ufal/view>>.
- _____. **Resolução Nº 56/95 – CEPE/UFAL de 18 de julho de 1995.** Disponível em: https://ufal.br/estudante/graduacao/normas/documentos/resolucoes/resolucao_56_95_cepe.
- _____. **Resolução nº 113/95 – CEPE/UFAL de 13 de novembro de 1995.** Disponível em: https://ufal.br/estudante/graduacao/normas/documentos/resolucoes/resolucao_113_95_cepe
- _____. **Resolução Nº. 04/2018-Consuni/UFAL de 19 de fevereiro de 2018.** Regulamenta as ações de extensão como componente curricular obrigatório nos projetos pedagógicos de cursos de graduação da UFAL. Disponível em: <<https://ufal.br/ufal/extensao/documentos/rco-n-04-de-19-02-2018.pdf>>.
- _____. **Resolução nº 33/2003 - CONSUNI, de 06 de novembro de 2003.** Aprova o programa de políticas afirmativas para afrodescendentes no ensino superior na UFAL. Disponível em: https://ufal.br/estudante/graduacao/normas/documentos/resolucoes/resolucao_33_2003_cons

ni

_____. **Resolução Nº 54/2012-CONSUNI/UFAL, de 05 de novembro de 2012.** Normatiza a reserva de vagas (cotas) no processo seletivo de ingresso nos cursos de graduação da UFAL. Disponível em: <https://ufal.br/transparencia/documentos/resolucoes/diversas/graduacao/resolucao-no-54-2012-de-05-11-2012/view>

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO. Diretrizes para elaboração do Projeto Pedagógico de Cursos. Ouro Preto: PROGRAD/UFOP, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. Elementos do Projeto político-pedagógico de curso de graduação da UNIPAMPA. Rio Grande do Sul: UNIPAMPA, 2011.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Educação básica e ensino superior:** projeto político-pedagógico. Campinas, SP: Papirus, 2004.

APÊNDICES



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
COORDENAÇÃO DE EXTENSÃO**

PROGRAMA DE EXTENSÃO DA FSSO (APÊNDICE 01)

O programa para as ações de extensão da Faculdade de Serviço Social – *Campus Maceió* (FSSO) pauta-se no Projeto Pedagógico e Institucional (PPI) e demais normativas que reconhecem e asseguram a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como princípio fundamental para o trabalho nas Instituições de Ensino Superior (IES). Observa a Lei do Plano Nacional de Educação (PNE) e a Política Nacional de Extensão Universitária do Fórum dos Pró-reitores de Extensão das Instituições Públicas de Ensino Superior (FORPROEX), bem como os princípios gerais da Extensão na UFAL, conforme Resolução nº 65/2014 – CONSUNI/UFAL.

O Programa organizou as ações de extensão na FSSO em linhas prioritárias cuja execução será contínua após cumpridas as etapas: de planejamento para pactuação das prioridades acadêmicas e sociais a serem atendidas; de detalhamento da execução das modalidades de ação priorizadas; de elaboração de indicadores de monitoramento e avaliação. Etapas cujas decisões preconizam compromisso coletivo dos sujeitos que participarão ativamente do processo de implantação, bem como devem estar atentas aos valores ético-políticos que as orientam coerentemente ao Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social (PPC).

Através desse Programa, curricularizam-se as **atividades de extensão**, pois passam a incorporá-las como **componente curricular obrigatório (Atividades Curriculares de Extensão – ACE)**, conforme Artigo 3º da Resolução Nº 04/2018 que regulamenta as ACE nos PPC da UFAL, dando bases aos requisitos gerais a serem observados pelas Unidades Acadêmicas para aprovação do(s) Programa(s) de Extensão:

Art.3º Cada curso ofertará, no mínimo, um Programa de Extensão com ações a ele ligadas e distribuídas ao longo do Curso, em consonância com os demais componentes curriculares e com os objetivos da formação, considerando o perfil do egresso e os objetivos sociais da universidade pública.

§ 1º Haverá acreditação específica da carga horária mediante inserção no histórico escolar do/a discente

§ 2 ° Haverá o cômputo na carga horária semestral dos/as docentes ou técnicos/as que ofertarem este componente curricular (UFAL, 2018).

Explicitar e assumir esse compromisso na oferta regular/curricular de ACE remete trabalhar para unificá-las teórica e praticamente ao ensino e à pesquisa, indo além das exigências legais e administrativas da IES. Compromisso que encontra suporte no acúmulo teórico-crítico produzido no âmbito do Serviço Social e de suas bases valorativas/projeto ético-político da profissão que vincula as ações profissionais dos Assistentes Sociais ao compromisso com a classe trabalhadora (UFAL/PPC – FSSO, 2019).

No âmbito do ensino, significa que trabalhamos para ultrapassar a perspectiva de formar profissionais atentos apenas às exigências do mercado de trabalho. Assumimos, defendemos e trabalhamos para construir a formação generalista para a produção de reflexões e de ações críticas em torno de determinado projeto de sociedade, por isso a formação é pautada pelos questionamentos e necessidades sociais concretas. Premissa que requer uma relação pedagógica na qual teoria e prática são unidades indissociáveis, logo, também não se dissociam: formação acadêmica, produção científica, divulgação de conhecimentos científicos e presença técnico-profissional na sociedade. A interdisciplinaridade é a estratégia que galvaniza, no processo coletivo de trabalho, as intenções da profissão, conectando-as às demais profissões/especialidades sociotécnicas.

O Programa de Extensão aqui proposto observa ainda o encadeamento existente entre as Leis de Diretrizes e Bases, as Diretrizes Curriculares, a Lei 8662/93 e o Código de Ética do Serviço Social na formação do perfil profissional pretendido. Encadeamento reiterado pelo Estatuto e Regimento da Universidade Federal de Alagoas que orienta a viabilização dos Projetos Pedagógicos das suas Unidades de Ensino, atendendo aos preceitos Constitucionais. A seguir, detalham-se as bases legais e regimentais para ACE na FSSO, pormenorizando as prioridades de perfil acadêmico que o corpo docente, técnico-administrativo e discente almeja desenvolver; especificando a metodologia e os indicadores de monitoramento e avaliação preconizados para a implementação desse programa.

1. BASES LEGAIS: definições, princípios ordenadores e elementos estruturantes das ACE reunidas em programas de extensão para os cursos de graduação

As bases legais que orientam a proposta de curricularização/creditação¹⁷ da extensão nos Cursos de Graduação preconizam e exigem o fortalecimento de uma política universitária capaz de articular e consolidar a relação entre ensino, pesquisa e extensão, de modo a viabilizar o trabalho educativo, cultural e científico com outros setores da sociedade.

Neste sentido, o processo implica uma série de reordenamentos pedagógicos e institucionais em torno da formação profissional oferecida pelas IES, exige debates acerca das formas para a constatação, identificação, compreensão e as possibilidades de atuação na realidade social complexa e contraditória. Sobretudo, porque esse debate e as prioridades elencadas, a partir da sua interseção com a realidade socioinstitucional, apoiam-se em uma infinidade de conhecimentos científicos e saberes, mas que necessitam compor um processo lúcido e racional em torno de ações coordenadas, contínuas e socialmente referenciadas, capazes de concretizar uma formação autônoma, dialógica e comprometida com a dignidade humana e com o desenvolvimento social porque mergulha, problematiza, analisa e age sobre os dilemas sociais fontes de pesquisa e extensão que devem reverberar em práticas de ensino atentas à realidade social e histórica.

A valorização das ações extensionistas que, atualmente, culminam na curricularização/creditação da extensão nas IES é compreendida como uma demanda desde seu reconhecimento como princípio na Constituição Federal Brasileira de 1988 – CF1988 – no seu Artigo 207 que a indissocia do ensino e da pesquisa. Também no Artigo 214 CF1988 está estabelecida a necessidade de um Plano Nacional de Educação com duração plurianual e dedicado à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do poder público que conduzam à: **I - erradicação do analfabetismo; II - universalização do atendimento escolar; III - melhoria da qualidade do ensino; IV - formação para o trabalho; e V - promoção humanística, científica e tecnológica do País** (BRASIL, 2014).

Através do Plano Nacional de Educação (PNE) pode-se cumprir o disposto acima. O **PNE 2014¹⁸ em sua Meta 12** inscreve que as ações das políticas de educação trabalharão

¹⁷ Os parâmetros para curricularização da extensão na UFAL informam que se utiliza do termo “creditação” como forma de ressaltar que não basta apenas incluir a extensão nos PPC dos cursos, mas suas ações precisam ser transformadas em componente curricular obrigatório, com carga horária definida.

¹⁸ O PNE tem vigência de 10 (dez) anos a contar da data da publicação da Lei que o regulamenta, no caso trata-se da Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014.

para: elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas no segmento público. Para alcançar essas metas, cita como **uma das estratégias a de número 7 (meta 12.7) na qual consta: assegurar no mínimo 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para as graduações em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação prioritariamente, para áreas de grande pertinência social** (BRASIL, 2014).

Na sequência do detalhamento do Programa de Extensão da FSSO, destacam-se os elementos mais significativos dos marcos legais que regulamentam a extensão nas IFES, apontando-se elementos conceituais que devem ser considerados para que a UFAL e seus cursos curricularizem e creditem a extensão.

1.1 Elementos do PNE 2014

No que se refere a Lei nº 13.005/2014 do PNE, consta no seu Artigo 2º as metas a serem alcançadas através das Políticas de Educação:

I - erradicação do analfabetismo; II - universalização do atendimento escolar; III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; IV - melhoria da qualidade da educação; V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade; VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública; VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País; VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade; IX - valorização dos (as) profissionais da educação; X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental (BRASIL, 2014).

Tais diretrizes dão o conteúdo para a compreensão das **áreas de grande pertinência social**, indicando claramente que **não é qualquer tipo de programa ou projeto que pode ser incluído na curricularização** da extensão e sua consequente creditação (inclusão como componente curricular com correspondente carga horária).

Dessa forma, os parâmetros para curricularização da extensão na UFAL e nos seus cursos ressaltam que nem todas as ações de extensão que são desenvolvidas no âmbito da IFE poderão ser curricularizadas, pois necessitam do cumprimento com os requisitos acima refe-

renciados, ou seja, o coletivo de professores, técnicos e estudantes precisam dialogar em torno de **reformulações e ajustes**.

Outro aspecto importante a ser considerado é que a curricularização/creditação deve ser implementada através de **programas** pactuados em torno de prioridades socioinstitucionais com detalhamento metodológico dos principais **projetos que a eles estarão vinculados**.

Na Resolução 04/2018 da UFAL regulamenta-se que: cada curso de graduação deverá priorizar a **inclusão mínima** de:

- um (01) programa de extensão por curso;
- dois (02) projetos de extensão **com duração mínima de dois (02) semestres cada um**, claramente vinculados a esse programa e que ocuparão a maior parte da carga horária da extensão creditada como componente curricular (UFAL, 2018).

Busca-se com a curricularização e a creditação da extensão obter graus gradativamente maiores de continuidade, presença e ação na realidade social e no enfrentamento de seus problemas. As ACE têm potencialidades para deixar um legado social mais sistemático, organizado e profundo, por isso os Programas propostos nos PPC dos Cursos devem se materializar em ações de caráter contínuo, pois seus **projetos garantirão viabilidade técnica**, ou seja, definirão o local acessível, horários mais favoráveis para a incorporação de estudantes e, principalmente, para a participação da comunidade em geral.

Desta forma, é **imperativo que ocorra o mapeamento dos sujeitos implicados pela ACE, priorizada para que a Unidade Acadêmica faça uma opção consciente com ações na comunidade que possam ser mantidas em longo prazo** e que contribuam no processo de formação profissional dos/as estudantes da UFAL (UFAL, 2018).

1.2 Princípios para a Extensão Universitária

A prática extensionista nas IES fundamenta-se nos **princípios** da Política Nacional de Extensão Universitária (PNEU) expressa pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão (FORPRO-EX) das Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) brasileiras, a saber:

- **interação dialógica;**
- **interdisciplinaridade e interprofissionalidade;**
- **indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;**
- **impacto na formação social do estudante;**

- impacto e transformação social (FORPROEX, 2012).

Com base na PNEU (2012), o debate em prol da curricularização e creditação da extensão na UFAL definiu que os princípios acima serão observados, juntamente às diretrizes do PNE.

O Artigo 3º da Resolução CONSUNI UFAL 65/2014 **define a Extensão Universitária como um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a Universidade e outros setores da sociedade, sob a égide dos seguintes princípios gerais:**

I - O desenvolvimento da ciência, da arte e da tecnologia deve alicerçar-se nas prioridades do local, da região, do País; II - A Universidade como participante da sociedade, deve estar sensível a seus problemas e apelos, quer através dos grupos sociais com os quais interage, quer através das questões que surgem de suas atividades próprias de ensino, pesquisa e extensão, sem isolar-se numa postura de detentora de um saber pronto e acabado, que vai ser oferecido à sociedade; III - A Universidade deve colaborar com os movimentos sociais, no âmbito de ações que visem à superação das atuais condições de desigualdades e exclusão existentes no Brasil; IV - A ação cidadã da Universidade implica na efetiva difusão dos saberes nela produzidos, de tal forma que as populações, cujos problemas tornam-se objeto da pesquisa acadêmica, sejam também consideradas sujeitos desse conhecimento, tendo, portanto, plenos direitos de acesso às informações resultantes dessas pesquisas; V - A atuação junto ao sistema de ensino público deve se constituir em uma das diretrizes prioritárias para o fortalecimento da educação básica através de contribuições técnico-científicas e colaboração na construção e difusão dos valores da cidadania; VI - A sistematização das ações de extensão em programas deve ser priorizada como metodologia para o cumprimento das diretrizes de impacto, interação social dialógica e construção de parcerias, interdisciplinaridade e integração ensino/pesquisa (FORPROEX, 2012, p.15).

A PNEU deixa explícita a função social da extensão no percurso de formação profissional dos/as discentes, bem como as ACE priorizarão: a) movimentos sociais; b) instituições públicas em geral; c) educação básica (PNEU, 2012). Significa que os programas e projetos obrigatoriamente dialogarão efetivamente com as necessidades postas pela realidade locorregional, e com o conhecimento de domínio dos sujeitos históricos envolvidos nas mesmas.

Curricularizar e creditar a extensão supre a necessidade de trazer, para a formação profissional, o domínio de um conhecimento que só é possível acessar através de ações que se

desenvolvem em determinadas relações sociais e imersas nas condições concretas de vida da população.

Não é possível diluir as ACE nas disciplinas existentes. Deve-se, a partir de um debate no NDE e Colegiado de Curso, definir a melhor forma de compor a carga horária (CH) necessária para a extensão, visando reunir essas CH e formar um novo componente curricular, uma ACE.

As ACE **não podem ser confundidas com o estágio**, este se caracteriza fundamentalmente pelo contato sistemático com o mundo do trabalho, com as formas objetivas das atividades laborais pertinentes a cada uma das profissões. A extensão é o componente curricular que amplia as possibilidades de aprendizagem dos estudantes da graduação e tem um sentido diverso do estágio curricular obrigatório porque agrupa elementos adicionais à formação, indo além do acompanhamento de atividades laborais específicas de sua área. Ainda que a ideia para propô-la possa vir da experiência de estágio, a ACE necessita ser executada com carga horária separada do Estágio e executadas pedagogicamente de modo bem mais abrangente.

A extensão no currículo, tem um caráter aberto, inclusive pedagogicamente (é possível em diferentes formatos de ações). Mesmo **nos bacharelados**, pressupõe a relação social de ensino e aprendizagem de todos os envolvidos nas ações, e os estudantes são inevitavelmente levados a dialogar cientificamente com a realidade, problematizando-a e elaborando questões orientadoras da ação, buscando formas de responder aos problemas identificados através de ACE.

A **creditação** é a atribuição de uma carga horária de caráter obrigatório para todos os estudantes dos cursos de graduação, superando a voluntariedade de um grupo reduzido de estudantes que participavam de atividades desta natureza ofertadas por docentes e de forma até então irregular/baixa continuidade. A creditação dessa carga horária induz e amplia a participação, oportunizando a inserção equitativa de todos os estudantes, garantindo-lhes espaços para a experimentação e o enriquecimento da formação acadêmica através da vivência em ACE. Para isso, os estudantes matricular-se-ão normalmente no sistema em uso e haverá descrição em seus históricos das ACE, tal como ocorre com os demais componentes curriculares. Supera-se o caráter assistemático da extensão e amplia-se a participação para além dos grupos de interesse, ou seja, amplia-se a abrangência interna (formação) e externa (função social).

1.3 Conceitos operacionais para detalhamento das ACE e creditação carga horária obrigatória

Conforme disposto no documento FORPROEX para organização e sistematização da extensão universitária. As ações de extensão são classificadas em:

I – PROGRAMA: “Conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão (cursos, eventos, prestação de serviços), preferencialmente integrando as ações de extensão, pesquisa e ensino. Tem caráter orgânico-institucional, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio e longo prazo”.

II – PROJETO: “Ação processual e contínua de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado”. O projeto pode ser:

- Vinculado a um programa (forma preferencial – o projeto faz parte de uma nucleação de ações)
- Não-vinculado a programa (projeto isolado).

III – CURSO: “Ação pedagógica, de caráter teórico e/ou prático, presencial ou a distância, planejada e organizada de modo sistemático, com carga horária mínima de 8 horas e critérios de avaliação definidos”. Observações:

- Ações dessa natureza com menos de 8 horas devem ser classificadas como “evento”.
- Prestação de serviço realizada como curso deverá ser registrada como curso.
- Curso presencial exige a presença do aluno durante toda a oferta da carga horária.
- Curso de extensão a distância é caracterizado pela não-exigência da presença do aluno durante toda a oferta da carga horária; as atividades presenciais (sessões de esclarecimento, orientação presencial, avaliação, etc.) não devem ultrapassar 20% da carga horária total.

IV – EVENTO: “Ação que implica na apresentação e/ou exibição pública, livre ou com clientela específica, do conhecimento ou produto cultural, artístico, esportivo, científico e tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pela Universidade”.

V – PRESTAÇÃO DE SERVIÇO: “Realização de trabalho oferecido pela Instituição de Educação Superior ou contratado por terceiros (comunidade, empresa, órgão público, etc.); a prestação de serviços se caracteriza por intangibilidade, inseparabilidade processo/produto e não resulta na posse de um bem”. Observação: quando a prestação de serviço é oferecida como curso ou projeto de extensão deve ser registrada como tal (curso ou projeto) (FORPROEX, 2007, pp.35-42).

A Resolução nº 04/2018 CONSUNI/UFAL, embasada no exposto acima, detalha as ações de extensão da seguinte forma:

Art. 4º - Por ATIVIDADE DE EXTENSÃO é entendido o processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a Universidade e outros setores da sociedade.

Parágrafo único - São consideradas atividades de extensão, configuradas como componentes curriculares que podem ser creditadas no histórico do/a discente de graduação, projetos, cursos, eventos e

produtos relacionados a Programa de Extensão com ementa e objetivos formativos definidos nos Projetos Pedagógicos de Cursos, denominadas, doravante, Atividades Curriculares de Extensão (ACE).

Art. 5º - Por PROGRAMA DE EXTENSÃO entende-se o conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão que possuem caráter orgânico institucional, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio e longo prazo, preferencialmente integrando-se às ações de pesquisa e de ensino.

Parágrafo único - Os Programas de Extensão serão avaliados, em seus aspectos legais, pela Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD/UFAL) e pela Pró-Reitoria de Extensão (PROEX/UFAL), consecutivamente, quando da elaboração ou alteração dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs).

Art. 6º - Por PROJETO entende-se um conjunto de atividades processuais e contínuas, de caráter educativo, social, artístico, científico ou tecnológico, com objetivo definido e prazo determinado.

Art. 7º - Por CURSO DE EXTENSÃO entende-se uma ação pedagógica, de caráter teórico e/ou prático, presencial e/ou à distância, planejada e organizada de modo sistemático, com carga horária e critérios de avaliação definidos.

Art. 8º - Por PRODUTO ACADÊMICO entende-se a produção intencional resultante de atividade de extensão planejada para tal fim, sendo o processo de sua produção parte da implementação do Programa de Extensão.

Art. 9º - Por EVENTO entende-se a ação pontual de divulgação do conhecimento ou produto cultural, artístico, científico, filosófico, político e tecnológico desenvolvida ou reconhecida pela Universidade, direcionada a público livre ou específico.

(RESOLUÇÃO nº 04/2018 CONSUNI/UFAL, p. 01-02).

As Unidades Acadêmicas, através do corpo docente e técnico-administrativo envolvidos na proposição de ACE, precisam ter clareza desses conceitos e consultar as normas e legislações que auxiliam e exemplificam seu detalhamento conceitual e operacional, tanto na elaboração de seus Programas quanto no monitoramento e avaliação das ACE priorizadas e de seus impactos socioinstitucionais.

Em síntese, o que importa é que **os Programas e suas respectivas ACE** (projetos, cursos, eventos ou produtos) coloquem em **ênfase a relação dos estudantes com as comunidades/movimentos sociais/instituições públicas como prerrogativa para apropriação do conhecimento específico de cada área e também exercitem a interdisciplinaridade**, pois os cursos devem colocar em seu currículo os desafios e os conteúdos do real, incluindo os sujeitos e sua situação concreta de vida.

A Extensão adquire visibilidade com o processo de curricularização porque os **Cursos** de Graduação assumem **as ACE como metodologia pedagógica** que deixa de ser tratada como apêndice da pesquisa e do ensino ou vinculada apenas ao interesse e a agenda/editais de financiamento acessado por alguns docentes do curso.

A partir do momento em que, coletivamente, os Cursos definam suas prioridades e organizam o processo de trabalho, incluindo as ACE, todo o **corpo docente e técnico-administrativo deve se apropriar e se dedicar a execução das ACE** porque essas decisões estão registradas no PPC, impondo a **incorporação da oferta de ACE no planejamento anual/semestral da Unidade Acadêmica**.

A Resolução nº 04/2018 CONSUNI/UFAL normatiza esse processo que é complementado pelos **Parâmetros teórico-metodológicos para a Curricularização e Creditação da Extensão na UFAL** publicado, em março/2018, conforme se lê abaixo:

Art. 10 - O Programa de Extensão a ser incluído no PPC deverá observar, na elaboração e para aprovação, os seguintes requisitos:

I - Ser composto por, no mínimo, 03 (três) tipos distintos de atividades curriculares de extensão (ACE), sendo no mínimo 02 (dois) projetos, os quais devem ter duração mínima de dois semestres e contemplar áreas diversificadas relacionadas à proposta do Curso;

II - Observar a Lei do Plano Nacional de Educação e a Política Nacional de Extensão Universitária do Fórum dos Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Ensino Superior (FORPROEX) quanto à proposição das atividades em torno das áreas de grande pertinência social, definindo como referência, pelo menos, 01 (uma) linha de extensão e 01 (uma) área temática, considerando-se os princípios gerais da extensão na UFAL, conforme definido pela Resolução nº 65/2014-CONSUNI/UFAL;

III - Apresentar ementa, objetivos, metodologia, carga horária, público com quem se pretende trabalhar e formas de acompanhamento e avaliação do Programa, articulados ao respectivo PPC, relacionando-os com o objetivo do Curso e ao perfil do egresso;

IV - Demonstrar seu caráter interdisciplinar e o potencial interprofissional;

V - Ser desenvolvido junto a uma comunidade, movimento social, instituição pública ou entidade que desenvolva atividades com comunidades em vulnerabilidade social (preferencialmente no entorno da UFAL), cuja escolha deve ter clara justificativa e demonstrada a viabilidade de desenvolvimento;

Art. 11 - O Programa de Extensão deverá ter suas Atividades Curriculares de Extensão (ACE) registradas na Pró-Reitoria de Extensão (PROEX/UFAL), por meio do sistema acadêmico em uso, para o acompanhamento e monitoramento dos indicadores de extensão, assim como para acompanhamento técnico e pedagógico.

§ 1º - Os pedidos de registro dos componentes curriculares, para creditação das ACE, deverão ser submetidos e aprovados pelo Colegiado do Curso com a participação da Coordenação de extensão, observando-se os critérios desta resolução, e encaminhados à Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD/UFAL) e à Pró-Reitoria de Extensão (PROEX/UFAL), em subsequência.

§ 2º - Posteriormente, serão encaminhados ao Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI) para registro no sistema acadêmico em uso e, uma vez registrados, ficarão disponíveis para oferta do Curso no semestre em que este compreender pertinente, desde que em consonância com o proposto no PPC.

§ 3º - A Atividade Curricular de Extensão deverá ser registrada no sistema com o respectivo plano de atividades, contendo carga horária, objetivos, metodologia, avaliação, público com quem se pretende trabalhar, referências e cronograma de ações.

§ 4º - A Pró-Reitoria de Extensão (PROEX/UFAL) disponibilizará Instrução Normativa disciplinando o processo de implantação da creditação e efetiva curricularização da extensão.

(RESOLUÇÃO nº 04/2018 CONSUNI/UFAL, p. 02).

Quanto à **Carga horária e o cálculo da base curricular**, as Unidades Acadêmicas devem observar o seguinte:

Art. 14 - As ACE terão sua carga horária registrada, preferencialmente, de acordo com o cálculo da base curricular de 18 semanas, seguindo o padrão dos demais componentes curriculares, ficando a cargo de cada Curso a organização da carga horária dos programas, bem como de cada uma das ações dos programas, organizando-se, assim, a carga horária total das ACE ao longo do Curso.

Parágrafo único – Cada ACE poderá ter, no máximo, até 20% (vinte por cento) da sua carga horária total na modalidade à distância.

Art. 15 - Havendo excedente de carga horária cursada, esta poderá ser aproveitada como carga horária complementar, respeitadas as normatizações de cada Curso.

Art. 16 - Os Cursos que já iniciaram o processo de inserção das atividades de extensão como componente obrigatório do currículo poderão validar as suas atividades de extensão como Atividades Curriculares de Extensão obedecendo às normas desta resolução.

Art. 17 - Os cursos terão o prazo de 02 (dois) anos (quatro semestres) para se adequarem ao estabelecido nesta Resolução, contados a partir de sua aprovação.

(RESOLUÇÃO nº 04/2018 CONSUNI/UFAL, p. 03).

Quanto à **organização, execução e participação** em ACE curricularizadas e creditadas:

1.3.1. Dos proponentes de ACE

Cabe aos **docentes e técnico-administrativos de nível superior** serem os **proponentes** de ACE e serem os **coordenadores da sua execução**, desde que observadas as disposições legais citadas nos itens acima e que as ACE propostas sejam fruto de necessidades socialmente concretas e integrem o processo coletivo de trabalho da Unidade Acadêmica na qual estão vinculadas, observando ainda as condições institucionais, interdisciplinares e metodológicas para sua execução.

O corpo docente e técnico-administrativo priorizará e planejará coletivamente as modalidades de ACE que serão ofertadas pela Unidade Acadêmica, mas **não necessariamente todos os envolvidos na proposição de prioridades serão seus executores diretos**.

Logo, sendo **coordenadores/executores de Projetos** vinculados a Programa devidamente curricularizado, **observarão o tempo mínimo de execução de dois (02) semestres, prevendo o compromisso de dirimir as expectativas sociocomunitárias geradas e/ou de trabalhar na construção de redes intersetoriais e interprofissionais que possam assumir a continuidade** das ações realizadas.

A proposição das **demais modalidades** de ACE também observará o tempo mínimo de execução e carga horária correspondente a cada modalidade, conforme o disposto nas normativas.

Cabe ainda aos **coordenadores/executores** que forem **vinculados à oferta semestral de ACE**: o detalhamento metodológico adicional que seja requerido pela ACE para sua creditação, bem como as formas de monitoramento e avaliação, encaminhando os mesmos aos órgãos colegiados para aprovação, a exemplo do fluxo atual a que estão submetidas as disciplinas eletivas. Esse fluxo atentará ao planejamento anual/semestral da Unidade Acadêmica para garantir a regularidade de oferta de matrículas.

É de responsabilidade dos/as coordenadores/as executores/as de ACE **registrar no sistema vigente**: o plano de atividades do semestre letivo, o detalhamento metodológico e as parcerias interdisciplinares, as formas de monitoramento e avaliação, público com quem irá trabalhar (*extracampus*), referências e cronograma das atividades. Mesmo que o tempo de execução do projeto seja de 02 semestres, haverá o encerramento das etapas a cada semestre e a reinserção das etapas seguintes a serem executadas no semestre subsequente. Isso se repetirá continuamente.

A creditação da carga horária cumprida no histórico dos/as discentes matriculados na ACE ofertada **dependerá** da alimentação dos dados que os coordenadores executores de ACE farão no decorrer do semestre, bem como do encerramento da ACE no sistema.

A **execução das ACE preconiza** o envolvimento de toda a Unidade Acadêmica e a vinculação de coordenadores responsáveis (no tempo de duração mínima de dois semestres). Será debatida e definida na semana de avaliação e planejamento anual da Unidade, recomenda-se rodízio quanto à execução das ACE nas modalidades definidas como prioritárias que serão ofertadas em fluxo contínuo.

A **oferta no turno noturno** priorizará ACE interdisciplinares e interunidades que deverão ser articuladas pelos proponentes e executores de ACE, garantindo aos/as discentes do turno noturno a inserção em ACE no seu período de aula. Os cursos e Unidades Acadêmicas terão de mapear as atividades de formação ofertadas para a comunidade e que regularmente ocorrem no Campus, a elas devem se integrar ativamente de acordo com suas especificidades técnico-profissionais.

Ao longo dos semestres letivos, é **da competência dos coordenadores executores de ACE** que estiverem à frente da orientação de discentes de graduação as tarefas de: introduzi-los, capacitá-los e orientá-los na execução de ACE, **permitindo e incentivando que os/as discentes se alcem à condição de palestrantes, orientadores, educadores, idealizadores etc.**

1.3.2. Dos membros executores de ACE

Os/as **discentes de graduação** devidamente matriculados/as em ACE serão participantes ativos/as na sua **organização e execução**, podendo ser bolsista ou não-bolsista, ou seja, inserir-se-ão no desenvolvimento de todas as fases implicadas na execução da ACE junto ao público ao qual ela se vincula. Os/as discentes também exercitarão habilidades e usarão seu potencial criativo para sugerir metodologias que potencializem as ACE nas quais estiverem envolvidos/as. Assim, os/as discentes **serão integrados/as às equipes organizadoras e executoras de todas as modalidades de extensão que sejam ofertadas e nas quais se matricule**, a saber:

- projetos de extensão (obrigatoriamente 01 na sua área e 01 em outras áreas);
- cursos de extensão para a comunidade extra-ufal, desde que esteja **na condição de ministrante ou como membro ativo da equipe que elabora e oferta o Curso**. Importante: não se credita como ACE a condição de ouvinte porque essa condição corresponde à carga horária que será creditada como atividade complementar;
- eventos desde que esteja **envolvido ativamente desde a organização até a realização**. Também não se credita como ACE a condição de ouvinte;
- produtos desde que seja **inserido ativamente em todas as etapas: planejamento, elaboração e execução de produtos** e que estes tenham como objetivo o atendimento compartilhado/dialógico de uma necessidade da comunidade, instituição pública ou movimento social etc.

Os/as discentes matricular-se-ão em ACE conforme oferta semestral da Unidade Acadêmica e demais Cursos de Graduação da UFAL, deverão participar obrigatoriamente de, no mínimo, 01 projeto executado pelo seu curso de origem e de 01 projeto do qual tenha interesse e executado por outro curso/área de graduação. Importante: a creditação no currículo da carga horária total prevista em ACE para o Curso de Serviço Social dependerá do somatório das ACE cumpridas pelos/as discentes, exemplo: 100h em projeto do curso + 50h em projeto de outro curso + 30h em eventos + 20 em cursos + 100 em produtos.

Os/as discentes poderão participar (sempre na condição de EXECUTOR) de mais de um projeto ofertado pela sua Unidade Acadêmica de origem e podem participar de todo seu ciclo mínimo (02 semestres) ou parcialmente, creditando a carga horária correspondente ao semestre letivo cursado.

Os/as discentes matriculados/as no turno noturno desenvolverão ACE no seu turno de estudo e, caso tenham disponibilidade, poderão inserir-se em ACE ofertadas no turno diurno. Destaca-se que é permitido aos/as discentes oriundos do turno noturno matricular-se em ACE no contraturno, no entanto, vedar-se essa possibilidade aos/as discentes do turno diurno, considerando o número exíguo de opções para ACE no turno noturno.

1.3.3. Dos espaços de coordenação e acompanhamento do processo de implantação e curricularização

Núcleo Docente Estruturante, colegiados e coordenações de curso e de extensão induzem e orientam o processo de curricularização e de creditação da Extensão, promovendo espaços coletivos de interlocução e de debates em torno da elaboração do Programa de Extensão da Unidade Acadêmica, auxiliando normativamente e oferecendo indicadores socioinstitucionais para a definição de prioridades para a oferta de ACE. Cabe-lhes ainda a responsabilidade em sistematizar os conteúdos e escolhas coletivas na forma de Programa e das prioridades elencadas pela Unidade para os projetos a serem curricularizados, bem como pedir o registro dos componentes curriculares para a creditação de ACE junto a Pró-reitoria de Extensão, comprometendo-se na produção de indicadores de extensão e de reflexão sobre os resultados locoregionais, institucionais e pedagógicos alcançados. Portanto, cabe-lhes o acompanhamento e a vigilância sobre o cumprimento efetivo dos dispostos nas normativas quanto à curricularização e creditação da extensão universitária. A título de ilustração das responsabilidades, acima descritas, referenciam-se os Artigos 10º e 11º da Resolução nº 04/2018 CONSUNI/UFAL, citados na página 08 deste documento.

Cabe assinalar que cada Unidade Acadêmica necessita organizar espaço, fluxo administrativo, acompanhamento pedagógico e banco de dados e de projetos sobre a Extensão, isto é, deve-se estruturar a Coordenação de Extensão, dando-lhe sentido coletivo e incorporando-a ao organograma e ao fluxograma geral da Unidade e também do Curso de Graduação.

Uma vez estruturada e compreendido o papel da Coordenação de Extensão, competirá a seus quadros técnico-profissionais as seguintes tarefas:

- elaborar documentos informativos sobre o fluxo e as responsabilidades de trabalho concernentes à Coordenação;

- mapear e divulgar editais de financiamento públicos e privados para a extensão universitária;
- reunir e divulgar os eventos e cursos de extensão ofertados pela Unidade Acadêmica e inteirar-se daqueles promovido por outras Unidades, bem como em geral;
- prestar orientação e suporte técnico durante a fase de implementação do Programa de Extensão da Unidade, bem como dirimir dúvidas persistentes relacionadas à concepção, proposição, execução e avaliação de ACE;

A Coordenação de Extensão manterá um fluxo interno desburocratizado, porque dinâmico, consistente e transparente para que as informações emanem com regularidade e que o corpo docente e técnico-administrativo consiga acessá-las com autonomia.

Espera-se que, no decorrer da formação profissional, a produção de conhecimentos teórico-práticos resulte de uma série de ações que ocorreram, tanto em âmbito universitário/salas de aulas, quanto em âmbito socioinstitucional, onde alunos e professores estabeleceram convênios e parcerias para, simultaneamente, educar os “novos” profissionais na lógica do “aprender-fazendo”, ao mesmo tempo em que contribuem para materializar a função social da IES, ao atender às necessidades concretas da sociedade.

2. PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE EXTENSÃO NA FSSO – UFAL/MACEIÓ

O caráter teórico-prático da profissão, bem como a necessidade de uma formação intelectual e cultural generalista e crítica, exige do PPC de Serviço Social uma atenção especial às atividades extensionistas. Devemos adicionar a estas preocupações: a possibilidade de vivência de trabalhos interdisciplinares, capazes de construir uma visão integral da realidade social com a abertura de oportunidades de enriquecimento do universo cultural do estudante universitário.

Em atenção ao PPC de Serviço Social UFAL/Maceió, o **perfil profissional que se propõe formar** almeja que Assistentes Sociais egressas/os congreguem capacidades generalistas, com competências teórica, metodológica e política para análise crítica e propositiva nos diferentes espaços socioinstitucionais. Destaca-se que o Serviço Social, como profissão historicamente inserida na divisão sociotécnica do trabalho, é reconhecido pela sua capilaridade interdisciplinar. A identidade da profissão está assentada, tanto na sua capacidade em produzir respostas às demandas dos usuários nos serviços sociais, quanto na sua

capacidade interventiva na elaboração e na execução de variadas políticas sociais, e também pela sua capacidade em interseccionar conteúdos disciplinares das mais diferentes áreas de conhecimento. Por isso, constitui-se numa **profissão atuante em diferentes espaços sócio-ocupacionais**, a saber:

- 1) instituições públicas ou privadas que implementem políticas sociais nas áreas de Seguridade Social (previdência, assistência social e saúde);
- 2) instituições que implementem políticas públicas nas áreas de Educação, Meio Ambiente, Sociojurídica, Políticas Urbanas e Políticas Rurais;
- 3) organizações da Sociedade civil e movimentos sociais (Urbanos e Rurais);
- 4) demais instituições como: organizações sociais, organizações não-governamentais, entidades filantrópicas (UFAL/PPC – FSSO, 2007).

Para a formação profissional dos bacharéis em Serviço Social – que precisam analisar e intervir de forma crítica nos espaços sócio-ocupacionais – a curricularização **das atividades de extensão** serve para amplificar as experiências que unificam dialeticamente o trabalho profissional e as atividades acadêmicas de graduação. Trata-se de **incorporar sistematicamente ao processo de ensino: a elaboração, o planejamento e a execução de atividades extensionistas que permitam concretizar ações transformadoras entre a IES e outros setores da sociedade, ao mesmo tempo em que habilitam o estudante de graduação para tal fim.**

A **carga horária curricular total para ACE** na FSSO corresponde a **300 horas** que serão cumpridas até a integralização do Curso, conforme o PPC. Por isso, a execução das ACE previstas neste **Programa será em tempo contínuo com prazo de monitoramento e avaliação anual** para que seja possível reprogramá-las, incorporando novas demandas/necessidades e/ou refinando as escolhas metodológicas inicialmente previstas.

2.1 Levantamento e características das ACE registradas pela FSSO – ciclo 2015/2017

NDE e Coordenações de Graduação e Extensão foram responsáveis em consolidar as informações pertinentes ao processo de revisão curricular do Curso de Graduação em Serviço Social, cujo debate vem sendo amadurecido desde 2011, mas que se solidificou na medida em que se reservou tempo para o planejamento anual da Unidade Acadêmica, instituindo a

semana pedagógica, dentre outras tarefas e espaços pedagógico-administrativos que foram constituídos nos últimos anos: CONSUA, NDE etc.

Em relação à Curricularização e à Creditação da Extensão na Unidade Acadêmica, as tarefas foram sendo apropriadas e encaminhadas desde 2015, mas apenas no momento em que a UFAL elabora suas normativas internas e estrutura o Comitê Assessor de Extensão em 2017/2018, a FSSO conseguiu traduzir operacionalmente essa exigência curricular o que também ajudou a Unidade a avançar no seu processo de revisão curricular.

Para tanto foi importante reunir dados sobre o conjunto de atividades referenciadas à extensão, bem como os dados referentes ao trabalho de **pesquisa e ensino que há muito está em andamento na Graduação**. A partir desses dados, o corpo docente, discente e técnico-administrativo entendeu que existem na FSSO **quatro (04) áreas de concentração** em torno das quais orbita parte do trabalho da Unidade e que podem ser exploradas no momento de **proposição e de delimitação de prioridades para ACE**. Essas quatro áreas são: 1) políticas públicas; 2) direitos sociais; 3) movimentos sociais; 4) serviço social.

Em consonância com o PPC e o perfil do egresso pretendido, destaca-se que essas quatro áreas de concentração se sustentam no tripé dos conhecimentos que constituem os **núcleos de fundamentação da formação profissional** em acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais e com os componentes curriculares detalhados nas outras seções do PPC.

Por outro lado, o mapeamento das iniciativas extensionistas e de estudos produzidos na FSSO permitiu revelar a sua diversidade e a quantidade de trabalho empregado. Diante dessa diversidade, a análise coletiva do corpo docente, discente e técnico-administrativo reuniu os dados em torno das 4 áreas citadas acima, detalhando ainda as **subáreas predominantes e que poderão ser exploradas para a proposição de ACE** porque se entende que a execução destas, em seu conjunto, dedicar-se-á a reduzir a fragmentação do processo ensino/aprendizagem, ao percorrer novos caminhos pedagógicos ou potencializar iniciativas já existentes para a construção de conhecimentos, calcados na experiência concreta.

O detalhamento destas subáreas e os conteúdos que às compõem, por sua vez, estão diretamente conectados às atividades de pesquisa e ensino existentes na Graduação (e também na Pós-graduação), estando estas referenciadas nos diferentes grupos de estudos e pesquisas

da FSSO. O quadro que segue resume o detalhamento realizado e faz indicações iniciais sobre as modalidades de ACE que poderão ser desdobradas, a partir dos dados reunidos:

Áreas de concentração a serem exploradas pelas ACE	Subáreas predominantes	Modalidades de ACE que a FSSO visualiza, a partir das experiências extensionistas no ciclo 2015-2017.
Direitos e Políticas Sociais	<ul style="list-style-type: none"> - Questão Social e Seguridade Social - Segurança alimentar e nutricional - Redes e questões geracionais - Educação 	<p>1) Cursos - carga horária mínima de 8h, poderá variar de 08 a 150h em acordo com o planejamento da FSSO para o período e factível à demanda existente. Observar o quadro do FORPROEX que define os cursos;</p> <p>2) Produtos – carga horária variável de 100 a 150h em atenção ao tipo de trabalho demandado e ao período de tempo para a execução. Refere-se aqui aos seguintes produtos:</p> <p>2.1 assessorias técnicas em gestão para área específica do exercício profissional de Assistentes Sociais: criação de protocolos; avaliação institucional e planejamento estratégico participativo com proposição de planos de ação;</p> <p>2.2 apoio técnico: fóruns de debates; assentados; cooperativas; associações; movimentos sociais; conselhos de direitos etc.</p> <p>2.3 assessorias técnicas em gestão interinstitucional para: criação de protocolos entre serviços, programas e instituições; formação de redes; monitoramento de impacto nos territórios e no processo coletivo de trabalho das ações e serviços sociais existentes;</p> <p>2.4 consultorias: implementação de políticas públicas e conselhos gestores; acompanhamento na implantação de políticas públicas e serviços sociais;</p> <p>2.5 observatórios das lutas sociais e dos serviços/políticas públicas;</p> <p>2.6 produção de material didático-informativo sobre temas relevantes aos cidadãos;</p>
Direitos Humanos e Diversidade	<ul style="list-style-type: none"> - Direitos Humanos; - Gênero, diversidade, feminismo; - Cultura, raça e etnia; - Sistema sociojurídico e cidadania - Controle social da administração pública 	<p>2.1 assessorias técnicas em gestão para área específica do exercício profissional de Assistentes Sociais: criação de protocolos; avaliação institucional e planejamento estratégico participativo com proposição de planos de ação;</p> <p>2.2 apoio técnico: fóruns de debates; assentados; cooperativas; associações; movimentos sociais; conselhos de direitos etc.</p> <p>2.3 assessorias técnicas em gestão interinstitucional para: criação de protocolos entre serviços, programas e instituições; formação de redes; monitoramento de impacto nos territórios e no processo coletivo de trabalho das ações e serviços sociais existentes;</p> <p>2.4 consultorias: implementação de políticas públicas e conselhos gestores; acompanhamento na implantação de políticas públicas e serviços sociais;</p> <p>2.5 observatórios das lutas sociais e dos serviços/políticas públicas;</p> <p>2.6 produção de material didático-informativo sobre temas relevantes aos cidadãos;</p>
Movimentos Sociais	<ul style="list-style-type: none"> - Questão agrária e urbana; - lutas sociais; - Formação político-organizativa, controle social e ações coletivas populares; - Educação Popular 	<p>2.1 assessorias técnicas em gestão para área específica do exercício profissional de Assistentes Sociais: criação de protocolos; avaliação institucional e planejamento estratégico participativo com proposição de planos de ação;</p> <p>2.2 apoio técnico: fóruns de debates; assentados; cooperativas; associações; movimentos sociais; conselhos de direitos etc.</p> <p>2.3 assessorias técnicas em gestão interinstitucional para: criação de protocolos entre serviços, programas e instituições; formação de redes; monitoramento de impacto nos territórios e no processo coletivo de trabalho das ações e serviços sociais existentes;</p> <p>2.4 consultorias: implementação de políticas públicas e conselhos gestores; acompanhamento na implantação de políticas públicas e serviços sociais;</p> <p>2.5 observatórios das lutas sociais e dos serviços/políticas públicas;</p> <p>2.6 produção de material didático-informativo sobre temas relevantes aos cidadãos;</p>
Serviço Social	<ul style="list-style-type: none"> - Formação profissional; - Trabalho profissional 	<p>3) Eventos: Oficinas, Palestras e Mostras Culturais – atividades com carga horária inferior a 08h serão registradas como evento, mas a carga horária a depender do tipo de atividade poderá variável de 08 a 50h em acordo com o tempo de duração, os objetivos e o público que se deseja para essa modalidade no período que serão ofertados. Observar o quadro do FORPROEX que define as modalidades de eventos.</p>

A partir desse leque de linhas de ações que o Programa de Extensão da FSSO delineará suas ACE, vinculando-as em projetos contínuos e referenciados pela Unidade Acadêmica.

As ACE no âmbito do presente programa destinar-se-ão no envolvimento ativo de diferentes grupos sociais, órgãos e agentes públicos, movimentos sociais, organizações governamentais e não-governamentais, tanto no município de Maceió como em outras localidades do estado de Alagoas, e estarão atentos aos temas de grande relevância social, tais como: violência; educação; saúde; cultura; trabalho; direitos humanos e justiça; relações étnico-raciais; conflitos territoriais e ambientais; gênero e diversidade; família e grupos sociais vulneráveis; dentre outros.

O contato com grupos e com as expressões da questão social que constituem o próprio substrato do Serviço Social pretende proporcionar ao discente tanto um espaço de experimentação e crítica dos referenciais teórico-metodológicos, quanto oportunizar a vivência de um saber fazer ético-político, tendo a preocupação fundamental com a formação técnico-operativa que perceba a abrangência do próprio campo de atuação profissional, ao mesmo tempo que é capaz de agir interdisciplinarmente e de se reconhecer como sujeito de transformação social.

2.2 Ementa do Programa de Extensão na FSSO

Extensão universitária como parte indissociável do processo generalista de formação em graduação de bacharéis em Serviço Social. Ordenamento curricular integrado ao ensino e a pesquisa que consolida a presença contínua e programada da Universidade/Unidade Acadêmica através de seus professores, alunos e técnicos nos diferentes espaços da sociedade e vice-versa. Elaboração e execução de programas, projetos e outras modalidades de extensão capazes de atender aos interesses/necessidades da sociedade em diversos níveis.

2.3 Objetivo geral do Programa de Extensão na FSSO

Implantar Programa para as ações extensionistas na Faculdade de Serviço Social – UFAL/Maceió – que as explice e as vincule ao PPC como componente curricular obrigatório indissociável à pesquisa e ao ensino, comprometido com a formação de profissionais críticos e generalistas, aptos ao trabalho específico e interdisciplinar e aptos a elaborar, planejar e

executar atividades transformadoras entre a Unidade de ensino/IES e outros setores da sociedade.

2.3.1 Objetivos Específicos

- Inserir ativamente estudantes de graduação em Serviço Social e demais Unidades Acadêmicas na execução de diferentes modalidades de ACE;
- Formar profissionais com habilidades para desenvolver todas as fases e ações que compõem a Extensão universitária;
- Estimular o conhecimento dos problemas sociais, políticos e institucionais locorregionais;
- Prestar serviços especializados à sociedade;
- Constituir projetos/ações contínuos e sólidos que garantam a reciprocidade entre Unidade de ensino/IES e sociedade;
- Promover diferentes atividades de extensão também no Campus Universitário e garantir o livre acesso e a participação ativa da população em geral;
- Difundir, via atividades extensionistas, os produtos acadêmicos obtidos, seja pela criação cultural, seja pela pesquisa científica e tecnológica geradas no meio universitário através de seus Programas de Pós-graduações;
- Estimular a troca de saberes acadêmicos sistematizados e cultura popular; a produção do conhecimento acadêmico e o debate acerca da sua importância efetiva para o atendimento às necessidades da sociedade etc;
- Produzir indicadores sociais factuais que orientem as pesquisas científicas.

2.4 Público das ACE do Programa de Extensão da FSSO

- Trabalhadores da educação e estudantes da rede municipal e estadual de ensino;
- Pessoas em situação de rua e moradores de comunidades, preferencialmente, circunvizinhas ao *Campus A. C. Simões*;
- Usuários, gestores e profissionais de diferentes políticas e serviços sociais ou instituições públicas no município de Maceió e estado de Alagoas;
- Integrantes de movimentos sociais, popular ou sindical, urbano e/ou rural;
- Integrantes de Conselhos de Direitos e das políticas;
- Povos originários, quilombolas, ribeirinhos e assentados em programas de reforma agrária e envolvidos com agricultura familiar;

- Assistentes Sociais.

2.5 Metodologia de execução do programa de extensão da FSSO

No contexto do Curso de Serviço Social, as atividades curriculares de extensão **estão inseridas na Matriz Curricular na forma de (04) quatro componentes curriculares obrigatórios, assim denominados: ACE 1 – Projeto em Serviço Social I, ACE 2 – Projeto em Serviço Social II, ACE 3 – Projeto Interdisciplinar e ACE 4 – Curso / Evento / Produto.** No ordenamento curricular, esses componentes se localizam, respectivamente, nos 2º, 3º, 7º e 8º períodos para o turno diurno e 2º, 3º, 8º e 9º períodos para o turno noturno. Ressalta-se que a localização nesses períodos é justificada pela lógica formativa que, a partir das ACE, contribuirá para os/as discentes acessarem o arcabouço teórico-metodológico básico do Serviço Social sob a premissa do “aprender-fazendo”, vinculando-se às modalidades extensionistas propostas por professores/as e técnicos/as que os introduzirão nas bases teórico-práticas requeridas para a operacionalização dessas atividades.

Ressalta-se que as **ACE 1 – Projeto em Serviço Social I e ACE 2 – Projeto em Serviço Social II** destinam-se aos/as discentes das fases iniciais. Para tanto, os professores e técnicos que estiverem vinculados a esses componentes curriculares precisam atentar para esse perfil discente no momento de detalhar o plano de trabalho para o semestre letivo, pois esses estudantes deverão ser introduzidos simultaneamente nas bases teóricas e práticas do Curso.

As ementas de cada um dos componentes curriculares de extensão descritas no PPC indicam que eles estarão focados prioritariamente no desenvolvimento de projetos de extensão, podendo outras atividades extensionistas ser desenvolvidas em articulação ao projeto principal, tais como, cursos, eventos, produtos, etc. Destaca-se que o detalhamento do plano de trabalho ficará a cargo dos professores que, no semestre letivo da oferta, estiverem vinculados aos componentes curriculares “**Atividades Curriculares de Extensão (ACE)**”.

As ACE pressupõem articulação interdisciplinar seja para os proponentes do plano de trabalho semestral (corpo docente e técnico-administrativo) seja para os/as discentes matriculados (receber matrícula de discentes de outras áreas/Cursos/Unidades Acadêmicas).

Para além do cumprimento da carga horária mínima de extensão, através dos componentes curriculares citados, o estudante poderá desenvolver outras ações de extensão, devidamente cadastradas no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) da Pró-reitoria de Extensão (PROEX), contabilizando esse excedente como carga horária

complementar. Caberá aos professores e técnicos coordenadores de ACE, que também são coordenadores de grupos de pesquisa, não emitirem dupla certificação, pois lhes cabe a responsabilidade ética do registro das ações no SIGAA, único sistema pelo qual sairá a certificação que permitirá ao discente creditar as horas como Membro de Equipe Executora de ACE, sendo que somente a carga horária excedente no sistema poderá ser direcionada a Atividade Complementar Obrigatória (ACO).

A Faculdade não cerceará os interesses interdisciplinares discentes, ou seja, caso o discente se interesse por projeto ou outra modalidade de ação extensionista ofertada por Cursos de Graduação que, em princípio, não se observe interface disciplinar (ex: física, química, engenharias etc.) ele poderá requerer matrícula no Curso/área e na atividade de extensão ofertada que seja do seu interesse. Porém, a creditação da carga horária obtida ocorrerá após o discente apresentar tal demanda ao Colegiado do Curso de Serviço Social, de modo que sua pertinência e equivalência possa ser avaliada. Aferida a equivalência da ACE cursada, a carga horária correspondente será credita, seja para cômputo da carga horária de extensão obrigatória ou para carga horária complementar.

Todas as ACE ofertadas pelo Curso de Serviço Social estarão articuladas ao Programa de Extensão da Faculdade e pactuadas interdisciplinarmente com as demais Unidades Acadêmicas. Os projetos e as demais modalidades de ACE **deverão encadear semestralmente etapas de execução em tempo contínuo, sendo obrigatoriamente ofertadas matrículas.** O monitoramento e a avaliação dos Projetos das demais ACE a eles vinculadas acontecerão semestral e anualmente no sentido de acompanhar o cumprimento da dupla tarefa de:

- 1) integrar estudantes de graduação, seja da própria área disciplinar, seja na interface com outras áreas, na condição de proponente e executor de ACE coordenadas por docentes ou técnicos de nível superior da UFAL-Maceió;
- 2) espraiar e promover conhecimentos acadêmico-científicos a partir da realidade e das necessidades concretas dos diferentes segmentos sociais.

É importante ressaltar que:

- ➔ Cada ACE proposta, envolvendo diretamente comunidades, instituições e movimentos sociais, seja na prestação de serviços comunitários, seja no suporte às redes de serviços sociais ou em assessorias técnicas **não poderão ter prazo de execução inferior a dois**

semestres. Quando do término, este ocorrerá em consonância com as expectativas sociais geradas pela equipe responsável pelas ACE que empreenderão esforços para que suas diferentes modalidades sejam planejadas e executadas de maneira contínua e complementares nos territórios escolhidos para as práticas extensionistas, evitando rupturas no trabalho desenvolvido junto à sociedade e usuários.

→ Na medida em que as ACE sejam consolidadas no tronco curricular, requerendo o aprimoramento deste Programa, **novas metas poderão ser incorporadas e podem exigir o desmembramento das ações em novos eixos ordenadores** de sua execução.

3. CRONOGRAMA DO PROGRAMA DE EXTENSÃO DA FSSO

Atividades	MESES											
	0 1	0 2	0 3	0 4	0 5	0 6	0 7	0 8	0 9	1 0	1 1	1 2
APRESENTAÇÃO PELOS PROPONENTES DAS ACE A SEREM IMPLANTADAS												
ANÁLISE DO CONTEXTO INTERNO E EXTERNO PARA EXECUÇÃO DOS PROJETOS (identificação e contato com parceiros; matrícula discente etc.)												
INSERÇÃO NA COMUNIDADE E/OU SERVIÇOS E POLÍTICAS SOCIAIS PARA INTRODUCIR A EXECUÇÃO DAS ACE												
ADEQUAÇÃO METODOLÓGICA DAS PROPOSTAS ACE PLANEJADAS												
INÍCIO DA EXECUÇÃO DAS ACE												
ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DAS ACE												
MONITORAMENTO DAS ACE EXECUTADAS (continuidade do previsto ou reprogramação)												
Reunião de monitoramento (sistematização metas pretendidas X atividades encaminhadas + reprogramação)												
REGISTRO DE NOVAS NECESSIDADES (orientar as ACE para o futuro)												
SISTEMATIZAÇÃO DAS ACE EXECUTADAS (alcance parcial ou total dos projetos)												
SEMINARIO DE AVALIAÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DAS ACE/PROGRAMA EXTENSÃO FSSO												
ANÁLISE INDICADORES PRODUZIDOS (nova proposição, reprogramação e continuidade do Programa na FSSO)												

4. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE EXTENSÃO DA FSSO

O monitoramento do processo de implantação/execução do Programa será contínuo e realizado pela(o) coordenadora de extensão da FSSO junto com as professoras e/ou técnicas proponentes das modalidades ACE. Ao término do primeiro semestre, nos casos de reprogramação das ações planejadas e registradas no SIGAA, a coordenação de extensão da FSSO deverá mapear junto aos proponentes o impacto previsto nas ACE após as reprogramações, de modo a acompanhar a adequação dos indicadores e auxiliar nas mudanças necessárias a sua exequibilidade e em atenção às diretrizes do Programa de Extensão da FSSO.

Dessa forma, o monitoramento das ACE focará em garantir sua adequação às metas previstas de modo a sanar os problemas e criar oportunidades para que tenham continuidade, sempre alinhando condições (recursos humanos, físicos e financeiros) ao atendimento das demandas/necessidades dos sujeitos nele implicados.

A avaliação ocorrerá pela observância das diferentes modalidades de ACE implantadas ao final do 1º ano de vigência do Programa de Extensão. No 10º mês, a coordenação de extensão da FSSO organizará “Seminário avaliativo” com todos os envolvidos no Programa (comunidade acadêmica, proponentes, parceiros e público-alvo). No 12º mês, após o registro pelos docentes e técnicos proponentes do relatório final no SIGAA, a coordenação de extensão apresentará à Unidade Acadêmica o consolidado das metas totais alcançadas.

A avaliação dos resultados será encaminhada, observando as seguintes dimensões:

- a) dimensão interna ao curso: seminários internos anuais de avaliação da reorientação do curso diante da curricularização das ACE, ou seja, a vinculação destas com o Projeto Pedagógico e as condições reais para a integralização exitosa pelos/as discentes;
- b) dimensão de articulação com outros cursos da UFAL através da execução do projeto de ACE interdisciplinar: reuniões semestrais e encontros avaliativos anuais que articulem e integrem os cursos/áreas diante das exigências curriculares imputadas à extensão e desta com a pesquisa e o ensino.

O ciclo do Programa deverá ser contínuo após o primeiro ano de sua implantação, cabendo à Coordenação de Extensão da FSSO apresentar os indicadores produzidos, estimulando modalidades de ACE contínuas curricularmente e nos cenários de práticas.

Indicadores para monitoramento e avaliação:

- nº de parcerias firmadas;
- nº de cursos envolvidos;

- nº de proponentes X Nº de modalidades ACE propostas vinculadas a projetos;
- modalidades de ACE propostas por projeto = quantificar, tipificar e indicar linha do tempo;
- nº de discentes matriculados X demanda não atendida;
- nº de atividades planejadas x reprogramadas x executadas por ACE;
- nº de publicações cujos temas emergiram da experiência com ACE;
- modalidade de ACE desenvolvidas com cursos de pós-graduação = quantificar e tipificar as ACE e os cursos envolvidos, incluindo número de professores e pós-graduandos envolvidos.
- nº de ACE financiadas via programas e projetos de agências de fomento.

5. REFERÊNCIAS DO PROGRAMA DE EXTENSÃO FSSO

CONSUNI/UFAL. Resolução n. 65, de 03 nov. 2014. Estabelece a atualização das diretrizes gerais das atividades de extensão no âmbito da UFAL. Disponível em:
<<http://www.ufal.edu.br/extensao/documentos/diretrizes-gerais-das-atividades-de-extensao-no-ambito-da-ufal/view>>. Acesso em 06 nov. 2017.

FÓRUM de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. FOR-PROEX. Extensão Universitária: organização e sistematização. Belo Horizonte: Coopmed, 2007. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Organizacao-e-Sistematizacao.pdf>>> Acesso em 06 nov. 2017.

FÓRUM de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. FOR-PROEX. Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus, 2012. Disponível em:<<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria- e-book.pdf>>. Acesso em 06 nov. 2017.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
COORDENAÇÃO DE ESTÁGIO**

(APÊNDICE 02)

RESOLUÇÃO N° 02/2019 – CGSS/FSSO, de 27 de março de 2019.

Disciplina a atividade curricular Estágio Supervisionado em Serviço Social, obrigatório e não-obrigatório, no Curso de Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social (FSSO/UFAL).

O COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 26 do Regimento Geral da UFAL e de acordo com a deliberação tomada pela maioria de seus membros na sessão ordinária ocorrida em 27 de março de 2019;

CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar a atividade de estágio supervisionado como componente curricular obrigatório prevista no Projeto Pedagógico do Curso de 2019;

CONSIDERANDO a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, e a Resolução CONSUNI/UFAL nº 71, de 18 de dezembro de 2006, que disciplina a atividade de estágio curricular, obrigatório e não-obrigatório, nos cursos de graduação da UFAL;

CONSIDERANDO a Resolução CNE/CES nº 15, de 13 de março de 2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social; a Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, que dispõe sobre a profissão de Assistente Social; a Resolução CFESS nº 273, de 13 março de 1993, que institui o Código de Ética Profissional do/a Assistente Social; a Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço

Social (ABEPSS), publicada em abril de 2010; a Resolução CFESS nº 533, de 29 de setembro de 2008, que regulamenta a Supervisão Direta de Estágio no Serviço Social;

CONSIDERANDO ainda a elaboração de Regulamento de Estágio Supervisionado em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas pela Coordenação de Estágio em Serviço Social, bem como as contribuições da comunidade acadêmica da Faculdade de Serviço Social em reuniões plenárias da FSSO, em sessões ordinárias e extraordinárias do Colegiado da Graduação e em reuniões da Comissão de Estágio para apreciação do referido documento;

RESOLVE:

Art. 1º Disciplinar, na forma do anexo desta Resolução, a atividade curricular Estágio Supervisionado em Serviço Social, nas modalidades obrigatório e não-obrigatório, do Curso de Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social (FSSO/UFAL).

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor imediatamente após sua homologação pelo Conselho da Faculdade de Serviço Social da UFAL.

Maceió-AL, em 27 de março de 2019.

Prof.^a SUELI MARIA DO NASCIMENTO
Coordenadora do Colegiado do Curso de Graduação em Serviço Social
FSSO/UFAL

ANEXO DA RESOLUÇÃO N° 02/2019 – CGSS/FSSO, de 27 de março de 2019

**REGULAMENTO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL DA
FACULDADE DE SERVIÇO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS**

PREÂMBULO

O Estágio Supervisionado em Serviço Social é concebido, nos termos expressos neste Regulamento, como uma atividade do processo formativo que privilegia o diálogo crítico com a realidade, de modo a possibilitar a apreensão das atribuições e competências profissionais exigidas às/-aos assistentes sociais. Tal conhecimento se produz na relação entre a formação e o exercício profissional expressa como uma unidade teoria e prática e se configura como um componente curricular indispensável à formação profissional. Essa unidade só pode ser assegurada no momento que realiza um diálogo horizontalizado entre as dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política.

É nessa perspectiva que se busca garantir a direção do Curso de Graduação da Faculdade de Serviço Social da UFAL voltado à consolidação do projeto ético-político, definido pelo conjunto de elementos teóricos e normativos que vêm consubstanciando a formação e o exercício profissional do Serviço Social brasileiro, desde a década de 1990.

O Estágio Supervisionado em Serviço Social tem como objetivo capacitar o/a discente para o exercício do trabalho profissional através da articulação de um conjunto de conhecimentos expressos em núcleos de fundamentação constitutivos da formação profissional que possibilitam a apreensão de mediações que permeiam a qualificação do fazer profissional.

Segundo as Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social (MEC, 2002)¹⁹,

[...] o estágio supervisionado em Serviço Social é uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço socioinstitucional, objetivando capacitá-lo para o exercício profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita conjuntamente pelo professor e por profissional de campo, com base em planos de estágio elaborados em conjunto pelas unidades de ensino e organizações que oferecem estágio.

¹⁹ BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social. Resolução CNE/CES nº 15, de 13 de março de 2002.

O Estágio Supervisionado se efetiva, portanto, por meio da inserção do/a discente nas organizações institucionais públicas ou privadas onde trabalham os/as profissionais assistentes sociais que serão os/as supervisores/as de campo, bem como pela supervisão acadêmica realizada por um/a professor/a – com formação em Serviço Social – da instituição de ensino superior.

Divide-se nas modalidades *obrigatório* e *não-obrigatório*, sendo ambas as formas consideradas curriculares, ou seja, fazem parte do processo formativo do/a aluno/a. O estágio obrigatório é componente do currículo mínimo, indispensável na grade curricular de todos os cursos. O estágio não-obrigatório é opcional pelo/a estudante, sendo geralmente aproveitado como atividade complementar obrigatória (ACO) prevista no Projeto Pedagógico do Curso.

Como parte constitutiva do Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da FSSO, o Estágio Supervisionado está referenciado nos objetivos que conformam o perfil da formação do bacharel em Serviço Social da UFAL, a saber:

I – Profissional que analise, decifre e atue sobre as múltiplas expressões da questão social; planeje, implemente e avalie políticas, planos, programas e projetos sociais.

II – Profissional generalista, com competências teórica, metodológica e política, referenciado no conhecimento das Ciências Sociais e da teoria social de Marx, com capacidade de análise crítica e propositiva nos diversos espaços socioinstitucionais.

III – Profissional que procure responder as necessidades sociais e demandas institucionais dos usuários dos serviços sociais, respeitando e comprometendo-se com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do/a Assistente Social.

TÍTULO I **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

CAPÍTULO I **DA DEFINIÇÃO E DOS OBJETIVOS DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM** **SERVIÇO SOCIAL**

Art. 1º Considera-se Estágio Supervisionado em Serviço Social a atividade teórico-prática realizada em organizações institucionais públicas ou privadas por discentes regularmente matriculados/as no Curso de Graduação em Serviço Social, sob supervisão direta de

assistentes sociais com vínculo institucional formal e pleno exercício de sua função durante a vigência do estágio.

§ 1º O Estágio Supervisionado é um componente curricular de caráter formativo, nas modalidades obrigatório e não-obrigatório, que se constitui parte dos processos de aprendizagem que integram o Projeto Pedagógico do Curso (PPC 2019), sendo inerente à formação acadêmico-profissional.

§ 2º O Estágio Supervisionado se efetiva por meio da inserção do/a discente, denominado/a estagiário/a, em organizações institucionais que garantam as condições éticas e técnicas de trabalho profissional de assistentes sociais, e que possibilitem os processos de ensino-aprendizagem.

§ 3º O Estágio Supervisionado oportuniza aos discentes realizar as mediações necessárias para a articulação entre os conhecimentos teórico-metodológicos e o exercício profissional, a capacitação técnico-operativa e o desenvolvimento de competências necessárias ao exercício da profissão, bem como possibilita o reconhecimento do compromisso ético-político profissional com a classe trabalhadora.

Art. 2º O Estágio Supervisionado em Serviço Social é um componente curricular obrigatório, indispensável ao processo de formação acadêmica do/a estudante e condição para integralização do curso e obtenção de diploma de bacharel/a em Serviço Social.

§ 1º A modalidade de Estágio Supervisionado não-obrigatório é componente da parte flexível do currículo, sendo, portanto, opcional e poderá ser creditado como atividade complementar obrigatória (ACO) prevista no PPC 2019, devendo seguir as orientações previstas no Artigo 12, §1º e §2º da Resolução nº 71/2006 do CONSUNI.

§ 2º O estágio não-obrigatório poderá ser convertido em estágio obrigatório nos casos em que a Comissão de Estágio avaliar procedente a solicitação do estagiário, devendo ser aprovado pelo colegiado de graduação.

§ 3º Para essa conversão, o estagiário deverá atender aos seguintes requisitos:

I – Ter cumprido os pré-requisitos para o Estágio obrigatório, conforme previsto no PPC 2019;

II – Não apresentar choque de horários entre o cumprimento da jornada semanal das atividades de estágio e as disciplinas de sua matriz curricular;

III – Estar matriculado em oficina de estágio em serviço social, cumprindo todas as exigências

concernentes à ementa e ao conteúdo programático da disciplina obrigatória;

§ 4º Ocorrendo a conversão do estágio não-obrigatório em obrigatório não haverá possibilidade de aproveitamento da primeira como atividade complementar (ACO).

Art. 3º São objetivos do Estágio Supervisionado, obrigatório e não-obrigatório:

I – Qualificar o processo de ensino-aprendizagem do exercício profissional que se realiza no âmbito da formação e do exercício profissional.

II – Possibilitar o conhecimento acerca da realidade social e do exercício profissional no contexto local, regional e nacional.

III – Aproximar os/as discentes da dinâmica e contraditória realidade dos espaços sócio-ocupacionais e refletir sobre as possibilidades e limites da profissão.

IV – Conhecer e refletir sobre os elementos constitutivos do projeto profissional da profissão, baseado nos princípios e prerrogativas da ética profissional.

V – Possibilitar os conhecimentos das dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas do Serviço Social.

VI – Contribuir com a dimensão formativa, investigativa e interventiva, objetivando uma reflexão sobre as implicações do exercício profissional nos campos de estágio.

VII – Contribuir na construção de respostas profissionais às demandas institucionais e necessidades sociais.

VIII – Oportunizar o debate acerca das competências e habilidades próprias da atividade profissional.

IX – Orientar o/a discente na sistematização e elaboração de análises críticas sobre o cotidiano de estágio, a formação e o exercício profissional.

X – Incentivar o/a discente a identificar no estágio objetos de investigação para posterior produção de conhecimento na área do Serviço Social.

CAPÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS E DAS DIRETRIZES DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL

Art. 4º São princípios do Estágio Supervisionado em Serviço Social, em conformidade com a Política Nacional de Estágio em Serviço Social da ABEPSS:

I – A indissociabilidade entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-

operativa, na experiência de estágio.

II – A garantia da ética como elemento transversal à formação do/a assistente social.

III – A articulação entre formação e exercício profissional, expressa e potencializada por meio da interlocução entre discentes e supervisores/as na academia e no campo de estágio.

IV – A garantia da supervisão direta aos/as estagiários/as durante todo o seu processo de desenvolvimento, conforme Resolução CFESS nº 533/2008, realizadas pela instituição de ensino e pela instituição concedente de estágio, denominadas, respectivamente, de supervisão acadêmica e supervisão de campo.

V – A articulação entre Universidade e Sociedade, uma vez que o estágio se constitui como elemento potencializador desta relação, contribuindo na identificação e construção de respostas às demandas e desafios profissionais.

VI – A unidade teoria-prática, na medida em que o estágio, enquanto atividade acadêmica, evidencia um processo indissociável e dialético entre essas duas dimensões.

VII – A interdisciplinaridade, tendo em vista que o estágio supervisionado se efetiva a partir dos saberes das diversas áreas do conhecimento, bem como da vivência compartilhada por diferentes categorias profissionais nos espaços sócio-ocupacionais.

VIII – A articulação entre ensino, pesquisa e extensão no processo de estágio numa perspectiva de totalidade.

Art. 5º São diretrizes do Estágio Supervisionado:

I – Afirmar a direção do Projeto de Formação Profissional, pautando-se pela ética como princípio formativo.

II – Apreender as dimensões teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas do Serviço Social.

III – Contrapor-se à fragmentação dos conteúdos curriculares de modo a possibilitar uma visão de totalidade em que o ensino, a pesquisa e a extensão estejam diretamente ligados ao estágio e à supervisão.

IV – Possibilitar a articulação entre formação e exercício profissional.

V – Assegurar a indissociabilidade entre estágio, supervisão acadêmica e de campo.

TÍTULO II
DA ORGANIZAÇÃO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL

CAPÍTULO I

**DA CARGA HORÁRIA, DA OFERTA DE ESTÁGIO E DOS REQUISITOS PARA A
MATRÍCULA**

Art. 6º O Estágio Supervisionado em Serviço Social, como componente curricular obrigatório, possui uma carga horária total de 400 (quatrocentas) horas, as quais devem ser cumpridas presencialmente no campo de estágio durante os semestres letivos estabelecidos no calendário acadêmico da UFAL, distribuídas da seguinte forma:

I – Estágio em Serviço Social I, ofertado no 5º semestre do Curso, correspondente a 200 (duzentas) horas.

II – Estágio em Serviço Social II, ofertado no 6º semestre do Curso, correspondente a 200 (duzentas) horas.

§ 1º A matrícula em Estágio em Serviço Social I somente poderá ser efetuada quando o/a discente tiver cursado, em semestres anteriores, as seguintes disciplinas:

- a) Ética em Serviço Social
- b) Oficina Técnico-Operativa I
- c) Oficina Técnico-Operativa II
- d) Processo de Trabalho e Serviço Social
- e) Fundamentos do Serviço Social I
- f) Fundamentos do Serviço Social II
- g) Fundamentos do Serviço Social III
- h) Fundamentos do Serviço Social IV.

§ 2º No(s) caso(s) de reprovação do/a discente em alguma(s) dessas disciplinas, este/a somente poderá se matricular em Estágio em Serviço Social I ao se matricular concomitantemente nas disciplinas em que foi reprovado/a.

§ 3º Como forma de garantir o cumprimento das 200 (duzentas) horas de estágio em cada semestre letivo, o/a estagiário/a deverá cumprir o mínimo de 12 (doze) horas semanais de atividades no campo de estágio, não podendo ultrapassar o máximo de 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, conforme previsto no artigo 10, inciso II da [Lei Nº 11.788/2008](#).

§ 4º A realização do estágio obrigatório em regime de plantão é permitida desde que esta seja a única modalidade de trabalho na instituição concedente e que o estagiário seja

supervisionado pelo mesmo profissional que constar no seu Termo de Compromisso de Estágio.

Art. 7º Para fins de aprovação na atividade curricular estágio obrigatório o/a discente deve cumprir a carga horária integral de 400 (quatrocentas) horas prevista no PPC 2019.

Parágrafo Único: Será considerado reprovado por falta o aluno que não comparecer a mais de 25% (vinte e cinco por cento) das atividades didáticas realizadas no semestre letivo, nos termos do artigo 10 da Resolução Nº 25/2005 - CEPE, de 26 de outubro de 2005.

I – Em caso de ausências não previsíveis e justificáveis, o/a discente deverá elaborar, em conjunto com os/as supervisores/as de campo e acadêmica, um plano de reposição de carga horária a ser cumprido quando do seu retorno às atividades.

II – Em se tratando de ausências previstas por motivos relevantes, o/a discente poderá cumprir antecipadamente a carga horária, desde que seja programado em comum acordo com supervisores/as de campo e acadêmico, devendo ser previamente comunicado à coordenação de estágio.

Art. 8º Em casos de não cumprimento da carga horária total de estágio, na vigência de dois períodos letivos, será estabelecido, entre supervisor/a acadêmico/a, supervisor/a de campo e discente, um prolongamento da sua permanência no campo.

Parágrafo Único: Caberá à Coordenação de Estágio providenciar termo aditivo para ampliação da vigência da apólice de seguro para o/a estagiário/a.

Art. 9º A cada oferta acadêmica do componente curricular obrigatório Estágio em Serviço Social I e II, será ofertada, concomitante e respectivamente, as disciplinas Oficina de Estágio em Serviço Social I e II.

§ 1º A matrícula nas disciplinas de Oficina de Estágio em Serviço Social I e II, somente será efetuada pela Coordenação de Curso durante o período de ajuste de matrícula, de acordo com a distribuição dos/as discentes nos campos de estágio e da respectiva supervisão acadêmica, sob a responsabilidade da Coordenação de Estágio.

§ 2º Somente poderá se matricular em Estágio em Serviço Social II o discente que obtiver aprovação em Estágio em Serviço Social I e Oficina de Estágio em Serviço Social I.

CAPÍTULO II

DOS CRITÉRIOS PARA CREDENCIAMENTO DE CAMPO DE ESTÁGIO

Art. 10 Constituem-se como instituições concedentes de estágio pessoas jurídicas de direito público e/ou privado e organizações da sociedade civil que tenham condições de proporcionar formação aos/as discentes em uma experiência de Serviço Social, as quais são chamadas de campo de estágio.

Parágrafo Único: Constituem-se em organizações da sociedade civil organizações do terceiro setor, movimentos sociais, sindicatos, associações profissionais, cooperativas, conselhos de políticas públicas, entre outros.

Art. 11 A instituição concedente de estágio deve disponibilizar um/a assistente social no exercício da profissão, que componha seu quadro de funcionários/servidores e com inscrição ativa no Conselho Regional de Serviço Social (CRESS – 16ª Região), com disponibilidade de horário para acompanhamento do/a discente na instituição e participação em atividades referentes ao estágio promovidas pela UFAL.

§ 1º O/A supervisor/a de campo deve ter disponibilidade para receber, no mínimo, dois-duas alunos/as no campo por dois semestres consecutivos, de modo a contemplar a realização do estágio I e II.

§ 2º Em conformidade com a Resolução CFESS Nº 533/2008, a definição do número de estagiários a serem supervisionados deve levar em conta a carga horária do supervisor de campo, as peculiaridades do campo de estágio e a complexidade das atividades profissionais, sendo que o limite máximo não deverá exceder 1 (um/a) estagiário/a para cada 10 (dez) horas semanais de trabalho.

§ 3º A instituição concedente deverá assegurar as condições indispensáveis para credenciamento e a realização do estágio, conforme versam as Resoluções do CFESS Nº 493/2006 e 533/2008.

CAPÍTULO III

DA FORMALIZAÇÃO DO ESTÁGIO

Art. 12 A formalização será assegurada mediante o acordo de cooperação firmado entre a

UFAL, o campo de estágio e o/a discente-estagiário/a e consubstanciado no Termo de Convênio, no Termo de Compromisso de Estágio e no Plano de Estágio.

§ 1º O Termo de Convênio será celebrado entre a UFAL e o campo de estágio.

§ 2º O Termo de Compromisso de Estágio será pactuado entre a UFAL, o campo de estágio e o/a discente-estagiário/a.

§ 3º O Plano de Estágio Supervisionado em Serviço Social será elaborado pelo/a discente-estagiário/a, sob a orientação do/a supervisor/a acadêmico/a e do/a supervisor/a de campo, em consonância com o plano de ação do Serviço Social na instituição.

§ 4º Deverá constar no Termo de Compromisso de Estágio, em consonância com o artigo 6º, § 2º da Resolução nº 71/2006-CONSUNI/UFAL, de 18 de dezembro de 2006:

I – Identificação do estagiário, número de matrícula e indicação do curso.

II – Valor da bolsa mensal, quando for o caso.

III – Jornada semanal a ser cumprida e período do estágio.

IV – Número da apólice do seguro de acidentes pessoais e nome da companhia seguradora.

V – Menção de que o estágio não acarretará vínculo empregatício, podendo ser remunerado ou não, e nem acumulará com outras bolsas da UFAL.

VI – Identificação do/a supervisor/a de campo e do/a supervisor/a acadêmico/a, em que constem os nomes e respectivo número de inscrição no CRESS – 16ª Região do/a assistente social da Instituição Concedente de estágio, bem como, do/a docente da FSSO.

§ 5º Nos termos do artigo 7º da Resolução nº 71/2006-CONSUNI/UFAL, o seguro de acidentes pessoais em favor do estagiário é obrigatório, devendo seu pagamento ser providenciado pelas seguintes partes:

I – Pela UFAL, no caso de estágio curricular obrigatório.

II – Pela Instituição Concedente, no caso de estágio curricular não-obrigatório.

III – No caso de estágio curricular administrado por Agente de Integração, a responsabilidade pelo pagamento do seguro será deste.

§ 6º Os/as discentes somente poderão iniciar as atividades no campo de estágio quando toda a documentação de formalização estiver devidamente concluída.

CAPÍTULO IV

DO FUNCIONAMENTO DO ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL

Seção 1

Da Estrutura Administrativa do Estágio Supervisionado na FSSO

Art. 13 A Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas (FSSO/UFAL) dispõe de uma Coordenação de Estágio, considerada órgão de apoio acadêmico, conforme Regimento Interno da Unidade Acadêmica.

§ 1º A Coordenação de Estágio é composta por dois/duas professores/as assistentes sociais, lotados/as na Faculdade de Serviço Social, que exercem as funções de coordenador/a e vice-coordenador/a.

§ 2º O/a Coordenador/a e o Vice-Coordenador/a de Estágio em Serviço Social serão indicados pelo Diretor da Unidade Acadêmica e referendados pelo Conselho dessa unidade.

§ 3º À Coordenação de Estágio está vinculada uma Comissão de Estágio constituída por, no mínimo, um/a titular e um/a suplente dos seguintes segmentos:

I – coordenador/a e vice-coordenador/a de estágio, na condição de membros natos/as;

II – supervisores/as acadêmicos/as;

III – supervisores/as de campo;

IV – docentes de disciplinas do núcleo de fundamentos da vida profissional;

V – discentes de graduação; e

VI – Conselho Regional de Serviço Social – CRESS.

§ 4º A indicação dos nomes para representação dos segmentos descritos nos incisos II ao VI do parágrafo anterior deverá ser realizada por seus pares e comunicada à Coordenação de Estágio.

§ 5º A representação discente na Comissão de Estágio deverá ser indicada pelo Centro Acadêmico do curso de Serviço Social.

§ 6º O mandato da Comissão de Estágio será compatível com o da Coordenação de Estágio.

Seção 2

Das Atribuições da Coordenação de Estágio

Art. 14 Em consonância com o disposto no artigo 26 do Regimento Interno da Faculdade de Serviço Social da UFAL, compete à Coordenação de Estágio:

I – Elaborar o regulamento de estágio do Curso de Graduação em Serviço Social de acordo com as diretrizes curriculares nacionais, com o perfil do profissional desejado e com as características da área do Serviço Social, submetendo-o à aprovação do Colegiado do Curso.

II – Planejar, organizar e administrar a oferta semestral de Estágio em Serviço Social I e II.

III – Promover a criação, a manutenção e a avaliação de convênios com campos de estágio em Serviço Social.

IV – Realizar o planejamento das necessidades e o acompanhamento da distribuição de professores/as supervisores/as acadêmicos/as e de supervisores/as de campo.

V – Promover a articulação permanente e a avaliação das práticas de estágio junto a supervisores/as acadêmicos/as, supervisores/as de campo e discentes.

VI – Propor e promover reuniões, eventos acadêmicos e ou cursos de capacitação, envolvendo supervisores/as acadêmicos/as, supervisores/as de campo, estagiários/as e demais discentes.

Parágrafo Único: A Coordenação de Estágio informará à Coordenação da Graduação a oferta de vagas nos campos de estágio a cada semestre.

Art. 15 São atribuições do/a Coordenador/a e Vice-coordenador/a de Estágio:

I – Coordenar a Comissão de Estágio.

II – Comunicar semestralmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, à Comissão de Orientação e Fiscalização (COFI) do CRESS – 16^a Região as informações atualizadas de oferta de estágio e formalização de Termos de Compromisso de Estágio, seguindo as orientações da Resolução CFESS Nº 533/2008.

III – Encaminhar os/as estagiários/as aos campos de estágio com a devida documentação.

IV – Orientar os/as supervisores/as acadêmicos/as quanto à documentação a ser produzida por discentes-estagiários/as durante o estágio.

V – Deliberar sobre as solicitações de alteração de Campo de Estágio apresentadas pelos/as alunos/as e instituições concedentes.

VI – Repassar à Coordenação de Graduação as listas dos/as discentes para matrícula nas disciplinas Oficinas de Estágio em Serviço Social I e II.

VII – Intermediar nas situações de conflito durante o processo de estágio que extrapolam a competência dos/as supervisores/as acadêmico/a e de campo.

VIII – Realizar o Seminário de Estágio para apresentação dos campos de estágio disponíveis aos/as discentes a cada semestre letivo.

Art.16 Semestralmente, a Coordenação de Estágio deverá promover o Seminário de Estágio com o objetivo de apresentar aos/as discentes os campos de estágio, a legislação e a documentação pertinente ao processo.

Art.17 Caberá à Coordenação de Estágio direcionar os/as discentes matriculados/as na atividade de Estágio em Serviço Social I aos campos de estágio de acordo com as vagas disponíveis a cada semestre.

§ 1º A distribuição dos/as discentes nas vagas disponíveis será realizada ao final do Seminário de Estágio, respeitando-se a preferência dos/as discentes.

§ 2º Nos casos em que houver discentes pleiteando a inserção em um determinado campo de estágio em quantidade superior ao número de vagas ofertadas, a Coordenação de Estágio deverá adotar como prioridade os seguintes critérios de distribuição:

- I – pessoa (s) com deficiência;
- II – pessoa (s) residente(s) no interior;
- III – pessoa (s) com vínculo empregatício.

§ 3º Em caso de inexistência das condições enumeradas nos incisos I ao III do parágrafo anterior, a distribuição dos/as discentes nos campos de estágio será realizada mediante sorteio.

Seção 3

Das Atribuições da Comissão de Estágio

Art. 18 Compete à Comissão de Estágio:

- I – Atuar como instância consultiva da Coordenação de Estágio nas suas atribuições.
- II – Propor a política de estágio, em conformidade com as diretrizes curriculares e com o Projeto Pedagógico do Curso, encaminhando ao Colegiado do Curso para aprovação.
- III – Acompanhar e avaliar a implementação da política de estágio.
- IV – Atender às convocações da Coordenação de Estágio para tratar de assuntos pertinentes ao bom andamento do Estágio Supervisionado em Serviço Social.
- V – Apreciar e emitir parecer à Coordenação de Estágio sobre os casos omissos desta Resolução, com os devidos registros em atas.

Seção 4

Das atribuições da Supervisão Acadêmica e da Supervisão de Campo

Art. 19 O/A Supervisor/a acadêmico/a é o/a docente do quadro efetivo da Faculdade de Serviço Social, assistente social, cujas atribuições estão previstas na Política Nacional de Estágio da ABEPSS.

Art. 20 São atribuições do/a Supervisor/a Acadêmico/a de Estágio:

I – Acompanhar a inserção do/a estagiário no campo de estágio e definir, em conjunto com o/a supervisor/a de campo, a metodologia de acompanhamento e avaliação.

II – Construir as mediações teórico-críticas do exercício profissional do Serviço Social, a partir das experiências do/a estagiário/a, com ênfase no conhecimento da realidade social e apreensão das particularidades dos campos de estágio.

III – Orientar os trabalhos acadêmicos desenvolvidos pelo/a estagiário/a relativos ao estágio, durante o processo de supervisão acadêmica, em conformidade com os critérios dos componentes curriculares Estágio em Serviço Social I e II e de Oficina de Estágio em Serviço Social I e II.

IV – Comparecer ao campo de estágio sempre que considerar necessário ou por solicitação do/a supervisor/a de campo, devendo realizar visitas à instituição em, no mínimo, 2 (dois) momentos do processo de estágio por semestre.

V – Avaliar com o/a supervisor/a de campo, ao término de cada semestre letivo, o desempenho dos/as discentes no processo de estágio, a partir de critérios e instrumentos definidos conjuntamente.

§ 1º Para efeito de supervisão acadêmica, o/a professor/a terá uma carga horária de 03 (três) horas semanais para cada turma das disciplinas Oficina de Estágio em Serviço Social I e II.

§ 2º Segundo orientação da Política Nacional de Estágio da ABEPSS, o/a supervisor/a acadêmico/a acompanhará, no máximo, 15 alunos por semestre letivo.

Art. 21 O/A Supervisor/a de campo é o/a profissional assistente social responsável pela orientação direta dos (as) estudantes no âmbito da instituição concedente do estágio, conforme preconiza a Lei nº 8.662/1993 de regulamentação da profissão.

Art. 22 São atribuições do/a Supervisor/a de Campo de Estágio:

- I – Realizar acompanhamento direto do/a estagiário/a, durante todo o processo de estágio no âmbito da instituição concedente, em consonância com o plano de estágio.
- II – Participar efetivamente no processo de formação acadêmico-profissional do/a estagiária/a.
- III – Introduzir os/as estagiários/as nas atividades profissionais.
- IV – Garantir o acesso do/a estagiário/a à documentação necessária ao conhecimento da instituição.
- V – Atualizar a documentação relativa ao estágio.
- VI – Repassar sistematicamente ao/à supervisor/a acadêmico/a informações sobre o processo de estágio desenvolvido pelos/as discentes, fornecendo elementos para avaliação dos/as mesmos/as.
- VII – Participar das reuniões de estudo e/ou planejamento promovidas pela Coordenação de Estágio, quando necessário.
- VIII – Participar, de acordo com sua disponibilidade, de cursos de atualização, aperfeiçoamento e especialização, quando ofertados pela Faculdade de Serviço Social.
- IX – Avaliar com o/a supervisor/a acadêmico/a, ao término de cada semestre letivo, o desempenho dos/as discentes no processo de estágio, a partir de critérios e instrumentos definidos conjuntamente.
- X – Apresentar o campo de estágio durante o Seminário de Estágio.
- XI – Decidir, em conjunto com o/a supervisor/a acadêmico/a e a Coordenação de Estágio, sobre as situações que impliquem na interrupção temporária ou definitiva das atividades dos estagiários que estão sob sua responsabilidade.

Seção 5

Das atribuições dos/as Estagiários/as

Art. 23 São atribuições do/a Estagiário/a:

- I – Conhecer e cumprir as normas da instituição concedente de estágio.
- II – Cumprir as atividades programadas concernentes ao estágio, inclusive, no período do recesso escolar, quando necessário para o cumprimento da carga horária semestral.
- III – Cumprir a carga horária total estabelecida neste documento.
- IV – Registrar as ações desenvolvidas no campo de estágio.
- V – Entregar toda documentação solicitada pelo/a supervisor/a acadêmico/a nos prazos

estabelecidos durante o processo de supervisão.

VI – Elaborar, sob orientação dos/as supervisores/as acadêmico/a e de campo o Plano de Estágio consoante com o plano de ação do serviço social na instituição.

VII – Participar, quando solicitado pela Comissão de Estágio, da divulgação das atividades desenvolvidas.

VIII – Entregar o Relatório Final de Estágio no período referente à finalização do Estágio II.

IX – Observar os princípios éticos de acordo com o Código de Ética do Assistente Social, sob orientação da supervisão de campo e acadêmica.

Parágrafo Único: Compete ao/a estagiário/a concluinte apresentar a sua experiência de estágio na ocasião do Seminário de Estágio, com direito a um certificado de apresentação de trabalho.

Seção 6

Da desistência e mobilidade de estágio

Art. 24 A ausência injustificada do estagiário no campo de estágio em período superior a 15 dias (quinze dias) se configurará como abandono e desligamento do estágio.

Art. 25 Nos casos em que houver desejo ou necessidade de desistência e/ou mobilidade do local de estágio, manifestado pelo/a estagiário/a ou pela Instituição Concedente, a parte interessada deverá apresentar à Coordenação de Estágio documento explicitando os motivos.

§ 1º A Coordenação de Estágio encaminhará imediatamente o pedido de desistência e/ou mobilidade do local de estágio para apreciação da Comissão de Estágio.

§ 2º Após análise, a Comissão de Estágio deferirá ou não o pedido, devendo apresentar e comunicar seu parecer à parte interessada no prazo de 5 dias úteis.

§ 3º A aprovação do pedido implicará em que o(a) estagiário(a) cumpra todos os requisitos de avaliação requeridos para os períodos anteriores de estágio.

Seção 7

Do acompanhamento e avaliação do/a estagiário/a

Art. 26 A avaliação, enquanto dimensão pedagógica do processo ensino-aprendizagem de

acompanhamento do desempenho dos/as estagiários/as, compreende analisar as dimensões ético-políticas, teórico-metodológicas e técnico-operativas do fazer profissional.

§ 1º a avaliação será realizada pelos/as supervisores/as acadêmicos/as e de campo de forma conjunta, resultando na atribuição de notas específicas para as disciplinas Oficina de Estágio I e II, de responsabilidade dos/as primeiros/as, e para as atividades Estágio Supervisionado I e II, de responsabilidade dos/as segundos/as.

§ 2º O/A estagiário/a será avaliado/a, tanto no Estágio I quanto no Estágio II, considerando:

I – O cumprimento das horas estabelecidas em cada período.

II – A entrega e análise da documentação produzida pelo discente ao longo do processo de estágio, tais como: diário de campo; projeto de intervenção; relatórios parcial e final.

III – A observação de aspectos relacionados ao comportamento ético: participação, responsabilidade, assiduidade, criatividade, iniciativa, capacidade de relacionar teoria e prática, habilidade para se relacionar em grupo, e observância das regras e prazos estabelecidos pelas supervisões acadêmica e de campo.

§ 3º O/A estagiário/a será considerado/a aprovado/a em Estágio Supervisionado Obrigatório se obtiver nota igual ou superior a 7,0 (sete), tanto nas disciplinas Oficina de Estágio I e II como nas atividades Estágio supervisionado I e II, concomitantemente.

§ 4º A Coordenação de Estágio disponibilizará uma ficha de avaliação de desempenho do/a estagiário/a, a qual poderá ser ampliada ou modificada pelos supervisores/as.

Seção 8

Das especificidades da supervisão acadêmica nas modalidades de estágio obrigatório e não-obrigatório

Art. 27 Em conformidade com o artigo 19 deste regulamento, a supervisão acadêmica do estágio obrigatório e não-obrigatório deverá ser realizada pelos/as docentes do quadro efetivo da Faculdade de Serviço Social da UFAL que sejam assistentes sociais regularmente inscritos no CRESS – 16^a Região.

Parágrafo Único: A definição dos/as docentes que exercerão a função de supervisores/as acadêmicos/as será feita pela Coordenação da Graduação no período da oferta acadêmica semestral.

Art. 28 A distribuição da supervisão acadêmica nos campos de estágio obrigatório será realizada pela Coordenação de Estágio de acordo com a quantidade de vagas concedidas pelas instituições, como também de discentes matriculados em cada semestre.

§ 1º No processo de definição da supervisão acadêmica por campos de estágio deverá ser considerada, preferencialmente, a distribuição por área temática.

§ 2º Prioritariamente, a supervisão acadêmica deverá ser realizada pelos/as docentes que não estejam com comprovada sobrecarga de trabalho entre ensino, pesquisa e extensão, bem como por aqueles que estejam assumindo a titularidade nas funções de gestão, tais como: direção da faculdade, coordenação de curso de graduação, coordenação de pós-graduação.

§ 3º Para fins de comprovação da carga horária e funções dos professores, será considerado o quadro de atividades docentes, atualizado semestralmente pela Direção da FSSO.

Art. 29 A supervisão acadêmica de estágio não-obrigatório deverá ser realizada por todos/as os/as docentes efetivos/as da FSSO com formação em Serviço Social, que não estejam exercendo supervisão acadêmica de estágio obrigatório.

Art. 30 A supervisão acadêmica de estágio não-obrigatório requisitará:

I – No mínimo dois encontros presenciais entre supervisor acadêmico e estagiário a cada semestre letivo.

II – Elaboração de um plano de atividades pelo discente em comum acordo com o supervisor acadêmico e de campo.

III – Apresentação de relatório descritivo/analítico pelo discente para o supervisor de campo e acadêmico ao final do estágio.

§ 1º O período máximo de duração do estágio curricular supervisionado não-obrigatório não poderá exceder a 24 (vinte e quatro) meses consecutivos na mesma Instituição.

§ 2º O/A docente, supervisor/a acadêmico/a, deverá acompanhar o/a estagiário/a por até 2 (dois) semestres seguidos, podendo optar por permanecer na supervisão pelo prazo máximo em que o discente permanecer no campo.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 31 As alterações deste Regulamento deverão ser debatidas e aprovadas pelo Colegiado de Curso e homologadas em reunião ordinária do CONSUA – Conselho da Unidade Acadêmica.

Art. 32 Os casos omissos serão discutidos e analisados pela Comissão de Estágio e submetidos à apreciação e deliberação do Colegiado do Curso de Graduação em Serviço Social.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
COORDENAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

(APÊNDICE 03)

RESOLUÇÃO CTCC 01/2018-FSSO/UFAL, de 13 de novembro de 2018.

Consubstanciada pelas Resoluções Nº 56/95-CEPE/UFAL, Nº 25/2005-CEPE/UFAL, CG 01/2007-FSSO/UFAL, alterada pela de nº 01/2008-FSSO/UFAL, alterada pela de nº 01/2009-FSSO/UFAL, alterada pela de nº 01/2014-FSSO/UFAL.

A COORDENAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da FSSO/UFAL, art. 27 e tendo em vista, aperfeiçoar o funcionamento da atividade curricular obrigatória denominada Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), para dar cumprimento ao que está disposto no Projeto Político Pedagógico do ano de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Resolução CTCC 01/2018 com base nas Resoluções anteriores, descrito no Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social – PPC, aprovado pelo Órgão Colegiado do Curso de Graduação em Serviço Social, em 13 de novembro de 2018 e homologado pelo Conselho da Faculdade de Serviço Social/CONSUA, em 30 de janeiro de 2019.

**Capítulo I
Da Natureza e Objetivos do TCC**

Art. 2º O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é uma atividade curricular obrigatória, que corresponde a carga horária de 90 horas para sua elaboração. Esta atividade tem normas de funcionamento diferente das vigentes para as disciplinas da grade curricular e, portanto, seu regulamento, prazos e sistema de avaliação se enquadram no que dispõem as Resoluções nº 56/95 e nº 25/2005- CEPE/UFAL.

Art. 3º O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é um trabalho de natureza monográfica,

caracterizando-se como um trabalho científico, devendo referir-se a um tema relacionado ao Serviço Social e áreas afins, possibilitando ao aluno vivenciar um processo de reflexão, sistematização e síntese dos conhecimentos adquiridos.

Art. 4º O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), preferencialmente individual, poderá excepcionalmente contar com dois autores, sendo o tema de sua livre escolha e aceito pela/pelo professora/professor orientadora/orientador. Para esta definição, a/o(s) aluna/aluno(s) poderá (ão) tomar como referência as linhas temáticas de pesquisa da ABEPSS, as linhas de pesquisa do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas/UFAL, experiências em núcleos temáticos, Grupos de Pesquisa ou em projetos de pesquisa, iniciação científica e de extensão da Universidade, bem como as experiências em estágio.

Capítulo II

Da Coordenação de Trabalho de Conclusão de Curso

Art. 5º A Coordenação de Trabalho de Conclusão de Curso é composta por 2 (dois/duas) professores(as), sendo um(a) coordenador(a) e um (a) vice-coordenador (a), indicados(as) pela Direção da Faculdade de Serviço Social e referendado(as) pelo seu Conselho, dentre os(as) docentes do quadro do Curso de Serviço Social, para o exercício da função durante 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período, por decisão do Colegiado do Curso.

Art. 6º Compete à Coordenação de Trabalho de Conclusão de Curso juntamente com o Colegiado do Curso de Graduação:

- I - buscar cumprir e fazer cumprir esta Resolução;
- II - resolver sobre os casos omissos desta Resolução;
- III - dirimir dúvidas referentes à interpretação de seus dispositivos;
- IV - determinar e divulgar o prazo para o envio, pelos professores da disciplina Oficina de Trabalho de Conclusão de curso, dos temas dos pré-projetos, condição para a organização da Oferta de TCC;
- V - determinar e divulgar o prazo para o envio, pelos professores, dos alunos de PIBIC que serão seus orientandos para o semestre vigente;
- VI - elaborar, com o Colegiado do Curso de Graduação, a Oferta Semestral de TCC, de modo a atender os alunos do fluxo padrão e do fluxo individual;
- VII - convocar reuniões, em caso de necessidade, com professores/as orientadores/as e/ou alunos/as para tratar de questões relativas ao TCC;
- VIII - encaminhar formalmente e exclusivamente entre os professores da FSSO, a distribuição das orientações de TCC em tempo hábil, dando publicidade aos/as alunos/as;
- IX - inserir no sistema acadêmico as informações pertinentes à matrícula dos/as alunos/as na atividade curricular obrigatória TCC, registrando o início da pesquisa, o título do projeto e o/a orientador/a;
- X - encaminhar ao Acervo Documental da Faculdade de Serviço Social a versão final do TCC.

Capítulo III

Dos Requisitos Necessários para a Elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

Art. 7º O/a aluno/a deverá estar regularmente matriculado/a na atividade curricular obrigatória TCC, após cumprir os pré-requisitos definidos no Projeto Pedagógico do Curso do curso – PPC.

Art. 8º O/a aluno/a não poderá cursar concomitantemente as atividades curriculares obrigatórias: Estágio em Serviço Social e Trabalho de Conclusão de Curso.

Art. 9º Não será permitida a formação de dupla entre alunos/as que estejam iniciando a pesquisa e aqueles/as que já estejam com a sua em andamento.

Art. 10 É vedado ao/a aluno/a formar ou desfazer duplas de TCC, sem prévia comunicação à Coordenação de TCC.

Art. 11 É vedado ao/a aluno/a alterar a orientação sem prévia comunicação à Coordenação de TCC.

Art. 12 Não é permitido ao/a professor/a orientador/a o aceite de orientação sem prévia comunicação à Coordenação de TCC.

Art. 13 O/a aluno/a deverá ter integralizado com, pelo menos, 80% da carga horária do curso e ter sido designado a um orientador pela Coordenação de TCC.

Art. 14 O Trabalho de Conclusão de Curso/TCC deverá conter no mínimo 50 laudas dos elementos textuais, compreendidos como:

- I - introdução;
- II - desenvolvimento;
- III - conclusão.

Art. 15 O projeto de monografia, a ser desenvolvido, será encaminhado para o Comitê de Ética pelo/a aluno/a e respectivo/a orientador/a, caso a proposta envolva seres humanos. Isto se refere a toda pesquisa que, individual ou coletivamente, envolva seres humanos, conforme rege as resoluções CNS/MS nº 466/2012 e CNS/MS nº 540/2016 (complementar à 466/2012).

Capítulo IV

Definição de Professores Orientadores

Art. 16 A Coordenação de TCC da Faculdade de Serviço Social divulgará a Oferta semestral de TCC, elaborada e aprovada pelo Colegiado de Graduação do Curso de Serviço Social;

Art. 17 O/a professor/a orientador/a assumirá um número máximo de 3 (três) TCC por Oferta, compatível com suas atividades acadêmicas, podendo este número ser alterado de acordo com a atualização semestral de suas atividades.

Parágrafo único. O/a professor/a orientador/a poderá, a seu critério, orientar um número superior de Trabalhos de Conclusão de Curso, mesmo excedendo o número previsto no *caput* do art. 17.

Art. 18 A mudança de orientação de TCC só poderá ser realizada mediante solicitação do/a

aluno/a ou do/a professor/a orientador/a, após ser apreciada e aprovada pela Coordenação de TCC, conforme proposto nos arts. 11 e 12 dessa resolução.

Capítulo V Atribuições do Professor-Orientador

Art. 19 Receber a Oferta de TCC do semestre letivo, devendo manter, também, os TCC que, sob sua orientação, não foram concluídos nas ofertas anteriores;

Art. 20 Orientar a elaboração do TCC, competindo-lhe:

- I - indicar a bibliografia referente ao tema;
- II - elaborar, com o aluno, o cronograma de atividades para o desenvolvimento do TCC;
- III - orientar o aluno sobre a metodologia da pesquisa definida para o trabalho;
- IV - orientar o aluno sobre a redação final da monografia, conforme normatização da ABNT.

Art. 21 Compor, junto com o aluno, e presidir a Banca examinadora do TCC, segundo a temática de estudo.

Art. 22 Solicitar à Coordenação de TCC por e-mail ou pessoalmente, através de Formulário específico disponibilizado pela referida Coordenação, o agendamento da Defesa de TCC; sendo vedado ao aluno realizar tal solicitação.

Art. 23 Entregar à Coordenação de TCC a Ata de Defesa para as devidas providências.

§ 1º É vedado ao professor/orientador a devolução do(a) aluno/orientando(a) à oferta semestral de TCC, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Coordenação de TCC.

§ 2º A devolução do aluno é cabível nos seguintes casos:

- I - não comparecimento às orientações sem motivo devidamente justificados;
- II - não apresentação do material produzido conforme exigido pela/pelo professora/professor;
- III - inobservância das orientações sugeridas pela/pelo professora/professor durante o processo de elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso.

Capítulo VIII Atribuições do orientando

Art. 24 Frequentar regularmente as orientações de acordo com a data e horário estabelecidos em conjunto com o professor orientador;

Art. 25 Cumprir as tarefas solicitadas pelo professor orientador, de acordo com o cronograma estabelecido;

Art. 26 Entregar ao professor orientador o texto produzido com antecedência mínima de 72 horas, para efeito de orientação.

Art. 27 Elaborar o TCC de acordo com as normas técnicas em vigor, cumprindo os prazos estabelecidos para a entrega do TCC;

Art. 28 Entregar o TCC concluído à banca com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis em relação ao momento da apresentação pública;

Art. 29 Acatar as recomendações da Banca Examinadora, desde que o orientador as considere pertinentes, observando o prazo estabelecido para efetuar as alterações sugeridas;

Art. 30 Entregar a versão final do TCC sendo uma cópia impressa e outra em mídia digital (CD ou DVD), acondicionada em capa protetora de plástico flexível, para inserção no Repositório Institucional da UFAL/RIUFAL, conforme circular nº 002/2018-SIBI/UFAL.

Parágrafo único. Sendo atribuída ao trabalho notas de 7,0 a 8,5, será entregue à Coordenação de TCC apenas mídia digital, conforme art. 30; atribuída notas de 9,0 a 10,0, mídia digital e uma cópia impressa, que serão encaminhadas ao Acervo Documental da Faculdade de Serviço Social que dará providências.

Capítulo IX **Condições para a formação das Bancas**

Art. 31 A formação da Banca Examinadora deverá ser acordada entre o professor/orientador e o aluno/orientando.

Art. 32 No agendamento para realização da Defesa de TCC deverá constar os nomes e titulação dos componentes da Banca Examinadora do Trabalho de Conclusão de Curso.

Capítulo X **Da composição das Bancas**

Art. 33 A Banca Examinadora do TCC será composta por três titulares e um suplente, sendo:
 I - um professor-orientador, vinculado ao Curso de Serviço Social e que presidirá a Banca;
 II - dois membros examinadores, em que um deles deverá ser professor da Faculdade de Serviço Social ou de outras Unidades Acadêmicas da UFAL ou de outras Instituições de Ensino Superior, e o outro membro examinador poderá ser um profissional de Serviço Social e áreas afins, com a titulação mínima de especialista e com experiência na área relativa à temática;
 III - Poderá haver um suplente do examinador, professor da Faculdade de Serviço Social. Tal indicação deverá ser informada em documento próprio disponibilizado pela Coordenação de TCC.

§ 1º Os examinadores referidos nos incisos II e III poderão estar em exercício ou em condição de aposentadoria.

§ 2º Em caso de impedimento de algum membro da Banca, este deverá ser substituído pelo suplente, não sendo admitida a apresentação de parecer em substituição à presença do examinador.

Art. 34 Na situação em que o professor/orientador for substituto, e estiver extinto seu contrato antes da realização da Defesa de TCC, observar-se-ão os seguintes critérios:

I - estando o professor/orientador substituto impedido de participar da Banca de Defesa, aplica-se a orientação disposta no item I do art.41.

II - podendo o professor/orientador substituto participar da Banca de Defesa, este assumirá a condição de membro convidado, com competência para avaliar e atribuir nota.

Capítulo XI **Sistema de avaliação do trabalho de conclusão de curso**

Art. 35 O processo de avaliação do/os aluno-orientando/s por parte do professor orientador compreenderá dois momentos distintos, a saber:

I - acompanhamento da realização e produção da pesquisa;

II - avaliação e autorização para a realização da Defesa de TCC, sendo-lhe atribuído nota conforme art.37.

Art. 36 No processo de Defesa do TCC a/o aluna/aluno ou a dupla, terá até 30 minutos para a apresentação do trabalho; ao término, será (ão) arguida/o(s) pelos examinadores que, ao final, reúnem-se para emitir a nota e fazer o registro em Ata.

Art. 37 Para efeito de avaliação a Banca Examinadora poderá:

I. aprovar, conforme estabelecido nos Critérios de Avaliação do TCC (anexo 1), atribuindo-lhe nota de sete (7,0) a dez (10,0);

II. reprovar o TCC, podendo o aluno reiniciar o seu processo de elaboração.

§ 1º O resultado da avaliação será registrado na Ata de Defesa pelo presidente da Banca, conforme anexo 2.

§ 2º Os examinadores assinarão a Folha de Aprovação (anexo 3), no ato da Defesa, ficando pendente a assinatura do orientador, a qual ficará condicionada à incorporação das recomendações de revisão do trabalho pelo/s autor/autores.

Art. 38 A nota final do Trabalho de Conclusão de Curso corresponderá à média aritmética das notas atribuídas pelos componentes da Banca Examinadora.

Art. 39 A nota final da atividade curricular obrigatória TCC só será lançada no Sistema, pela Coordenação de TCC, após a entrega da versão final.

§ 1º A/O aluna/aluno deverá encaminhar a versão final do TCC para o professor orientador com antecedência, para avaliação e autorização da entrega, por meio da assinatura da Ata de Aprovação, conforme parágrafo segundo do art. 37.

§ 2º Prazo de entrega da versão final do TCC é de até 15 (quinze) dias úteis;

Capítulo XII **Disposições Finais**

Art. 40 A realização da Defesa do TCC deverá ser aberta ao público, garantindo-se, para tanto, ampla divulgação no âmbito da Unidade Acadêmica.

Art. 41 Nos casos em que o professor/orientador estiver impedido de presidir a Banca de Defesa por motivos de afastamento para qualificação ou férias oficiais, observar-se-á os seguintes critérios:

I - O Coordenador de TCC assumirá a presidência da Banca de Defesa; na sua ausência ou impedimentos legais, o Coordenador do Curso de Graduação o substituirá.

II - Ao professor/orientador substituído na ocasião da Defesa, compete emitir um parecer sobre o processo de elaboração do TCC, que será lido pelo Coordenador de TCC presidente da Banca durante a avaliação, expondo a nota auferida pelo orientador aos componentes da Banca examinadora.

Art. 42 Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação de TCC e submetidos ao Colegiado do Curso de Graduação de Serviço Social;

Art. 43 A presente Resolução entra em vigor a partir de 30 de janeiro de 2019, quando de sua homologação pelo Conselho da Unidade Acadêmica da Faculdade de Serviço Social, ficando revogadas as demais Resoluções.

Prof.^a Dr.^a Edlene Pimentel Santos
Coordenadora de Trabalho de Conclusão de Curso
FSSO-UFAL



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
COORDENAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

ANEXO 1 – RESOLUÇÃO CTCC 01/2018-FSSO/UFAL, de 13 de novembro de 2018.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO TCC

Discente (s):		
Docente examinador (a):		
Título do TCC:		
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO:		
01. Conteúdo Impresso	Notas (0 – 1,0)	
a) Apresentação gráfica e estética e, uso dos elementos pré e pós-textuais;		
b) Clareza, concisão, precisão da redação e lógica na expressão do raciocínio;		
c) Relevância Social do Tema: Contribuição científica para o debate acadêmico e profissional;		
d) Adequação na utilização dos procedimentos de pesquisa;		
e) Recorrência a referencial teórico atual e/ou clássico sobre o tema;		
f) Uso adequado da ABNT e correção gramatical.		
Média parcial		
02. Apresentação Oral	Notas (0 – 1,0)	
Tempo: 30 minutos		
a) Otimização do tempo de exposição;		
b) Domínio na exposição e/ou utilização de recursos audiovisuais;		
c) Segurança durante a apresentação (clareza, nitidez, concisão e precisão do linguajar; postura gestual-corporal);		
d) Domínio do tema e sequência racional das ideias.		
Média parcial		
MÉDIA FINAL		

Maceió, _____ de _____ de 20____.

Membro da Banca examinadora (assinatura)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
COORDENAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

ANEXO 2 – RESOLUÇÃO CTCC 01/2018-FSSO/UFAL, de 13 de novembro de 2018.

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Ata da Banca Examinadora do Trabalho de Conclusão de Curso da/o(s) **NOME (s) DO (s) ESTUDANTE (s)** para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Integraram a Banca os Professores **NOME DO ORIENTADOR DO ALUNO, NOME DOS DEMAIS MEMBROS DA COMISSÃO**. Ao(s) dia(s) do mês de..... do ano de dois mil..... àshoras, na sala..... da Faculdade de Serviço Social da UFAL, realizou-se a apresentação pública do Trabalho de Conclusão de Curso pelo(s) estudante(s). O orientador abriu a sessão e em seguida convidou o (a)(s) estudante(s) para que fizesse(m) a exposição do trabalho intitulado: “**NOME DA MONOGRAFIA**”. Após a exposição oral, o (a)(s) aluno(a)(s) foi(ram) arguido(a)(s) pelos componentes da Banca que reuniram-se reservadamente, e decidiram_____ , com nota _____. Para constar, redigi a presente Ata, que aprovada por todos os presentes, vai assinada por mim, orientador (a) do trabalho, e pelos demais membros da Banca.

Observações da Banca:

Orientador (a)

Aluno (a)

Examinador 1

Aluno (a)

Examinador 2



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
COORDENAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

ANEXO 3 – RESOLUÇÃO CTCC 01/2018-FSSO/UFAL, de 13 de novembro de 2018.

Folha de Aprovação do Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Alunos/as concluintes

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado em ____ / ____ / ____

Título:

Conceito: _____

Banca Examinadora:

Professor/a orientador/a

Examinador/a 1

Examinador/a 2

Coordenador/a de Trabalho de Conclusão de Curso



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**REQUERIMENTO DE CÔMPUTO DA CARGA HORÁRIA FLEXÍVEL
(APÊNDICE 04)**

* Somente será aceito com a entrega da documentação comprobatória *

NOME: _____ MATRÍCULA: _____
 PERÍODO: _____ TURNO: _____ ANO DE INGRESSO NO CURSO: _____
 E-MAIL: _____ TELEFONE: _____

Solicito registro das seguintes atividades da parte flexível no histórico escolar:

Grupo 1 – Atividades de capacitação e aperfeiçoamento				
Atividade	Valoração		Documentação	Quantidade obtida
	Mínima	Máxima		
Participação como ouvinte em congressos, seminários, oficinas, palestras, jornadas, encontros, simpósios e demais relacionados à área do curso.	-	80 horas	Certificado de participação.	
Participação em atividades de monitoria devidamente registradas na UFAL.	40 horas/ semestre	80 horas	Certificado da PROGRAD.	
Participação em atividades de promoção e/ou divulgação da atuação profissional do assistente social junto à comunidade em geral.	10 horas/ semestre	30 horas	Certificado de participação.	
Disciplinas isoladas, que sejam afins à área de formação, com aprovação da coordenação.	Total da carga horária da disciplina	72 horas	Histórico analítico constando AP na disciplina.	
Disciplinas eletivas extras, com aprovação.	Total da carga horária da disciplina	72 horas	Histórico analítico constando AP na disciplina.	
Estágio não-obrigatório.	-	100 horas	Certificado da instituição.	
Participação/realização de atividades extensionistas (carga horária excedente).	-	30 horas	Certificado da PROEX.	
Cursos de idiomas.	30 horas por idioma	60 horas	Certificado	
Defesas assistidas nos cursos de graduação e pós-graduação relativas a própria área ou áreas afins.	Graduação e Lato sensu – 2 horas /defesa Mestrado – 3 horas /defesa Doutorado– 4horas/ defesa	Graduação e Lato sensu – 8 horas Mestrado – 12 horas Doutorado – 16 horas	Declaração da respectiva coordenação de TCC/Graduação ou do PPG	

Intercâmbio científico-cultural		80 horas	Declaração da instituição de ensino	
---------------------------------	--	----------	-------------------------------------	--

Grupo 2 – Atividades de pesquisa e produção científica				
Atividade	Valoração		Documentação	Quantidade obtida
	Mínima	Máxima		
Participação em projeto de pesquisa, registrado como Iniciação Científica.	-	80 horas	Certificado da PROPEP	
Participação em projeto de Pesquisa, submetido e aprovado em agências de fomento.	Até 60 horas por ano	100 horas	Certificado de participação	
Participação esporádica em atividades de pesquisa: coleta e tabulação de dados, aplicação de questionários etc.	Até 20 horas por ano	60 horas	Declaração da instituição promotora	
Publicação de artigos ou resumos, individuais ou em coautoria, em anais de eventos, revistas científicas e/ou livros.	30 horas por publicação	60 horas	Certificado de publicação; ou cópia da primeira e da última página do trabalho, e do CD com ISSN; no caso de revista ou livro - cópia da primeira e da última página do trabalho, do sumário e ficha catalográfica com ISBN	
Apresentação de trabalho em evento.	4 horas por trabalho	20 horas	Certificado	
Participação em Programas de educação tutorial – PET.	-	80 horas	Certificado	
Participação em Núcleos Temáticos, grupos de estudos e/ou pesquisas devidamente registrados na CAPES/CNPq e na unidade acadêmica.	Até 40 horas por semestre	80 horas	Declaração do coordenador do grupo	
Premiações acadêmico-culturais.	10 horas por premiação	30 horas	Declaração ou certificado	

Grupo 3 – Outras atividades acadêmicas e sociais				
Atividade	Valoração		Documentação	Quantidade obtida
	Mínima	Máxima		
Representação em entidades estudantis legalmente constituídas (Ex. CA, DCE, UNE, ENESSO).	60 horas /semestre	120 horas	Declaração de membro	
Representação estudantil nas entidades políticas da categoria (EX. ABEPSS e CRESS).	60 horas /ano	120 horas	Declaração de membro	
Representação em Colegiados e Conselhos da UFAL com frequência comprovada.	25 horas por colegiado/ano	50 horas por ano e 75 horas no total	Declaração da coordenação de curso e da direção da FSSO.	

Participação em Audiências públicas.	02 horas por audiência	20 horas	Declaração secretaria presidência da ou da audiência	
Participação efetiva em associações comunitárias, movimentos e organizações sociais e conselhos setoriais e de direitos.	Até 10 horas/semestre	80 horas	Declaração	
Participação como presidente/mesário nas eleições conduzidas pelo TSE/TRE.	Até 30 horas por ano eleitoral	60 horas	Declaração do TRE	
Participação em Comissão Eleitoral em processos internos da UFAL.	Até 20 horas por processo eleitoral	40 horas	Declaração	
Participação em projetos culturais.	20 horas por atividade	60 horas	Certificado/ declaração	

RESUMO DA CARGA HORÁRIA FLEXÍVEL (reservado à Coordenação)

Grupo	Total de horas
1	
2	
3	
TOTAL DA CARGA HORÁRIA FLEXÍVEL OBTIDA	

Maceió, ____ de _____ de _____.

Requerente

Observações:

1. O aluno é responsável pela obtenção das 150 horas necessárias ao preenchimento da parte flexível ao longo do curso.
2. Cada aluno deverá preencher a carga horária total com atividades de, pelo menos, dois dos três grupos previstos.
3. Somente poderão ser computadas as atividades complementares realizadas pelo discente após o seu ingresso no curso de graduação da Faculdade de Serviço Social da UFAL e obtidas no prazo máximo da integralização do curso.
4. O aluno deve apresentar os documentos originais e as cópias dos documentos para serem conferidas pelos servidores da Coordenação. Os documentos originais devem ser devolvidos no ato, ao aluno, após a conferência.

Autorizado em ____ / ____ / ____

Coordenação do Curso



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
COORDENAÇÃO DE MONITORIA**

(APÊNDICE 05)

RESOLUÇÃO N° 01/ 2019 CG/FSSO, de 21 de janeiro de 2019.

*NORMAS QUE DISCIPLINAM O
PROGRAMA DE MONITORIA DA
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL.*

O COLEGIADO DE GRADUAÇÃO DA FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL/UFAL, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com a RESOLUÇÃO N° 55/2008 CONSUNI/ UFAL,

CONSIDERANDO a necessidade de normatizar internamente o Programa de Monitoria da FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL;

CONSIDERANDO a proposta de atualização curricular do PROJETO PEDAGÓGICO do CURSO DE SERVIÇO SOCIAL 2019;

R E S O L V E

Art. 1º – Instituir normas para o PROGRAMA DE MONITORIA DA FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL, aprovadas em 21 de janeiro de 2019, em consonância com a RESOLUÇÃO N° 55/2008 CONSUNI/ UFAL e homologadas em 30 de janeiro de 2019.

**Capítulo I
Da Definição**

Art. 2º - O Programa de Monitoria da UFAL é uma ação institucional direcionada à formação acadêmica do discente e à melhoria do processo de ensino-aprendizagem dos cursos de graduação, envolvendo professores e discentes na condição de orientadores e monitores, respectivamente.

Art. 3º - O Programa de Monitoria será desenvolvido através de Planos de Monitoria propostos pela Coordenação de Monitoria da Faculdade de Serviço Social em articulação com os professores titulares das disciplinas inseridas no PROGRAMA, oportunamente.

Art. 4º - A Monitoria poderá ser exercida com ou sem bolsa, de acordo com os recursos disponibilizados pela UFAL através da Pró-reitoria de Graduação - PROGRAD.

Capítulo II Dos Objetivos do Programa

Art. 5º - São objetivos do Programa de Monitoria:

- I - despertar no segmento discente o interesse pela docência, estimulando o desenvolvimento de habilidades relacionadas ao seu exercício;
- II - promover a melhoria do ensino de graduação através da interação dos monitores com os segmentos docente e discente;
- III - compreender a Ética como princípio que perpassa a formação da docência;
- IV - criar condições para o monitor aprofundar seus conhecimentos na disciplina/área, objeto do processo seletivo, em conformidade com o Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social;
- V - auxiliar o professor em suas atividades acadêmicas de ensino, associadas com a pesquisa e a extensão.

Capítulo III Do Plano de Monitoria

Art. 6º - O Plano de Monitoria, proposto pela Coordenação de Monitoria da Faculdade de Serviço Social, envolve 01 (um) Professor Coordenador e os demais professores orientadores de monitores.

§ 1º - O Plano de Monitoria da Faculdade de Serviço Social será encaminhado, semestralmente, pela Coordenação de Monitoria à Pró-reitoria de Graduação-PROGRAD e sua homologação dar-se-á por ato do Colegiado do Curso de Graduação da Faculdade de Serviço Social;

§ 2º - A execução do Plano de Monitoria será acompanhada pelo Coordenador e efetivada pelos demais professores orientadores de monitores;

§ 3º - No Plano de Monitoria deverão constar os Roteiros de Atividades a serem desenvolvidos pelos monitores nas disciplinas contempladas no Programa;

§ 4º - A duração do Plano de Monitoria corresponde a 01 (um) semestre letivo, podendo ser reconduzido por igual período;

§ 5º - O Plano de Monitoria da Faculdade de Serviço Social deverá ser elaborado contendo os itens dispostos na RESOLUÇÃO Nº 55/2008/UFAL.

Capítulo IV Das Vagas e das Bolsas de Monitoria

Art. 7º - A definição do total de vagas de monitoria com bolsa estará vinculada à dotação orçamentária anual da UFAL.

Art. 8º - As vagas para a monitoria sem bolsa serão as definidas pela Coordenação de Monitoria da Faculdade de Serviço Social, conforme solicitação dos professores titulares das disciplinas.

Art. 9º - As vagas de monitoria com bolsa para cada semestre letivo serão disponibilizadas pela Pró-reitoria de Graduação – PROGRAD e sua distribuição será organizada pela Coordenação de Monitoria da Faculdade de Serviço Social, observando-se:

- I. solicitação expressa dos professores das disciplinas;
- II. o limite de bolsas de monitoria disponibilizado pela Pró-reitoria de Graduação – PROGRAD – para o curso;
- III. o limite de 1(uma) bolsa para cada disciplina concorrente;

Art. 10 – No caso de existirem disciplinas concorrentes à condição bolsista em número superior de bolsas disponibilizadas pela Pró-reitoria de Graduação – PROGRAD para a Faculdade de Serviço Social, adotar-se-á o Sistema de Rodízio.

Art.11 - Cada disciplina terá apenas 1(um) monitor, com ou sem bolsa, aprovado em processo seletivo conforme condições expressas nesta Resolução;

Art. 12 - A/o candidata/o à vaga de monitor só poderá concorrer a uma disciplina, com ou sem bolsa.

Capítulo V Do Sistema de Rodízio

Art.13 - Considera-se para o sistema de rodízio, a condição de não repetição da concessão de alunos bolsistas para professores inseridos no programa de monitoria por mais de dois semestres letivos subsequentes.

Art.14 - O sistema de rodizio é a condição utilizada pela Coordenação de Monitoria da Faculdade de Serviço Social, na situação prevista no art.10, para a alternância de disciplinas no Programa, observando-se os seguintes critérios:

- I. carga horária do professor solicitante, considerando-se gestão, ensino, pesquisa e extensão;
- II. professor não estar vinculado ao programa de pós-graduação ou não dispor de aluno em estágio docência no semestre de seleção de monitoria;

Parágrafo Único - Para definir o Sistema de Rodízio, será observada a lista de professores com alunos bolsistas em cada semestre letivo, considerando-se que as bolsas são semestrais, podendo-se renová-las, se assim for da vontade do/a professor/a orientador/a e do/a aluno/a bolsista, por mais 1(um) semestre.

Art. 15 - Não terá direito à bolsa de monitoria o discente que já tiver outro tipo de bolsa, seja dos Programas da UFAL ou de outros órgãos financiadores.

Art. 16 - No caso de impedimento do/a monitor/a com bolsa, esta deverá ser realocada entre os monitores não contemplados, adotando-se a ordem de classificação.

Capítulo VI Dos Requisitos

Art. 17 - São requisitos para o exercício da monitoria:

- I - ser discente regularmente matriculado em curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas-UFAL;
- II - ter sido aprovado na disciplina/área do conhecimento em que pretende ser monitor, com média mínima 7 (sete);
- III - ser aprovado no processo seletivo para a monitoria com, no mínimo, média 7 (sete);
- IV - dispor de 12 (doze) horas semanais para as atividades de monitoria.

Capítulo VII Da Inscrição e Seleção

Art. 18 - Após a divulgação do Edital do Processo Seletivo do Programa de Monitoria pela Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD, a Coordenação de Monitoria tornará públicos os procedimentos para seleção, incluindo:

- I - o número de vagas para monitoria com bolsa e sem bolsa e suas respectivas disciplinas;
- II - os requisitos exigidos para o exercício da monitoria, conforme Resolução Nº 55/2008/UFAL;
- III - as data(s), horário(s) e local(is) da inscrição e da realização da(s) prova(s);
- IV - os documentos exigidos para a inscrição.

.

Art. 19 - No ato da inscrição, será exigida do candidato declaração assinada, disponibilizando 12 (doze) horas semanais para as atividades de monitoria e o não acúmulo de bolsas.

Art. 20 - A classificação dos candidatos aprovados será realizada de acordo com a média final do processo seletivo, sendo este o critério do preenchimento das vagas com bolsa e sem bolsa, observando-se:

- I- nota da prova dissertativa, com variação de 0 a 10;
- II- entrevista do candidato aprovado na prova dissertativa, com variação de 0 a 10;

§ 1º - Em caso de empate, será classificado/a o/a candidato/a que apresentar maior média na disciplina/área do conhecimento objeto do processo seletivo e maior coeficiente de rendimento acumulado no Histórico Escolar Analítico, nesta ordem de prioridade.

§ 2º - É facultado/a ao candidato/a classificado/a com bolsa a opção de permanecer no programa sem a bolsa.

Art. 21- constatada a inscrição de candidato único para a seleção, com média na disciplina igual ou superior a 7,0 (sete), a prova de seleção poderá ser dispensada a critério da coordenação de monitoria, ouvido o professor da disciplina.

Capítulo VIII Das Atribuições

Seção I Da Pró-reitoria de Graduação

Art. 22 - À Pró-reitoria de Graduação - PROGRAD caberá:

- I - elaborar e divulgar o Edital do Processo Seletivo do Programa de Monitoria;
- II - distribuir as vagas observando os critérios do artigo 8º desta Resolução;

III - acompanhar o Programa de Monitoria da UFAL por meio de relatórios semestrais encaminhados pela Unidade Acadêmica;

IV - elaborar o calendário do Programa de Monitoria que deverá indicar a data da submissão de propostas pela Unidade Acadêmica, o período de avaliação dos Planos e a data de entrega do relatório conclusivo dos Planos de Monitoria executados pelas Unidades Acadêmicas.

Seção II Da Coordenação de Monitoria

Art. 23 - É considerado Coordenador de Monitoria o docente vinculado à Unidade Acadêmica e designado pela Direção.

Art. 24 - São atribuições do/a Coordenador/a de Monitoria da Unidade Acadêmica:

I - divulgar para os docentes o calendário de monitoria;

II - articular e construir com os docentes orientadores o Plano de Monitoria da Unidade Acadêmica, encaminhando-o ao Colegiado de Graduação;

III - coordenar o Processo Seletivo do Programa de Monitoria;

IV - estabelecer as normas complementares ao Edital do Processo Seletivo do Programa de Monitoria;

V - encaminhar à Direção da Unidade Acadêmica o resultado do Processo Seletivo do Programa de Monitoria para posterior encaminhamento à Pró-reitoria de Graduação – PROGRAD;

VII – encaminhar ao Acervo Documental da Faculdade de Serviço Social o Relatório conclusivo dos monitores vinculados ao Programa de Monitoria;

Seção III Do/a Professor/a Orientador/a

Art. 25 - É considerado/a Professor/a Orientador/a o/a docente que trabalha juntamente com o/a(s) monitor/a(s) no desenvolvimento do Roteiro de Atividades.

Art. 26 - São atribuições do/a Professor/a Orientador/a:

I - participar da elaboração do Roteiro de Atividades vinculado ao Plano de Monitoria da Unidade Acadêmica;

II - integrar as atividades da Coordenação de Monitoria, tais como: processo de seleção, reuniões de planejamento e execução dos roteiros de atividades;

III - orientar e assistir o monitor no desenvolvimento de suas atividades específicas;

IV - avaliar o desempenho do(s) monitor(es), no desenvolvimento do Roteiro de Atividades sob sua responsabilidade.

Art. 27 – É vedado ao professor/orientador

I- atribuir ao monitor a atividade de ministrar o conteúdo da Disciplina, devendo este apenas acompanhá-lo no processo;

II – solicitar ao aluno a elaboração das aulas, das provas, sua aplicação e correção, podendo o monitor apenas participar do processo como auxiliar;

Seção IV Do/a Monitor/a

Art. 28 - É considerado/a Monitor/a o/a discente regularmente matriculado/a no curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas e aprovado/a em Processo Seletivo do Programa de Monitoria, que desenvolva, sob a supervisão de um/a professor/a orientador/a, atividades vinculadas a um Roteiro de Atividades do Plano de Monitoria da Unidade Acadêmica.

Art. 29 - São atribuições do/a Monitor/a:

- I - auxiliar o/a professor/a na realização de trabalhos práticos e experimentais, na preparação de material didático, no atendimento aos/as alunos/as e outras atribuições de acordo com o Roteiro de Atividades ao qual esteja vinculado/a;
- II - interagir com docentes e discentes;
- III - avaliar o desenvolvimento do seu Roteiro de Atividades em interação com o/a seu/sua orientador/a.
- IV – encaminhar à Coordenação de Monitoria, mensalmente, a frequência conforme modelo constante no site oficial da Universidade Federal de Alagoas.
- V – elaborar e apresentar os relatórios parcial e final referentes às atividades desenvolvidas.

Parágrafo Único - A frequência deverá ser encaminhada à Coordenação de Monitoria, assinada pelo professor orientador até o dia 12 de cada mês.

Art. 30 - É vedado ao monitor

- I- ministrar o conteúdo da Disciplina;
- II – elaborar, aplicar e corrigir provas ou trabalhos avaliativos;

Capítulo IX Da Avaliação do/a Monitor/a

Art. 31 – O/a Professor/a Orientador/a avaliará semestralmente o desempenho do/a monitor/a levando em consideração os critérios definidos pelo Plano de Monitoria desta Unidade Acadêmica.

Capítulo X Do Certificado de Monitoria

Art. 32 – A Coordenação de Monitoria encaminhará a relação dos monitores à Pró-reitoria de Graduação - PROGRAD, para registro e confecção do certificado de monitoria.

§ 1º O discente deverá requerer à Pró-reitoria de Graduação - PROGRAD o certificado de monitoria, após a entrega do Relatório final de monitoria à Coordenação.

§ 2º O prazo para o recebimento do Relatório final de monitoria pela Coordenação é até 30 dias após o encerramento do Programa.

§ 3º Em caso de recondução dos monitores, o relatório final será entregue até 30 dias do término do semestre letivo.

Capítulo IX -

Das Disposições Finais

Art. 33 - Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação de Monitoria desta Unidade Acadêmica.

Art. 34 - A presente Resolução entra em vigor a partir de 30 de janeiro de 2019, quando de sua homologação pelo Conselho da Unidade Acadêmica da Faculdade de Serviço Social.

Membros do Colegiado do Curso de Graduação/CG Gestão 2018-2021

DOCENTES TITULARES:

Sueli Maria do Nascimento/SIAPE 1133728 (Coordenador)
Elaine Nunes Silva Fernandes/SIAPE 2571798 (Vice-coordenador)
Margarida Maria Silva dos Santos/SIAPE 1119921
Telma Cristiane Sasso de Lima/SIAPE 1639876
Wanda Griep Hirai/SIAPE 1696150

DOCENTES SUPLENTES

Milena Gomes de Medeiros/SIAPE 3060869
Márcia Iara Costa da Silva/SIAPE 2783172
Edlene Pimentel Santos/SIAPE 1121120
Edivânia Francisca de Melo/SIAPE 1804016
Andrea Pacheco de Mesquita/SIAPE 2380826

REPRESENTANTE DOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS:

TITULAR: Mariana de Oliveira Brandão Carvalho/SIAPE 2168739
SUPLENTE: Mariana Cavalcante Malta Marques/SIAPE 1993052

REPRESENTANTE DOS DISCENTES

TITULAR: Juan Douglas Silva de Sá/Matrícula 17111793
SUPLENTE: Thayná da Silva Felix/Matrícula 17111922